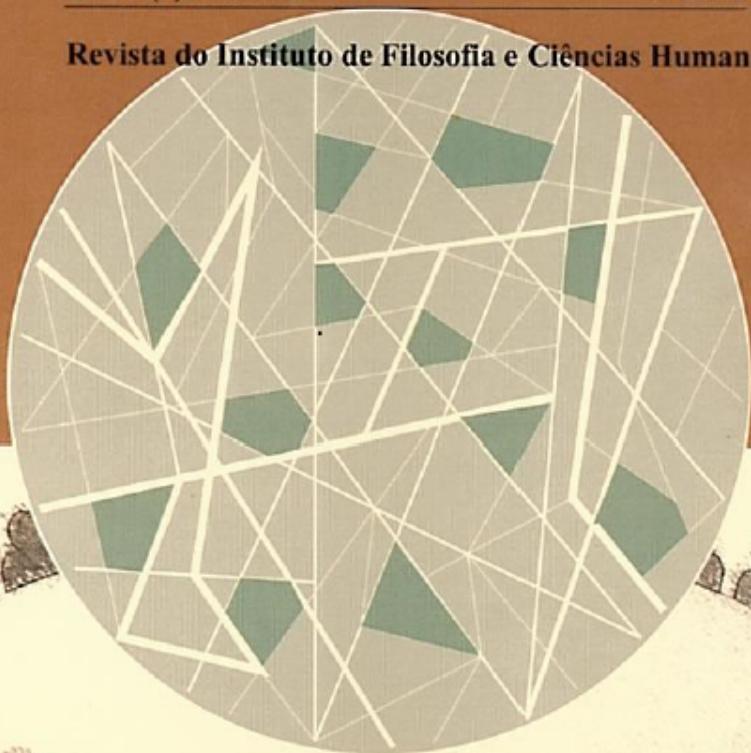


IDÉIAS

Ano 3(5) – Dossiê

2012

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



**Questão Ambiental e Rio+20:
dilemas e perspectivas**



UNICAMP

IDÉIAS

Ano 3(5), Nova Série, 2^o Semestre 2012

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



UNICAMP

IDÉIAS

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

ISSN: 0104-7876

Reitor: Fernando Ferreira Costa

Diretora: Nádia Farage

Diretor Associado: Sidney Chalhoud

Comissão Editorial: Áureo Busetto (Unesp) – Clodomiro José Bannwart Júnior (UEL) – Geraldo Augusto Pinto (Unioeste) – Jesus Ranieri (Unicamp) – Márcio Naves (Unicamp) – Maria do Socorro Braga (UFSCAR) – Maria da Glória Gohn (Unicamp) – Rachel Meneguello (Unicamp) – Marcelo A. Ennes (UFS) – Mauro Koury (UFMG) – Matilde Souza (PUC-Minas) – Maisa F. da Cunha (Unicamp) – Regina Laisner (Unesp – Franca) – Paula R. Pavarina – Unesp (Franca) – Rodrigo Czajka (Unesp) – Sidney Chalhoub (Unicamp) – Taiane Las Casas (PUC-Minas) – Vera Alves Cêpeda (UFSCAR) – Verena Sevá Nogueira (UFPB) – Oswaldo López-Ruiz (Universidad de Mendoza).

Comissão de Redação: Arthur de Aquino – Camila Gonçalves De Mario – Daniela Vieira dos Santos – Deolindo de Barros – Estevão Bosco – Lidiane M. Maciel – Tatiana Andrade Barbarini – Thiago Aparecido Trindade – Eugênio M. Gonçalves – Luiz Gustavo da Cunha Souza – Mariana Oliveira do Nascimento Teixeira – Raphael Eduardo A. Concli – Danilo Arnaut – Caronila G. Leme – Mariana Marques Pulhez – Maria Teresa Manfredi.

Editores e Organizadores do dossiê: Tatiana Barbarini e Estevão Bosco.

Produtor Editorial: Maria Cimélia Garcia

Editoração miolo e capa: Setor de Publicações

Projeto da capa: Maria Cimélia Garcia

Capa (imagem): Magaly Marques Pulhez

Impressão: Gráfica do IFCH – Unicamp.

SUMÁRIO

Dossiê: Questão Ambiental e Rio+20: dilemas e perspectivas

Apresentação

Estevão Bosco e Tatiana de Andrade Barbarini 7-10

A ciência na Rio+20

*José Eduardo Viglio, Gabriela Marques Di Giulio,
Ramon Bicudo e Francisco Araos Leiva* 11-30

**Muito ruído e poucas vozes: os discursos
na Rio+20 e a governança global para o
desenvolvimento sustentável**

Roberto Guimarães e Yuna Fontoura 31-54

**Resgates sobre população e ambiente:
breve análise da dinâmica demográfica
e a urbanização nos biomas brasileiros**

Ricardo Ojima e George Martine 55-70

Seção Livre

**Natureza e modernidade em Sérgio Buarque
de Holanda: primeiras ideias**

Ana Carolina Vila Ramos dos Santos 73-90

**Guimarães Rosa e a Nomadologia:
três tempos de uma história**

Rogério Reis Carvalho Mattos 91-112

Dois movimentos, dois séculos, um kitsch

Tathiana Senne Chicarino 113-140

Educar para o mundo. Extensão em Relações Internacionais – direitos humanos e imigração em São Paulo
Ivy Mayumi de Moraes 141-162

Cambiar la sociedad: interpretaciones, convicciones y deseos de jóvenes estudiantes universitarios que hicieron política después de la crisis en Argentina
Gastón Kneeteman 163-188

“Yo soy la casa”. El H. Senado de la nación argentina: prácticas y discursos en una “Casa Política”
Laura Marisa Ferreño 189-222

Tradução

A tragédia de Heinrich von Kleist – Georg Lukács
Tradução e apresentação de Manoela Hoffmann Oliveira
Revisão técnica: Diego Augusto Maia Baptista 225-270

Resenha

MARTINE, George (Ed.) População e Sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira. Belo Horizonte: ABEP, 2012. p. 319
Maria Teresa Manfredi 273-277

Entrevista

Os caminhos de Michael Löwy: de Paris ao Ecosocialismo
Antonio Carlos Dias Junior 281-300

Dossiê

QUESTÃO AMBIENTAL E RIO+20:
DILEMAS E PERSPECTIVAS

APRESENTAÇÃO

A edição do segundo semestre de 2012 da *Idéias* – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – dedica-se a discussões latentes de nosso tempo que marcaram especialmente o ano de 2012: a conferência Rio+20 e as questões socioambientais travadas no âmbito das ciências humanas. Nesta edição, buscamos trazer ao leitor a diversidade e amplitude dos dilemas que circunscrevem a conferência. Com isso, queremos dizer que partimos da ideia reguladora de que a questão ambiental não se refere a um problema “ambiente”, mas fundamentalmente a um problema que tem origem na racionalidade sistêmica da sociedade contemporânea. Não é possível falar em questão ambiental sem falar em modo de produção industrial, em aplicação de resultados científicos na economia, em saúde pública, em limitações regulatórias de um Estado nacional que tem de lidar com efeitos destrutivos em escala mundial, em condições biológicas necessárias para a reprodução da vida. Isso significa que, de uma perspectiva fundamental, as implicações envolvidas na Rio+20 se dirigem à distinção constitutiva da modernidade entre sociedade e natureza, de modo que a antinomia clássica dessa distinção se torne problemática no plano político, no plano econômico, no plano social e no plano científico. Cada uma das intervenções e artigos desta edição da *Idéias* aborda de forma seletiva os dilemas, com seus atores e racionalidades, que compõem o universo polissêmico da questão ambiental, de sua exigência transnacionalista e, nesse aspecto específico, de um de seus espaços transnacionais de embate, que foi a conferência Rio+20.

José Eduardo Viglio, Gabriela Marques Di Giulio, Ramon Bicudo e Francisco Araos Leiva analisam, em “*A ciência na Rio+20*”, o papel e atuação da ciência nas arenas políticas relacionadas aos problemas ambientais, o que, para os autores, constitui-se como um elemento chave para a compreensão da relação entre ciência e sociedade. Para tanto, tomam como foco da análise a atuação

dos atores científicos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) – ocorrida em junho de 2012 – a partir da investigação empírica de documentos produzidos no Fórum de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável, organizado pelo Conselho Internacional para a Ciência (ICSU, na sigla em inglês), nos dias que antecederam a Rio+20; e de depoimentos de organizadores da conferência.

Roberto Guimarães e Yuna Fontoura, em *“Muito ruído e poucas vozes: os discursos na Rio+20 e a governança global para o desenvolvimento sustentável”*, avaliam criticamente os discursos que dominaram os debates durante a conferência por meio da perspectiva da análise de discurso. A partir dessa avaliação, os autores aprofundam a análise dos desafios na agenda global do desenvolvimento sustentável.

Ricardo Ojima e George Martine, em *“Resgates sobre população e ambiente: breve análise da dinâmica demográfica e a urbanização nos biomas brasileiros”*, procuram entender o papel do espaço na dinâmica populacional a fim de oferecer importantes elementos para a compreensão dos processos que determinarão o futuro ambiental de nossa sociedade.

O Dossiê Rio+20 ainda conta com o texto *“Os caminhos de Michael Löwy: de Paris ao Ecosocialismo”*, uma entrevista com Michael Löwy, “pensador brasileiro e marxista militante”, como o caracteriza Antonio Carlos Dias Junior, responsável por tal entrevista. Nela, Dias Junior parte da tentativa de entender a efervescente atmosfera intelectual parisiense à época da chegada de Löwy, em meados da década de 1960, em direção à abordagem de uma diversidade de assuntos baseados nas experiências pessoais, na militância e no pensamento de Löwy, entre eles a crítica aguda ao capitalismo, a opção pelo socialismo, a luta em favor dos despossuídos e as tomadas de posição que reforçam a necessidade de uma ecologia socialista (ecosocialismo).

A seção de artigos livres traz seis textos, nacionais e internacionais, que abordam os mais diferentes temas, que podem ou não se relacionar intimamente com o enfoque do Dossiê. Entre

os nacionais, apresentam-se “*Natureza e modernidade em Sérgio Buarque de Holanda: primeiras ideias*”, de Ana Carolina Vila Ramos dos Santos, “*Guimarães Rosa e a Nomadologia: três tempos de uma história*”, de Rogério Reis Carvalho Mattos, “*Dois movimentos, dois séculos, um kitsch*”, de Tathiana Senne Chicarino, e “*Educar para o mundo. Extensão em Relações Internacionais – direitos humanos e imigração em São Paulo*”, de Ivy Mayumi de Moraes, representando o grupo “Educar para o mundo”.

Santos revisita as obras de Sérgio Buarque de Holanda, entre elas *Raízes do Brasil* (1936), *Monções* (1949) e *Caminhos e Fronteiras* (1957), a fim de reavivar suas reflexões em torno de “natureza” em suas articulações com o tema da modernidade brasileira. Já Matos faz uso do conceito de “máquina de guerra nômade”, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, para analisar, dentro de *Grande Serão: Veredas*, de Guimarães Rosa, as forças políticas (e suas raízes) atuantes no Brasil antes do golpe militar de 1964.

Ainda no que se refere a movimentos e forças políticas, Chicarino examina dois movimentos de protesto pela análise comparativa de seus antecedentes e desdobramentos: um brasileiro, ocorrido no século XX (as Diretas Já!) e o outro espanhol, no século XXI (os “Indignados” ou 15-M). Moraes, por sua vez, apresenta os resultados do projeto Educar Para o Mundo, que propõe construir uma nova práxis de extensão universitária na área de relações internacionais, calcada na pedagogia freiriana e, conseqüentemente, na finalidade de agir sobre uma realidade que se quer transformar fazendo com que as pessoas se tornem sujeitos da sua própria transformação. Seu foco são práticas alternativas de difusão e ensino de direitos humanos – com foco na promoção dos direitos de imigrantes latino-americanos – inseridos em uma escola pública na cidade de São Paulo e na comunidade que a circunscreve.

Entre os artigos internacionais, estão: “*Cambiar la sociedad: interpretaciones, convicciones y deseos de jóvenes estudiantes universitarios que hicieron política después de la crisis en Argentina*”, de Gastón Kneeteman, e “*‘Yo soy la casa’. El H. Senado de la nación argentina: prácticas y discursos en una ‘Casa Política’*”, de Laura Marisa Ferreño.

Enquanto Kneeteman analisa algumas das razões pelas quais um grupo de estudantes da “Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires” inicia sua prática política depois da crise argentina nos anos de 2001 e 2002, Ferreño explora as diferentes perspectivas manifestadas pelos agentes da “Cámara de Senadores de la República Argentina” acerca de seus sentidos de pertencimento e lealdade pessoal em relação a tal instituição. Para tanto, a autora faz uso da categoria nativa de “casa”.

Por fim, a edição traz outros dois textos. O elaborado por Maria Teresa Manfredo apresenta íntima relação com a proposta do Dossiê Rio+20. Trata-se de resenha do livro *População e Sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira*, organizado por George Martine e publicado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) em 2012. O outro texto é de responsabilidade de Manoela Hoffmann Oliveira e trata-se de tradução inédita para o português, do texto *A tragédia de Heinrich von Kleist*, de Georg Lukács (1937).

Agradecemos o trabalho dos membros do corpo editorial da *Idéias* e do Setor de Publicações do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UNICAMP), em especial de Maria Cimélia Garcia. Somos imensamente gratos pela colaboração dos autores dos textos publicados nesta edição e dos pareceristas.

Os Editores

A CIÊNCIA NA RIO+20

*José Eduardo Viglio**, *Gabriela Marques Di Giulio***,
*Ramon Bicudo****, *Francisco Araos Leiva*****

Resumo: O papel e atuação da ciência nas arenas políticas relacionadas aos problemas ambientais constituem um elemento chave para a compreensão da relação entre ciência e sociedade. Inserido nesta discussão, este artigo analisa a atuação dos atores científicos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. Para isso, foram delimitadas empiricamente as ações e decisões dos cientistas no Fórum de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável, organizado pelo Conselho Internacional para a Ciência (ICSU, na sigla em inglês) nos dias que antecederam a conferência. A análise dos documentos produzidos durante esse Fórum e de depoimentos de seus organizadores aponta a tentativa dos cientistas de expandirem suas relações com outros atores sociais na produção e utilização do conhecimento científico em consonância com um discurso institucional que sugere a construção de um novo contrato social entre ciência e sociedade.

Palavras-chave: Rio + 20; ciência e sociedade; ciência e sustentabilidade.

* Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: eduviglio@hotmail.com.

** Doutora em Ambiente e Sociedade pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: gabrieladigulio@yahoo.com.br.

*** Doutorando em Ambiente e Sociedade pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: ramonbicudo@gmail.com.

**** Doutorando em Ambiente e Sociedade pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: franciscoaraos@gmail.com.

Abstract: The role of science in political arenas related to environmental problems is an important key issue for understanding the relationship between science and society. This paper is based on this discussion, and seeks to understand the performance of scientific actors at the United Nations Conference on Sustainable Development – Rio+20. In this work, we focus on actions and decisions of scientists during the Forum of science, technology and innovation for sustainable development, which was organized by International Council for Science (ICSU) in the days preceding the conference. The analysis of some documents produced during this Forum and narratives from the organizers highlights the attempt of scientists to expand their relations with other social actors in the production and use of scientific knowledge in accordance to an institutional discourse that suggests a new contract between science and society.

Keywords: Rio + 20; science and society; science and sustainability.

Introdução

A comunidade científica se reuniu nos dias que precederam a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO + 20* para realização do Fórum de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável (FCTIDS). Este fórum foi organizado pelo Conselho Internacional para a Ciência (ICSU, na sigla em inglês) que abrange a representação das sociedades científicas internacionais e nacionais¹.

O ICSU é uma organização não governamental fundada em 1931 com a finalidade de promover a atividade científica internacional em benefício da humanidade (Academia Brasileira de Ciência, 2012). Atualmente o ICSU possui 120 membros de associações científicas nacionais e 31 membros de associações científicas internacionais e é o coordenador do *major group* científico criado na ECO 92, juntamente com outros *major groups* da sociedade civil² (ICSU, 2012).

¹ A Academia Brasileira de Ciências (ABC) foi designada em 1993 pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) como o representante brasileiro no ICSU.

² Os Major Groups identificados na Agenda 21 da Rio 92 são: mulheres, crianças e jovens, indígenas, organizações não-governamentais,

O envolvimento e participação dos atores científicos neste que pode ser considerado um dos principais eventos da ONU sobre a questão ambiental se configuram num recorte analítico relevante para análises e discussões teóricas e empíricas sobre o papel da ciência nas arenas decisórias relacionadas às questões ambientais. Apesar de a comunidade científica envolvida no fórum não ter poder deliberativo na Rio + 20, suas análises e opiniões foram apresentadas no plenário oficial da conferência. Um eixo analítico relevante neste âmbito seria o de avaliar a influência destes cientistas, como um ator político, no documento final da conferência, a partir da noção de arena³. Porém, mesmo reconhecendo que a ciência assume um papel central na definição coletiva dos problemas ambientais⁴ (Beck, 1992; Yearley, 1992; Irwin, 2001; Hannigan, 2006), os autores deste trabalho acreditam que tal abordagem seria mais exitosa se assumida como premissa

autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, negócios e indústria, comunidade científica e tecnológica e fazendeiros. Na época da Rio 92, o ICSU teve a missão de preparar o capítulo a respeito da ciência para a primeira versão da Agenda 21.

³ A noção de arena provinda de Renn (1992), Hannigan (2006) e Ferreira (2012) se constitui como instrumento teórico e metodológico relevante para analisar e interpretar o papel e atuação dos cientistas na Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Para Hannigan (2006) e Ferreira (2012), a arena pode ser entendida como um sistema de relações ou um *political establishment* no qual os atores dirigem as suas exigências àqueles que são responsáveis pela tomada de decisão, na esperança de influenciar o processo político. A noção de arena remete ainda a uma metáfora para descrever a localização simbólica de ações políticas que influenciam as decisões coletivas (Renn, 1992).

⁴ Beck (1992) atribui um papel central para a ciência no que se refere aos riscos da modernização, na medida em que afirma que a “ciência é uma das causas, meio de definição e fonte de solução dos riscos” (Beck, 1992, p. 155). Ainda para Beck (1992), a invisibilidade dos riscos ambientais da modernidade e a insuficiência da experiência primária e sensorial dos grupos afetados por esses riscos em identificá-los possibilitam a expertise científica ocupar um espaço crucial no processo de definição e mitigação destes riscos.

que não há necessariamente uma relação linear entre ciência e política, de modo que a existência e a disponibilidade de uma base técnica e científica não resultam automaticamente em decisões políticas racionais e corretas⁵ (Funtowicz e Ravetz 1997; Sarewitz, 2004; Pielke, 2007).

No entanto, para além da influência e do papel desempenhado pela comunidade científica no documento final da Rio+20, foi possível constatar que nesta conferência, especificamente no âmbito do Fórum de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável, a comunidade científica desencadeou um processo de reflexão e discussão sobre a própria ciência, sobre possibilidades de atuação mais efetiva nas arenas políticas e sobre o envolvimento e participação de outros atores sociais na produção, validação e utilização do conhecimento científico.

Além disso, neste fórum foram discutidos novos formatos de ciência, além de debatida e definida uma agenda de pesquisa para os próximos dez anos relacionada à temática da sustentabilidade e denominada de *Future Earth*. Ao mesmo tempo, discutiram-se a necessidade de maior integração entre ciências naturais e sociais e a relevância de maior articulação entre aqueles que produzem e aqueles que utilizam a ciência no processo de decisão, principalmente naqueles temas considerados pelo fórum como demandantes de ação política urgente: riscos e desastres, biodiversidade, energia, segurança hídrica e mudanças climáticas.

Foram justamente tais ações e reflexões ocorridas no âmbito da Rio+20 entre a comunidade científica que interessaram a este trabalho. Para isso, foram levantados e analisados os documentos produzidos no âmbito do Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação e complementarmente foram transcritas e analisadas as

⁵ Segundo Pielke, “more information promises little insight into the course (s) of action likely to lead a desired outcome; in some circumstances more information may increase the ambiguity about the relationship between alternative action and desired outcomes” (Pielke, 2007, p. 37).

palestras do 2º *Workshop BIOTA-BIOEN-Mudanças Climáticas*: o futuro que não queremos – uma reflexão sobre a Rio+20, realizado e organizado por cientistas que participaram ativamente do fórum.

Deste modo, este trabalho levanta as seguintes indagações: o que é possível apreender do posicionamento e perspectivas destes cientistas? As questões e os desafios contemporâneos relacionados à temática ambiental e trazidos pela conferência têm o potencial de alterar a relação dos cientistas com o público e com os tomadores de decisão? Estas são as questões centrais que este trabalho pretende discutir. Para isso, recorreu-se a um conjunto de autores inseridos nos estudos sociais da ciência e da tecnologia, sociologia ambiental e sociologia do risco, que vêm discutindo o papel da ciência em situações de riscos, incertezas e controvérsias sociais e científicas.

Reflexões e perspectivas sobre uma nova agenda de pesquisa

O documento produzido pelo ICSU como resultado do Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação aponta temáticas-chave que devem orientar a pesquisa sobre sustentabilidade nos próximos anos. Revisitando alguns dos problemas ambientais que têm dominado a agenda de pesquisa nas últimas décadas e destacando os novos desafios impostos pelas mudanças ambientais globais, identificam-se os avanços e lacunas em questões como biodiversidade, energia e segurança hídrica e propõem novas abordagens para estabelecer uma comunicação mais direta entre os cientistas e os tomadores de decisão. Além disso, o documento aponta a necessidade de pesquisas interdisciplinares com o objetivo de compreender a complexidade dos problemas ambientais, assim como orientar a difusão dos resultados.

Desta maneira, sobre a questão de biodiversidade e os serviços ecossistêmicos destaca-se sua importância para o desenvolvimento sustentável e a necessidade de orientar a pesquisa na elaboração de propostas que gerem soluções

relevantes politicamente. Os cientistas destacam que é preciso o diálogo e a construção de redes entre os diversos *stakeholders* relacionados às questões de conservação e uso da biodiversidade, sem restringir-se aos atores científicos. Reforça-se, ainda, a importância de desenvolver um componente de pesquisa interdisciplinar focado nas dimensões sociais da governança ambiental, integrando ciências naturais e sociais. Estes apontamentos podem ser observados no documento de recomendações do FCTIDS-ICSU:

We must incorporate the multiple values of biodiversity and ecosystem services into policy and management decisions, and reduce inequities in access to the benefits derived from biodiversity and ecosystem services (ICSU, 2012 – INPUT FOR RIO+20 COMPILATION DOCUMENT, p. 03).

Unprecedented challenges require novel, innovative responses. Rio+20 must call for incentives (...) innovation to achieve sustainable development, and for novel transdisciplinary research programmes in this context (ICSU, 2012 – INPUT FOR RIO+20 COMPILATION DOCUMENT, p. 02).

Dentre os novos temas abordados no documento destacam-se os *riscos e desastres naturais*, identificados como uma nova área de atuação da ciência que demanda políticas públicas de adaptação e mitigação no curto e longo prazo. Mostra-se preocupação em avançar nas pesquisas interdisciplinares e no investimento na formulação de iniciativas relacionadas à preparação da população para enfrentar desastres. Reconhece-se também que esta dimensão ambiental é intrinsecamente social e que está composta tanto por elementos materiais quanto por socioculturais. Segundo expresso no documento, a ausência desta visão seria um agravante na forma de tratar o tema de maneira integrada:

The world faces an increasing loss of human lives, livelihoods and economic assets due to natural and human induced disasters. There is an intrinsic relationship between disaster risk reduction, sustainable development and poverty eradication. An urgent priority is to strengthen significantly disaster preparedness using knowledge, innovation and education for effective response at all levels (ICSU, 2012 – INPUT FOR RIO+20 COMPILATION DOCUMENT, p.12).

Essa perspectiva foi reforçada durante a palestra *proferida pela representante do ICSU no Brasil, que salientou que* o desenvolvimento da ciência e tecnologia das próximas décadas no caminho de uma política adequada para atingir o desenvolvimento sustentável passa pela integração entre iniciativas e propostas que já existem e pela integração de políticas públicas. No documento final de recomendações do fórum, também é revelada a visão dos cientistas sobre a necessidade de um novo contrato entre ciência e sociedade.

The Rio+20 conference should decide to launch a process to develop a new contract between science, engineering and society to deliver the knowledge necessary for a sustainable future (ICSU, 2012 – INPUT FOR RIO+20 COMPILATION DOCUMENT, p.06, grifos no original).

Um aspecto que perpassa todas as dimensões ambientais apontadas pelos documentos é a preocupação dos cientistas de participar do processo de formulação de políticas e de transformar-se num ator fundamental nos processos de decisão e escolha dos modelos de desenvolvimento.

Rio+20 is a crucial opportunity for governments to recognize, enhance and map out the vital relationship between Policy-making and Science, Engineering, Technology and Innovation, within a multi and trans-disciplinary framework (ONU, 2012 – OUTCOME DOCUMENT OF THE

SUMMIT CONFERENCE RIO+20 WFEO INPUTS AND CONTRIBUTIONS, p. 01).

Um dos problemas ambientais de maior impacto público, segundo este documento, são as *mudanças climáticas* e a este respeito os cientistas reforçam a necessidade de um papel mais ativo dos cientistas no desenho e desenvolvimento da agenda de pesquisa, assim como na defesa dos resultados de suas investigações. Destacam-se, na intervenção da representante do ICSU no Brasil, a necessidade de gerar uma visão integrada das mudanças ambientais e climáticas e o imperativo de cientistas e políticos trabalharem juntos na elaboração de políticas públicas.

Outra dimensão apontada é a de *segurança hídrica*. Nesta matéria o documento reforça a necessidade de desenvolver instrumentos de governança para o uso da água no planeta, focando a gestão dos recursos hídricos através da combinação de escalas temporais e espaciais. O documento ressalta a importância de esforços por parte dos cientistas para entender os impactos das mudanças ambientais sobre a água e integrar as relações desta com a produção de alimentos, a produção energética e a conservação da biodiversidade. No debate científico ressaltam-se os graus de incerteza a respeito dessas relações e a dificuldade em comunicá-las para o público e outros *stakeholders*. Esta questão foi trazida pelos cientistas para reforçar as lacunas de conhecimento técnico científico.

Com relação à *segurança energética*, o documento reforça a relação entre mudanças ambientais globais e emissões de gases de efeito estufa, destacando a urgência em diminuí-las. Reconhece-se, ainda, que a sustentabilidade do setor energético passa também por mudanças substanciais no nível sociocultural.

Todas estas observações e recomendações concretizam-se no programa lançado pela comunidade científica associada ao ICSU "*Future Earth – research for global sustainability*", endossado a partir dos debates e negociações que ocorreram no âmbito do Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável durante a Rio+20. Para os dirigentes do ICSU, o *Future*

Earth é uma plataforma de pesquisa integrada baseada na colaboração interdisciplinar entre ciências naturais e sociais, economia e desenvolvimento tecnológico.

Esta iniciativa internacional de pesquisa para os próximos dez anos busca desenvolver conhecimento para responder efetivamente aos riscos e oportunidades das mudanças ambientais globais e para suportar transformações necessárias para a sustentabilidade global nas próximas décadas. Para isso, deverá mobilizar cientistas de todo o mundo e fortalecer parcerias com tomadores de decisão e outros *stakeholders* para prover opções e soluções sustentáveis.

A iniciativa visa atender a cinco objetivos: (i) promover pesquisas de soluções orientadas para a sustentabilidade; (ii) promover colaboração interdisciplinar; (iii) prover informações para os tomadores de decisão; (iv) garantir participação de diferentes atores no delineamento e produção das agendas de pesquisa e aumentar a capacidade científica, tecnológica e inovadora especialmente em países em desenvolvimento; (v) colaborar para o engajamento de uma nova geração de cientistas⁶.

Repensando a ciência?

As discussões dos cientistas no âmbito do fórum realizado destacam a importância de uma política científica mais integrada e de esforços de diálogo entre cientistas e outros *stakeholders*. Ao salientarem que cientistas e tomadores de decisão devem delinear juntos a pesquisa e gerenciarem conjuntamente o conhecimento necessário, as recomendações propostas pela comunidade científica internacional evidenciam um novo contrato entre ciência e sociedade e novas possibilidades de fazer pesquisa.

Esse debate sobre novas estratégias de pensar, delinear, produzir e usar o conhecimento científico não é novo e tem sido retratado na produção científica, liderada, sobretudo, por estudos desenvolvidos no âmbito do campo interdisciplinar de Ciência,

⁶ Consultar <http://www.icsu.org/future-earth>.

Tecnologia e Sociedade (CTS), da sociologia do conhecimento científico e da sociologia do risco. Estes estudos buscam analisar o diálogo entre aqueles que produzem conhecimento científico e aqueles que usam esse conhecimento para tomar decisões coletivas e individuais (Renn, 2008; Berkhout et al., 2003; Boholm, 2008; Owens, 2000; Pielke Jr, 2007; Di Giulio, 2010; Di Giulio et al., 2012) e as controvérsias sóciotécnicas e conflitos entre os atores, compreendendo, assim, que o interesse coletivo é produto de negociações, conflitos sociais e alianças (Ferreira, 2012, 2006, 2005; Guivant, 2006, 2004, 2000; Jasanoff, 2005, 2003; Wynne, 2005; 1996; 1989; Nelkin, 1975; Viglio, 2012).

A recomendação oficial declarada agora pela ICSU, de que é preciso prover informações para os tomadores de decisão e garantir participação de diferentes atores no delineamento e produção das agendas de pesquisa, endossa essa discussão sobre o novo contrato entre ciência e sociedade e sobre as possibilidades participativas de produção de conhecimento científico.

Funtowicz e Ravetz (1997) discutem a chamada ciência pós-normal, destacando a necessidade de uma comunidade ampliada de pares para pensar e tratar as questões atuais, especialmente os novos problemas relacionados a riscos e ao meio ambiente, que “têm aspectos comuns que os distinguem dos problemas científicos tradicionais: os fatos são incertos, os valores, controversos, as apostas, elevadas e as decisões, urgentes” (Funtowicz e Ravetz, 1997, p. 219).

A ciência pós-normal emerge como resposta aos desafios relacionados ao enfrentamento dos problemas ambientais; possibilita um caminho para a democratização da ciência e uma resposta às tendências correntes da pós-modernidade, uma vez que parte da ideia de que tanto a função de controle de qualidade como a avaliação crítica dos problemas ambientais não podem ser mais desempenhadas por um corpo restrito de especialistas. O diálogo sobre a qualidade e a formulação de políticas, como defendem os autores, devem ser estendidos a todos os afetados pela questão – a uma comunidade ampliada dos pares.

Corburn (2007), ao discutir uma nova possibilidade na produção de conhecimento científico, aborda o modelo de coprodução, que parte da ideia de que as questões técnicas não estão separadas do contexto social e que a pluralidade de participantes que se engajam no processo decisório pode contribuir para decisões mais justas e legítimas cientificamente. Neste modelo, as questões técnicas não são vistas como separadas do contexto social; ao contrário. Como observam os estudos desenvolvidos no âmbito do campo interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e da sociologia do conhecimento científico, diversos segmentos da sociedade participam da construção do próprio enunciado da ciência; a produção do conhecimento não está fora das relações sociais e de poder, sendo influenciado e em muitos casos determinado por elas. A sociedade e a mudança técnica se modelam reciprocamente. Se os novos produtos e processos desenvolvidos pela ciência transformam as estruturas sociais, os comportamentos e as mentalidades, a difusão de uma tecnologia também depende da interação de outros fatores como as políticas econômicas e sociais, as instituições sociais envolvidas, os costumes locais e os valores.

O modelo de coprodução passa também pelo reconhecimento de que, para lidar com as questões atuais, sobretudo os problemas ambientais, é preciso envolver uma pluralidade de participantes que se engajam no processo de produção de conhecimento e no processo decisório.

Callon (1999) argumenta que no modelo de coprodução de conhecimento, o público é visto como um grupo participante, cujos interesses são afetados por uma decisão; há aprendizagem coletiva e a legitimidade vem da habilidade do público em ganhar reconhecimento por suas ações.

Como reconhecem Felt e Wynne (2007), nesta proposta a ciência estaria atrelada diretamente ao público; os cidadãos estariam envolvidos no processo de construção do conhecimento; o conhecimento criado nos laboratórios ainda seria central, mas seria produzido num quadro diferente, nutrido por ações dos cidadãos e pelo mútuo enriquecimento.

Na prática, isso pode ocorrer de diferentes formas. Os autores citam o exemplo das estratégias de participação pública informal, como as associações de pacientes e de vítimas que se mobilizam para intervir nas orientações de novas pesquisas e contribuem ativamente para o conhecimento útil sobre suas doenças. Esses indivíduos entram em uma área, antes dominada por especialistas, e passam a ser novos atores no domínio da ciência, inovação e governança⁷.

As parcerias entre cientistas, público e *stakeholders* na tentativa de produzir novos conhecimentos e ferramentas de pesquisa mais efetivas também são analisadas por Wilsdom *et al.* (2005). Os autores, ao buscarem discutir o valor público da ciência, argumentam que o engajamento do público na produção do conhecimento científico é, de fato, uma forma de manter e renovar o contrato social que suporta a Ciência. Essa estratégia, denominada pelos autores de *upstream engagement*, passa pelo reconhecimento de que a maior inserção e participação do público nas decisões tomadas podem promover a discussão dos valores públicos da ciência e encorajar o diálogo entre cientistas e público que vai além das proposições competitivas, mas alcança uma discussão de visões e finalidades.

Ainda nesse debate, há a abordagem da pesquisa participativa comunitária (*community-based participatory research*), entendida como um novo paradigma de produção de conhecimento científico que busca construir uma ponte entre ciência e prática através do engajamento público e da ação social, bastante adotada na área da saúde (Wallerstein e Duran, 2010). Há também a perspectiva da pesquisa de intervenção (*intervention research*), discutida, por exemplo, por Rothman e Thomas (1994). Essa abordagem parte de uma perspectiva integrada de produção de conhecimento que leva em

⁷ A atuação de portadores do vírus HIV e os estudos sobre a AIDS conduzidos nos Estados Unidos exemplifica essa estratégia de participação. Essas experiências de engajamento têm como elemento central o fato de que seus participantes são agentes conhecedores, capazes de praticar experimentos.

conta tanto as implicações para a condução de pesquisas como para a prática, no sentido de promover transformações na realidade estudada.

Outra abordagem discutida é a da governança do risco, que propõe um novo arranjo institucional no qual o processo decisório é coletivo, envolvendo atores governamentais e não governamentais. Jasanoff e Martello (2004) apontam que, no processo de governança, as limitações da ciência (as incertezas e a ignorância), bem como o reconhecimento das dimensões sociais na produção do conhecimento constituem justificativas fortes no que se refere ao espaço e à atenção que merecem as perspectivas locais e os conhecimentos tradicionais. No modelo de governança do risco, entende-se a necessidade de envolvimento dos *stakeholders* e do seu empoderamento na participação e construção do discurso, do processo de construção conjunta do problema a ser enfrentado e das opções de gerenciamento e da possibilidade de estabelecer uma conexão entre aqueles que participam da decisão e aqueles que a implementam (no nível político).

O Programa *Future Earth*, as proposições por ele lançadas bem como as recomendações dos cientistas do ICSU vêm ao encontro desse debate atual sobre uma produção de conhecimento mais participativa e engajada. Renovam, assim, o compromisso que cientistas de diferentes áreas, especialmente aqueles que se debruçam sobre questões relacionadas aos riscos ambientais, têm firmado com o público e os tomadores de decisão: a necessidade de estreitar o diálogo e articulação entre cientistas, público e *stakeholders* da política e economia.

Se, por um lado essa perspectiva mais participativa e democrática de produção de conhecimento científico pode ser o começo para um processo de deliberação⁸ e de avaliação social,

⁸ Entende-se deliberação como uma tentativa de solucionar determinado conflito através da comunicação e participação coletiva. Inclui, assim, diferentes formas de argumentação e comunicação e implica igualdade entre os participantes envolvidos, a necessidade de justificar e discutir todos os tipos de reivindicações e estruturar uma orientação voltada à

que proporciona o diálogo entre cientistas, *stakeholders* e público em todos os estágios do processo de pesquisa e desenvolvimento, buscando, assim, possibilidades concretas de lidar com as questões atuais, especialmente os problemas relacionados a riscos e ao meio ambiente; por outro, não se pode negar que essa abertura à participação também é uma forma de garantir mais legitimidade à ciência.

Como argumentam Gieryn (1983, 1985) e Jasanoff (1990), os cientistas reconhecem que sua legitimidade cultural também depende da utilidade dos resultados científicos na tomada de decisão. A ciência, hoje, deixou de ser somente valorizada simplesmente por avançar o conhecimento e passa a ter cada vez mais sentido por seus resultados em termos de impacto na sociedade e na produção.

Frente a isso, o desafio dos cientistas é se colocarem próximo da política sem pôr em risco tal autoridade associada com sua independência, sabendo que os políticos tendem a estar próximos da ciência como forma de legitimação de suas decisões, mas, ao mesmo tempo, procurando estabelecer uma clara fronteira com esta a fim de não parecerem tecnocráticos ou conduzidos pelos *experts* (Jasanoff, 1990).

Considerações finais

A partir da análise dos documentos produzidos no âmbito do fórum e do evento científico que reuniu pesquisadores brasileiros para uma avaliação da Rio+20, é possível pensar a aproximação da ciência com outros atores a partir de diferentes enfoques:

aprendizagem e compreensão mútua. A deliberação exerce três funções: i) definir o papel e a relevância de diferentes formas de conhecimento envolvidas para garantir uma escolha informada; ii) lidar com incertezas e buscar escolhas justas; iii) direcionar as preocupações dos grupos afetados e do público em geral, em situações de riscos associados a um elevado nível de ambiguidade (Renn, 2008).

(i) os cientistas buscariam suporte não mais apenas junto aos políticos, mas se relacionariam e buscariam parcerias com outros atores sociais (empresas, mídia, organizações não governamentais e movimentos sociais), reconhecendo que a arena ambiental atual é polifônica, composta de múltiplos atores, com o objetivo de influenciarem a tomada de decisão;

(ii) o reconhecimento dos cientistas naturais de que o modelo linear de produção de conhecimento científico (ciência como provedora de uma base segura e racional para tomada de decisão) seria uma perspectiva incapaz de alcançar os impactos esperados pela ciência;

(iii) o reconhecimento de que a legitimidade cultural da ciência também dependeria da utilidade dos resultados científicos na tomada de decisão, assim, a aproximação com outros atores seria uma forma de manter e renovar o contrato social que suporta a Ciência;

(iv) uma nova perspectiva de que essas questões atuais, com seus impactos e magnitude dos riscos, colocariam a necessidade de uma divisão de responsabilidades.

Ao analisar os documentos produzidos, é possível pensar que se por um lado os cientistas apontam a necessidade de mais informações e de preencher as lacunas existentes e, para isso, a necessidade de mais pesquisas – ainda que desenvolvidas através de estratégias mais participativas, abertas ao diálogo e articulação com outros atores sociais; por outro, reconhecem que nem sempre mais desenvolvimento científico e tecnológico pode garantir mudanças em direção a um desenvolvimento sustentável. Os comportamentos individuais, coletivos e institucionais são fundamentais nesse processo; assim como as mudanças substanciais no nível sociocultural.

A busca por um novo contrato social entre ciência e sociedade passa pela tentativa de se articular com outros atores e dividir responsabilidades em todas as etapas do processo de produção de conhecimento. Todavia, mesmo nesse novo contrato, as incertezas científicas – que fazem parte do processo de produção da ciência – parecem ainda ser são atenuadas, não explicitadas

publicamente, a fim de não colocar em cheque a credibilidade científica.

Contudo, esse tratamento em relação à incerteza é desafiado pelas situações ambientais atuais. O caso ocorrido em Áquila, na Itália, exemplifica essa questão. A sentença histórica que condenou seis geólogos italianos e um oficial do governo, que faziam parte da Comissão Nacional de Grandes Riscos, por não terem fornecido alerta adequado sobre o terremoto de 2009 que devastou a cidade medieval italiana, demonstra a necessidade de enfrentamento das incertezas científicas, com o objetivo de lidar com a responsabilidade política e jurídica da atuação dos cientistas.

Referências Bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA (ABC). *Conselho internacional para a ciência*. Disponível em: <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=72>. Acesso em: 01 nov. 2012.
- BECK, U. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: SAGE Publications, 1992.
- BERKHOUT, F.; LEACH, M.; SCOONES, I. *Negotiating environmental changes: new perspectives from social science*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2003.
- BOHOLM, A. "Editorial: New perspectives on risk communication: uncertainty in a complex society". *Journal of Risk Research*, London, v. 11, Issue 1-2, p. 1-3, 2008.
- CALLON, M. "The role of lay people in the production and dissemination of scientific knowledge". *Science, Technology & Society*, [s/l], v. 4, n. 1, p. 82-94, March 1999.
- CORBURN, J. "Community Knowledge in environmental health science: co-producing policy expertise". *Environmental Science & Policy*, [s/l], v. 10, Issue 2, p. 150-161, April 2007.

- DI GIULIO, G. M. *Risco, Ambiente e Saúde: Um debate sobre comunicação e governança do risco em áreas contaminadas*. São Paulo: Annablume, 2012.
- DI GIULIO, G. M.; VIGLIO, J. E.; FERREIRA, L. C. *Building dialogue between "those who make science" and "those who use science to make decisions": a Brazilian case study*. In: Planet Under Pressure, Londres, 2012.
- DI GIULIO, G. M. et al. "Participative risk communication as an important tool in medical geology studies". *Journal of Geochemical Exploration*, [s/l], 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.gexplo.2012.06.005>>.
- FELT, U.; WYNNE, B. *Science and governance: taking European knowledge society*. 2007. Disponível em: http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/european-knowledge-society_en.pdf. Acesso em: 09 jul. 2008.
- FERREIRA, L. C. "Conflitos sociais e o uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos técnicos e linhas de pesquisa". *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 105-118, 2005.
- _____. "Os fantasmas do Vale: conflitos em torno do desastre ambiental em Cubatão". *Política & Trabalho*, João Pessoa, ed. 25, p. 165-188, 2006.
- _____. "A Equação Dinâmica entre Conflitos Sociais, Recursos Naturais e Desastres Ambientais: O Estado da Arte e uma Proposta Teórica". *Anais: VI Encontro Nacional da ANPPAS*, 18 a 21 de setembro de 2012, Belém – PA – Brasil.
- FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. "Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais". *História Ciência Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701997000200002&lng=en&enrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2008.

- GUIVANT, J. S. "Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos". In: HERCULANO, S. (org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: UFF, 2000, p. 281-303.
- _____. "A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública do Brasil". In: *Ciência, Tecnologia + Sociedade: Novos Modelos de Governança*. Brasília, 06 a 11 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.nisra.ufsc.br/pdf/A%20governana%5B1%5D...pdf>>.
- _____. "Transgênicos e percepção pública da ciência no Brasil". *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 81-103, 2006.
- HANNIGAN, J. *Environmental Sociology*. London/New York: Routledg, 2006.
- INTERNATIONAL COUNCIL FOR SCIENCE (ICSU). *Science and Technology for Rio+20*. Disponível em: <<http://www.icsu.org/rio20/home/rio-icsu-info-sheet>>. Acesso em: 01 out. 2012.
- _____. *Input for Rio+20 Compilation Document*. Disponível em: <<http://www.icsu.org/rio20/documents/icsu-submission-to-rio-20-outcome-document>>. Acesso em: 01 out. 2012.
- IRWIN, A. *Sociology and the Environment*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- JASANOFF, S. "Technologies of humility: citizen participation in governing science". *Minerva*, [s/l], v. 41, p. 223-244, 2003.
- _____. *Designs on nature: Science and Democracy in Europe and the United States*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.
- JASANOFF, S.; MARTELLO, M. L. (orgs.). *Earthy Politics: local and global in Environmental Governance*. Cambridge, USA: MIT Press, 2004.
- NELKIN, D. *Technological decisions and democracy: European Experiments in Public Participation*. London: Sage Publications, 1977.

- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Outcome Document of the Summit Conference Rio+20 WFE0 Inputs and Contributions*. Disponível em: <<http://www.uncsd2012.org/content/documents/70WFE0InputsContributions.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2012.
- OWENS, S. "Engaging the public: information and deliberation in environmental policy". *Environment and Planning A*, [s/l], v. 32, p. 1141-1148, 2000.
- PIELKE JR., R. *The honest broker: making sense of science in policy and politics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.
- RENN, O. "The social arena concept of risk debates". In: KRIMSKY, S. (ed.). *Social theories of risk*. Westport: Greenwood Publishing Group, 1992, p. 179-196.
- _____. *Risk governance: coping with uncertainty in a complex world*. London: Earthscan, 2008.
- ROTHMAN, J.; THOMAS, E. (eds). *Intervention research-design and development for human service*. New York: The Haworth Press, 1994.
- VIGLIO, J. E. *Usos sociais e políticos da ciência na definição de riscos e impactos ambientais no setor de petróleo e gás*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- WALLERSTEIN, N.; DURAN, B. "Community-based participatory research contributions to intervention research: the intersection of science and practice to improve health equity. *American Journal of Public Health*, [s/l], Supplement 1, v. 100, n. S1, 2010.
- WILSDOM, J.; WYNNE, B.; STILGOE, J. *The public value of science: or how to ensure that science really matters*. London: Demos, Magdalen House, 2005. Disponível em:

<http://www.demos.co.uk/files/publicvalueofscience.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2008.

WYNNE, B. "Sheep farming after Chernobyl: a case study in communicating scientific information. *Environment Magazine*, [s/l], v. 31, p. 10-15, 1989a.

_____. "May the sheep safely graze? A reflexive view of the expert-lay knowledge divide". In: LASH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. (eds.). *Risk, environment and modernity*. London: Sage Publications, 1996.

_____. "Risk as globalizing "democratic" discourse? Framing subjects and citizens". In: LEACH, M.; SCOONES, I.; WYNNE, B. (eds). *Science and citizens: globalization and the challenge of engagement*. London: Zed Books, 2005, p. 66-82.

YEARLEY, S. "Green ambivalence about science: legal-rational authority and the Scientific legitimation of a social movement". *The British Journal of Sociology*, London, v. 43, n. 4, p. 511-532, December 1992.

MUITO RUÍDO E POUCAS VOZES: OS DISCURSOS
NA RIO+20 E A GOVERNANÇA GLOBAL PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

Roberto Guimarães*
Yuna Fontoura**

*“Até que ponto nós, como indivíduos, preferimos
morrer em vez de nos adaptarmos e sobreviver?”
(DIAMOND, 2006, p. 517).*

O propósito deste ensaio é realizar uma reflexão crítica, informada por uma abordagem de discurso que mais se aproxima da Genealogia de Michel Foucault, uma vez que, a partir da busca

¹ Versão resumida e atualizada de artigo submetido pelos autores para publicação no número especial de Cadernos EBAPE, Volume X, número 3, setembro de 2012.

* Doutor em ciência política; Professor e Coordenador do MBA em Gestão do Ambiente e Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas e Professor visitante do Doutorado em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas; Fellow do Wissenschaftskolleg, Instituto de Estudos Avançados de Berlim; Pesquisador Principal da Dimensão Socio-Ecológica da Rede sobre Desigualdades na América Latina; Ex-Chefe de Análise Social e Política da ONU; Coordenador Técnico nas Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92, Rio+5 e Rio+10). E-mail: robertoguimaraes@hotmail.com.

** Doutoranda em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), mestre em Administração Pública, bacharel em Administração. E-mail: yuna.fontoura@fgv.br.

pelas descontinuidades, das singularidades dos eventos e dos contornos sutis (sem uma finalidade monótona), este método permite um diagnóstico centrado nas relações de poder, na “biopolítica” e na discussão sobre a governança e governabilidade (Foucault, 1972, 2000, 2009; Burrell, 1998; Motta e Alcadipani, 2004). Desta forma, ao analisar os principais discursos que pautaram a Rio+20, buscou-se aprofundar nas relações de poder existentes e, por sua vez, nos principais atores envolvidos. Entretanto, o ensaio não se atém às especificações da Genealogia foucaultiana propriamente dita, uma vez que não se pretende ter por foco a análise precípua de poder.

Dada a corrente dificuldade em lidar com a natureza do ensaio em diferentes campos disciplinares, é importante destacar a priori que “na produção de um ensaio, não ocorre o “aprisionamento formal do ensaísta com o objeto empírico”, permitindo assim “refletir em todas as direções” e “aventurar-se na compreensão do objeto por associações ou analogias, sem, contudo, render-se ao formalismo da técnica científica tradicional” (Meneghetti, 2011, p. 327). Meneghetti (2011) destaca ainda que

No ensaio, o empírico já está apreendido pela consciência do ensaísta, e este reflete criticamente sobre o objeto. [...] O caráter do objeto refletido pelo ensaísta está associado à capacidade de estabelecer relações diversificadas entre o ensaísta, o objeto apreendido e outros objetos que possam relacionar-se aos dois primeiros (Meneghetti, 2011, p. 326).

Desta forma “no ensaio, não é preciso uma conclusão no sentido tradicional; cada parte é uma conclusão por si mesma. No desenvolvimento do ensaio, são geradas as próprias conclusões para as reflexões anunciadas inicialmente em forma de questionamentos” (Meneghetti, 2011, p. 330).

Esclarecidas as principais especificidades de um ensaio teórico iniciamos a reflexão sobre os discursos que sobressaíram

durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Ressalta-se, todavia, que estes discursos não foram apenas enfatizados durante o evento oficial, mas também nos eventos paralelos à cúpula, bem como pelos meios de comunicação, ressaltando a magnitude que tais discursos ganharam durante o evento, transpassando as fronteiras entre ciência, sociedade e governo. São eles: o discurso da segurança alimentar; o da insuficiência do Produto Interno Bruto (PIB) para medir a sustentabilidade do desenvolvimento; o da credibilidade científica; a economia verde; e, por fim, da importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável. Embora sem que um consenso tenha sido alcançado, estes discursos foram amplamente debatidos, sendo defendidos ou até mesmo rejeitados.

Vinte anos após a Rio-92, principal marco global em prol do desenvolvimento sustentável, a Rio+20 tinha como objetivo central a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável firmados anteriormente nas principais cúpulas sobre o tema, a fim de avaliar o progresso, identificar lacunas na implementação das decisões adotadas, além do estabelecimento de emergentes (UNCSD, 2012a). Em um contexto de recessão econômica global e mediante a constatação de que pouco se avançou no que tange ao desenvolvimento sustentável nas últimas décadas (Guimarães e Fontoura, 2010; UNEP, 2012) com uma contra-tendência em querer resolvê-lo, a conferência iniciou no dia 13 de junho de 2012 com elevado descrédito por parte da sociedade civil, dos meios de comunicação e da comunidade científica (Antunes e Angelo, 2012; Carvalho, 2012; FOEI, 2012; GREENPEACE, 2012a, 2012b, 2012c; Nogueira, 2012; Pires, 2012a, 2012b; WWF, 2012; Veja, 2012). Além da participação dos chefes e representantes de Estado (mais de 190 países mandaram representantes para o Rio), estiverem presentes nos eventos paralelos: sociedade civil global (composta principalmente por Organizações Não Governamentais – ONGs, cooperativas, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, grupos religiosos e demais movimentos sociais); cientistas de

diferentes áreas; *think tanks*, comunidades epistêmicas, políticos e representantes do setor privado.

Como um dos discursos mais acentuados na Rio+20, a segurança alimentar foi amplamente debatida sob o argumento central da instabilidade no sistema alimentar, em especial no que se refere à governança alimentar (fortalecimento dos mecanismos de governança e principais atores envolvidos). A segurança alimentar objetiva todo o processo em que o alimento é produzido, processado, distribuído, vendido e consumido. Neste caso, a segurança alimentar estaria ameaçada quando este sistema estivesse sob tensão (Gregory, Ingram e BRKLACICH, 2005).

O atual estado de segurança alimentar global e nutrição é decididamente alarmante. Contraditoriamente, embora a produção mundial de alimentos se mantenha acima da demanda global por muitos anos, cerca de um bilhão de pessoas não possuem acesso à quantidade mínima de calorias diárias. Além disso, enquanto um bilhão de pessoas sofrem deficiência mineral e vitamínica, um bilhão de pessoas sofre de excesso de peso e obesidade. As doenças transmitidas pela alimentação, advindas da ingestão de alimentos contaminados com microrganismos ou produtos químicos, também constituem a pauta da segurança alimentar (FAO, 2012). Publicado em 2011, o relatório da FAO "*The state of food insecurity in the world*" evidenciou que a crise financeira de 2008 agravou a (in)segurança alimentar, aumentando o preço dos alimentos e, por sua vez, o número de pessoas desnutridas (FAO, 2011). Estima-se que em 2050 a população mundial seja de 9 bilhões de pessoas, o que requer um aumento de 70% da produção de alimentos (Bullock et al., 2012). Soma-se a isto, segundo estudos na FAO, que o impacto da mudança climática na segurança alimentar tende a ser maior em um futuro próximo (FAO, 2009).

O governo brasileiro liderou este tema durante as negociações na Rio+20. Após muito debate, foi acatada a decisão do Canadá e da Austrália de retirarem a menção à "soberania alimentar", substituindo para "intensificação da produção sustentável de alimentos", não agradando os representantes da sociedade civil, dos países africanos e de Indonésia, com

populações dependentes da produção agrícola e com elevado índice de pobreza (Pires, 2012b; GREENPEACE, 2012d). Por fim, o documento final não apresentou propostas concretas e efetivas para a segurança alimentar, reconhecendo apenas a sua importância e a necessidade de se repensar um sistema que tenha fundamento a agricultura sustentável, que garanta a qualidade do ecossistema marinho, o direito universal à alimentação, da importância da gestão de riscos de forma a evitar a alta volatilidade dos preços dos alimentos, da adoção de estratégias que sejam internacionais, regionais e locais, do importante papel da FAO, e por fim, reafirmam a necessidade de se estabelecer um sistema de comércio multilateral mais equitativo, não discriminatório com regras bem definidas que vise promover a agricultura em países em desenvolvimento (UNCSD, 2012b).

Logo, a ausência de propostas reais e objetivas em favor da segurança alimentar reafirma os interesses do agronegócio, modelo este responsável pela atual crise alimentar com base no mercado, pelo desestímulo à produção familiar de alimentos e aumento da dependência da importação, e que, ao longo dos anos, também reduz a mão de obra do campo gerando êxodo rural, aumentando a concentração de terras e a utilização de agrotóxicos, contribuindo ainda para a privatização das sementes e produção de alimentos transgênicos.

No caso do Brasil, a produção de *commodities* gera impactos como o desmatamento, a contaminação por produtos agroquímicos e a perda de fertilidade do solo. Contudo, esta continua sendo a opção política do Estado e incentiva os latifundiários e as empresas transnacionais (ETNs) produtoras de semente que ditam as regras, não apenas no Brasil, mas ao redor do mundo. Já o modelo de soberania alimentar, proposto pelos principais eventos da sociedade civil global, a Cúpula dos Povos e os Diálogos sobre a Sustentabilidade Global, foi descartado pelos representantes dos governos. Neste caso, verifica-se o fracasso do Brasil nas negociações, apesar de ser o segundo maior produtor de transgênicos do mundo, um país

agroexportador e megabiodiverso ao mesmo tempo, favorecendo cada vez mais a “insegurança” alimentar.

Outro discurso com grande repercussão durante a Rio+20 foi a necessidade de um índice que substituísse o PIB como principal indicador de riqueza e desenvolvimento dos países. Para os críticos do PIB, a principal deficiência do índice é que ele mede o fluxo da riqueza que é monetizado pelas transações no mercado, mas não inclui os custos sociais e ambientais envolvidos na produção dessa riqueza. A percepção de que o PIB não responde mais à complexidade atual é crescente não apenas no meio científico e de economistas, mas também entre sociedade civil global, governantes e representantes de organismos internacionais, como ressalta o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon: “Precisamos de um novo paradigma econômico que reconheça a paridade entre os três pilares do desenvolvimento sustentável: bem-estar social, econômico e ambiental. Os três definem a felicidade global bruta” (Vialli, 2012).

Durante a Rio+20, a ONU em conjunto com o *International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change* (IHDP) (*think tank* ligado à *United Nations University*) divulgou no Relatório de Riqueza Inclusiva 2012 o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), como indicador alternativo ao PIB. O IRI evidencia aos governos a real situação da riqueza de seus países e a sustentabilidade de seu crescimento. O relatório demonstrou as alterações na riqueza inclusiva em 20 países tendo como resultado significativas alterações quando comparado ao PIB. Por exemplo, quando o desempenho do Brasil e da China no período são medidos pelo IRI, suas economias crescem, respectivamente, 18% e 45%, ao invés de 31% e 422% (PNUMA, 2012).

Este discurso de substituição ao PIB foi liderado pelo Reino Unido (estabeleceu uma Comissão para o Capital Natural junto ao governo) e pela França (apoiou a já conhecida Comissão Stiglitz – *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*) e com apoio do governo japonês (PIRES, 2012a). Entretanto, a única menção a este discurso no Futuro que Queremos limitou-se a uma frase na qual os governos apenas

reconhecem a necessidade de medidas mais amplas de progresso que “complementem” o PIB e solicitam à Comissão Estatística das Nações Unidas, junto às demais entidades do sistema ONU e outras organizações, que estabeleçam um programa voltado para esta questão (UNCSD, 2012b). Em resumo, em nenhum momento o documento menciona o IRI como possível índice, não propõe nenhum índice substituto, e muito menos se aprofunda em analisar o por quê de o PIB estar ultrapassado e as consequências de sua permanência como principal indicador de riqueza e desenvolvimento. Este fato demonstra mais uma vez o quão esvaziado ficou o documento final da conferência.

A “credibilidade científica” também foi um discurso de destaque durante a Rio+20. Embora seja reconhecido que a comunidade científica não compartilha de uma única opinião a respeito dos temas abordados na cúpula (por exemplo, para alguns cientistas a introdução dos transgênicos na agricultura é uma solução para a segurança alimentar, para outros ela representa uma ameaça), sua “credibilidade” emergiu como “legitimador” das futuras ações que a humanidade deva tomar rumo ao desenvolvimento sustentável. Ou seja, este discurso reforça a supremacia da ciência por meio de duas questões centrais: a) a “verdade/solução” para o desenvolvimento sustentável está na ciência; b) se a solução da ciência é esta, então devemos acatá-la. Todavia, após anos de debate em torno do papel da ciência, é notório e compartilhado pelos autores deste ensaio que não existe neutralidade científica e um modelo generalizável para todas as realidades sociais. Como Francis M. Cornford, professor de Literatura Clássica em Cambridge, indicou em seu afiadíssimo e espirituoso *Microscopographia Acadêmica: Being a Guide for the Young Academic Politician* em 1908:

Você pensa (não é mesmo?) que basta formular uma argumentação razoável, e as pessoas devem ouvir a razão e obedecer imediatamente. É justamente esta convicção que o faz tão desagradável. Há pouca esperança em dissuadi-lo;

mas já lhe ocorreu que nada jamais é feito até que todos estejam convencidos de que deve ser feito, e estão convencidos há tanto tempo que já terá sido hora de se fazer outra coisa? (CORNFORD, 1908:3).

Tal “credibilidade científica” foi apontada nos meios de comunicação (Angelo, Rodrigues e Menchen, 2012; Pires, 2012a; Souza, 2012; Watts, 2012; Wilson, 2012), nos eventos paralelos à cúpula (CÚPULA DOS POVOS, 2012a; RSF, 2012a, 2012b) e reforçada no evento oficial (UNCSD, 2012b). Durante o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, em torno de 500 cientistas de 75 países debateram como a relação sociedade-ciência-formadores de políticas públicas pode solucionar a atual crise ambiental, financeira, social, geopolítica e tecnológica por meio de maiores mecanismos de cooperação científica internacional. O evento Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável também reforçou este discurso, argumentando que as mudanças ambientais globais requerem de capacidade científica para desenvolver um observatório global do clima que possibilite informações confiáveis para subsidiar a tomada de decisão. Reforçaram ainda o consenso de que o aquecimento global já é confirmado por meio de evidências científicas. O evento oficial, por sua vez, declarou no documento final *O Futuro que Queremos* consideráveis referências à ciência, tais como: a) a necessidade de fortalecer a interface entre ciência e política pública; b) o desenvolvimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); c) o estabelecimento de um Fórum Político de Alto Nível, que fortaleça ainda mais a relação ciência-sociedade para o desenvolvimento sustentável (RSF, 2012c).

Com maior visibilidade durante a Rio+20, a economia verde como ferramenta e instrumento para desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza foi o discurso que mais se propagou durante a conferência, passando a ter destaque de tema central de discussão entre os atores envolvidos. Esta repercussão fez com que temas como energia, florestas, biodiversidade e saúde humana

ficassem relegados ao segundo plano nos principais eventos durante a cúpula, resultando, inclusive, em uma redução de escopo de análise em torno destes, bem como negligenciando necessidades reais na agenda de desenvolvimento sustentável.

Segundo o relatório final da Rio+20, a economia verde “deveria contribuir para a erradicação da pobreza bem como para o crescimento econômico sustentado, fortalecendo a inclusão social, melhorando o bem estar humano e criando oportunidades de emprego e trabalho decente para todos, mantendo ao mesmo tempo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra” (UNCSD, 2012b, p. 9). Foi sugerido, portanto, que a economia verde alia o desenvolvimento econômico e a melhoria ambiental, com aumento de renda, emprego e melhoria dos padrões de vida, com o uso sustentável do meio ambiente por meio do mecanismo de preço dos mercados.

Liderado pela União Europeia, e fortemente apoiado pela comunidade científica e pelo setor privado, o discurso da economia verde passou a ser considerado pelos seus defensores como uma potencial solução para os desafios do desenvolvimento sustentável, aumentando, inclusive, a oferta de emprego em 500 milhões, e evitando potenciais riscos para o comércio internacional (Pires, 2012a). Segundo o comissário europeu para o meio ambiente, o economista esloveno Janez Potocnik:

Muitos países não acreditam no conceito de economia verde e acham que o mundo desenvolvido está tentando impor novas restrições ao desenvolvimento, o que não é verdade. Acreditamos que o novo conceito está, na verdade, removendo as restrições existentes ao desenvolvimento. (Bulcao, 2012).

Para os governos que subscreveram este discurso, a economia verde torna possível redirecionar investimento público, estabelecer uma agenda de reforma política para fomentar novos incentivos, eliminar progressivamente produtos menos ecológicos do campo, tornar os contratos públicos mais ecológicos

e fortalecer a infraestrutura de mercado. Já para o setor privado, este modelo econômico seria uma oportunidade de transição econômica em uma série de setores-chave de forma a atender à reforma política por meio de financiamento e investimento.

Entretanto, durante a Rio+20, muitas posições se revelaram antagônicas em relação à economia verde, com fortes divergências entre países desenvolvidos e o bloco G-77+China, incluindo o Brasil, o que também contribuiu para a difusão deste discurso durante a cúpula. Contrária a este discurso, a Cúpula dos Povos, maior evento da sociedade civil global paralelo à Rio+20 (estima-se que aproximadamente 40.000 participantes participaram deste evento), destacou em sua declaração final que:

A atual fase financeira do capitalismo se expressa através da chamada economia verde e de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o superestímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros. (CÚPULA DOS POVOS, 2012a).

De acordo ainda com Kumi Naidoo, diretor-executivo do Greenpeace Internacional:

A economia verde foi descrita como uma agenda política que quer preparar o território para a acumulação de capital por meio do controle da natureza, que vai agravar os problemas já existentes no campo, como a grilagem, despejos da população original e concentração de terras (CÚPULA DOS POVOS, 2012b).

Ao final da negociação, o documento O Futuro que Queremos descreveu este discurso de forma pouco ambiciosa para os que, como a União Europeia, o defenderam (UNCSD, 2012b),

contribuindo mais uma vez para um documento vago, sem propostas objetivas e nada ambicioso.

Partindo de uma perspectiva teórica marxista, Misoczky e Bohm (2012) ressaltam a economia verde como um

meio de suavizar os impactos ambientais da exploração capitalista da natureza, ou criticado como um mero portfólio ambiental para a exploração sustentada. Seja qual for a verdade sobre estas proposições, o significado do capitalismo verde é muito mais profundo. Ele tem se tornando nada menos que a principal estratégia para a mercantilização e financeirização da natureza, intensificando de modo radical a penetração do capital sobre a natureza. (Misoczky e Bohm, 2012, p. 550)

A ambiguidade e as contradições em torno do conceito de economia verde se expressa na busca pelo crescimento econômico à qualquer custo, ao mesmo tempo em que se propõe uma mudança readical, ecológica. Assim como destacado por Misoczky e Bohm (2012, p. 551), durante a Rio+20 pregavam “por um lado, a convocação para uma virada ecológica e, por outro, a subscrição da necessidade de crescimento econômico, livre-comércio, privatização e desregulamentação”.

Além de compartilhar da crítica marxista da economia verde defendida Misoczky e Bohm (2012), este ensaio sustenta também que outros fatores contribuíram para o fracasso desse discurso, talvez “o grande discurso” da Rio+20. Primeiramente, o texto final permaneceu vago, com princípios gerais, sem que uma ação objetiva fosse estabelecida, reconhecendo apenas a necessidade de implantação de uma economia voltada para a sustentabilidade. Em segundo lugar, o tema está longe de ser consensual uma vez que os países em desenvolvimento temem que este se estabeleça como mais uma “receita desenvolvimentista” imposta, regulada e controlada pelo “norte rico” como outras “receitas” desenvolvimentistas do passado, além de proporcionar novas

medidas protecionistas e subsídios para os países altamente dependentes de seus recursos naturais. Em terceiro lugar, cada país ficou totalmente “livre” para determinar sua “definição” de economia verde. O risco de tornar a economia verde uma proposta ambígua e desprovida de conteúdo está no fato de que, o que *a priori* parece dar uma certa percepção de “liberdade” sobre as ações a serem tomadas, possibilita aos países simplesmente não fazerem nada, visto que o que é “verde” para um, não necessariamente o é para outro. Em quarto lugar, independente de ser “verde” ou não, a lógica econômica é guiada pelos mercados e pela volatilidade e especulação de preços, o que, pela via do capitalismo neoliberal, já comprovou não ser “sustentável” no sentido amplo, para todos os povos, não apenas para os poucos que dele se beneficiam.

Neste sentido, a economia de mercado e seus atores centrais já demonstraram aos governos e às sociedades no final do ano de 2008 que esta lógica pode acarretar graves consequências, em especial para os mais pobres e com menor poder econômico e político. Parece, portanto, improvável, ilusório, principalmente desde uma perspectiva do “sul”, mais especificamente do Brasil (país agroexportador e megadiverso), que a economia verde descentralize o controle da natureza por parte das grandes corporações privadas, bem como solucione os atuais problemas no campo (concentração de terra, grilagem e outros) e garanta a segurança alimentar. Além disso, o discurso da economia verde favorece apenas os interesses do setor privado como agente privilegiado do desenvolvimento sustentável. Tais questões nos levam à seguinte pergunta: seria “*green economy*” (em português, economia verde) ou “*greed economy*” (em português, economia gananciosa)?

A presente análise dos principais discursos da Rio+20 revela para os autores deste ensaio que a importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável serviu como prédica subjacente às demais. Em outras palavras, trata-se de um discurso de mercado que emerge a partir da união dos demais como intérprete fundamental para o desenvolvimento sustentável, não apenas no documento oficial final da Rio+20, mas também

mediante eventos paralelos à cúpula, como o Fórum de Sustentabilidade Corporativa, o Fórum de Sustentabilidade Empresarial da Rio+20, a Conferência Internacional do Instituto Ethos, os Eventos Especiais sobre Cidades Sustentáveis e o Seminário Sebrae +20, entre outros. Identifica-se no documento final a menção ao setor privado mais de vinte vezes ao longo do texto, como agentes que devem se engajar para que o desenvolvimento sustentável seja adotado “todos” os seus principais temas (exemplo, saúde humana, segurança alimentar, mudança climática, biodiversidade, florestas). Some-se a isto o foco dado ao comércio reforçado no documento oficial (UNCSD, 2012b, p. 49, ênfase dos autores):

Reafirmamos que o comércio internacional é um *motor* para o desenvolvimento e o crescimento sustentado, e reafirmamos também o papel crítico que um sistema multilateral de comércio, universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo, bem como a liberalização do comércio, pode jogar no estímulo o crescimento econômico e o desenvolvimento em todo o mundo, beneficiando deste modo a todos os países em todos os estágios de desenvolvimento, à medida em que avancem em direção do desenvolvimento sustentável.

Verifica-se neste trecho a reafirmação dos valores neoliberais pelos governantes e pela ONU, muito embora esta lógica econômica tenha se mostrado insuficiente para solucionar as crises atuais como destacado anteriormente e que tendem a se agravar, a saber, as crises ambiental, econômica e social. Tais valores, juntamente com o discurso da economia verde, favorecem apenas às grandes corporações privadas dos países desenvolvidos, uma vez que estas serão as grandes beneficiadas pelo modelo de “financiamento” da natureza para o interesse de seus negócios com o rótulo “verde”, além de não terem obrigação concreta de alterar seus atuais padrões de produção, gestão, distribuição e contribuição social. No que tange aos combustíveis fósseis,

nenhum compromisso de eliminar os subsídios a esses combustíveis foi apontado no documento final. Não existe, neste caso, consenso entre os governos para que o atual modelo energético seja modificado, favorecendo mais uma vez as empresas de petróleo (produção, refinamento e distribuição) e às grandes montadoras de automóveis. Hart (2005, p. 3) ressaltava que “as corporações são as únicas entidades no mundo contemporâneo com a tecnologia, os recursos, a capacidade e alcance global” suficiente para a resolução dos problemas sociais e ambientais”.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou durante a Rio+20 o “TEEB para o Setor de Negócios Brasileiro”, iniciativa da Conservação Internacional (CI-Brasil) com apoio do Centro de Monitoramento da Conservação Mundial (UNEP-WCMC) e patrocínio da Monsanto, Natura, Vale e Santander. O relatório tinha por objetivo dimensionar oportunidades de negócios sustentáveis no que tange ao valor econômico da biodiversidade no Brasil. Destaque para os setores da agricultura, papel e celulose; mineração e construção civil; óleo e gás e químicos; instituições financeiras; cosméticos e farmacêuticos; e varejo (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2012). Durante lançamento do relatório, o então diretor-executivo da CI-Brasil ressaltou:

Os serviços prestados pelos diferentes ecossistemas do planeta têm um grande valor econômico; eles podem valer até trilhões de dólares. Nas últimas décadas, se formos computar o que foi gasto em termos de recursos naturais e de biodiversidade brasileiros, o PIB do país só cresceu 3%. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2012).

Durante a cúpula, vinte instituições financeiras lançaram a Declaração do Capital Natural, demonstrando assim seu “comprometimento” com o chamado Capital Natural:

Atualmente muitas instituições financeiras não compreendem suficientemente, não consideram e,

portanto, não avaliam os riscos e as oportunidades relacionados ao Capital Natural nos seus produtos e serviços financeiros (empréstimos, investimentos e seguros) e na sua cadeia de suprimentos. A construção deste conhecimento, bem como o desenvolvimento de ferramentas adequadas de valoração e gestão de riscos, para que seja considerado o Capital Natural nos processos de tomada de decisão financeira, são os primeiros importantes passos a serem tomados pelo setor financeiro. (DECLARAÇÃO DO CAPITAL NATURAL, 2012).

Isto evidencia que, mais uma vez, estamos diante do “reformismo verde” que aceita as regras do capitalismo, cujas soluções são compatíveis com os interesses da rentabilidade, da competitividade no Mercado, do lucro rápido e do crescimento econômico ilimitado (Misoczky e Bohm, 2012).

Quanto à biossegurança (tema amplamente debatido na Rio-92), a situação atual também não foi alterada, uma vez que no documento O Futuro que Queremos a menção à inserção dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) no campo não sofreu nenhuma crítica ou ressalva dos possíveis riscos ao meio ambiente, à saúde humana e aos impactos sociais do advento da biotecnologia no campo. O texto apenas reconhece e compreende a necessidade de se promover (sem muita explicação, em dois pontos sem grande destaque) uma agricultura mais inclusiva e que não discrimine as pequenas comunidades agrícolas. Verifica-se, desta forma, que mais uma vez que o discurso a favor do setor privado prevaleceu na Rio+20, uma vez que as grandes empresas produtoras de semente (como Monsanto, Bayer Cropscience, Syngenta e Dupont) em nada foram afetadas com o evento, estando cada vez mais livres para expandir seus negócios mundo a fora.

A importância do setor privado também é apontada na importância da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) para o desenvolvimento sustentável: “*Conclamamos o setor privado*

a engajar-se em práticas empresariais sustentáveis, como aquelas promovidas pelo Global Compact das Nações Unidas” (UNCSD, 2012b, p. 7). Verifica-se também a valorização da relação entre RSC, governos e melhores práticas de gestão sustentável, retomando a legitimação das práticas dos negócios pelas grandes corporações privadas e a crença no capitalismo de mercado em promover a paz social e a estabilidade (FORT e SCHIPANI, 2004), também destacado no Futuro que Queremos (UNCSD, 2012b, p. 7):

Nós reconhecemos a importância da informação sobre sustentabilidade corporativa e encorajamos as empresas, quando apropriado, em especial as grandes empresas, a considerar a integração da informação sustentável no seu ciclo de informação e de produção de relatórios. Nós encorajamos a indústria, os governos interessados e os atores relevantes, com o apoio do sistema das Nações Unidas, quando apropriado, a desenvolver modelos para melhores práticas e a facilitar a ação para integrar relatórios de sustentabilidade, tomando em conta as experiências de marcos já existentes e colocando atenção particular nas necessidades dos países em desenvolvimento, incluindo a construção de capacidades.

É forçoso reconhecer, lamentavelmente, que tanto o discurso sobre a importância do setor privado como o discurso da economia verde apenas reiteram o poderio das grandes organizações privadas do “norte” e seus interesses de negócio, as quais já demonstraram ter o lucro como principal estratégia inibidora do desenvolvimento sustentável ao longo das últimas décadas.

A análise de discursos efetuada neste ensaio reforça a percepção acerca das relações de poder que se consolidaram durante a Rio+20, consagradas nos principais resultados advindos da cúpula. Embora o evento tenha sido idealizado como o grande

evento da década no que se refere ao desenvolvimento sustentável, verifica-se que os líderes mundiais não se voltaram para o caráter de urgência que o tema requer, sem que resultados concretos, com metas, prazos e mecanismos de acompanhamento tenham sido firmados no documento final. Pelo contrário, deixou-se o Rio de Janeiro apenas com decisões vagas e reforçando discursos pouco consistentes e até contraditórios com o paradigma do desenvolvimento sustentável consagrado na Rio-92. Neste caso, sobressaíram a reafirmação dos valores econômicos com base nas propostas neoliberais como principal resultado da Rio+20, ressaltando o poder do setor privado e dos interesses das grandes corporações transnacionais e dos países desenvolvidos na atual agenda de governança ambiental global. As consequências de manter o mesmo modelo econômico com base nos mercados e nas grandes corporações e suas práticas é que pouco ou, de fato, nenhum avanço seja feito para a materialização do desenvolvimento sustentável nas próximas décadas, com consequências negativas para as gerações atuais e futuras.

É digno de registro apenas a sugestão de estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Colômbia e Guatemala, como o único resultado positivo da Rio+20, ainda que a sua formulação ainda requeira de ações futuras. Com o objetivo de expandir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) que irão até 2015, cabe aos ODS estabelecer indicadores que auxiliem aos governos a implementar compromissos firmados na Agenda 21, no Plano Johannesburgo de Implementação e na Rio+20. Ainda assim, muito foi discutido e pouco foi definido. Deixou-se mais uma vez temas de grande importância para uma discussão futura, e permanece ainda um sentimento generalizado de repetição do fracasso retórico da Rio+10 em Johannesburgo.

Ademais, ressalta-se a incapacidade do governo brasileiro, de quem se esperava ousadia e liderança coerentes com a sua trajetória em temas ambientais desde a Conferência de Estocolmo, no papel privilegiado de anfitrião da Conferência, em liderar as

negociações, pautado com um perfil tão baixo que beirou à burocrática omissão. Assim como ressaltado por Viola e Franchini (2012):

a nova administração federal comandada por Dilma Rousseff é provavelmente a menos sensível às questões ambientais em duas décadas. Como vimos, o modelo de desenvolvimento privilegiado pelo poder executivo – e com altos níveis de aceitação na sociedade e empresariado local – é dominado absolutamente pelo pilar do crescimento econômico. (Viola e Franchini, 2012, p. 509).

Se a sobriedade exige reconhecer que o tempo está realmente se esgotando após o fracasso da Rio+20, a ética da sustentabilidade impõe lembrar que as gerações futuras não nos perdoarão se agirmos como a orquestra do Titanic nos momentos finais antes do naufrágio. Já não é o momento de debater a ciência, a governança, as instituições ou os atores necessários para promover as mudanças necessárias: é tempo de agir. Por mais que ainda exista muito por conhecer, o mundo já está cansado de saber quais desafios são tidos como os mais urgentes, os responsáveis e as formas para superá-los. Assim como destacado por Jared Diamond (2006) em um dos trabalhos mais aclamados na atualidade, ganhador, entre muitos outros reconhecimentos internacionais, do Prêmio Pulitzer: “Até que ponto nós, como indivíduos, preferimos morrer em vez de nos adaptarmos e sobreviver?” (Diamond, 2006, p. 517).

A julgar pelos discursos e resultados da Rio+20, os líderes atuais responderam ao questionamento de Diamond como os protagonistas da obra magistral de William Shakespeare, “A Tempestade” (1610), com *muito barulho por nada*. Infelizmente, o “barulho” da retórica inconsequente representa uma grave ameaça e coloca em risco a sobrevivência da civilização e das sociedades atuais.

Bibliografia:

- ANGELO, C.; RODRIGUES, F; MENCHEN, D. Cúpula repete promessas e adia ações para 2015. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1109292-cupula-repete-promessas-e-adia-aco-es-para-2015.shtml>>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- ANTUNES, C.; ANGELO, C. Texto da Rio+20 será 'equilíbrio de descontentamentos', diz negociador. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1106400-texto-da-rio20-sera-equilibrio-de-descontentamentos-diz-negociador.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- BULCÃO, L. UE deve lutar contra a crise sem abandonar responsabilidades, afirma comissário europeu. *VEJA*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/ue-deve-lutar-contr-a-cri-se-sem-abandonar-responsabilidades-afirma-comissario-europeu>>. Acesso em: 17 jun. 2012.
- BULLOCK, J. et al. Restoration of ecosystem services and biodiversity: conflicts and opportunities. Disponível em: <http://www2.uah.es/josemrey/Reprints/Bullock_RestorationReview_TREE_2011_online.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- BURRELL, G. Ciência Normal, Paradigmas, Metáforas, Discursos e Genealogia da análise. In: CLEGG, S. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, v. 1, 1998.
- CARVALHO, E. Falta de acordo seria fracasso do sistema internacional, diz ONU. *G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/falta-de-acordo-seria-fracasso-do-sistema-internacional-diz-onu.html>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. *TEEB para o setor de negócios brasileiro é lançado na Rio+20: Iniciativa visa a dimensionar o valor econômico da biodiversidade para o setor de negócios no Brasil e identificar oportunidades associadas ao seu uso sustentável*. 15 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=608>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

CORNFORD, F. M. *Microscopographia Academica: Being a Guide for the Young Academic Politician*. Cambridge: Bowes & Bowes, 1908.

CÚPULA DOS POVOS. *Rio+20: Documento final foi aprovado. Só três países expressaram reservas*. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/2012/06/rio20-documento-final-foi-aprovado-so-tres-paises-expressaram-reservas/>>. Acesso em: 25 jun. 2012a.

_____. *Plenária de Soberania Alimentar debate os motivos da crise alimentar e as soluções camponesas*. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/2012/06/plenaria-de-soberania-alimentar-debate-os-motivos-da-crise-alimentar-e-as-solucoes-camponesas/>>. Acesso em: 21 jun. 2012b.

DECLARAÇÃO DO CAPITAL NATURAL. *Declaração do Capital Natural*. Disponível em: <http://www.naturalcapitaldeclaration.org/wp-content/uploads/2012/04/natural_capital_declaration_port.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

DIAMOND, J. *Colapso: Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

Food and Agriculture Organization (FAO). *The State of Food Insecurity in the World*. Rome: UN Food and Agriculture Organisation, 2009.

_____. *Summary Report of the Food Security Dialogue Day Organized by FAO, IFAD, WFP and Bioversity International*. Disponível em:

<<http://www.fao.org/rioplus20/33881-0ec3e5243e297d17e8f179d9219ab4ec3.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

Friends of the Earth International (FOEI). *Send a letter to reclaim the UN from corporate capture*. Disponível em: <<http://www.foei.org/en/get-involved/take-action/reclaim-the-un-from-corporate-capture>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

FORT, T.; SCHIPANI, C. *The Role of Business in Fostering Peaceful Societies*. New York: Cambridge University Press, 2004.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Lisboa; Porto: Vozes, 1972.

_____. Estruturalismo e Pós-estruturalismo. In: Ditos & Escritos, v. II: *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *A origem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GREENPEACE. *Rio+20: High Seas protection possible; right to food? US says: "delete"*. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/news/Blogs/makingwaves/rio20-high-seas-protection-possible-right-to-blog/40828/>>. Acesso em: 10 jun. 2012a.

_____. *Greenwash+20: How some powerful corporations are standing in the way of sustainable development*. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/publications/Campaign-reports/Climate-Reports/GreenwashPlus20/>>. Acesso em: 15 jun. 2012b.

_____. *Rio+20: The Future We Want versus the Powerpoint they negotiate*. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/news/Blogs/makingwaves/rio20-the-future-we-want-versus-the-powerpoint/blog/40658/>>. Acesso em: 15 jun. 2012c.

- _____. *Um fracasso de proporções épicas*. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Um-fracasso-de-proporcoes-epicas/>>. Acesso em: 23 jun. 2012d.
- GREGORY, P.; INGRAM, J.; BRKLACICH, M. Climate change and food security. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, n. 360, p. 2139-2148, 2005.
- GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. A Natureza Ético-Política das Dimensões Humanas das Mudanças Ambientais Globais. *Revista da ANPEGE*, v. 6, p. 73-87, 2010.
- HART, S. L. *Capitalism at the crossroads: the unlimited business opportunities in solving the world's most difficult problems*. New Jersey: Wharton School, 2005.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.
- MISOCZKY, M. C.; BOHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. *Cadernos EBAPE.BR*, v. X, n. 3, p. 565-568, 2012.
- MOTTA, F. C. P.; ALCADIPANI, R. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. *Rausp*, v. 39, n. 2, p. 117-128, 2004.
- NOGUEIRA, I. Cúpula dos Povos rejeita negociação de governos. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1105554-cupula-dos-povos-rejeita-negociacao-de-governos.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- PIRES, M. Cientistas se reúnem para dar sugestões à Rio+20. *VEJA*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/comunidade-cientifica-se-reune-para-dar-sugestoes-a-rio-20>>. Acesso em: 14 jun. 2012a.
- _____. Cientistas querem agricultores e ambientalistas trabalhando juntos. *VEJA*. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/cientistas-querem-agricultores-e-ambientalistas-trabalhando-juntos>>. Acesso em: 14 jun. 2012b.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUMA). *Um novo balanço para as Nações: UNU-IHDP e PNUMA lançam um índice de sustentabilidade que vai além do PIB*. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=213>. Acesso em: 19 jun. 2012.

Rio Science Forum (RSF). *Biodiversity: Nature as a Giant Library*. Disponível em: <<http://rioscienceforum.wordpress.com/2012/06/15/biodiversity-nature-as-a-giant-library/>>. Acesso em: 20 jun. 2012a.

_____. *A new contract between science and society: Rio Science Forum Day 1*. Disponível em: <<http://rioscienceforum.wordpress.com/2012/06/12/a-new-contract-between-science-and-society-rio-science-forum-day-1/>>. Acesso em: 13 jun. 2012b.

_____. *Green Economy and Rethinking Social and Economic Models*. Disponível em: <<http://www.icsu.org/rio20/science-and-technology-forum/programme/forum%20recommendations/GreenEconomyandRethinkingSocialandEconomicModels.pdf>>. Acesso em: 10 de jul. 2012c.

SOUZA, M. 'Rascunho Zero da Rio+20 deveria ser Rascunho -5', diz Greenpeace. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/amazonas/noticia/2012/03/rascunho-zero-da-rio20-deveria-ser-rascunho-5-diz-greenpeace.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD). *Sobre a Rio+20*. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20>. Acesso em: 10 jul. 2012a.

_____. *The Future We Want*. Disponível em: <<http://www.uncsd2012.org/content/documents/>>

- 727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2012b.
- United Nations Environmental Programme (UNEP). *Global Environment Outlook (GEO-5): summary for policy makers*. United Nations Environmental Programme. UNEP: Nairobi, 2012.
- VEJA. Para UE, falta ambição ao Brasil em texto da Rio+20. VEJA. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/para-ue-falta-ambicao-ao-brasil-em-texto-da-rio-20>>. Acesso em: 21 jun. 2012.
- VIALLI, A. Especialistas afirmam que medição do PIB é “rústica e omissa”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1101675-especialistas-afirmam-que-medicao-do-pib-e-rustica-e-omissa.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2012.
- VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, v. X, n. 3, p. 470–491, 2012.
- WATTS, J. Rio+20 Earth summit: scientists call for action on population. *The Guardian*. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/environment/2012/jun/14/rio-earth-summit-population-consumption?newsfeed=true>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- WILSON, S. Science is key to our sustainable future. *Aljazeera*. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/06/20126211211472368.html>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- World Wildlife Fund (WWF). *Rio+20 tem que garantir que o futuro seja sustentável e justo*. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?31584>. Acesso em: 13 jun. 2012a.

RESGATES SOBRE POPULAÇÃO E AMBIENTE: BREVE ANÁLISE DA DINÂMICA DEMOCRÁTICA E A URBANIZAÇÃO NOS BIOMAS BRASILEIROS

*Ricardo Ojima**
*George Martine***

Introdução

A maioria das discussões públicas referentes à relação população e meio ambiente se atém aos temas de tamanho e crescimento. Não há dúvidas de que o volume populacional exerce efeito sobre o meio ambiente, da mesma forma que é impactado por ele. Entretanto, a maioria dos especialistas hoje entende a relação população/meio ambiente como sendo mediada pelos processos de desenvolvimento. Também entendem que o tamanho e o ritmo de crescimento populacional não são os únicos aspectos demográficos que precisam ser analisados. As rápidas mudanças observadas na composição populacional e nas relações de gênero, tanto de países desenvolvidos como não-desenvolvidos trazem novas questões importantes (Guzman et al., 2009). Talvez mais decisiva ainda, a transição urbana atualmente em curso nos países em desenvolvimento terá enormes implicações; vai afetar não somente os processos de desenvolvimento e o nosso futuro ambiental, mas vai também alterar significativamente o curso das outras dinâmicas demográficas. Por isso, entender melhor o papel

* Demógrafo, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) <ricardo.ojima@gmail.com>.

** Demógrafo, diretor técnico da Dhemos Consulting.

do espaço na dinâmica populacional oferece luzes importantes para a compreensão dos processos que vão determinar nosso futuro ambiental (Martine, 2007).

Entretanto, o espaço não pode ser entendido como mero palco das ações humanas, pois é um conceito que oferece a oportunidade de entender os riscos e potencialidades positivas que são produzidos em níveis e escalas diferenciados (Marandola Jr., 2009; Hogan, Marandola Jr., Ojima, 2010; Ojima; Marandola Jr., 2011). Um dos recortes que privilegiam essa análise é a utilização de unidades ambientais como as bacias hidrográficas (Hogan, 1991; 1993), os ecossistemas ou os biomas, pois tais unidades permitem compreender a relação dinâmica entre população e ambiente a partir de unidades espaciais relativamente homogêneas do ponto de vista ambiental (Hogan; Marandola Jr.; Ojima, 2010). Este artigo pretende avançar nessa discussão, relacionando crescimento urbano e biomas no Brasil, caracterizando a ocupação de cada bioma e examinando brevemente suas respectivas capacidades para lidar com as exigências ecológicas dessa ocupação em cada bioma. Neste país, o foco das atenções na relação população meio-ambiente passa necessariamente pela questão urbana, pois 84% da população brasileira reside em localidades urbanas, sendo mais de 40% em cidades com mais um milhão de habitantes.

Existe uma dificuldade metodológica conhecida em qualquer abordagem sobre biomas, pois os dados secundários disponíveis para uma análise demográfica deste tipo encontram-se organizados de acordo com os limites político-administrativos com os quais as unidades ambientais nem sempre coincidem. Ojima (2012a; 2012b) destaca para o caso da região Nordeste quão significativa é a diferença entre algumas características demográficas da região do Semiárido e da Zona da Mata, indicando que a homogeneização de regiões com características tão distintas tendem a estereotipar também as políticas públicas des-regionalizadas (Hogan; Marandola Jr.; Ojima, 2010).

Neste trabalho, apresentam-se dados referentes a cada um dos biomas brasileiros como resultado da sobreposição da informação demográfica de cada município contido dentro dos biomas. Para isso foram utilizados os dados do Cadastro de Localidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para definir a posição do ponto central do polígono definido pelo perímetro urbano do distrito-sede de cada município. A partir dessa metodologia, foi possível identificar cada um dos 5.564 municípios brasileiros dentro de cada um dos seis biomas brasileiros. Essa metodologia elimina a dificuldade adicional que surge na sobreposição de camadas de informação quando o município tem sua área dividida em dois biomas distintos¹.

A distribuição populacional nos biomas brasileiros

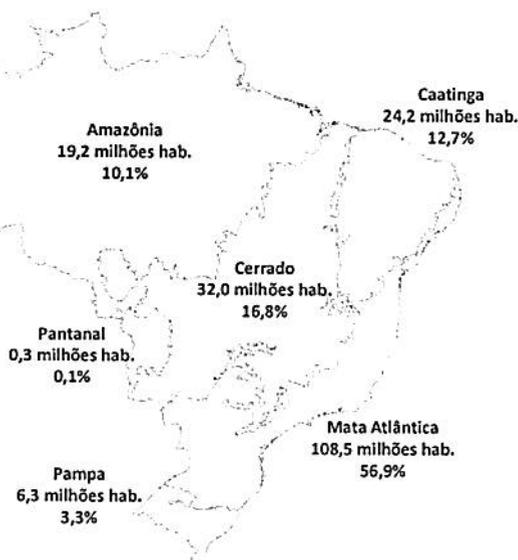
Parte significativa da literatura sobre as mudanças ambientais globais tem destacado a importância de se entender as vulnerabilidades da população frente aos impactos ambientais que devem se agravar, especialmente nas cidades (Kowarick, 2002; Kasperson; Kasperson; Turner, 1995; Martine, 2009; Satterthwaite, 2009). Dada a forte concentração populacional nas cidades, as políticas ambientais urbanas brasileiras devem assumir um destaque especial no que se refere aos desafios de adaptação e mitigação das mudanças climáticas (Ojima, 2009; Martins; Ferreira, 2010; Hardoy; Pandiella, 2009). Entretanto, em um país de grande extensão territorial e processos de desenvolvimento econômico desiguais, a dimensão populacional urbana se configura de maneira muito heterogênea e a identificação dos grupos populacionais mais vulneráveis precisa incorporar tais diferenças.

Partindo da abordagem desenvolvida por Hogan (2008), podemos notar uma concentração significativa da população

¹ Um refinamento da metodologia poderia utilizar o ponto central da área urbanizada ou o ponto exato da localização geográfica da sede ou marco-zero do município.

brasileira no bioma Mata Atlântica, com cerca de 61% do total, no ano de 2010. O bioma cerrado (17,5%) tem a segunda maior extensão em área (2 milhões de km²) e abriga também o segundo maior contingente populacional, com 28 milhões de pessoas (17% do total do país). Na Figura 1, podemos ver essa distribuição dos contingentes populacionais em 2010 segundo os biomas brasileiros e perceber ainda que a Caatinga, uma das formações ecológicas mais áridas do mundo, também é significativamente habitada (Ab'Saber, 1999), com 9,5% da população brasileira em uma área de 844 mil km². Considerando que a sustentabilidade é o reverso da vulnerabilidade social e ambiental (Hogan; Marandola Jr.; Ojima, 2010; Ojima; Marandola Jr, 2011; 2012), precisamos refletir em que medida o equilíbrio de cada sistema pode ser afetado pelas dinâmicas em cada contexto.

Figura 1 – Biomas brasileiros, população total e distribuição relativa da população, 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Mapa de Biomas do Brasil 2004.

Duas mudanças recentes merecem destaque em termos da distribuição da população nos biomas brasileiros. A primeira delas é o fato de que a Amazônia teve um aumento significativo na sua participação demográfica ao longo das últimas décadas; em 1970, a sua população representava apenas 5,4% do total nacional, enquanto que em 2010 essa porcentagem subia para 10%. A expansão das atividades agropecuárias na região pode ter contribuído para um deslocamento da população para essa região, e/ou o ritmo do crescimento vegetativo na região tem sido maior que no restante do país. As duas hipóteses explicativas não são excludentes e exemplificam a dinâmica complexa da ocupação da Amazônia, principalmente quando se considera as estratégias integradas entre as dinâmicas urbanas, agrícolas e não-agrícolas (Guedes et al, 2011; VanWey; Guedes; D'Antona, 2008; Guedes; Brondizio; Barbieri, 2012).

A segunda mudança importante no contexto nacional tem sido a redução do peso relativo do Bioma Mata Atlântica. Claro que as diversas mudanças no peso populacional de todos os biomas que podem ser observadas na Tabela 1 estão conectadas, mas a desconcentração da população no Bioma Mata Atlântica tem implicações importantes no que se refere aos desafios ambientais, pois mesmo sendo tímida, a tendência de redistribuição da população para outras regiões afeta, *ceteris paribus*, a capacidade de suporte dessa região que é também a mais urbanizada do país.

Tabela 1 – População e distribuição relativa por biomas brasileiros, 1970 a 2010.

Biomas	1970		1980		1991		2000		2010	
	População	%	População	%	População	%	População	%	População	%
Amazonia	5.023.569	5,4	8.064.949	6,8	12.383.853	8,4	15.751.010	9,3	19.215.089	10,1
Caatinga	14.340.406	15,4	17.025.923	14,3	20.095.170	13,7	22.115.445	13,0	24.296.931	12,7
Cerrado	13.328.779	14,3	17.833.669	15,0	23.087.194	15,7	27.550.397	16,2	32.043.653	16,8
Mata Atlântica	56.548.258	60,7	71.393.472	60,0	85.578.393	58,3	98.015.169	57,7	108.551.171	56,9
Pampa	3.659.648	3,9	4.489.025	3,8	5.435.022	3,7	6.103.072	3,6	6.364.488	3,3
Pantanal	230.023	0,2	204.014	0,2	245.843	0,2	264.077	0,2	284.467	0,1
TOTAL	93.130.683	100,0	119.011.052	100,0	146.825.475	100,0	169.799.170	100,0	190.755.799	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 a 2010.

Conforme mostrado na Tabela 2, nos últimos 40 anos, o bioma Cerrado apresentou a maior variação em termos do grau

de urbanização. Sua população urbana passou de 49,3% em 1970, para 86% em 2010. No período, esse bioma experimentou uma forte expansão das atividades agropecuárias sem aumentar a sua participação relativa na população total do país (ver Tabela 1). No Cerrado, a ampliação do tecido urbano tem sido essencial para a estruturação e viabilização do processo de modernização da produção agropecuária (D'Antona; Dal Gallo, 2011; Guimarães; Leme, 2002). A extensão da cadeia produtiva do agronegócio, portanto, constitui um elemento chave para explicar a dinâmica demográfica no contexto do Cerrado (D'Antona; Dal Gallo, 2011).

Tabela 2 – Percentual da população urbana por biomas brasileiros, 1970 a 2010.

Biomas	1970	1980	1991	2000	2010
Amazonia	41,0	46,4	54,4	67,8	71,4
Caatinga	32,3	41,3	52,5	60,3	65,4
Cerrado	50,7	66,9	78,0	85,4	88,1
Mata Atlântica	64,0	76,0	83,2	86,9	90,0
Pampa	69,8	80,8	87,1	89,7	91,5
Pantanal	39,6	65,6	72,2	78,0	81,7
TOTAL	55,8	67,5	75,5	81,1	84,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 a 2010.

Alguns biomas, como a Mata Atlântica e a Pampa, já tinham avançado na sua transição urbana anteriormente ao período estudado na Tabela 2. Outros biomas, apesar de um crescimento significativo do seu grau de urbanização durante o período 1970-2010, ainda apresentam níveis bastante inferiores aos da população nacional; é o caso da Amazônia, da Caatinga e do Pantanal.

Conforme afirmado por Ab'Saber (1999), o Brasil possui a região semi-árida mais povoada do mundo (a Caatinga), a qual abriga atividades de agricultura de subsistência com pouca ou nenhuma infraestrutura. Mas, apesar de seu atraso relativo, essa região, que já foi no passado muito impactada pelos intensos fluxos de emigração do campo para a cidade, passou nos últimos anos por um processo mais acelerado de urbanização nos pequenos municípios e não apenas nos pólos regionais (Ojima, 2012b).

Os biomas dos Pampas e do Pantanal são os que abrigam pequena parcela da população brasileira, mas nem por isso as pressões ambientais são menos importantes neles. Sendo ecossistemas frágeis, a interação entre a dinâmica ambiental e demográfica também deve ser alvo de olhar atento. Afinal, não é apenas o crescimento populacional direto e local que exerce pressão sobre os recursos naturais. Atividades econômicas que demandam pouca mão-de-obra, como a pecuária, por exemplo, podem colocar a dinâmica ambiental em desequilíbrio, embora o crescimento demográfico seja muito reduzido.

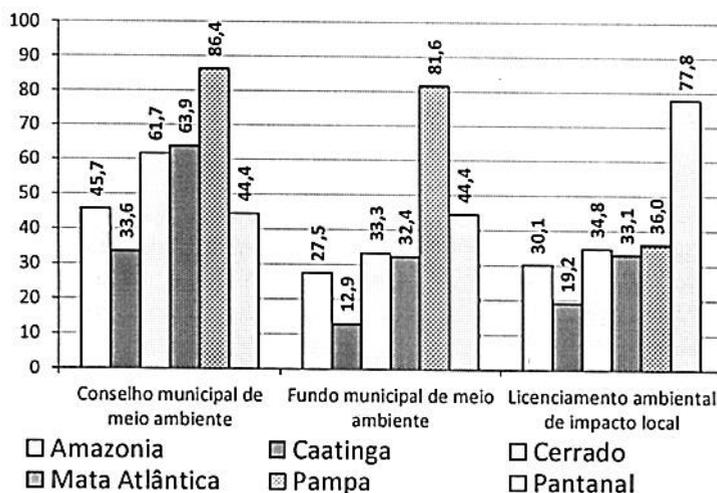
Políticas públicas e o desafio institucional

Qual é a capacidade de enfrentamento dos desafios que se colocam para cada um dos biomas frente à tamanha diversidade de situações e contextos? O objetivo deste artigo não é de realizar um detalhamento aprofundado de questões específicas de cada bioma, mas apontar linhas gerais que permitam um olhar abrangente dessa heterogeneidade. Mais especificamente, examina-se aqui a existência de alguns instrumentos de gestão municipal que podem contribuir para o equilíbrio entre o desenvolvimento local e as questões ambientais.

O Gráfico 1 mostra que, em geral, grande parte dos municípios brasileiros ainda não implementou alguns instrumentos básicos de gestão ambiental local, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) ou o Licenciamento Ambiental de

Impacto Local (LAIL). A caatinga parece ser o bioma mais desarmado em relação a esses instrumentos, pois eles são encontrados em muito poucos municípios. Esse fato é preocupante, pois trata-se de um dos biomas brasileiros mais especiais, com características vistas em poucas regiões no mundo. O Pampa, por outro lado, parece ter sido objeto de uma preocupação maior em relação a esses instrumentos, pois destacadamente é o bioma com maior percentual de municípios (80%) com CMMA e FMMA.

Gráfico 1 – Percentual de municípios com instrumentos de gestão ambiental municipal por biomas brasileiros, 2009

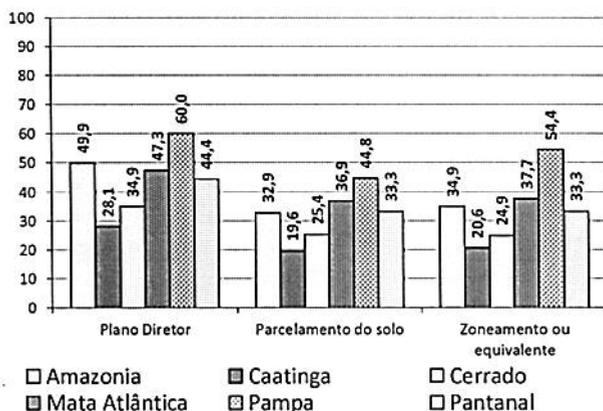


Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), 2009.

A Amazônia e o Cerrado, dois biomas muito significativos dentro do contexto ambiental brasileiro e também global e, como pudemos ver, que apresentam processos de transformação da dinâmica demográfica muito importantes, se encontram em situação frágil diante da capacidade do poder local de reagir aos processos de transformação e ocupação que vêm sofrendo nestas últimas décadas. Sem maior cobertura do CMMA (Amazônia – 45% e Cerrado – 61%), as decisões nesses biomas precisam ser tomadas em fóruns setoriais de discussão e as preocupações ambientais arriscam serem relegadas a um segundo plano, frente aos interesses econômicos os mais poderosos e diversos. Nesse sentido, capacitar os municípios através da criação, manutenção e articulação desses instrumentos poderia contribuir para tornar os municípios mais resilientes no enfrentamento das mudanças ambientais locais e na preservação das riquezas ambientais dos ecossistemas. Cabe destacar que no debate sobre mudanças climáticas, os impactos também serão locais, portanto, a capacidade de adaptação às mudanças globais, passarão necessariamente pelo poder local (Martins; Ferreira, 2010; Ojima, 2009; Ojima; Marandola, 2011).

Como já é consenso para diversos autores, a busca pela sustentabilidade e a adaptação às mudanças ambientais não deve ser entendida apenas pela dimensão geofísica, pois as questões ambientais embutem aspectos sociais que poderão alterar ou proteger os modos de vida da população (Buttel et al, 2002; Giddens, 2010; Ojima, 2009; 2011). As medidas de adaptação devem partir de ações pró-ativas que antecipem os desafios a serem enfrentados, mas só poderão ser efetivas se os instrumentos para tal existirem.

Gráfico 2 – Percentual de municípios com instrumentos de gestão urbana municipal por biomas brasileiros, 2009.



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), 2009.

A combinação dessa ausência de mecanismos de ação ambiental nos municípios, somada à carência de marcos reguladores de gestão urbana agrava a questão, pois mesmo que o ritmo de crescimento populacional brasileiro e, conseqüentemente nos municípios, tenha diminuído, o crescimento da população urbana ainda é mais elevado. Na Amazônia, a taxa de crescimento populacional é de 2% ao ano, enquanto a população urbana cresce a 2,54% ao ano. Estes números estão muito acima da média brasileira que fica em torno de 1,1% ao ano e 1,56% ao ano, respectivamente. Assim, considerando que, em 2009, menos da metade dos municípios brasileiros possuíam Plano Diretor (Gráfico 2), duas questões importantes vêm a tona. A primeira é de que isso pode refletir a tendência de que grande parte dos municípios brasileiros são pequenos, com menos de 20 mil habitantes. A segunda é que este

crescimento elevado revela o potencial de reprodução de um processo de expansão urbana não planejada, o qual pode ser particularmente nocivo em contextos ambientais particularmente frágeis.

O desafio demográfico e ambiental brasileiro

Em contraste com o aumento populacional frequentemente comentado em relação à situação em nível global, o crescimento populacional brasileiro já caminha a passos largos para a estabilização. A situação avançada da urbanização nacional também diverge significativamente daquela verificada nos países em desenvolvimento da África e da Ásia, onde a transição urbana está apenas começando. Visto por esta ótica, o Brasil não estaria sujeito a grandes sobressaltos provocados pela dinâmica demográfica, podendo investir, portanto, na preservação de sua grande riqueza ambiental, nos esforços de mitigação e na redução da vulnerabilidade da sua população, sem se preocupar com grandes transformações no volume ou na espacialização de sua população.

Entretanto, conforme visto aqui, mesmo que de forma ainda preliminar, muito precisa ser feito para que os mecanismos existentes possam assumir um papel mais efetivo em relação às iniciativas ambientais. Os biomas mais sensíveis são justamente aqueles que menos dispõem das políticas abrangentes, dos recursos e dos mecanismos básicos para a sua sustentabilidade. Na esteira do debate do pacto federativo, os municípios hoje dispõem de autonomia para ações que sejam de interesse local, entretanto, os aspectos ambientais não podem ser limitados pela capacidade da infraestrutura institucional local para o enfrentamento dos desafios que são hoje globais.

Bibliografia

- AB'SABER, A. N. "Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida". *Estudos Avançados*, IEA/USP, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999, p. 7-59.
- BUTTEL, F. H., DICKENS, P., DUNLAP R.E., & GIJSWIJT, A. "Sociological theory and the Environmentt: An Overview and Introduction". In: BUTTEL et al. (Ed.), *Sociological Theory and the Environment: Classical Foundations, Contemporary insights*. Lanham, Rowman and Littlefield Publishers, 2002.
- D'ANTONA, A. O.; DAL GALLO, P. M. "Urbanização, agronegócio e mudanças climáticas". In: MARANDOLA JR, E.; D'ANTONA, A. O.; OJIMA, R. *População, ambiente e desenvolvimento: mudanças climáticas e urbanização no Centro-Oeste*. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2011.
- GIDDENS, A. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GUEDES, G.R.; BRONDIZIO, E.; BARBIERI, A. F. *Poverty and inequality in the rural Brazilian Amazon: a multidimensional approach*. *Human Ecology*, v. 40, n. 1, p. 41-57, 2012.
- GUEDES, G.R.; QUIROZ, B.L.; BARBIERI, A.F.; VANWEY, L. "Ciclo de vida domiciliar, ciclo do lote e mudança no uso da terra na Amazônia brasileira". *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 28, n. 1, 231-240, 2011.
- GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C. "Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste". In: HOGAN, D.J. (Org.), *Migração e ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: NEPO/Unicamp/PRONEX, 2002.
- GUZMAN, J. M.; MARTINE, G.; McGRANAHAN, G.; SCHENSUL, D.; TACOLI, C. (Ed.). *Population dynamics and climate change*. New York/London: UNFPA/IIED, 2009.

- HARDOY, J. E.; PANDIELLA, G. "Urban poverty and vulnerability to climate change in Latin America". In: BICKNELL, J.; DODMAN, D.; SATTERTHWAITTE, D. (Eds), *Adapting cities to climate change: understanding and addressing the development challenges*. London: Earthscan, 2009.
- HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR, E. ; OJIMA, R. *População e Ambiente: Desafios à Sustentabilidade*. São Paulo: Blucher, 2010. v. 1. p. 106.
- HOGAN, D. J. Crescimento demográfico e Meio Ambiente. *Revista Brasileira de Estudos de População*. ABEP: Campinas, v. 8, n.1-2, 1991, p. 61-77.
- HOGAN, D. J. "Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável". *Lua Nova*, v. 31, 1993, p. 57-77.
- HOGAN, D. J. *Dinâmica demográfica nas principais formações ecológicas brasileiras*. Projeto de pesquisa. CNPq – Bolsa de Produtividade em Pesquisa, 203-2008, 2008.
- KASPERSON, J. X.; KASPERSON, R.E.; TURNER II, B.L. (Ed.). *Regions at Risk: comparisons of threatened environments*. Tokyo: United Nations University, 1995.
- KOWARICK, L. "Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano". *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 63, 2002.
- MARANDOLA JR., E. "Tangenciando a vulnerabilidade". In: HOGAN, D.; MARANDOLA JR., E. (orgs.), *População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas: Nepo.Unicamp, 2009.
- MARTINE, G. "Population dynamics and policies in the context of global climate change". In: GUZMAN, J. M.; MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G.; SCHENSUL, D.; TACOLI, C. (Ed.). *Population dynamics and climate change*. New York/London: UNFPA/IIED, 2009, p. 9-30.

- MARTINE, George. "O lugar do espaço na equação população/meio ambiente". *Revista Brasileira de Estudos de População*. ABEP: São Paulo, v. 24, n. 2, jul.-dez., 2007.
- MARTINS, R. D.; FERREIRA, L. C. "Oportunidades e barreiras para políticas locais e subnacionais de enfrentamento das mudanças climáticas em áreas urbanas: evidências de diferentes contextos". *Ambient. soc.*, Campinas, v. 13, n. 2, dez. 2010.
- OJIMA, R. "As dimensões demográficas das mudanças climáticas: cenários de mudança do clima e as tendências do crescimento populacional". *Revista Brasileira de Estudos de População* (Impresso), v. 28, p. 389-403, 2011.
- OJIMA, R. "Mobilidade populacional, condições de vida e desenvolvimento no semi-árido brasileiro: por uma demografia da seca". In: GUEDES, G. R.; OJIMA, R. (Orgs.), *Território, Mobilidade Populacional e Ambiente*. Univale/CBH-Doce: Governador Valadares, MG, 2012a. (no prelo).
- OJIMA, R. "Perspectivas para adaptação frente às mudanças ambientais globais no contexto da urbanização brasileira: cenários para os estudos de população". In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Orgs.). *População e Mudança Climática: Dimensões Humanas das Mudanças Ambientais Globais*. Campinas: Nepo, 2009, p. 11-24.
- OJIMA, R. "Urbanização e Sustentabilidade no Semi-Árido Nordeste: a migração rural-urbana e o papel das cidades no processo de adaptação ambiental". *Cadernos Metrópole*. São Paulo: PUC-SP. V. 14, n. 27, 2012b. (no prelo).
- OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E. "Indicadores e políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas: vulnerabilidade, população e urbanização". *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, v. 18, p. 16-24, 2011.

- OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. "O desenvolvimento sustentável como desafios para as cidades brasileiras". *Cadernos Adenauer*: Fundação Konrad-Adenauer, Rio de Janeiro, v. 1/2012, 2012 (no prelo).
- SATTERTHWAITE, D. "The Implications of Population Growth and Urbanization for Climate Change". In: GUZMAN, J. M.; MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G.; SCHENSUL, D.; TACOLI, C. (Ed.). *Population dynamics and climate change*. New York/London: UNFPA/IIED, 2009, p. 45-63.
- VANWEY, L. K.; GUEDES, G. R.; D'ANTONA, A. O. "Land use change in Altamira settlement area, Pará, Brazil: patterns associated with property owner migration or ownership change". *The Annual Meeting of the Population Association of America*. [Proceedings...]. Nova Orleans, Silver Spring, MD: PAA, 2008.

SEÇÃO LIVRE

NATUREZA E MODERNIDADE EM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: PRIMEIRAS IDEIAS

Ana Carolina Vila Ramos dos Santos*

Resumo: Nesse artigo, trato da obra de Sérgio Buarque de Holanda de modo a trazer à tona suas reflexões em torno de “natureza” em suas articulações com o tema da modernidade brasileira em dois momentos importantes de sua obra: *Raízes do Brasil* (1936), de um lado, e, de outro, *Monções* (1949) e *Caminhos e Fronteiras* (1957). Aceito como tese que a modernidade brasileira, do ponto de vista de Sérgio Buarque, é uma intrincada síntese entre passado e futuro, tradição e modernidade numa acepção que se distancia da noção clássica de modernidade ocidental.

Palavras-chave: pensamento social; modernidade; natureza.

Abstract: In this article, Sérgio Buarque de Holanda’s work is treated in order to elicit his reflections on “nature” in their links with the theme of Brazilian modernity in two important moments of his work: “*Raízes do Brasil*” (1936), on the one hand, and on the other, “*Monções*” (1949) and “*Caminhos e Fronteiras*” (1957). I accept as thesis that modernity in Brazil, from the standpoint of Sérgio Buarque, is an intricate mixture of past and future, tradition and modernity in the sense that distances itself from the classic notion of Western modernity.

Keywords: Brazilian social thought; modernity; nature.

* Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: carol_vrs@yahoo.com.br.

Introdução

Esse trabalho tem como tração inicial meu interesse pelos estudos da sociologia ambiental. A sociologia ambiental no Brasil tem recebido pouca atenção do mundo acadêmico e, podemos sugerir, que se trata de um campo de estudos ainda em seus primeiros passos. Esse trabalho tem como objetivo oferecer as primeiras reflexões sobre o tema *natureza* (especialmente, em conjunção com o tema “*modernidade brasileira*”) no interior da sociologia brasileira como uma forma de oferecer um “substrato teórico” para a construção de uma sociologia ambiental à brasileira e, para tanto, eu olho para os clássicos do pensamento social brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda é o foco das reflexões nesse artigo.

Nesse artigo, trato da obra de Sérgio Buarque de Holanda de forma cuidadosa de modo a trazer à tona suas reflexões em torno de “natureza” em suas articulações com o tema da modernidade brasileira em dois momentos importantes da obra do autor: *Raízes do Brasil* (1936), de um lado, e, de outro, *Monções* (1949) e *Caminhos e Fronteiras* (1957).

Ao analisar essas obras, tomo como objetivo identificar de que modo natureza e modernidade são tratadas nesses dois momentos da carreira de Sérgio Buarque ao apontar diferenças ou convergências de tratamentos de modo a entender de que forma tais temas são trabalhados. Aceito como tese que a modernidade brasileira, do ponto de vista de Sérgio Buarque, é uma intrincada síntese entre passado e futuro, tradição e modernidade numa acepção que se distancia da noção clássica de modernidade ocidental¹.

Começamos esse empreendimento apontando que há uma discussão intensa na literatura acerca dessas distâncias e convergências entre esses dois momentos da obra de Sérgio

¹ Tavolaro (2005) oferece uma clara e sintética definição do que, aqui, entendemos como “noção clássica de modernidade”.

Buarque. Alguns apostam na perenidade das posições e reflexões elaboradas em *Raízes do Brasil* (especialmente a partir da 2ª edição da obra, como argumenta Monteiro, 1999); outros apontam uma discordância relevante entre os dois momentos (Wegner, 2000). No centro desse debate: os caminhos da modernidade brasileira na primeira metade do século XX.

Tomou essa disputa como um ponto de partida privilegiado para entender os desenvolvimentos da ideia de modernidade em consonância com o tema da natureza ao longo da obra do autor. Acredito que não há uma ruptura entre as duas obras, mas um olhar renovado em *Caminhos e Fronteiras* e *Monções* pela escolha do objeto de estudo, São Paulo nos séculos XVII e XVIII, objeto esse lembrado em uma passagem de *Raízes do Brasil*. A escolha de São Paulo faz sentido quando percebemos que é nesse estado que uma racionalidade propriamente moderna começa a ser desenhada já nos séculos XVII e XVIII por ocasião das bandeiras e monções. Assim, é possível que exista uma diferença, entre os dois momentos da obra do autor, quanto ao diagnóstico do futuro do Brasil tendo por base um certo ponto de vista acerca do passado do país. Em outras palavras, as bandeiras e as monções representam, no pensamento de Sérgio Buarque, uma novidade na formação da cultura e da sociedade brasileira no que toca às relações entre homens e destes com a natureza já entrevista, mas não desenvolvida, em sua obra de estreia *Raízes do Brasil*.

No tópico seguinte, trato, essencialmente, do modo como a formação da cultura e da sociedade brasileira é apresentada em *Raízes do Brasil* para, então, tentar traçar elementos de convergência e divergência, no último tópico desse artigo, entre essa primeira obra e os trabalhos do autor sobre o processo de ocupação do Oeste brasileiro, *Monções* e *Caminhos e Fronteiras* no que toca, essencialmente, ao tema modernidade. Como ficará claro, “natureza” é um elemento importantíssimo para entender a leitura renovada acerca do Brasil moderno desenhada nessas duas últimas obras.

As Raízes

Olhemos para *Raízes do Brasil*: qual o diagnóstico presente na obra a propósito do Brasil? Podemos sugerir que, de forma geral, Sérgio Buarque nutre uma visão pessimista sobre o futuro da modernidade no país nessa obra. Um primeiro elemento desse quadro pessimista, o autor já nos traz no primeiro capítulo e é bem resumido nessa famosa frase: “somos ainda uns desterrados em nossa própria terra” (Holanda, 1991, p. 03). Por essa colocação, Sérgio Buarque chama atenção para o grande abismo que separa “cultura” e “natureza” nesse país. A natureza, em seu esplendor bem como em seu mistério, é a tropical com sua flora e fauna totalmente desconhecidas, seus rios caudalosos, cachoeiras temerosas e montanhas robustas e íngremes como obstáculos à penetração e ocupação humana; a cultura é aquela trazida do outro lado do oceano, a cultura ibérica. Já de saída temos a natureza em seu máximo esplendor como um obstáculo à implantação de uma cultura de origem europeia. Mas o autor enriquece a caracterização dessa cultura de implantação ao longo da obra.

Sérgio Buarque, em alguns capítulos da obra, analisa de forma detida e cuidadosa os traços que julga serem peculiares aos povos ibéricos. O primeiro deles, o caráter de indecisão que uma *cultura de zona fronteira* traz em si: “nem uma coisa, nem outra”, a cultura ibérica traz a marca do indefinido entre a cultura europeia e o desconhecido do Oriente. Não se trata, portanto, de uma cultura ocidental em sua plenitude, mas uma cultura cuja marca é o amálgama com aquelas outras culturas à beira do Mediterrâneo. A essa capacidade única de se misturar e aceitar o “outro” que caracteriza as culturas ibéricas é dado o nome de *plasticidade*, a segunda característica importante acerca das culturas ibéricas de que trata Sérgio Buarque. Somada a essa plasticidade, tem-se como fator dessa capacidade única de se adaptar às mais diversas situações o que o autor chama de um “*realismo fundamental*” (Holanda, 1991, p. 76), típico dos ibéricos cuja marca característica é a renúncia à ação no mundo, a aceitação resignada tal este é sem ilusões, sem paciência.

Uma outra característica importante trazida d'além mar é a *cultura da personalidade* cuja peculiaridade é a importância exacerbada que esses povos atribuem ao valor da pessoa humana em sua autonomia. Como um desenvolvimento daquele "realismo fundamental", a autonomia do homem é o valor máximo atribuído a um homem. Dito de outra forma, o valor de um homem é reflexo da extensão em que não precise depender dos demais. Há consequências nefastas desse individualismo "torto" ("torto" porque esse individualismo não é um elemento moderno, mas antes uma das raízes da tradição ibérica) dos povos ibéricos, qual seja, a fraqueza das organizações coletivas que se dá em grande parte devido ao horror, alimentado nessas culturas, à hierarquia e à cooperação entre pares.

Em outro trecho da obra que expressa de forma completa essa postura dos povos ibéricos, Sérgio Buarque nos diz que "em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida" (Holanda, 1991, p. 04). Nesse estado de coisas, não é difícil imaginar porque não se estabelece entre povos ibéricos um espírito de solidariedade e de cooperação imprescindível na conformação de organizações sociais: é a inteireza do indivíduo, e não a coletividade, o valor sagrado do iberismo.

A impossibilidade de, entre ibéricos, surgir qualquer arremedo de solidariedade e organização social traz à baila um outro elemento negativo deste culto exagerado à autonomia do indivíduo, *o horror ao trabalho como valor moral*. Sabemos que o trabalho manual tem como suposto o mínimo de ordem e tranquilidade que assegure a cooperação e harmonia de interesses; não é difícil imaginar que em uma cultura em que a inteireza do indivíduo é valor supremo, o indivíduo basta-se a si mesmo.

Se o indivíduo se basta, como sugere argutamente Pedro Monteiro (1999), por que alterar a ordem do mundo? O trabalho manual, como objeto exterior e estranho ao homem, nada acrescenta à dignidade do homem ibérico, pois este sempre voltado para si mesmo. Assim, a verdadeira aversão ao trabalho manual

tão característica da gente ibérica, argumenta Sérgio Buarque, tem como resultado o louvor ao ócio em detrimento do negócio, a “aventura” em detrimento do “trabalho”; e é a “aventura”, sentencia Sérgio Buarque, o princípio regulador da cultura ibérica. Desse modo, os homens, que se jogaram na aventura americana e aqui fincaram raízes, foram dissolvendo-se na e plasticamente amoldando-se à natureza tropical e à gente americana de modo que o fundamento propriamente europeu da cultura fora lentamente adaptado à nova situação. Contraposta à ética do trabalho que tão profundamente marcou o empreendimento das 13 colônias na América do Norte, a ética da aventura teve como produto, no trópico, uma civilização *sui generis*.

Daquele reino de emoções e instabilidade que é a alma do ibérico, não se pode esperar um empreendimento marcado pela ordem, disciplina e hierarquia – muito pelo contrário, o Brasil como fruto direto desse “jogar-se ao mundo” dos portugueses é filho da aventura e não do trabalho, da desordem e não da ordem. Quais são, então, os resultados desse espírito da aventura que marcou os primeiros séculos de vida do país?

Diz-nos Sérgio Buarque que o Brasil não é uma civilização agrícola, mas uma civilização de raízes rurais e o que o autor, com isso, quer dizer? Entenderemos aos poucos essa proposição. Sérgio Buarque afirma que a civilização que aqui se formou não é fruto do trabalho racional e diligente da terra cujo fruto é uma sociedade organizada em torno da solidariedade e da cooperação, mas sim uma sociedade fruto da aventura daqueles que aqui se jogaram em busca de fortunas, sem calcular riscos, mas almejando a fortuna a qualquer custo.

Assim, a “civilização da cana” dos primeiros séculos de vida do país não fora marcada pela racionalidade do cultivo da planta e comercialização do açúcar, mas pela ambiência de *hybris* tão bem descrita por Ricardo Benzaquen de Araujo (1994) quando estuda a obra de Gilberto Freyre. Essa *hybris* é entendida como uma ambiência de exageros que muito se afasta do ideal ordenado e civilizatório dos primeiros tempos de uma nova sociedade. Nos trópicos, diz-nos Sérgio Buarque, a grande propriedade de terra

tocada pelas mãos de escravos, e não a pequena propriedade tocada pelo próprio esforço de seu dono, foi a marca da civilização da cana. Na exploração de terras tão exóticas quanto as tropicais, a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares dos indígenas. A verdade, sentencia Sérgio Buarque, é que “sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ele seria irrealizável” (Holanda, 1991, p. 18). É, portanto, uma ética da aventura que não mede esforços para realizar seu fim maior e não uma ética do trabalho paciente e resignado que comanda os primeiros esforços civilizatórios nessas terras. Essas raízes nefastas persistem na formação da sociedade brasileira como um grande obstáculo à formação de uma sociedade moderna segundo o gabarito da civilização ocidental, argumenta Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*.

Esse espírito de aventura que direcionou o empreendimento colonial soma-se à verdadeira força motriz daquela sociedade, a família patriarcal. A família, e não a comunidade, fornecia a ideia mais corrente de poder, obediência e coesão entre os homens no Brasil Colonial. O resultado dessa ambiência de “intoxicação familiar” era predominarem, em todas as esferas da vida social, sentimentos próprios ao ambiente doméstico, antipolítico e particularista por definição. Trata-se de um transbordamento da ordem privada que invade e determina o movimento do espaço público.

A despeito das sucessivas crises agrícolas (desde as crises do açúcar no século XVIII às do café nas primeiras décadas do século XX, momento de escrita da obra), essas raízes rurais persistem como a marca da sociabilidade brasileira. E qual a marca distintiva de nossa cultura? Sérgio Buarque apresenta-nos, então, a *cordialidade* como a nota básica da cultura brasileira.

A cordialidade é tomada como um dos efeitos daquela supremacia incontestável da família colonial. A esfera familiar, tomada como o *locus per se* dos contatos primários, dos laços afetivos aqueles firmados pelo coração, oferece o modelo obrigatório das relações sociais no Brasil. Nesse sentido,

a afabilidade, a hospitalidade, a proximidade denotam não um caráter positivo de civilidade, mas apontam sim para a persistência daquela sociabilidade herdada de tempos passados em que a família fornecia o gabarito das relações sociais.

Diante dessas raízes fundas e frondosas, qual o espaço para mudança? Voltamos, então, ao pessimismo designado no início desse capítulo. É nos dois últimos capítulos da obra que Sérgio Buarque traça o que julga serem os novos tempos da sociedade brasileira. Contudo, os tempos vindouros, do ponto de vista do autor, pouco trazem de novidade. Há sim um processo de urbanização e industrialização em curso no país que tende a empurrar para o passado as raízes ibéricas e dar espaço a uma nova mentalidade fomentada na nova terra, o “americanismo”, mas, diz-nos Sérgio Buarque, a cultura brasileira, em pleno século XX, ainda permanece largamente ibérica e isso se deve ao que o autor chama de “insuficiências do americanismo” – insuficiência e não ausência, é preciso notar. Aprisionado mas existente, o americanismo, num processo lento, se eleva à altura do iberismo pelo intenso processo de urbanização em curso no país, contudo, diz-nos o autor, há que se atentar para a convivência e não para o estiolamento completo de um, o iberismo, em favor de outro, o americanismo.

Uma prova da existência, ainda que insuficiente, dessa mentalidade americana em solo brasileiro, diz-nos o autor em *Raízes do Brasil*, é o avanço para o Oeste do país partindo do Estado de São Paulo. Em meados do século XIX, o café imprime um novo movimento à economia e à sociedade do país. Libertando-se, ainda que não totalmente, das formas de exploração da terra e do trabalho do passado colonial, a lavoura cafeeira representa os avanços da tecnologia no cultivo da planta, da modernização das formas de comercialização e, finalmente, os primeiros traços de uma sociabilidade minimamente liberta da cordialidade. O ética do trabalho começa a se desenhar no horizonte brasileiro de forma clara e irrevogável, ainda que insuficiente.

Essa ilha de americanismo em meio ao mar de iberismo leva-nos a pensar que já em *Raízes do Brasil* se desenha um plano

de trabalho sobre a modernidade tipicamente brasileira para o autor. *Caminhos e Fronteiras* e *Monções* são, nesse sentido, continuações do capítulo “Nossa Revolução” de *Raízes do Brasil*. Para perceber esse diálogo entre as duas obras, olhemos agora para *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Monções* (1945).

O Movimento

Nessas obras que tratam do processo de conquista do Oeste brasileiro em dois momentos distintos, as bandeiras em *Caminhos e Fronteiras* e as expedições realizadas via rios em *Monções*, há indícios de uma nova mentalidade a se formar na cultura brasileira. Para pensar de que forma o americanismo surge e se firma na cultura brasileira, aceito a tese de Antonio Candido segundo a qual Sérgio Buarque de Holanda desenvolve de forma muito peculiar os tipos ideais uma vez propostos por Max Weber. Diz-nos Antonio Candido que

(...) nesse processo [de utilização dos tipos ideais weberianos] Sérgio Buarque de Holanda aproveitou o critério tipológico de Max Weber, mas modificando-o, na medida em que focaliza pares, não pluralidades de tipos, o que lhe permite deixar de lado o modo descritivo para tratá-los de maneira dinâmica, ressaltando principalmente a sua interação no processo histórico (Candido *apud* Monteiro, 1999, p. 98).

Dito de outra forma, Sérgio Buarque dissolve a relação dicotômica que poderia existir entre americanismo e iberismo e trabalha esses elementos como par de uma relação dialética por meio do qual esses elementos compõem uma unidade cujo resultado é uma síntese inesperada. Trata-se da “metodologia dos contrários” amplamente trabalhada na obra de Pedro Monteiro (1999) e aplicada à relação entre iberismo e americanismo na cultura brasileira – assim, não se espera pela vitória triunfante

da modernidade sobre as raízes ibéricas, mas sim um convívio entre lógicas divergentes que oferecem o tom da diferença da modernidade brasileira.

Há alguns exemplos desse convívio ao longo de *Caminhos e Fronteiras*. Sabemos como era patente naqueles exploradores jogados ao sertão a presença da cultura indígena. Essa presença não representa uma herança desprezível, pelo contrário, ela constitui elemento positivo e dinamizador da cultura ibérica, força capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o adventício e a imensidão tropical. Nesse sentido, o retrocesso a condições mais primitivas de cultura material a cada novo contato com a natureza e com o indígena despe-se de sua negatividade e assume um caráter imprescindível no processo de adaptação às novas condições de vida. Sem essa "plasticidade" não se poderia conceber a vitória do português na conquista e ocupação do trópico.

Sabemos, portanto, que entre os indígenas e sertanejos, os laços que unem o homem à natureza são bem mais estreitos do que tudo quanto pode alcançar nossa imaginação. A relação estabelecida entre homem e natureza no empreendimento das bandeiras parece um pouco distinta daquela plasticidade que tão bem caracterizou o adventício em sua conquista dos trópicos cujo fruto mais importante foi a civilização da cana. Trata-se, contudo, de uma diferença de grau e não de natureza, isto é, é ainda a plasticidade que comanda tanto o empreendimento das bandeiras quanto a exploração militar da natureza tropical no plantio e cultivo da cana-de-açúcar. Contudo, a plasticidade, entendida como aquela qualidade de adaptar-se facilmente às mais diversas situações, foi elevada ao um grau exponencial nas bandeiras de modo que a relação natureza/sociedade tornou-se mesmo uma relação de profunda intimidade.

A civilização da cana foi vitoriosa devido a essa plasticidade incrível da gente ibérica, mas essa característica não implicou uma intimidade entre portugueses/trópico/indígenas – foram os escravos negros, e não os portugueses, que trabalharam a terra e produziram as riquezas e os naturais da terra, estes, foram completamente dizimados. É certo que tanto na civilização da

cana quanto nas bandeiras e monções, é a aventura, o “jogar-se no mundo”, o espírito do provisório, o princípio que dá o tom do empreendimento, mas há uma diferença crucial entre o bandeirante e o senhor de engenho: o primeiro, a despeito de sua ânsia pelo ganho fácil, está mais cá, no sertão brasileiro, do que lá, Portugal; completamente ambientado na nova terra e íntimo dos indígenas, o bandeirante é o “novo homem dos trópicos” e aqui estabelece uma relação peculiar entre os homens e destes com a natureza; o senhor de engenho, que tinha a terra e a gente americanas como insumos a serem consumidos na produção cana, esse tem seus olhos e esforços voltados, não para a nova terra, mas para Portugal. De alguma forma, o espírito de aventura tem seu sentido renovado nas bandeiras e monções e isso se deve à peculiaridade das relações estabelecidas entre os homens e destes com a natureza.

Assim, esse caráter de aventura que tão bem caracteriza as raízes da cultura brasileira começa a se dissipar no sertão paulista por ocasião das bandeiras e monções – essa é a medida da novidade que a ocupação do sertão paulista nos traz, isto é, é exatamente uma relação renovada entre homens e desses com a natureza o elemento básico dos primeiros traços de americanismo entre nós. Contudo, o americanismo não vence tão fácil assim, em outras palavras, não há uma troca de um, iberismo, pelo outro, o americanismo: trata-se de processos longos, de avanços e recuos, de um equilíbrio sutil entre ambos os elementos. É, portanto, um indício de uma nova mentalidade (que não é cópia, é originalíssima, é americana-brasileira) calcada ainda na mentalidade tradicional. Americanismo e iberismo se combinam e dão forma a um elemento inesperado, os primeiros traços de uma cultura brasileiríssima, poderíamos sugerir. Sérgio Buarque nos oferece em *Caminhos e Fronteiras*, especialmente, alguns exemplos dessa combinação feliz e vitoriosa entre os dois elementos que deu origem a uma cultura tipicamente sertaneja.

A arte sertaneja de curar é um exemplo dessa síntese. É possível distinguir entre as mezinhas e procedimentos utilizados pela gente sertaneja na cura de variadas enfermidades tanto

elementos indígenas, como o hábito de afoguesar-se o corpo ou parte do corpo do doente, como europeus, como o uso corriqueiro da aguardente na preparação daqueles remédios. Contudo há produtos tão imprevistos dessa “mistura” que é simplesmente impossível dizer se tal ou qual prática é indígena ou europeia – trata-se, na verdade, da síntese de um terceiro elemento, fruto desse encontro tão fortuito.

Um outro exemplo que o autor nos oferece em *Caminhos e Fronteiras* é o tropeiro que surge como a figura paradigmática dessa síntese de elementos culturais tão díspares. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro, argumenta Sérgio Buarque. Aquele espírito de aventura que presidiu a conquista de tão largas terras, aos poucos, toma uma forma mais ordenada e disciplinadora. O tropeiro, assim como o monçoneiro, conta com uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante, uma postura que supõe calcular danos e perdas. Nesses empreendimentos, para tanger tropas de animais por longas distâncias com objetivo de comercializá-las assim como tocar as expedições rumo à Cuiabá com o fito de abastecer pequenos povoados que se estendiam ao longo do caminho, são necessárias a previdência e uma certa disciplina que assegurem o cumprimento dessas tarefas, virtudes eminentemente burguesas. Ainda que guarde aquele espírito de aventura imprescindível ao “jogar-se ao sertão”, o tropeiro e os monçoneiros trazem uma novidade ao espírito ibérico, a previsibilidade e a calculabilidade.

A presença de uma nova mentalidade nesses homens é clara em *Monções*. Os habitantes de São Paulo, distantes dos núcleos de forte intercâmbio com a metrópole, vão se manter por muito tempo numa situação de instabilidade e imaturidade que favorece um maior contato e mesmo intimidade com os indígenas e com a natureza tropical. A vocação do paulista, sentencia Sérgio Buarque, encontra-se no movimento e não nas grandes propriedades de terras que fincam raízes. Contudo, com a descoberta de ouro em Cuiabá e o assentamento de pequenos povoados pelos caminhos

que conduziam ao povoado, essa instabilidade deveria ser enfrentada em nome da continuidade e sucesso da exploração do ouro naquela região. Embora seja a aventura o princípio que move esses homens em busca de riqueza fácil e rápida, aqueles que participam dessas expedições rumo ao Mato Grosso têm ambições mais disciplinadas, trata-se de

um ritmo que já não é o da simples energia individual livre de expandir-se, que regula toda sua atividade. A própria vida há de sujeitar-se neles a limites novos, a novas opressões. Aos freios divinos e naturais, os únicos, em realidade, que compreendiam muitos dos sertanistas de outrora, acrescentam-se, cada vez mais poderosas, as tiranias legais e jurídicas, as normas de vida social e política, as imposições freqüentemente caprichosas dos governantes (Holanda, 1976, p. 117).

Por meio dessa descrição lírica da vida nas monções, percebe-se o lento processo de formação de uma nova mentalidade, americana de nascimento, que não surge em sua inteireza e força para sufocar o espírito de aventura. Trata-se de uma convivência entre esses dois princípios, a aventura e o trabalho, o americanismo e o iberismo, na conformação dessa mentalidade tipicamente americana, isto é, uma mentalidade que não é puramente europeia e muito menos puramente indígena. Dito de outra forma, não há uma opção entre cordialidade e civilidade, mas uma combinação entre os dois princípios que, aos poucos, dá lugar à civilidade típica da urbanidade. Como sugere Pedro Monteiro (1999), a tradição fundada em bases personalistas e o liberalismo fortemente aliado ao urbano não são princípios excludentes, ao menos naquele Brasil então em seus primeiros passos.

Não se trata, portanto, de uma simples opção pelo polo moderno como se fosse possível despir-se da tradição e vestir-se de moderno. No plano da realidade, do viver cotidiano daqueles homens, o caminho não era tão simples. A questão que se coloca que sintetiza toda a discussão que montamos ao longo desse artigo

é a seguinte: pode a civilidade, marca dos novos tempos, conviver com a cordialidade, resquício da tradição ibérica?

O estudo da cultura material de bandeirantes e monçoneiros traz uma resposta: trata-se de uma síntese por meio da qual os opostos, iberismo e americanismo, cordialidade e civilidade, convivem sem transcender um ao outro. A despeito de sua total incompatibilidade do ponto de vista de uma “episteme da modernidade” (Tavolaro, 2005), a ordem e a desordem conviveriam nessas terras tropicais. Um pergunta muito pertinente é feita por Pedro Monteiro (1999) que nos leva direto ao ponto central do argumento. Vejamos: “Estariamos aqui próximos àquela dialética da ordem e da desordem, apontadas por Antonio Candido, quando submeteu o romance de Manuel Antonio de Almeida a uma redução estrutural?” (Monteiro, 1999, p. 257).

Em outras palavras e à moda do “jeitinho brasileiro”, poderíamos sugerir que tal o personagem de “Memórias de um sargento de milícias” de Manuel Antonio de Almeida, as ordens existem para serem transgredidas. Como sugere mais uma vez Pedro Monteiro (1999), o moderno não anularia o primitivo, mas o assimilaria à modernidade que então tomava forma no Brasil.

Trata-se, é certo, de uma modernidade singular (e não periférica²) marcada pelo signo da diversidade e por uma certa distância da “episteme da modernidade”; por sermos “filhos do jacaré com a cobra d’água”, como sugere Werneck Vianna (*apud* Bastos, 2002, p. 183), talvez seja possível, como intuiu Florestan Fernandes, pensar o mundo moderno a partir da periferia, do “desvio” da ordem, de modo a melhor compreender o mundo contemporâneo.

² É preciso deixar claro que singularidade não significa periferia ou mesmo excepcionalidade. Não é possível fazer aqui uma discussão sobre os sentidos da modernidade brasileira, mas as reflexões que desenvolvi aqui a partir da obra de Sérgio Buarque afastam-se abissalmente da tese da “excepcionalidade brasileira” tal como descrita por Sérgio e Lilia Tavolaro (2010) ao olhar para a modernidade brasileira como um modo “alternativo” de ser moderno.

Podemos pensar, seguindo as sugestões de Monteiro (1999), que essas obras de Sérgio Buarque de Holanda, a saber *Caminhos e Fronteiras*, *Raízes do Brasil* e *Monções*, são parte de uma tradição da reflexão sociológica brasileira que toma a cultura brasileira como uma combinação entre o moderno e o tradicional. Sérgio Buarque afasta-se de todo o debate proposto pelas teorias da modernização das décadas de 1950 e 1960 (refiro-me, essencialmente, às contribuições de Talcott Parsons) ao tratar modernidade e tradição como elementos intercambiantes, como pares de uma relação dialética que se recompõem incessantemente na formação cultural e social do país. É esse “movimento dialético”, facilmente perceptível no fazer cotidiano de bandeirantes e monçoneiros descrito por Sérgio Buarque, o traço peculiar do processo de formação da modernidade brasileira.

É a “passagem do dois ao três”, como belamente expõe Antonio Candido (2002), o elemento essencial da leitura de Sérgio Buarque acerca da cultura e história brasileiras. O que queremos dizer é que como pano de fundo desses pares de elementos identificados ao longo desse artigo - iberismo/americanismo; aventura/trabalho; cordialidade/civilidade; ordem/desordem – e que estão dispersos ao longo das obras do autor tratadas nesse espaço, há uma concepção mais profunda sobre o caráter da modernidade brasileira que se afasta das concepções mais clássicas ao diluir as dicotomias tão a gosto da “episteme da modernidade”, quais sejam natureza e cultura, barbárie e civilização e, finalmente, tradição e moderno.

A questão que se coloca para Sérgio Buarque, a meu ver, é compreender o Brasil Moderno não como um desvio, uma versão imperfeita da modernidade ocidental, mas, como sugere Ortiz (1999), “como uma diferença que não se esgota no atraso” (Ortiz, 1999, p. 165). Nesse sentido, o termo *desvio* que há pouco utilizei para marcar a diferença brasileira com relação à “regra” do mundo ocidental talvez seja completamente inadequado, já que não se trata de uma aberração, mas antes de um “modo de ser” integrante da modernidade, afinal de contas, há dúvidas do lugar do Brasil, ou mesmo de outros países outrora classificados como “Terceiro

Mundo” e hoje tomados como “países em desenvolvimento”, no concerto do mundo globalizado?

Sérgio Buarque de Holanda ao focalizar e desmistificar o bandeirante ilumina uma história e uma forma de relação entre os homens e destes com a natureza não percebida e tratada com cuidado pelos estudiosos da cultura e sociedade brasileira. A natureza, nesse sentido, apresenta-se como chave promissora de compreensão da realidade brasileira.

Há, é claro, muitas outras questões a serem debatidas e aprofundadas no que concerne ao tema natureza em suas interconexões com o tema da modernidade brasileira. Este artigo visa apenas mostrar o quão profícuo o tema natureza se mostra na análise sociológica, embora seja um tema pouco tratado pela literatura, especialmente a sociologia brasileira em suas versões mais “clássicas”.

Bibliografia

- ARANTES, P. E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz. Casa-Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BASTOS, E. R. “Pensamento social da Escola Sociológica paulista”. In: MICELI, S. *O que ler na Ciência Social brasileira*. São Paulo: ANPOCS: Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.
- CANDIDO, A. “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- _____. “Duas vezes a passagem do dois ao três”. In: CANDIDO, A. *Textos de Intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

- _____. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9ª edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- EISENSTADT, S. *Multiple Modernities*. New Brunswick, USA; London, UK, 2002.
- FRANÇOSO, M. C. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- _____. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. *Raízes do Brasil*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- _____. *Monções*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- MONTEIRO, P. M. *A queda do aventureiro. Aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- ORTIZ, R. "Da modernidade incompleta à modernidade-mundo". *Idéias*, Campinas, n. 5, v. 2 / n. 5, v. 1, 1999.
- PESAVENTO, S. J. (org.). *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- PIVA, L. G. *Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo:

Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 2000.

SANTOS, A. C. V. R. "Ecologia e modernidade em 'Os Parceiros do Rio Bonito' de Antonio Candido: uma primeira aproximação". *Revista Mediações*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 266-281, jul./dez. 2010.

TAVOLARO, S. F. "América Latina: Entre imagens e estigmas". In: FERREIRA, L. C. (org). *Teoria Social, Interdisciplinaridade e Questão Ambiental na América Latina*. Campinas: NEPAM, 2009 (no prelo).

_____. "Existe uma modernidade brasileira: reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005.

TAVOLARO, S. B. F.; TAVOLARO, L. G. M. "A cidadania sob o signo do desvio: Para uma crítica da 'tese de excepcionalidade brasileira'". *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 2, mai./ago. 2010.

WEGNER, R. *A conquista do Oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

GUIMARÃES ROSA E A NOMADOLOGIA: TRÊS TEMPOS DE UMA HISTÓRIA

Rogério Reis Carvalho Mattos*

Resumo: Utilizando do conceito de “máquina de guerra nômade”, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, analisar de forma sintética, a partir dos movimentos autóctones narrados no “Grande Serão: Veredas”, de Guimarães Rosa, as forças exteriores, aquém ou além do Estado, inserido dentro dele ou não, que lutaram consciente ou inconscientemente pela soberania nacional, através de passagens no Império, na República pré-64 e no Brasil dos dias atuais. Colocar o romance de GR como síntese das forças políticas que atuavam no país antes do golpe, mostrando suas raízes no Império e que se desenvolveram até a nossa década.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; ditadura; movimentos sociais; império; república.

Abstract: Using the concept of “nomad war machine”, from Gilles Deleuze and Félix Guattari, it analyzes synthetically, from the autochthon movements described in “Grande Sertão: Veredas”, from Guimarães Rosa, exterior forces, below or above the State, insert or not in its own, that fought willingly or not for the national sovereignty, through passages in the Empire, in the Republic before 1964 and in Brazil in nowadays. It situates Guimarães Rosa’s romance as a synthesis of the political forces that actuated in the country before the *coup d’état*, showing its roots in the Empire and its development until our decade.

Keywords: Guimarães Rosa; dictatorship; social movements; empire; republic.

* Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rogerio_mattos@hotmail.com.

A história do romance

É no Segundo Reinado que se inicia o fortalecimento das instituições nacionais e se estabelece uma ampla consolidação da soberania brasileira dentre todo o seu território.

Do início da década de 40 até 1848 foi um período difícil para nosso Estado. Uma imensa fileira de insurrectos em Pernambuco, rebulição na capital do Império frente ao avanço dos Conservadores, a restauração do Poder Moderador e do Conselho de Estado. Na realidade, a transição para independência, a instituição da regência, o fardo da escravidão, entre outros fatores, quase fragmentaram o país em pequenos pedaços. Do Rio Grande ao Maranhão, da Farroupilha à Balaiada, o Brasil agitava-se nas dores extremas do parto.

O governo, procurando assemelhar-se ao parlamentarismo inglês, mas extremamente dependente de uma força capaz de unir interesses tão diversos no país que mal iniciara sua caminhada de nação livre, o poder do imperador se fez valer como nunca antes, poucos anos depois da subida ao trono do ainda jovem monarca. Vale lembrar o decreto de 1847 que criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros, equivalendo ao cargo de Primeiro Ministro.

A atitude firme do imperador, apesar das enormes dificuldades enfrentadas pelo sistema político do país nascente, garantiu, ainda que sob mãos de ferro, uma relativa alternância de poder entre liberais e conservadores, se bem que ainda longe do modelo que inúmeras vezes os homens públicos brasileiros procuraram imitar das nações consideradas mais evoluídas. Com o Regresso, o qual garantiu a tomada de posse pelo jovem príncipe, o país entrou em ebulição novamente, reeditando o período conturbado da Regência. As revoluções liberais de 1842 agitaram os grandes proprietários da região sudeste, causando um clima de pânico nas esferas próximas ao poder. A Praieira, em 1848, marca o fim das revoltas mais conhecidas, assim como o ciclo revolucionário pernambucano iniciado com a expulsão dos holandeses.

Para prosseguir, quero fazer uma rápida incursão pelo pensamento dos descobridores da América, com o intuito de chegar a um paralelo entre o pensamento e atitudes políticas no Brasil oitocentista (adesistas ou não à monarquia) e o Romantismo no país. Farei uma breve leitura, na verdade um pequeno corte, em “Visão do Paraíso”, de Sérgio Buarque de Holanda.

No início, o que moveu os expedidores europeus à busca de ouro e pedras preciosas na América, fora a ambição natural de cada homem e – por que não? – a alimentando, foram principalmente os mitos e lendas. Estes, originários muitas vezes da Bíblia ou remontando à Antiguidade ou a narrativas orais ou escritas de diversas espécies e origens, eram modificados por cronistas da época ao sabor dos acontecimentos e dos desejos dos homens de então. No caso do Brasil, passaram mais de dois séculos até a confirmação da existência de riquezas em abundância no interior do país.

Mesmo com a descoberta anterior nas terras de Castela a fantasia foi o que moveu aqueles colonos. Tendo os portugueses criado ou não as lendas, foram por elas movidos, pois a confirmação de achados lá não necessariamente presumia os daqui (num mundo onde as distâncias eram tão grandes, a fantasia era quem as reduzia, como no caso das terras peruanas que ficariam às margens do sertão nordestino, segundo o imaginário popular). O ouro espanhol pode ter recrudescido as buscas, mas dificilmente se tornou seu motivo principal.

Caberia aqui perguntar se apenas a procura da Coroa por joias e ouro, no intuito de enriquecer o reino, ou seja, por motivos meramente políticos e econômicos, seriam capazes de levar tantos e por tão longo tempo a esse objetivo. Se não couber também uma outra, a de que a própria casa real foi ou não embalada nos mesmos sonhos retirados do afã renascentista. Esquecendo os monarcas, fica do mesmo modo passível de comprovação se somente o “ouro do sertão” era a busca daquelas gerações (patrocinadas ou não pelo Reino), ou se as diversas maravilhas

edênicas, como a da ilha repleta de amazonas, não foram algo que aqueles homens procuravam realmente encontrar.

A Natureza é, em suma, “o livro da Natureza”, escrito por Deus e, como a Bíblia, encerra sentidos ocultos, além do literal. Até a razão discursiva, feita para uso diário, deixa-se impregnar, não raro, da influência do pensamento mítico, e entre os espíritos mais “realistas” encontram-se as marcas dessa atitude, que traz no bojo um sentimento vivo da simpatia cósmica. (Holanda, 2004, p. 66).

Apesar de Sérgio Buarque não se aprofundar no que diz respeito às crenças dos reinóis, no seu fundamento puramente religioso, não estaria por detrás das visões endêmicas da América o desejo de fundar definitivamente aquele *Paraíso Terreal*, o Reino de Cristo na Terra? Ao invés de conquistar Jerusalém, sua rota se deslocaria para o Ocidente, onde, navegando por um dos afluentes que provinham diretamente do Éden (Nilo, Ganges; depois São Francisco, Amazonas – como chegaram a pensar os conquistadores e aventureiros), conquistariam definitivamente a cidade santa, instaurando enfim, sob os escudos da coroa lusitana, o reino de glórias prometido por Jesus.

O mito da Cidade Santa teve seu aparecimento com o povo judeu. Buscavam, premidos pelas necessidades inerentes a escravidão, uma cidade de glórias aonde poderiam se tornar soberanos. Com o advento do Cristo, o reino celeste passa a “não ser deste mundo”. Mas a afirmativa segundo a qual nosso planeta nunca irá se transformar num Éden é interrompida pela revelação do “dia do juízo final”.

À idealização da Colônia do Sacramento, se nos limitarmos à análise do imaginário social, podemos atribuir conotações escatológicas, como a edificação, na realidade, de um “mito das origens” ou a concretização do paraíso terrestre baseando-se na simbologia dos sacramentos eucarísticos. Não houve tal engenho por parte dos portugueses na ocupação do Maranhão ou da

Amazônia, de Sergipe ou do Rio Grande do Norte. O Rio da Prata foi o aglutinador das “visões” dos colonizadores, concretizando o ideal numa cidade sagrada que haveria de ser construída em meio às belezas douradas da Eternidade. A “Serra da Prata” igualmente serviu como mito que conduziu Martim Afonso de Souza à colonização do litoral sul do Brasil, porque então dali partiram os conquistadores ao interior, em busca dos cimos dourados.

O Romantismo foi exatamente a identificação do homem oitocentista com os locais de sua origem. Se antes o mito da cidade sagrada se encontrava fora dos limites da pátria natal, depois esta passou a prevalecer como perspectiva ideal. O que Pedro II encontrou como situação e oposição, todo o multifacetado jogo político a que ele teve de harmonizar, não era nada além das reivindicações da terra a surgirem por todos os lados. É o momento onde o Brasil passa a ter uma população de sedentários, em nítido contraste com a Colônia.

Assim como o Iluminismo precedeu o Romantismo, o Modernismo brasileiro foi o precursor do Regionalismo. O Modernismo foi, na literatura, o último movimento onde se expressaram diretamente as ideias do Iluminismo, nele encerrando sua imensa zona de influência e que teve o regionalismo de Jorge Amado e Guimarães Rosa como seu corolário. Os críticos e teóricos da literatura podem afirmar que GR não pertence exatamente ao movimento regionalista. Diversas vezes procuram colocá-lo como um gênio isolado, avesso às influências exteriores. É certo que sua prosa é única em sua época. Como também pode ser atribuído o mesmo adjetivo a qualquer outro grande escritor do período. Sua singularidade está antes no local de onde é produzida a sua escrita, os sertões mineiros, talvez mais obscuro por ser o contraste da grande Minas dos coronéis, dos políticos ilustres, do ouro e da religiosidade triunfante. Quanto a sua figura imponente de diplomata, poliglota e erudito, nada tradicionalista, “europeu”, os Gerais poderiam nos proporcionar desde a revolta

ilustrada chamada Inconfidência e a distinção e inteligência tantas vezes autoatribuídas por JK ou Tancredo Neves.

As manifestações autóctones do século XX (as que começam, no máximo, na virada deste século), o regionalismo expresso na cultura, primeiro na literatura e depois na música com o fluxo migratório para os centros urbanos, nada mais são do que o corolário do Romantismo do século passado, sua emanção alcançando os rincões do país e de caráter ainda mais popular, sem líderes ilustres ou amoedados a projetar suas aspirações nas lutas populares. O Modernismo foi urbano, paulista, centralizador – dos poetas “iluminados” como os Andrades. Com o regionalismo conhecemos os limites de nossa pátria.

No que consistiu, finalmente, a luta armada nos sertões mineiros na primeira metade do século XX? Medeiro Vaz, chefe dos jagunços, se desfaz de todos os seus bens, inclusive os sentimentais, ao descaracterizar a sepultura de seus parentes, e reúne um grupo de homens para acabar com a desordem nos Gerais. No romance, o assalto à cidade de São Francisco em 1896 é o relato de que em Minas os grupos armados bastante fortes antes até das primeiras décadas do século XX e do tempo de reinado de Lampião no nordeste. Quando este possuía todo o poder que já lhe atribuíram Medeiro Vaz com suas tropas corria o sertão para moralizá-lo. É nesse sentido que o estado mineiro precedeu o nordeste em relação às milícias rurais. As razões para essa afirmativa podem estar na interiorização mais recente no norte. Com a busca do ouro no centro-oeste os pequenos povoados mais cedo se fortaleceram, preludiando a situação que era, por exemplo, a da Itália no tempo de Maquiavel. De outro modo, devido às plantações costeiras e à produção voltada para o mercado externo, somente mais tarde se interiorizaram os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas etc.

Foi preciso, no nordeste, a entrada da força repressiva oficial para conter o cangaço; em Minas, segundo o relato de Guimarães Rosa, foram os próprios jagunços os responsáveis pela extinção do banditismo. O reinado dos jagunços mineiros não teve todo

o esplendor ou causaram todo o choque que as tropas de Lampião e Corisco lançaram no sertão. Mais afastados das zonas produtoras de riquezas do país, no caso a lavoura canavieira – longe também da produção aurífera, há muito extinta –, o declínio da jagunçagem ocorreu perto ou simultaneamente ao período dourado do cangaceirismo.

Os Sertões se dividem em dois grupos, o de Zé Bebelo, que é uma espécie de legalista do sertão, cujo sonho é acabar com a jagunçagem e ir para a capital colher os louros de seu feito elegendo-se deputado. Depois voltaria para suas terras e promoveria o bem estar social apoiado pelas tropas do governo e através das finanças do Estado. É como se Zé Bebelo fosse uma espécie de Maquiavel do sertão, onde somente um príncipe forte e respaldado em plenos poderes pudesse por fim à barbárie daquelas terras sem dono. O grupo encabeçado por Joca Ramiro e Medeiro Vaz, o qual depois da morte de ambos é liderado pelo protagonista, Riobaldo, está mais para John Locke e os contratualistas da época das Luzes. Riobaldo estabelece um governo de consenso entre os sertanejos, respeitando-se as liberdades individuais de cada um em tempos de paz. Se necessária a guerra, arregimentaria tropas, também por consenso geral, pela necessidade de se manter o estado a que todos passaram a gozar depois de sua vitória.

São significativas em relação a essa filosofia as primeiras páginas do romance, onde despontam tiros, mas não de homens. Logo depois, Riobaldo enumera seus companheiros que vivem em terras próximas, alguns que moram em terras distantes, e conta como todos estariam prontos para pegarem em armas – muitos desses são seus antigos companheiros jagunços – caso a desordem tente voltar a reinar no sertão. Também se percebe como todos vivem em relativa paz, livres do banditismo dos últimos anos, e como os mesmos têm, no máximo, uma relação “protocolar” ou “diplomática” com os homens da capital, como é o caso do Doutor, cuja conversa com o ex-jagunço percorre todo o romance. Finalmente, o governo é feito entre o consenso das gentes, dos sertanejos, a despeito de qualquer medida centralizadora implementada pelo Estado.

O romance na história

O filósofo francês Gilles Deleuze junto ao psicanalista Félix Guattari parecem ter captado tal movimentação global e dedicam partes importantes de sua principal obra, o *Anti-Édipo*, para tal discussão. Não é uma obra tão “engajada” como pode parecer, mas é uma análise filosófica, psicológica e social que capta como nenhuma outra os rumos de nosso tempo. Edward Said, no seu *Cultura e Imperialismo*, fez breve e excelente interpretação do platô “Nomadologia”, que trata exatamente da “máquina de guerra nômade” e seus efeitos em todos os ramos do conhecimento e do poder humanos.

O capítulo intitulado “*Traité de nomadologie: La machine de guerre*”, baseia-se na obra de Virílio e estende suas idéias sobre o movimento e o espaço num estudo altamente excêntrico de uma máquina de guerra itinerante. Esse tratado profundamente original apresenta uma metáfora sobre uma espécie disciplinada de mobilidade intelectual numa era de institucionalização, arregimentação e cooptação. A máquina de guerra, dizem Deleuze e Guattari, pode ser identificada com os poderes militares do Estado – mas como ele é fundamentalmente uma entidade separada, não é necessário que o seja, da mesma forma que as perambulações nômades do espírito nem sempre precisam ser posta a serviço das instituições. A origem da força da máquina de guerra nômade não está apenas em sua liberdade nômade, mas também em sua metalurgia – que os autores comparam à arte de composição musical –, que forja os materiais, moldados “para além das formas separadas; [essa metalurgia, tal como a música] acentua o desenvolvimento contínuo da própria forma, e para além dos materiais individualmente diferentes, ela acentua a variação contínua dentro da matéria”. Precisão, concretude, continuidade, forma – todas elas possuem os atributos de uma

prática nômade cujo poder, diz Virílio, é não agressivo e sim transgressivo. (Said, 1995, p. 406 – 407).

Segundo os autores, o Estado possui uma violência que não passa pela guerra, ao contratar policiais e não guerreiros, ou adquire uma força armada, mas que pressupõe uma organização jurídica da guerra e uma organização da função militar. A máquina de guerra não funciona por tratos, mas por traições. “Il serait plutôt comme la multiplicité pure et sans mesure, la meute, irruption de l'éphémère et puissance de la métamorphose” (Deleuze e Guattari, 1980, p. 435). Hobbes diz ser o Estado contra a guerra e a guerra contra o Estado. Caso não concluirmos que a guerra é um estado natural, ela seria, ao contrário, um modo de estado social que conjura e impede a formação estatal. Segundo Pierre Clastres, a guerra impede as alianças, as trocas comerciais, ou seja, impede o “fator” Estado, impede a fusão de grupos. A partir desse ponto de vista, é impossível enxergar uma continuidade, uma evolução que levaria as sociedades primitivas chegarem à complexidade estatal. As sociedades primitivas e o Estado são polos distintos e irredutíveis.

Em nossa exposição que se pretende sumária, definiremos de uma vez o que os autores entendem como nomadologia a partir da fórmula que os mesmos usam de Clausewitz, na qual “a guerra é a continuação por outros meios das relações políticas”. É claro que guerra, no texto que ora analisamos, não se reduz aos campos de batalha, sendo toda a disputa científica, social, econômica etc., ou seja, existe toda uma relação que se emprega na relação entre o Estado e os mecanismos que formam seu exterior. A fórmula de Clausewitz não seria uma ideia pura que levaria a um aniquilamento abstrato do adversário. Ela teria a guerra como objetivo e que entretém com a mesma uma “relação sintética potencial ou suplementar”.

Na nona e última proposição do texto, se afirma que “a guerra não necessariamente tem por objeto a batalha, e acima

de tudo a máquina de guerra não tem necessariamente por objeto a guerra, apesar de a guerra e a batalha assim resultar necessariamente (sob certas condições)". Portanto, seria a guerra ela mesma objeto da máquina de guerra? Ela é a invenção dos nômades, por sua essência ser constituída pelo espaço liso, da ocupação desse espaço, do deslocamento para esse espaço e para a correspondente composição dos homens: "c'est là son seul et véritable objet positif (*nomos*). Faire croître le désert, la steppe, non pas les dépeupler, bien au contraire" (Deleuze e Guattari, 1980, p. 519). Se a guerra acontece "necessariamente" é porque a máquina de guerra se choca com o Estado e as cidades, "como as forças (de estriagem) que se opõem ao objeto positivo". Assim começa a guerra, ao se procurar anular as forças do Estado, ao tentar consequentemente destruir a "forma-Estado".

O problema propriamente dito não seria da realização ou não da guerra, mas da apropriação da máquina de guerra nômade pelo Estado. Enquanto aquela possuir um "devir abstrato", procura perpetuar sua própria forma para além das inibições da estratificação social – como a história do bando de moleques de rua e sua vida livre e carregada de poesia em os *Capitães de Areia*, de Jorge Amado –, este (o Estado) procura se apropriar dos mecanismos fluídos do nomadismo a fim de que ele trabalhe para si, para seus objetivos políticos, os quais consequentemente aparecem como forma de guerra. É interessante o conceito de Deleuze e Guattari sobre a guerra total praticada pelos Estados e sua gênese na apropriação da máquina de guerra:

La question donc moins celle de la réalisation de la guerre que de l'appropriation de la machine de guerre. C'est en même temps que l'appareil d'Etat s'approprie la machine de guerre, la subordonne à des buts "politiques", et lui donne pour objet direct la guerre. Et c'est une même tendance historique qui entraîne les Etats à évoluer d'un triple point de vue: passer des figures d'encastrement à des formes d'appropriation proprement dite, passer de la guerre

limitée à la guerre dite totale, et transformer le rapport du but et de l'objet. Or les facteurs qui font de la guerre d'Etat une guerre totale sont étroitement liés au capitalisme: il s'agit de l'investissement du capital constant en matériel, industrie et économie de guerre, et de l'investissement du capital variable en population physique et morale (à la fois comme faisant la guerre, et la subissant). En effet, la guerre totale n'est pas seulement une guerre d'anéantissement, mais surgit lorsque l'anéantissement prend pour "centre" non plus seulement l'armée ennemie, ni l'Etat ennemi, mais la population tout entière et son économie. Que ce double investissement ne puisse se faire que dans les conditions préalables de la guerre limitée montre le caractère irrésistible de la tendance capitaliste à développer la guerre totale. Il est donc vrai que la guerre totale reste subordonnée à des buts politiques d'Etat et réalise seulement le maximum des conditions de l'appropriation de la machine de guerre par l'appareil d'Etat. Mais il est vrai aussi que, lorsque l'objet de la machine de guerre appropriée devient guerre totale, à ce niveau d'un ensemble de toutes les conditions, l'objet et le but entrent dans ce nouveaux rapports qui peuvent aller jusqu'à la contradiction. D'où l'hésitation de Clausewitz quand il montre tantôt qu'elle à effectuer l'Idée de la guerre inconditionnée. En effet, le but reste essentiellement politique et déterminé comme tel par l'Etat, mais l'objet même est devenu illimité. On dirait que l'appropriation s'est retournée, ou plutôt que les Etats tendent à relâcher, à reconstituer une immense machine de guerre dont ils ne sont plus que les parties, opposables ou apposées. Cette machine de guerre mondiale, qui "ressort" en quelque sorte des Etats, présent deux figures successives: d'abord celle du fascisme qui fait de la guerre un mouvement illimité qui n'a plus d'autre but lui-même; mais le fascisme n'est qu'une ébauche, et la figure

post-fasciste est celle d'une machine de guerre qui prend directement la paix pour objet, comme paix de la Terre ou de la Survie. La machine de guerre reforme un espace lise qui prétend maintenant contrôler, entourer toute la terre. La guerre totale est elle-même dépassée, vers une forme de paix plus terrifiant encore. La machine de guerre a pris sur soi le but, l'ordre mondial, et les Etats ne sont plus que des objets ou des moyens appropriés à cette nouvelle machine. C'est là que la formule de Clausewitz se retourne effectivement; car, pour pouvoir dire que la politique est la continuation de la guerre avec d'autres moyens, il ne suffit pas d'inverser les mots comme si l'on pouvait les prononcer dans un sens ou dans l'autre; il faut suivre le mouvement réel à l'issue duquel les Etats, s'étant appropriés une machine de guerre, et l'ayant approprié à leurs buts, redonnent une machine de guerre qui se charge du but, s'approprie les états et assume de plus en plus de fonctions politiques (Deleuze e Guattari, 1990, p. 524 - 525).

A guerra total promovida pelo Estado é, nos dias atuais, a guerra do Afeganistão e do Iraque, os dois exemplos mais notáveis. Sem nenhuma base na realidade, cooptando os meios de comunicação (três ou quatro que são os maiores do mundo e que, portanto, têm suas notícias ecoadas por todas as partes sem possibilidade, a priori, de maiores averiguações), criam factoides para continuar a construir civilizações à base da rapina. A apropriação da máquina de guerra pelo Estado é a guerra do Paraguai cooptando escravos e os escalões inferiores da sociedade para defender um expansionismo despótico e é também encarnada nos cientistas nazistas, sendo que cada um fazia uma parte minúscula de uma pesquisa bem mais ampla e que no fim daria como resultado a bomba atômica, muito bem barganhada pelos EUA através dos serviços de Robert Oppenheimer.

A apropriação da máquina de guerra nômade pelo Estado é atestada no caso brasileiro durante a formação da Marinha

Imperial. A historiografia acostumou-se a tachar simplesmente de mercenários os capitães ingleses que dominaram as revoltas no Pará, Maranhão e Bahia após a Proclamação da Independência. Um estudo independente dos cânones, feito por Nélio Galsky (sua tese de mestrado), na UFF, vem clarear um pouco as origens de nossa Marinha e, por contraste, a de seu fundador nativo, Tamandaré. Vamos a uma pequena biografia do Almirante Cochrane, antes de se engajar nas lutas brasileiras, escrita por Nélio:

De origem aristocrática, herói das Guerras Napoleônicas, ele se transformaria rapidamente em crítico do almirantado britânico. Depois de acusar alguns superiores de covardia, discutiria a lisura dos tribunais de presas, e principalmente, investiria contra as condições desumanas impostas aos marinheiros. Em uma época em que o recrutamento forçado ainda era a tônica nas Marinhas européias, ele atacaria a falta de alimentação adequada nos navios, de recursos médicos, e a ausência de pensão no caso de incapacidade dos feridos. Suas críticas à corrupção nos altos escalões da Royal Navy o aproximariam dos radicais da política britânica, ao mesmo tempo em que lhe criariam inimizades em vários setores da elite. Eleito para o Parlamento em 1807, ele defenderia várias posturas do jacobinismo inglês, como a ampliação do sufrágio universal. Porém uma questão mostraria os limites do seu radicalismo: a cada vez que um dos seus colegas pedia a retirada das tropas que lutavam na Espanha. Cochrane retirava-se da sala e não participava dos trabalhos parlamentares. Lutar contra a corrupção na Marinha e pela melhoria das condições de vida dos marinheiros era uma coisa, lutar pelo término da guerra, que representaria o fim das possibilidades de apresamento de barcos e cargos, era outra. Em 1814, foi expulso do Parlamento, em consequência de um escândalo na Bolsa de Valores: um coronel,

conhecido de Cochrane, espalhou o boato da morte de Napoleão. A notícia era falsa, mas fez com que houvesse uma alta súbita das ações, beneficiando certo número de investidores, entre os quais estava o próprio Almirante. Embora tenha protestado inocência e atribuído seu envolvimento no escândalo a uma conspiração política dos seus inimigos conservadores, ele perderia todas as suas condecorações e títulos. Após 1818, o Almirante deixaria a Inglaterra e dedicaria a sua energia e coragem à criação e/ou liderança das forças navais do Chile, Peru, Brasil e Grécia (Galsky, 2006, p. 16 – 17).

Continuando seu estudo, o autor nos narra que o curso servia como forma de sobrevivência ou uma espécie de fonte de renda dos oficiais da marinha britânica durante a época moderna, já que não se havia instituído no país a racionalização da administração estatal, fruto, entre outros motivos, das guerras napoleônicas, as quais fizeram as monarquias europeias aparelharem seus mecanismos de poder com uma força armada forte, numerosa e de alistamento compulsório. A perda da lealdade ao capitão em favor da lealdade ao Estado é o corolário desse movimento, tornando anacrônica a cumplicidade entre os oficiais e seus subordinados provocadora do curso, da “pirataria oficial” realizada até então.

Os meios de coesão entre os integrantes das esquadras britânicas mudam de feição à chegada da burocratização cada vez maior do Estado surgido após as revoltas e revoluções que marcam o fim da Era Moderna. O fim do curso também é consequência da introdução dos navios a vapor nas navegações de grande distância e a resistência à profissionalização da *Royal Navy* pode ser imputada à mentalidade independente dos nascidos na Bretanha, que se outorgavam o direito de servir aos países que falavam mais próximo às suas concepções de deveres de oficial.

Cochrane, depois de sair vencedor nas guerras brasileiras e ao nomeado Marquês do Maranhão, iria enfrentar graves

empecilhos para reaver as terras e o dinheiro que achava em seu direito após as conquistas realizadas. Grenfell, o qual mais tarde se tornou o mais prestigiado marinheiro estrangeiro a serviço do Império, por seu lado, além dos problemas relativos às presas (situação quase cotidiana enfrentada por esses comandantes e seus tripulados), foi também protagonista quando ainda possuía 26 anos e comandava a frota de Cochrane na pacificação do Pará de um dos episódios mais obscuros da reconquista das terras brasileiras por eles promovida. Além de ter executado, aparentemente de forma aleatória, cinco revoltosos da situação política no Pará, teve em seu navio uma rebelião de presos cujo final resultou na morte de praticamente todos que lá estavam condicionados, ou seja, mais de duzentas pessoas. Não se sabe ainda hoje com plena certeza como o tumulto se iniciou e muito menos a causa de um desfecho tão trágico. O comandante fez sua defesa, mas levou a fama, apesar de não ter levado a pena (que não conseguiu ser provada) pelo massacre.

Não queremos aqui um julgamento pessoal desse ou daquele herói. A Marinha ou os historiadores dos feitos militares é que carregam a responsabilidade sobre tais discussões. Queremos posicionar as frotas de Lord Cochrane dentro da perspectiva da apropriação da máquina de guerra nômade pelo aparelho de Estado e da grave importância do militarismo frente à desagregação do país promovida principalmente pelas Cortes de Lisboa.

Guattari e Deleuze expõem o aspecto negativo da cooptação de elementos exteriores ao Estado. Invertendo a lógica dos autores franceses e tendo à frente a importância de uma Independência que manteve o Brasil senhor de todos seus territórios, de todas suas riquezas, sem maiores derramamentos de sangue (pois estes existiram e saltam aos olhos de quem os estuda, apesar de relativamente menor do que se as Províncias, instigadas por forças externas, quase todas se insurgissem), poderemos entender o poder nômade capturado pelo Estado como fundamental para a união nacional. Os oficiais britânicos que por aqui passaram,

todos eles pertencentes à “velha escola” naval de seus países e como tal relegados a segundo plano, erravam pela América do Sul, ajudando nas guerras de independência de nações ora aqui ora lá.

O aparelho de Estado, no caso brasileiro, admitindo esses guerrilheiros em seus quadros oficiais através da criação por José Bonifácio da Marinha Imperial, promove uma “guerra total” contra as Províncias aliadas a Lisboa desprezando a organização da guerra que cada vez se tornava maior, em grande parte, depois que passaram pelo Velho Continente as tropas arregimentadas pelo gênio militar de Napoleão. O fator surpresa, assim como a mentira pura e descarada (a traição, nas palavras dos teóricos de França), foram os motores desses combates, como na conquista da maior província brasileira, a do Grão-Pará, por Grenfell, um oficial de apenas vinte e três e que chefiara somente uma expedição anteriormente – e de muito menor importância, a de busca e captura de fragatas no litoral da América Central. Chegara com uma carta de Cochraine que o mesmo e sua esquadra estavam realizando uma operação na foz do Amazonas e não tardariam.

A realidade é que Cochraine partira após os sucessos no Maranhão para o Rio de Janeiro a fim de agilizar questões relativas aos apresamentos realizados no norte. Com a bravata, a adesão dos paraenses ao Império de D. Pedro não tardou, apesar dos problemas que surgiram posteriormente, resolvidos ainda sim por um comandante jovem e sem grande habilidade política, mas com indomável coragem.

É interessante nesse momento de nosso trabalho colocar um fator de condicionalidade ao que ocorreu factualmente. Quero problematizar o ocorrido. Cochraine herdou extensas e numerosas terras no Maranhão, assim como boa parte da riqueza lá produzida. O que levou de fato do governo brasileiro, diz o Almirante, foi muito aquém do que se julgava merecedor. Qual seria o destino do lord caso quisesse entrar em guerra franca com as autoridades nacionais, se instalasse no Maranhão com seu

poder que fazia temer aos habitantes daquela terra e se tornasse, sem sombra de dúvida, um verdadeiro Marquês do Maranhão (título realmente concedido a ele pelo imperador)? A resposta para tal pergunta, claro, só saberíamos com plena certeza caso tal fato se materializasse em nosso horizonte histórico. Por outro lado, não seria difícil prever as dificuldades que iria encontrar o nobre saxão, principalmente se aspirasse a se tornar uma espécie de Garcia D'Ávila com sua Casa da Torre.

A morte, por que não, poderia ser seu fim. Caso transformasse o temor dos provincianos em amor, talvez tivéssemos um território dividido dentro do conjunto nacional. Um estrangeiro, dado o preconceito e as reservas dos homens da época a esse tipo de elemento com alguma espécie de poder, teria contra si os meios oficiais de repressão e intrigas gigantescas sem maiores esforços poderiam surgir. E o lord deveria tocar mais uma vez os clarins da guerra, só que agora em total contradição com sua luta inicial, a de manter íntegro o Brasil. A fuga, o exílio do Almirante, sem sombra de dúvidas foi a melhor escolha que poderia fazer. Tal figura não viveria pacificamente num Estado que lutava com todas as forças para encontrar sua própria identidade.

A realidade do exílio – voltando ao grande tema que ora estudamos –, a ficção de Guimarães Rosa, qual seria seu corolário na realidade plena, a da vida, tal como vemos até aqui, onde o romance em muito prefigura os acontecimentos nacionais pré-64? Jango, acredito ser a resposta correta. A realidade da máquina de guerra nômade mais uma vez se inverte ao defrontarmos-la com a história brasileira. O conceito de nomadologia se insere não exatamente em grupos que se formam às margens da sociedade ou se desenvolvem como as grandes empresas globais em seu centro, mas que guardam certa independência da regulação dos mecanismos estatais. No caso da república brasileira pré-64 existe um governo cuja representatividade está nos movimentos sociais – incipientes à

época se comparados aos de hoje –, fundamentalmente inserido na questão trabalhista, que vai de encontro à tradição do oligopólio dos plantadores de café que sustentaram o Império e financiaram o início de nossa vida republicana.

Jango, com uma aprovação popular de 47% meses antes do golpe, pode ser considerado um político bem aceito pela sociedade como um todo, devido tanto ao seu pouco tempo na chefia do Estado, como também à ausência de canais amplos que promovessem seu governo, tal como hoje fazem a mídia partidária da tradição direitista ou como Getúlio fez para se autopromover. Tudo isso excluindo os graves conflitos que o presidente teve de enfrentar devido à tentativa de golpe de Jânio Quadros, gerando um quadro político de grande instabilidade e da insistência das Forças Armadas e das alas conservadoras do país em impedir sua posse como vice-presidente eleito.

A falta de representatividade do presidente, com os movimentos sociais pouco ramificados dentro da sociedade; os conflitos dentro dos mesmos, muitas vezes instigados por agentes exteriores neles infiltrados; a herança conservadora de nossa política desde a colonização pelo elemento português junto à marcha conservadora a fim de dar legitimidade ao golpe, levantando a bandeira de Deus e da Família, minaram as forças da política desenvolvimentista, trabalhista e autóctone que lutava por se implantar em nosso país. Tivemos a posse da presidência pelo vice-presidente eleito feito dentro dos ditames legais, mas o mesmo não obteve êxito em se legitimar como dirigente nacional. Tivemos um caso em que os elementos oriundos dos extratos marginais ao Estado, os trabalhistas, chegaram ao poder. A máquina de guerra nômade se apossou do aparelho de Estado.

Como Cochraine, Jango buscou dominar o Brasil, mas não através das armas. O plano ideal buscado por ele foi o de fazer comícios como o da Central do Brasil por todo o país, e assim conseguir o apoio popular que lhe faltava à época. Percorreria a nação, utilizando seus poderes como dirigente máximo da pátria, e espalharia, como numa cruzada, as ideias que ele e sua

base defendiam, através de um Brasil ainda deveras provinciano, no qual os acontecimentos políticos ocorridos no centro-sul pouco ou nada interessavam ao restante do país. Ao contrário de 64, a mobilização popular nas eleições de 2010 representou grande avanço na consciência política nacional, contra uma campanha do ódio e do preconceito, os velhos trunfos da velhacaria udenista. Jango não teve tempo nem meios para conquistar o povo como um todo.

Como representante de um poder nômade, alheio às estruturas sedimentadas do conservadorismo político que dava seu golpe máximo naqueles anos, teve por bem evitar a guerra civil e procurar o exílio no Uruguai. As forças que se movem paralelas à sociedade tradicional não necessariamente têm a guerra como objetivo na conquista de seus ideais. Cochraine voltou à Inglaterra; Jango partiu para o Uruguai. O exílio como opção foi a saída justa para não comprometer de maneira irreparável a coesão nacional.

Como Guimarães Rosa resolveu tal conflito entre poderes extremamente opostos em sua ficção? A oposição representada por seu personagem Zé Bebelo, centralista e se preciso cruel, como os príncipes idealizados por Maquiavel, contra a contratualidade entre a população e os líderes jagunços proposta pelo bando iniciado por Medeiro Vaz – o jagunço que busca pacificar o sertão –, é o sinal, na realidade política brasileira, de uma possível união, não perene, mas de conjectura, entre a esquerda e a direita moderadas. Tanto é uma posição de situação que Zé Bebelo é líder dos jagunços enquanto não possuíam um líder de fato. Após a emergência de Riobaldo como chefe, Zé Bebelo volta a Goiás e não mais aparece.

Talvez em nossa realidade institucional pré-64 não houve situações pertinentes para tal união. Após o golpe, sim, apesar da coalizão de forças não ter saído vitoriosa. O fato é que o exílio proposto por Guimarães Rosa não é sua exclusão das relações diretas com o poder estabelecido. Seu diálogo durante todo

o romance com a figura do Doutor é exemplo disso. Realmente, não vemos em sua prosa a questão do exílio como tal, mas é concreta sua posição de independência frente aos símbolos considerados sagrados pela sociedade de então. A vitória do jagunço Riobaldo e de seu bando, a pacificação do sertão mineiro com o fim do banditismo, são uma espécie (talvez falando vulgarmente) de “destino manifesto” para as forças populares que chegaram a alguma espécie de poder ou de independência frente ao Estado, através de lutas internas e de acordos mútuos. É a sabedoria de Lord Cochrane em não reivindicar como um todo o que achava legítimo para si após suas conquistas e a sabedoria de João Goulart ao não fomentar a guerra civil e dividir o país, como parece ter havido essa movimentação nos bastidores da política norte-americana a partir do domínio (político e econômico, não militar) do estado de Minas Gerais.

A “máquina de guerra nômade”, o conceito criado pelo psicanalista Félix Guattari e pelo filósofo Gilles Deleuze, não é nada além do que as forças exteriores, as quais vivem paralelamente ao Estado e que em relação a sua órbita transitam em um movimento por este considerado excêntrico. Podem partir como uma Idéia Pura (conceito de Deleuze), ou seja, algo absolutamente desvinculado dos poderes oficiais; ou podem tanto ser cooptados por esses mesmos poderes, mas não com o fim de uma guerra total (o simples dualismo que os autores por vezes insistem em cair) e sim de promover, através dos mecanismos legais, o bem comum. Podem, de outra forma, estar mesmo dentro do centro de poder, porém sem o consenso geral (ausência que pode ter inúmeras causas), se tornando um movimento exterior ao próprio aparelho que administram (o caso de Jango). Não nos esquecendo da guerra sertaneja narrada por Guimarães Rosa, a qual se encaixa melhor na primeira opção, se bem que sem maiores conflitos (a não ser a ida eventual das tropas do governo nos sertões) com o Estado.

O romance de Guimarães Rosa é um “destino manifesto” de nossa independência no sentido em que propõe um contrato civil entre o povo e suas lideranças, quando nos mostra uma união altamente livre e democrática já no início de seu romance ao relatar que, caso houvesse necessidade de guerra, mesmo Riobaldo não sendo o senhor do sertão, teria amplas condições de se reunir a quantos sertanejos fossem necessários para não trazer novamente a desordem para o lugar onde vivem. É a diplomacia do embaixador da causa de Zé Bebelo em seu julgamento pelos jagunços inimigos: quieto, confiante, pacífico e fundamental no desfecho para uma sentença justa. É a negociação que prevê imagens edênicas (Diadorim), mas abraça a realidade dada com toda sua beleza (seu casamento com Otacília), não se calcando pelo remorso odioso, fermentador de disputas e conflitos. Acima de tudo, é representação de um povo que através de sua história mais e mais vai tomando consciência de si e de sua integração na comunidade nacional como um todo e que por movimentos independentes dos poderes oficiais reúne-se pelo pacto mútuo para atingir os objetivos prementes que sua situação social lhes sugere.

Bibliografia

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Capitalisme et schizophrénie 2 – Mille plateaux*. 1. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- GALKY, N. *Mercenários ou libertários: as motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da independência no Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói.

11121

Guimarães Rosa e a Nomadologia:...

HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DOIS MOVIMENTOS, DOIS SÉCULOS, UM KITSCH

*Tathiana Senne Chicarino**

Resumo: A proposta deste artigo é examinar dois movimentos de protesto pela análise comparativa de seus antecedentes e desdobramentos, um ocorrido no século XX – as Diretas Já! – e o outro no século XXI – os “Indignados” ou 15-M. Concluímos que as sociedades tendem a desenvolver certo grau de moderação e de continuidade em seu comportamento quando vivenciam um momento de estabilização econômica, social e política, como no Brasil. Contudo, a desestabilização econômica pode abrir duas outras possibilidades, como vem ocorrendo na Espanha: uma mudança social; ou com a melhora do ambiente econômico uma retomada da tradição moderadora já latente em sua cultura política.

Palavras-chave: Cultura política; Democracia; Movimento social.

Abstract: The purpose of this article is to examine two protest movements by comparative analysis of its antecedents and consequences, one occurred in the twentieth century – the Direct Elections Now! – and the other in the XXI century – the “Indignant” or 15-M. We conclude that societies tend to develop a certain degree of moderation and continuity in their behavior when they experience a moment of economic, social, and political stabilization, as in Brazil. However, the economic destabilization can open two other possibilities, as what is occurring in Spain: social change, or a revival of moderator tradition already latent in the political culture, resulting from the improvement of the economic environment.

Keywords: Political culture; Democracy; Social movement.

* Mestranda em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: tathianasennechicarino@yahoo.com.br.

Introdução

Momentos históricos de crise podem originar movimentos políticos de participação popular por situarem a sociedade na ruptura entre dois tempos, e, pela análise do comportamento gerado por eles, é possível identificar importantes características desta realidade social. Partindo desta proposição, intencionamos examinar dois movimentos de protesto pela análise comparativa dos antecedentes e desdobramentos de cada trajetória: o primeiro ocorrido no final do século XX – as Diretas Já! – e o outro no século XXI – os “Indignados” ou 15-M.

O objetivo central é buscar um devir histórico entre os dois movimentos, suas rupturas, paradoxos e/ou continuidades. Para tanto, utilizaremos o conceito de *kitsch político* de Milan Kundera (2002) como uma categoria analítica comparativa. A escolha do conceito se deve à premissa de que a literatura nos fornece subsídios para compreender determinada realidade social, antecipando mecanismos, reiterando lógicas e demonstrando características permanentes de uma sociedade.

Como nosso objeto de análise são dois movimentos populares distintos histórica e geograficamente, faremos primeiramente uma contextualização histórica, ou um levantamento dos aspectos mais relevantes, trazendo à tona o “conjunto de seus atos e as consequências por ele geradas”, como sugere Camus (2007). Em seguida, investigaremos que tipo de ação e de cultura política está subsumido em cada movimento. A ação sobre a qual nos debruçaremos é aquela contida na conduta real dos atores envolvidos e, para tentar nos aproximar de seu significado, buscaremos estabelecer uma conexão de sentido, objetivo e subjetivo, entre as motivações e os efeitos da ação e da cultura política. Estas serão as bases comparativas utilizadas no decorrer do artigo.

Finalmente, compararemos as Diretas e o 15-M através dos seguintes itens dentro da categoria analítica *kitsch político*: (1) o *script*, ou o comportamento gerado pelo *kitsch*; (2) o binômio essência/superficialidade; (3) o compartilhamento de imagens

ícones, palavras, arquétipos, numa delimitação do léxico; (4) o acionamento da cultura política; e (5) a reprodução de lógicas e significados no sentido de continuação.

Diretas Já!: comportamento e desdobramento

Após um período turbulento de democracia, de 1946 a 1964, dá-se a deposição do presidente João Goulart, situação ocorrida, para alguns cientistas políticos como Samuel Huntington (1988) e Fernando Henrique Cardoso (1970), em decorrência do processo de modernização tardia nos países de capitalismo dependente: primeiro viria a democracia e depois, dada a ineficiente resposta às demandas das massas, a ditadura. Essa explicação estrutural faz dos atores agentes impotentes no processo.

Outros dirão, como Juan J. Linz (1999), baseado numa perspectiva orientada para o ator, que o autoritarismo se instalou pela inabilidade das elites em resolver os conflitos pela via institucional, gerando uma atmosfera de polarização e radicalismo, interrompida pelo golpe militar.

Passados dez anos de regime autoritário, inicia-se a sua liberalização¹ durante a vigência do mandato de Ernesto Geisel, eleito pelo Colégio Eleitoral. De acordo com Linz (1999), a *detente* ou a descompressão não possuía prazos ou metas, e os militares, utilizando seus poderes de exceção, manipulam as regras do jogo eleitoral a fim de controlar a abertura.

A despeito da derrota nas eleições de 1974 e do reavivamento da oposição, a “estratégia de aperfeiçoamento”, ou o conhecido “processo lento, gradual e seguro de distensão”, é posta em prática. Para tanto, Geisel procura fortalecer o partido do governo e a

¹ J. A. Moisés (1994) faz uma reflexão sobre processos de liberalização como uma medida de Estados não democráticos em resolver crises cíclicas, dando à sociedade civil maior participação política, mas o que não equivale à democracia.

Arena (Aliança Renovadora Nacional), creditando a ele a capacidade de pelo consenso de dirimir os conflitos presentes na sociedade, prezando sempre pela manutenção da ordem social.

Contudo, essa “ordem” e – por que não dizer também – esse cronograma arquitetado por Geisel e por Golbery do Couto e Silva, chefe da *Casa Civil da Presidência da República*, são obstaculizados pela simbólica Campanha por eleições diretas para presidente da República, o maior movimento de massas dos anos 80, talvez até mesmo da história republicana brasileira. As mobilizações iniciadas em 1983 aglutinavam pequenos grupos, mas, dados o contexto de crise econômica e o anseio por liberdades de expressão e de participação, as manifestações adquiriram o caráter multitudinário – bem antes do termo “Multidão”, cunhado por Antonio Negri e Michel Hardt (2005) – e transformaram o espaço público em um espaço de manifestação de uma opinião pública há muito adormecida. Diretas Já! tornou-se a palavra de ordem do que viria a ser uma unanimidade nacional.

Em torno de um objetivo (o direito ao voto), houve a catalisação de diferentes partidos e ideologias², como PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora); e de organizações da sociedade civil, como a OAB (Organização dos Advogados do Brasil), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), sindicatos, e também artistas, que contribuíram para transformar os comícios em grandes eventos populares.

A despeito da intensa adesão popular, a emenda Dante de Oliveira – que restituiria as eleições diretas a todos os níveis – foi vetada por uma pequena margem de diferença. Uma derrota legislativa, mas não uma derrota política (Bertoncelo, 2007), pois

² O termo ideologia trabalhado neste artigo refere-se a um universo intersubjetivo de crenças e valores, de concepção de mundo, para além da conquista no plano objetivo da vida (Coutinho, 1999, p. 115).

além do grande número de pessoas que integravam os comícios, ainda hoje as imagens da campanha carregam um importante valor simbólico a constituir o imaginário coletivo acerca da história do Brasil.

Diante disto, o ambiente político tornava-se cada vez menos favorável aos militares e, mesmo que a permanência funcional da sucessão presidencial pelo voto indireto fosse um objetivo, a redemocratização iniciada no governo Geisel e continuada no governo Figueiredo deixava-a cada vez mais distante.

A este cenário as Diretas contribuiu, pois um possível retorno à democracia representativa aproximou cada vez mais a oposição do centro do poder decisório, algo não previsto pela cúpula militar. A campanha foi uma brecha dentro de um arquitetado projeto de abertura política, pois, além de personalizar os anseios da sociedade, contribuiu para o processo de deslegitimação do regime militar.

A participação dos governadores da oposição eleitos em 1982, quando é extinto o bipartidarismo – Franco Montoro em São Paulo, Brizola no Rio de Janeiro e Tancredo Neves em Minas Gerais –, também foi fundamental, mas as Diretas só existiram por conta de uma correlação de forças sociais e políticas e uma conjuntura favorável, como as discordâncias entre facções internas e instabilidade econômica. Contudo, a campanha não faria sentido ou não teria alçado voo se, além disso, a sociedade civil não estivesse amadurecida e pronta para levar a cabo as rupturas moleculares³ que reivindicava.

A unidade da sociedade civil (a despeito da heterogeneidade dos grupos) em torno da retomada do Estado de Direito se configurou, nos termos de Dagnino (2004), como um projeto

³ O termo ruptura molecular refere-se ao conceito de “transformismo” de Gramsci, que é a incorporação pela classe hegemônica de elementos próprios da mudança social encampados, seja pelo bloco de oposição, seja pelas classes subalternas na tentativa de evitar mudanças mais profundas (Coutinho, 1999).

democrático, um passo para a construção democrática, e não a sua consolidação (O'Donnell, 1991), mas que teria acionado uma participação popular gestada em onze anos de transição: do expressivo “novo sindicalismo” à Igreja “progressista”, todos buscavam ocupar os espaços antes bloqueados.

Contudo, este projeto democrático que começava a ser delineado nas Diretas foi interrompido e, temporariamente, os militares conseguiram minimizar os efeitos políticos mais profundos da crise de hegemonia, delimitando a agenda da transição em temas que lhe eram favoráveis ou não tão adversos, ainda que considerassem algumas aspirações populares como uma forma de atenuar as insatisfações.

Os anseios democráticos dispersos com o final da Campanha foram canalizados na candidatura de Tancredo Neves – e isto foi preponderante na formação de sua imagem –, favorecendo-o frente ao Colégio Eleitoral. O coroamento deste processo político foi obtido com a articulação de dissidências liberais e conservadoras e com as forças populares. Todavia, o Brasil consolida o seu processo de redemocratização não com a posse daquele, mas de seu vice, José Sarney, ex-presidente da Arena.

Diante do exposto, temos “dois grandes grupos de pressão” presentes na oposição ao regime militar: a elite política e os novos movimentos sociais. O primeiro grupo será ressaltado por alguns autores num contexto de pacto entre elites. Como para Linz (1999), que vê o processo de transição sendo marcado pela solução de compromisso entre os grupos envolvidos, Przeworski (1997) segue a mesma linha teórica de que a liberalização se deve a um pacto entre os liberais do interior do regime e os moderados de fora, com a preponderância dos primeiros. Foi isso que permitiu que a transição fosse um sucesso, com uma palavra a resumi-la: moderação. Ao conduzir tanto a liberalização quanto a sucessão presidencial, os militares procuravam alijar as massas das decisões políticas e colocar a elite novamente no domínio político.

A despeito deste cenário sociopolítico, ou paradoxalmente por conta dele, é que argumentamos que pelas Diretas é possível

visualizar uma significativa mudança na sociedade brasileira, e os indícios foram a demonstração por parte da sociedade civil de uma ânsia por representatividade e a intenção de participar do jogo político de forma organizada, com a agregação de vontades individuais e coletivas em torno de uma bandeira.

Indignados: organização e perspectivas

Para compor a trajetória, a organização, as demandas e as perspectivas do movimento espanhol – “Indignados” – que teve início no ano de 2011, nos basearemos primordialmente no texto de Antonio Negri (2011), disponível *online*, e na coletânea de artigos contida no livro *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas* (2012), dada a escassa produção científica deste recente objeto sociológico.

Sob a palavra de ordem “*Democracia Real Ya*”, o movimento se inicia pelo agrupamento de diversas militâncias que começam a disseminar pela *internet* uma grande manifestação para o dia 15 de maio de 2010. Esta será a data inaugural e, por esse motivo, o grupo será conhecido pela sigla 15-M. Os militantes virão basicamente da classe média golpeada pelo desemprego estrutural e pelo insucesso do Estado de bem-estar social; alguns poucos imigrantes; e, majoritariamente o chamado “cognitariado urbano”, trabalhadores/produtos do trabalho imaterial (Negri, 2011).

Contudo, Negri (2011) nos chama a atenção para o fato de que esses atores não se organizam de forma identitária, o que à primeira vista se mostra em oposição à concepção de classe social marxiana. Para Marx (2006), mesmo que uma imensa massa tenha condições de vida semelhantes, ela não se faz enquanto classe social, com representação e representatividade, se não estabelecer relações multiformes entre si, gerando uma comunidade de interesses, uma identidade de destino (Marx, 2006). Por outro lado, o movimento 15-M também não se aproxima da definição de *lumpenproletariado* na medida em que não há um senhor com

“um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda a chuva e o sol” (Marx, 2006, p. 132).

O grupo 15-M é outra coisa, como nos diz Slavoj Žižek (Harvey *et al.*, 2012, p. 24): eles possuem interesses e bandeiras comuns, como ser contra toda a classe política, direita e esquerda, tida como corrupta, e contra a crise causada pelo capitalismo e a desigualdade econômica que ele intensifica. Contudo, não propõem a existência de uma comunidade ou uma organização política nos moldes tradicionais, não há a criação de uma consciência de classe nos moldes de Marx (2006), mas, de acordo com Giovanni Alves (Harvey *et al.*, 2012, p. 33), são capazes de expressar reivindicações coletivas comuns e de certa forma expor “as misérias da ordem burguesa no polo mais desenvolvido do sistema”.

“Indignados” foi o nome colocado pelos meios de comunicação de massa em referência ao livro de Stéphane Hessel, *Indignai-vos*. Negri (2010) ressalta que essa foi uma tentativa do *status quo* de esvaziar o caráter político do protesto, relegando-o à esfera do protesto moral, sendo que, para mantê-lo desta forma, a repressão apareceria como um horizonte. Casualidade ou não, a reação veio através da “recusa do medo”, que tem como contraposição o tripé *medo-proteção-soberano* de Hobbes, e a resistência não violenta utilizada pelo movimento transformou-se em *viralidade* (capacidade de se disseminar rapidamente), transbordando da rede mundial de computadores, o berço da linguagem do 15-M.

A identidade do movimento vai se concentrar na crítica à democracia existente. Dirão que os três poderes tradicionalmente constituídos não representam o povo; antes resultam em uma grande autonomização, parafraseando Faoro (2000), do estamento político em relação à sociedade civil. O 15-M reivindica a participação não somente no nível das ações propostas pelo Estado, mas também no nível decisório. Desta forma, dizer qual ação política deve ser implementada pelo Estado, e não ser

somente o destinatário desta ação, significa dizer que o clássico contrato firmado entre o soberano – ou Estado – e o povo – o detentor da soberania – se rompeu. Portanto, a saída proposta pelo movimento é buscar outros desenhos institucionais e, conseqüentemente, outras formas de representação.

A principal proposta é a criação de uma representação que parta de uma base em rede, seguida por assembleias locais e regionais, com o imprescindível retorno das decisões e das ações a todas as esferas participantes; ou seja, a implementação de uma democracia em tempo real e desterritorializada. Contudo, essa nova forma de representatividade não é consensual, visto que o movimento tem cada vez mais se afastado desse caráter reformista, revelando outra palavra de ordem: “Ninguém nos representa”. Os “Indignados”, segundo Slavoj Žižek (Harvey *et al.*, 2012, p. 24), afirmam que ninguém além dos cidadãos deve agir e procuram ser a mudança que desejam ver.

O nascimento do movimento não causa surpresa a Negri (2010), para quem sua gênese está na “casualidade (latente e perversa) da crise” financeira mundial que abalou o capitalismo a partir de 2008. Ele é “o aparente”, a consequência mais visível de um processo de acumulação, sedimentação e recomposição de insatisfações e demandas, como, por exemplo, o protesto ocorrido em março de 2004, quando atentados terroristas realizados pela Al Qaeda foram atribuídos ao ETA.

Entretanto, ainda que o dissenso esteja presente quando se fala da representatividade, algumas características se mostraram constantes no movimento 15-M ao longo dos meses de “acampados”, tais como: valorização da aparição midiática, mesmo em mídias tradicionais; disseminação viral e comunicação pela rede; ressignificação de elementos contidos em outras formas de lutas, como dos acampamentos da luta operária; a intersecção de vários grupos sociais; e o voluntarismo cooperativo dos participantes. Por fim, a característica mais importante ressaltada por Negri (2011) é no campo da elaboração teórica: ela ocorreria de forma colaborativa, em sinergia, permeada por

descontinuidades, mas também rica em intervenções competentes e eficazes que se afastam de experiências repetitivas e burocráticas. Este padrão de ação e de plataforma políticas faz com que o movimento se afaste de posições dogmáticas e sectárias por sua “capacidade de recomposição” (Negri, 2011); é a peça fundamental para a constituição de um projeto comum norteado por um espírito constituinte-pragmático, pois a forma colaborativa de criação afasta amálgamas politicamente contraditórios e faz com que a ação política concreta seja pensada em assembleias que contam com uma estrutura policêntrica de decisão, gerando o comum (Negri, 2011), o produto de uma legitimidade consensual.

Os dois movimentos: ação e cultura política

O referencial teórico empregado para entender a ação política dos movimentos citados será o proposto por Max Weber (2005). Para o autor, a ação social gera uma intenção referida à conduta de outros; portanto, a ação sobre a qual nos debruçaremos é aquela contida na conduta real dos atores envolvidos, em que eles empregam racionalmente meios para atingir determinado fim, e não como um “tipo ideal”, referente a um ator hipotético. E, para tentar nos aproximar do significado desta ação, procuraremos estabelecer uma conexão de sentido, objetivo e subjetivo, dentro da qual ocorre o curso da ação real.

A ação política empregada pelo movimento das Diretas Já! situa-se num contexto de tomada de decisão coletiva, sendo a principal a retomada do voto direto para presidente da República. A pauta geral não era a democracia social, a diminuição da desigualdade ou a melhoria na redistribuição econômica entre as classes (embora esses temas também fossem abordados).

Contudo, apesar do estreitamento do conceito de democracia, naquele momento o voto tinha uma conotação libertária, já que não havia liberdade de expressão e informação, muito menos um ambiente de discussão em que as massas se fizessem partícipes. Para além de estender a possibilidade de escolha

que já ocorria em outros níveis, votar para presidente significava dar início a uma nova etapa política e social. Portanto, a reivindicação por cidadania política pode ser entendida como a ponta do iceberg, a parte mais visível e palpável dos anseios democráticos da população, de seu descontentamento.

A partir destas considerações, levantamos as seguintes questões: a ação política das Diretas se aproxima da estratégia do 15-M ou “Indignados”, com diferença para o conteúdo histórico e a técnica de mobilização, ou eles estariam promovendo uma reinvenção na forma de “fazer política”, centrada na ação direta e coletiva? O teor valorativo desse novo movimento seria inovador ou apenas reflexo de um momento de crise econômica que estaria afetando a esfera social e política? Seria um processo de mudança estrutural ou conjuntural (Wallerstein, 1984, p. 3)?

Entendemos que há importantes diferenças entre eles. Primeiro, a origem dos “Indignados” não está nas estruturas partidárias, sindicais ou mesmo nos movimentos sociais ditos tradicionais, como nas Diretas, mas nas redes sociais (especialmente Twitter e Facebook), gerando o que Henrique Soares Carneiro (Harvey *et al.*, 2012, p. 08) chamou de “um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros receptores”. O segundo item a ser considerado é a ausência de uma ideologia pré-determinada e homogênea, fazendo com que a marca mais visível do movimento seja a ação política propriamente dita e não uma reflexão *a priori*, diferentemente das Diretas, que foi o desfecho de um longo processo, com recuos e avanços, tendo a reflexão *a priori* como um viabilizador da união de diferentes lideranças, partidos e movimentos sociais.

A ação social empregada pelo movimento 15-M se originou na rede e se configurou como uma rede, o que possibilitou a interligação de relações aparentemente aleatórias e um maior fluxo das informações, como afirma Castells: “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”

(Castells, 1999, p. 497). Acarretou mudanças na estrutura dos movimentos sociais e nas demais ações coletivas. Se as lutas sociais eram marcadas pela existência de uma hierarquia vertical condizente com os valores do taylorismo e do fordismo, as lutas contemporâneas, ao contrário, apresentam uma estrutura cada vez mais horizontal e em rede, e com uma pauta mais geral e transnacional, embora tenham objetivos locais e específicos.

Os movimentos nascidos na internet abrem a possibilidade de instauração de uma nova dinâmica sociopolítica com reconfiguração do espaço e das práticas sociais (Lemos; Levy, 2010), refletindo, portanto, na ação política e na democracia, visto que “toda tecnologia, na medida em que é inserida na vida da sociedade ou no jogo das forças sociais, logo transforma-se em técnica social” (Ianni, 2008).

Se ampliarmos um pouco a perspectiva de análise da ação dos atores, veremos não só uma atuação estritamente política, mas também um substrato cultural, ou cultura política. De acordo com Souza e Lamounier (1990), a cultura política é ao mesmo tempo causa e consequência do funcionamento do sistema político; a consequência se cristaliza no que a sociedade se recorda de suas experiências passadas e são uniformemente reproduzidas a menos que ocorra uma substancial ruptura. Os autores acima citados descrevem a cultura política brasileira como de ordem *patrimonial*, sendo que o Estado carregaria, durante o seu processo histórico constitutivo, algumas características fundamentais: autonomia frente à sociedade; caráter de apaziguamento e prevenção de conflitos, gerando a sua *internalização* e tornando mais confusa a distinção entre o público e o privado; e, por fim, manutenção de grupos tradicionais de forma fisiológica.

Os resultados da redemocratização brasileira são menos paradoxais se tivermos a cultura política como referência, pois se há, de um lado, a ação política motivada pela reivindicação de eleições diretas para presidente da República, há, de outro, a consequência desta ação, que é a eleição indireta de Tancredo Neves, um político aceito pelos círculos militares a despeito de

toda a ascendência que obtinha das massas e até mesmo da oposição ao regime militar, e de José Sarney como vice-presidente, um veterano saído da “bossa nova” da UDN, senador da Arena e depois presidente do PDS. Esta solução de compromisso é característica de um Estado que busca a manutenção do *status quo* e a exclusão política das massas populares através da ordem e da moderação.

Ao tratar do movimento 15-M em alusão à cultura política, teremos como principal referência empírica, além dos textos da bibliografia, os de Antonio Negri (2010) e de Josep Maria Antentas (professor de sociologia da Universidade Autônoma de Barcelona) e *Esther Vivas* (2010) (membro do Centro de Estudos sobre Movimentos Sociais da Universidade Pompeu Fabra).

Como já foi dito, há uma sensível diferença entre o 15-M e as Diretas, que é o contexto de grande desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, fazendo com que os espaços se modifiquem e, mesmo que a distância seja considerada, o local da ação política não é mais fixo. De acordo com Lemos e Levy (2010), o planeta começa a parecer uma comunidade local, mas as decisões e atitudes tomadas nesta comunidade podem ter efeitos globais, gerando uma internacionalização da questão social (como nas questões de violação os Direitos Humanos e de proteção ambiental).

Contudo, por mais que a ação política tenha efeitos globais, a experiência humana é local, como nos diz Castells (2009), pois esta é uma característica intrínseca à democracia – ter bases locais e fundamentar-se na soberania que é expressão, ao menos idealmente, dos interesses de uma maioria contida em determinado limite territorial. E o que os “Indignados” têm feito é contestar este tipo de democracia. Para o movimento, o conteúdo soberano relativo ao conjunto dos indivíduos teria perdido o sentido real e ideal; para eles, o pacto social vigente não é socialmente construído por todos. Além disso, há em seu discurso uma forte crítica ao estamento político (Faoro, 2000) e ao sistema financeiro internacional a quem eles responsabilizam pela atual crise. Como

dito por Antentas e Vivas (2011), o lema “não somos mercadorias em mãos de políticos e banqueiros” sintetiza as demandas. Para os autores, o movimento expressa um intenso estado de indignação que emergiu de forma inovadora e imprevista, mas com base na ação coletiva e com apelo ao imaginário coletivo.

O apelo ao imaginário coletivo citado por Antentas e Vivas (2011) diz respeito diretamente à cultura política, por ser um fenômeno coletivo construído socialmente e que impregna de significados compartilhados a ação política. E justamente por ter o seu conteúdo construído socialmente é que ele se mostra essencialmente fluído, se desenvolvendo dialeticamente na realidade histórica.

Ao nos depararmos com a redemocratização espanhola depois da “era franquista” em meados da década de 1970, vimos que essa transformação política não implicou em uma substancial transformação econômica, pois as reformas nesta área já estavam em andamento anteriormente. Segundo McDonough, Barnes e Lopes Pina (1984), a prosperidade econômica contínua fez com que a redemocratização na Espanha ocorresse de forma tranquila, sem uma mudança social radical. Essa percepção popular sobre a esfera econômica fez com que a legitimidade política do Estado ficasse atrelada a duas lógicas complementares: despolarização ideológica e prosperidade econômica. Depois da amarga experiência vivida na guerra civil, as elites ficaram convencidas de que os benefícios da acomodação são maiores do que os riscos do confronto.

Há outros dois aspectos relevantes que McDonough, Barnes e Lopes Pina (1984) identificam como formadores da cultura política espanhola: o primeiro é um traço de moderação na transição do autoritarismo para a democracia na Espanha, assim como identificamos na transição brasileira; o segundo é que, se há satisfação na esfera privada, há também satisfação na esfera pública e vice-versa, mas, e mesmo que mantenham os dois âmbitos em planos diferentes, a economia, a política e a vida pessoal parecem caminhar lado a lado.

Percebemos com essa reflexão que, depois da crise econômica dos anos 2000, ao menos parte da cultura política espanhola passa a se identificar com o sentido negativo do binômio despolarização ideológica/prosperidade econômica e que esse padrão de comportamento acaba refletindo na satisfação pessoal, na legitimidade do Estado e também na ação política.

O kitsch político

O *kitsch político* de Kundera (2002) se origina da obra *A Insustentável Leveza do Ser e*, a despeito da utilização pouco ortodoxa deste como categoria analítica comparativa, sua escolha se deve à premissa de que a literatura pode nos fornecer subsídios para compreender determinada realidade social, antecipando mecanismos, reiterando lógicas, demonstrando características permanentes de uma sociedade.

Desta forma, a execução da análise dos dois movimentos propostos requer que identifiquemos antecipadamente alguns itens dentro da categoria analítica *kitsch* a servir de base comparativa, sendo eles: (1) o *script*, ou o comportamento gerado pelo *kitsch*; (2) o binômio essência/superficialidade; (3) o compartilhamento de imagens ícones, palavras, arquétipos, numa delimitação do léxico; (4) o acionamento da cultura política; e (5) a reprodução de lógicas e significados no sentido de continuação, ou de continuísmo.

A primeira consideração de Kundera (2002) acerca do *kitsch* é a de que o pano de fundo é o mundo comunista em plena Guerra Fria e seus efeitos nas manifestações de massa, como o Primeiro de Maio. Para o autor, movimentos dessa natureza suscitariam nos indivíduos uma espécie de catarse coletiva envolta em uma atmosfera entusiástica, resultando em um tipo de ação política que prioriza certa beleza superficial à verdadeira essência. Este é cenário ideal para que se possa visualizar o significado do *kitsch político*, pois o momento catártico estabelece determinado *script*, um comportamento considerado aceitável a ser seguido, e é este

comportamento e seus desdobramentos que são passíveis de análise.

De acordo com Miguel (2012), o *kitsch político* de Kundera (2002) refere-se “à criação de um espaço imaginário em que crenças e certezas são mantidas a salvo do contágio por uma realidade que nem sempre (ou quase nunca) se adéqua a elas” (Miguel, 2012, p. 185). Neste espaço imaginário há um comportamento puro, sem máculas, a ser seguido e esta é a razão pela qual optamos por comparar dois movimentos populares – Diretas e 15-M. Pois, quando há a união de grupos social, ideológica e politicamente diferentes, há também a tentativa de atenuação das desigualdades e exaltação das semelhanças em nome da harmonia e da beleza representados por uma causa.

Para Kundera (2002), o *kitsch* não é um compromisso apenas político, mas um *acordo categórico com o ser*, uma celebração da vida que afeta até mesmo os indiferentes, pois, “quando o coração fala, não é conveniente que a razão faça objeções. No reino do kitsch se pratica a ditadura do coração” (Kundera, 2002, p. 284), não da razão ou da originalidade, e é por este motivo que os sentimentos suscitados pelo *kitsch* devem necessariamente ser compartilhados por um grande número de pessoas e suscitados por imagens ícones, palavras, arquétipos, que acionam o gatilho da memória, da cultura política de um povo ou grupo.

A emoção gerada por fazer parte do momento catártico é o *kitsch*. O “*kitsch* é o ideal estético de todos os políticos, de todos os movimentos políticos” (Kundera, 2002, p. 285) e a palavra de ordem é sua visualização mais imediata, seja Diretas Já! ou “*Democracia Real Ya*”.

Distinguímos no levantamento histórico duas importantes consequências das Diretas (que não se fazem de forma mecânica ou determinista, e sim como desdobramento): a eleição do moderado Tancredo Neves com Sarney como vice; e a constituição do maior movimento de massas da História brasileira, que ainda nos dias de hoje povoa nosso imaginário, com seus virtuosismos e arquétipos. Contudo, o que à primeira vista se mostra paradoxal

é na verdade um desdobramento das tradições, comportamentos e atitudes desta sociedade, visto que a democratização brasileira está ligada aos antecedentes históricos do regime político que vivenciava, portanto, à sua cultura política.

O compartilhamento de ícones, palavras de ordem e arquétipos faz com que o momento catártico misture essência e superficialidade (no sentido de priorização da aparência), com um enfoque maior ao segundo, pois se de um lado pode ser uma grande celebração, ou um importante movimento reivindicatório, por outro pode ser o aprisionamento deste por um comportamento considerado aceitável, delimitando o léxico da luta que se pretende empreender.

Essa mistura é uma característica essencial da utilização do *kitsch* kunderiano como categoria de análise das Diretas, pois se a um passo a reivindicação do direito à escolha do governante da nação, feita com punhos cerrados e com uma palavra de ordem, pudesse significar a aspiração por uma forma mais concreta de participação popular nos assuntos do Estado, por outro ela poderia ser apenas uma brecha dentro da estratégia dos militares de manutenção do *status quo*. Pois, como vimos, a centralidade dos debates sobre a democracia se abreviava na retomada do voto direto para presidente, ou seja, uma mudança no desenho institucional, não estava em pauta (generalizada) se resultaria em uma democracia social.

Portanto, pelo referencial teórico de Kundera (2002), o movimento das Diretas Já! levava o espectador, ou mesmo o ator, a certo engano, já que havia uma bandeira e um léxico delimitado. Entretanto, como nos referimos à uma ação política dialética, não podemos caracterizá-la simplesmente como uma mudança não autêntica, pelo fato de não ter promovido uma ruptura substancial na dinâmica da ação política, e de ter sido marcada pela resolução do conflito por meio da conciliação e da manutenção da elite política no poder, pois, com as Diretas houve também a inauguração de uma nova prática política: a introdução das massas como ator político democrático. Mesmo de um jeito

alegre e despojado, as Diretas, contrariando a imagem do brasileiro como distante da política, o insere no campo de disputas. Neste ponto percebemos um aparente distanciamento do conceito de Kundera (2002), já que o *kitsch* é uma reprodução de lógicas e significados, sem a incorporação de novos elementos.

Todavia, se enxergarmos as Diretas em longo prazo, ela fica limitada à mobilização popular, gerando uma imagem, ou um ideal estético confinado ao passado, envolto em uma atmosfera entusiástica e com um *script* a ser seguido na promoção da unidade nacional. Uma modificação mais substancial na cultura política não ocorre com as Diretas. Se ela ocorre com o fim do regime militar e com a Constituição Cidadã, é objeto de estudo posterior. Uma crise de hegemonia no padrão político vigente ocorreu, mas sua amplitude nos anos subsequentes é a instigante questão que fica posta.

Nas reflexões acima podemos enxergar algumas características do *kitsch* kunderiano, especialmente se tivermos como referência o dito por Camus (2007) de que todo conhecimento verdadeiro é impossível, sobrando para a análise a conduta dos homens, o conjunto de seus atos e a soma das consequências geradas por estes atos. Nas Diretas vimos tanto uma bandeira – eleições diretas em todos os níveis – quanto uma delimitação de seu léxico, mas o mais relevante é que ambos têm em sua base o aquiescer, no sentido de condescendência e continuação, ainda que em intensidades distintas.

E “A continuação é um retorno inconsciente aos grilhões, ou é o despertar definitivo” (Camus, 2007, p. 27). Por esta razão, momentos catárticos são relevantes objetos sociológicos por situarem a sociedade em dois tempos: ao mesmo tempo em que se alimentam da lembrança, da memória, podem dar àquela sociedade um novo caminho.

A continuidade para o movimento 15-M se apresenta como a necessidade de autopreservação. De acordo com Negri (2011), há duas possibilidades para a institucionalização do movimento: converter-se em um contrapoder permanente e/ou organizar-se

como poder constituinte. Portanto, é uma continuidade, mas não no sentido do *kitsch* kunderiano, de reiteração de lógicas tradicionais. O que os diferencia é a intenção de passar da reforma, que é a ruptura com certos quadros institucionais, para a revolução, que é quando ocorre uma alteração dos fundamentos estruturais da sociedade nas suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, provocando o rompimento com a ordem dominante vigente e instaurando uma nova ordem.

A busca pela institucionalização tem como matriz a própria organização interna do movimento, submetida constantemente a processos de democratização, de criação de estruturas de rede horizontais e participativas. Para o 15-M, essa é a experiência inicial de novas formas de expressão democrática, uma democracia real, alternativa à existente.

Contudo, o seu *modus operandi* estaria se aproximando mais de uma modalidade que Negri (2010) chama de “assemblear” do que de um novo modelo decisório, criado e compartilhado na rede, revelando uma relativa ruptura/descontinuidade com o modelo por eles proposto para a arena estatal. Este é um perigo já apontado por Marx (2006), para quem a verdadeira mudança só ocorre quando nos livramos do peso da tradição, ou ela pode nos solapar antes que possamos institucionalizar uma nova prática. Assim, o 15-M está justamente nessa encruzilhada, reiterar tradicionais práticas políticas ou ser o embrião de novas práticas políticas.

Ribeiro e Borba (2012) trazem uma interessante reflexão sobre a participação política nas democracias contemporâneas que nos ajuda a compreender o 15-M. De acordo com os autores, pesquisas na América Latina têm mostrado que as formas não convencionais de participação, como os protestos, estão aumentando ante a um decréscimo das modalidades tradicionais ou eleitorais (Ribeiro; Borba, 2012, p. 02).

Tendo em vista que o intuito do protesto político é manifestar, de maneira pública, uma ideia ou um projeto com vistas a influenciar alguma esfera do poder (governo, parcelas da

população), destacamos, em relação ao *kitsch* kunderiano, a capacidade do movimento 15-M de mobilizar as massas em curto tempo e com exponencial crescimento. A semelhança é que a mobilização corporal muitas vezes ocorre depois de ter havido uma mobilização emocional, por isso a necessidade de uma carga de passionalidade, de catarse.

Entretanto, apesar de se reunirem nas praças espanholas grupos geográficos, social e ideologicamente distintos, “[...] esses agrupamentos são efêmeros, *ad hoc*. Eles não visam, de forma nenhuma, constituir estruturas de poder permanentes” (Lemos; Levy, 2010, p. 163). A praça é a própria rede, e se ela já havia sido ocupada por diferentes segmentos da sociedade no movimento das Diretas, agora, recusando as instituições próprias do Estado democrático, o 15-M vai usar a visibilidade das redes sociais como uma tática para ocupar esses espaços públicos, mas de forma ampliada, difusa e descentrada, e não de forma permanente.

Outro item que nos chama a atenção é a origem do nome do movimento: “Indignados”, do livro *Indignai-vos* (Hessel *apud* Negri, 2011). Neste livro, dirá Negri (2011), o autor salienta que a indignação é a chave do compromisso e esse compromisso pode fazer com que motivos outros, que fujam à meta pré-estabelecida, sejam desconsiderados. Estamos, portanto, diante de outro elemento do *kitsch* kunderiano: a relação entre superficialidade e essência, pois há a possibilidade de a ação política deixar de significar uma tomada de consciência, uma decisão racional estabelecida em relação a um fim, no caso do movimento 15-M do caminho a uma democracia real para tornar-se uma efemeridade.

Hessel (*apud* Negri, 2011) chega a citar Hannah Arendt comparando o apelo à indignação com a “política da piedade” da autora. Em se tratando de uma época dedicada ao espetáculo das emoções, esse conceito faz todo sentido, pois Arendt (2010), em seu livro *A condição humana*, diz que este tipo de política, baseada na emoção, na empatia pelos infortúnios do outro, pode ser uma armadilha, um impedimento para a execução de uma política igualitária e justa, já que ela pode valorizar demais a virtude em

detrimento da construção de uma esfera pública. Para Arendt (2010), este tipo de sentimento é contrário à ação política por exigir uma solução imediata, enquanto que a política teria como procedimento básico o tempo como um amadurecedor de ideias. Mas é exatamente esse processo político que o movimento 15-M rejeita; o que eles reivindicam é a ação imediata, um poder de participar efetivamente das decisões do Estado em tempo real.

Para o 15-M a democracia atual estaria em crise, de soberania e de conteúdo, com os cidadãos sendo cada vez mais afastados da arena decisória em nome do controle e da técnica. E é a partir desse questionamento que identificamos uma característica oposta às Diretas, que é pensar sobre o símbolo maior da democracia: o voto.

As Diretas Já! reivindicaram primordialmente o direito de escolher seu representante. É claro que havia um contexto político a justificá-lo, mas os “Indignados” irão além: dirão que os representantes escolhidos não os representam de fato e que um voto a cada quatro anos não é suficiente para quem reivindica a política como exercício cotidiano de participação e decisão, e não como uma obrigação de escolha entre “ruins”.

Retomando o texto de Ribeiro e Borba (2012), vimos que votar é uma das muitas formas de participação, mas que a mobilização contestatória é crescente, especialmente num ambiente de reconfiguração de práticas e ações sociais. Essa forma não convencional de participação pode ser vista como um “meio do desenvolvimento de uma cidadania crítica, com doses benéficas de desconfiança política” (Ribeiro; Borba, 2012, p. 02).

É por um direito político implementado no dia a dia que lutam, e essa luta se faz na rejeição à política, mas num formato político (Miguel, 1997) ou “com doses benéficas de desconfiança política” (Ribeiro; Borba, 2012, p. 02). Ou seja, o movimento 15-M não se opõe à política em geral, mas à política tradicionalmente instituída, à política partidária. Pois o crítico momento histórico vivenciado pelos “Indignados” não é somente devido à crise financeira ou à crise da dívida soberana europeia,

mas é principalmente uma “crise política dos partidos da ordem burguesa”, como destacado por Giovanni Alves (Harvey *et al.*, 2012, p. 35). O grande desafio é, pois, transformar a indignação, essa atmosfera entusiástica, em um processo constituinte duradouro, não apenas democratizando uma praça pública, mas a sociedade.

Desta forma, concluímos que tanto as Diretas Já!, como os “Indignados”, ou 15-M, são movimentos dialéticos e fluídos, marcados pela contradição e pela passionalidade – características intrinsecamente humanas a nosso ver – e isso faz com que, dependendo do ponto de vista adotado vejamos aproximações ao *kitsch político* kunderiano, mas também rejeições.

Contudo, há outro aspecto a ser ressaltado, que é quanto à execução de um projeto político democrático, nos termos *gramscianos*, um conjunto de interesses, concepções de mundo que possa orientar a ação política dos sujeitos e dar outro rumo à sociedade (Dagnino, 2004, p. 98). Se para as Diretas e seu projeto político o voto era sinônimo de liberdade, para os “Indignados”, que se originaram de uma crise de representação democrática, é sinônimo de defasagem. Esta diferença de “causa” e de “bandeira” nos leva a afirmar que todo estudo comparativo deve ter a perspectiva histórica como elemento metodológico, uma vez que são movimentos populares, em períodos e com trajetórias políticas distintas.

Ao movimento 15-M abrem-se então duas perspectivas: ser apenas o reflexo de uma crise, como na transição entre a ditadura e a democracia no Brasil, ou ser o início da criação de novos valores políticos através de sua “capacidade de recomposição”. A efemeridade ou a superficialidade (um dos aspectos do binômio essência/superficialidade) é uma possibilidade, todavia podemos afirmar que “marcas históricas” já foram deixadas, assim como nas Diretas.

“Marcas históricas” também foram deixadas pela transição espanhola, já que os acordos pós-ditadura franquista moldaram as instituições democráticas e a cultura política. Segundo

McDonough, Barnes e Lopes Pina (1984), a legitimidade política do Estado espanhol a partir de então ficou vinculada a duas lógicas complementares, despolarização ideológica e prosperidade econômica, fazendo com que as mobilizações populares sejam a representação de uma insatisfação pessoal desencadeada por um processo de deterioração econômica.

De acordo com Ribeiro e Borba (2012), a participação política não tem a explicação econômica como unívoca; por ser um fenômeno multicausal, as características peculiares de mobilização e de difusão e os valores e atitudes políticas são relevantes na análise. Como nas Diretas e no 15-M, pois ambos, em algum momento, acionam a cultura política, seja no desenrolar ou no desfecho de sua trajetória, e tendem a desenvolver certo grau de moderação e de continuidade em seu comportamento quando vivenciam um momento de estabilidade ou estabilização econômica, social e política.

O caso brasileiro assim se enquadra, pois a campanha por eleições diretas não proporcionou uma alteração na institucionalidade constituída; a vitória ficou com aqueles setores da elite política que fechavam com a estratégia da transição de Geisel, fossem integrantes da oposição ou dissidentes. Já os “Indignados” vivenciam esse momento de crise, e novamente retomamos as perspectivas que a eles se abrem para dizer que, diante da tese de configuração de uma nova forma de representatividade em oposição à democracia existente, o 15-M pode estar diante de uma síntese, ou a melhora do ambiente econômico e a garantia das bases materiais pode denotar a retomada de uma tradição já presente em sua cultura política reduzindo os conflitos a questões de curto prazo.

O *kitsch político* de Kundera (2002), enquanto categoria analítica, nos permite antecipar mecanismos e demonstrar características permanentes de uma sociedade, e por ela percebemos que a utilização de um *script*, a presença do binômio essência/superficialidade e a delimitação do léxico, podem levar

ao acionamento da cultura política e, conseqüentemente, à reprodução de lógicas no sentido de continuação.

Desta forma, estamos diante de um aparente dilema: como nas Diretas e no 15-M há a incorporação de novos elementos, eles estariam se distanciando e contradizendo o conceito de *kitsch político* de Kundera (2002)? Acreditamos que o próprio campo de disputas estabelecido nos dois movimentos permite que o *kitsch político* exista e continue reproduzindo lógicas e significados mesmo com a incorporação de novos elementos, pois, se nos orientarmos pelo que Miguel (2012) entendeu sobre o *kitsch político* como sendo um espaço imaginário elevado à perfeição, mantido a salvo do mundo e das deficiências que ele impõe, podemos entender que para manter esse espaço a salvo, muitas vezes há que se ter a incorporação de certos elementos. Contudo, a incorporação de alguns elementos reivindicatórios em detrimento de outros se aproxima das modificações moleculares de Gramsci (Coutinho, 1999), já que ocorre de forma passiva e ordenada, revelando ser uma eficaz estratégia para manter a ordem ou, dito de outra forma, para manter o espaço criado pelo *kitsch*.

É evidente que a utilização do conceito kunderiano de *kitsch político*, especialmente o item “reprodução de lógicas e significados no sentido de continuação”, mostra-se mais produtivo nas Diretas, pois uma análise *a posteriori* pode nos fornecer mais subsídios para a compreensão do fenômeno.

Entretanto, é no desenrolar das experiências e ações humanas, ou no “conjunto de seus atos e as conseqüências por ele geradas” (Camus, 2007), que podemos distinguir os “processos conjunturais dos estruturais, isto é, os ritmos cíclicos das tendências seculares de um sistema histórico concreto”⁴

⁴ O sistema histórico para Wallerstein (1984) é um processo contínuo de uma divisão social do trabalho organizada por alguns princípios fundamentais e existe num espaço e tempo reais que são parte da sua definição e devem ser especificados. Contudo, esses dois elementos não necessariamente o mesmo em todos os pontos do tempo, como vimos nas Diretas e no 15-M.

(Wallerstein, 1984, p. 03) e verificar se essas ações sociais podem caminhar para uma resolução de suas contradições “através do ajustamento dos seus modelos institucionais em funcionamento” (Wallerstein, 1984, p. 02), gerando uma conduta com tendências seculares mantenedoras da ordem no tom das modificações moleculares, ou se pode viabilizar a construção um novo sistema histórico.

Bibliografia

- ARENDETT. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BERTONCELO. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- CAMUS. *O Mito de Sísifo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.
- CARDOSO; FALETTO. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1970.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- COUTINHO. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DAGNINO. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- FAORO. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2000.

- HARDT; NEGRI. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, *et al.* *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- HUNTINGTON. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Forense/EDUSP, 1988.
- IANNI. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- KUNDERA. *A Insustentável Leveza do Ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LEMOS, André; LEVY, Pierre. *O futuro da internet, em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *Transição e Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MCDONOUGH; BARNES, G.; PINA; FIGUEIRA-MCDONOUGH. "A democratização desencantada: a cultura política na Espanha pós-82". *Lua Nova*, São Paulo, n. 26, p. 187-218, ago. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n26/a07n26.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2012.
- MIGUEL. *Em busca da harmonia perdida: mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994)*. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- _____. "Falar bonito: o Kitsch como estratégia discursiva". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2012.

MOISÉS, J. A. "Entre a 'incerteza' e a tradição política: uma crítica da primeira geração de estudos da transição". *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 40, 1994.

O'DONNELL. "Democracia delegativa?" *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 31, 1991.

PRZEWORSKI; ALVAREZ, M.; CHEIUB, J. A.; LIMONGI, F. "O que mantém as Democracias?" *Lua Nova*, São Paulo, n. 40/41, 1997.

SOUZA; LAMOUNIER, Bolívar. "A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira". In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

WALLERSTEIN. *Tipologia das crises no sistema mundial*. Simpósio NST. N. 1, Calchester, Essex. Reino Unido: 5-7 nov, 1984.

WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro, 2005.

Internet:

ANTENTAS; VIVAS, Esther. Entrevista com tradução de Antonio Martins, Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/06/22/espanha-e-agora/>>. Acesso em: nov. 2011.

NEGRI. Entrevista com tradução de Bruno Cava. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/06/08/15m-redes-e-assembleias-por-antonio-negri/>>. Acesso em: nov. 2011.

11401

Dois movimentos, dois séculos...

RIBEIRO; BORBA. *Participação, democracia e legitimidade na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais.* Disponível em: <www.waporlatinoamerica.org/descargas/documentos/Dribeiro.doc>. Acesso em: dez. 2012.

EDUCAR PARA O MUNDO. EXTENSÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DIREITOS HUMANOS E IMIGRAÇÃO EM SÃO PAULO

*Ivy Mayumi de Moraes**

Resumo: O projeto Educar Para o Mundo propõe construir uma nova práxis de extensão universitária na área de relações internacionais, calcada na pedagogia freiriana. Por meio de uma metodologia dialógica de ação sobre a realidade que queremos transformar fazendo com que as pessoas se tornem sujeitos da sua própria transformação, práticas alternativas de difusão e ensino de direitos humanos – com foco na promoção dos direitos de imigrantes latino-americanos – foram inseridas em uma escola pública na cidade de São Paulo e na comunidade que a circunscreve. Assim, objetiva-se discorrer acerca das principais atividades desenvolvidas pelo projeto, para, em seguida, analisá-lo criticamente, buscando contribuir para a construção do fazer extensionista.

Palavras-chave: Extensão comunicativa; Imigração; Direitos Humanos.

Abstract: The project “Educar para o Mundo” proposes to build a new praxis of University Extension in the area of international relations, based on Freire’s pedagogy. Through a dialogical methodology of social intervention for the transformation of reality and seeking to get people to become subjects of this process, alternative practices of human rights diffusion and education – with a focus on promoting the rights of Latin Americans immigrants – were included in a public school in the city of São Paulo and the circumscribed community. Thus, the objective is to talk about the main activities developed by the project, and then analyze it critically, seeking to contribute to the construction of the extension practice.

Keywords: Communicative extension; Immigration; Human Right.

* Graduada do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ivydemoraes@usp.br. A escolha do nome da autora ocorreu por necessidade editorial. Este artigo é de autoria do coletivo “Educar para o Mundo”.

Introdução

O conceito de Extensão Universitária é uma expressão em disputa acerca da maneira como deve se estabelecer a interação entre Universidade e Sociedade. Por sua indefinição e falta de regulação, agrega todas as iniciativas que não se encaixam em Ensino ou Pesquisa. Encontram-se, de um lado, empresas juniores, cursos pagos e fundações de apoio, e, de outro, projetos de extensão com raro apoio institucional ou mesmo docente, mas que pautam uma universidade que confira valor social ao conhecimento produzido.

No debate acerca do que é extensão, então, o projeto Educar Para o Mundo encontra-se na última visão acima descrita, compreendendo que a real práxis extensionista é aquela que, calcada na pedagogia freiriana, estabelece um diálogo horizontal com seus interlocutores (Freire, 1971, p. 1994), buscando não só a troca de conhecimento entre o que se produz dentro dos muros da universidade e os conhecimentos produzidos fora deles, mas também a emancipação dos sujeitos sociais que participam do fazer extensionista.

Por meio da análise das atividades realizadas pelo projeto, o presente artigo pretende discutir as possibilidades e os limites proporcionados pela extensão universitária para transformar e complementar o saber acadêmico, bem como para transformar a realidade com a qual o projeto comprometeu-se, de início, a trabalhar: a realidade dos direitos humanos dos migrantes latino-americanos em São Paulo, mais especificamente em uma escola municipal no Canindé, bairro central da cidade.

A prática extensionista nos fez perceber, enquanto estudantes de Relações Internacionais e acadêmicos, que para a compreensão do fenômeno migratório e da busca pela maior proteção dos direitos humanos desses atores, era necessário conhecer e conectar uma rede complexa de fenômenos sociais, entre eles: as relações de trabalho presentes no setor têxtil em São Paulo (Freire da Silva, 2009), as legislações brasileiras acerca do estrangeiro, bem como os problemas educacionais do país, mais

especificamente o lugar dos direitos humanos no ambiente escolar (Benevides, 2004).

Dessa forma, a proposta dialógica do projeto mostrou ser necessária a articulação entre os diversos atores, âmbitos e temas para que o projeto se realizasse. Portanto, atualmente, o projeto Educar Para o Mundo, a fim de dar maior consistência às suas atividades, faz-se presente em diferentes campos de ação. Entre eles, desenvolve atividades em parceria com a Escola Municipal Infante Dom Henrique, articula atividades com associações e movimentos de imigrantes, principalmente em busca de mudanças de legislação e efetivação de políticas públicas dos governos municipal, estadual e federal, além de se inserir na luta pela transformação das estruturas da própria universidade e da visão sobre sua função social, em parceria com outros projetos de extensão, formando o Fórum de Extensão da USP.

Tais descobertas proporcionadas pela prática extensionista nos apresentaram, então, a uma nova maneira de estudar as migrações e os direitos humanos, bem como de desenvolver as atividades do projeto. Passamos, inclusive, aos poucos, a compreender a limitação do conceito de direitos humanos que possuímos no mundo acadêmico, acrescentando a eles as visões dos nossos interlocutores, estimuladas pelas suas realidades. Além disso, foi possível constatar lacunas entre o que nos propusemos e o que de fato ocorreu com o passar do tempo. A prática da extensão popular traz em si algumas limitações e contradições, as quais sempre buscamos superar em um processo infinito de pensar e repensar o projeto. Portanto, torna-se necessário discutir acerca dos problemas enfrentados pelo Projeto a fim de que possamos contribuir para a construção da práxis extensionista.

Assim, a partir dessas realidades e ao pautar o diálogo, a horizontalidade e a criticidade, o Projeto Educar Para o Mundo entende que a produção do conhecimento na Universidade deve servir para a transformação social e a superação das opressões; contribuir para democratizar o ambiente acadêmico e a sua produção; e proporcionar uma nova maneira de

entender processos importantes das relações internacionais contemporâneas.

A práxis do projeto: descrição das atividades

A escola

As atividades do projeto se iniciaram em 2009, em parceria com a Escola Municipal Infante Dom Henrique, localizada no bairro do Canindé, em São Paulo, na qual cerca de 10% do corpo discente é imigrante. Primeiramente, buscou-se a aproximação com o corpo docente e a coordenação da escola por meio de reuniões no espaço das JEIFs (Jornada Especial Integral de Formação) e da discussão gerada a partir da exibição do filme francês “Entre os Muros da Escola”, de Laurent Cantet. Tal momento propiciou reflexões sobre problemas enfrentados diariamente nas escolas públicas, inclusive aquelas com grande quantidade de alunos imigrantes.

Já no segundo semestre, iniciou-se a realização de oficinas, em encontros quinzenais com os alunos da escola, as quais proporcionaram uma atividade mais livre de troca de saberes, sendo um espaço sem hierarquias, com menor formalidade e em que todos possuíam a mesma possibilidade de intervenção. Tais oficinas abordaram temas de relevância para a educação popular dos Direitos Humanos a partir da arte e do mundo da cultura, facilitando, assim, a aproximação do tema com o indivíduo.

A Oficina de Grafite foi pensada para tentar romper o cinza da cidade e do cotidiano e para introduzir a questão do espaço público e a necessidade de ocupá-lo, de nos sentirmos parte dele. Tendo o muro da escola como suporte, desmistificou-se o “fazer arte” ao torná-lo acessível a qualquer pessoa. Ao retratar violações cotidianas aos direitos humanos, o grafite é, em si mesmo, o exercício do direito fundamental da liberdade de expressão.

Outra oficina, denominada “Quadrinhos”, possibilitou a discussão concreta acerca da Declaração dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1959, bem como a

reflexão sobre os problemas da convivência e da discriminação na escola e em outros ambientes, que geram violações desses direitos. Isso foi abordado pelos alunos através de histórias em quadrinhos digitais que eles confeccionaram e que depois se transformaram em animações.

De outro lado, a oficina de fotografia trouxe a questão da preservação da identidade com o tema "Auto Retrato". Os alunos confeccionaram máquinas fotográficas *pinhole* a partir de caixas de papelão, tintas e papel fotográfico, e registraram momentos individuais e em grupo, que, depois de por eles revelados no laboratório montado na escola, suscitaram o debate a respeito de suas autoimagens e da percepção de pertencimento e de identidade dos grupos.

No ano de 2010, o projeto promoveu, no primeiro semestre, três oficinas com o objetivo de discutir espaço público, educação pública e direitos humanos. Na primeira, a participação de estudantes do Cursinho Comunitário Pimentas permitiu a problematização das questões do acesso à educação pública e os problemas que os alunos enfrentavam em sua própria escola.

Na segunda oficina, cerca de 40 alunos da escola fizeram uma visita à Universidade de São Paulo (USP), a partir da qual, além de conhecerem os espaços da universidade, discutiram o espaço público e sua relação com ele. Colocou-se a questão de que espaços como a USP, a escola onde eles estudam ou as praças da região da escola são públicos, mas que não são apropriados pela comunidade, a qual não os compreende enquanto verdadeiramente públicos. Na terceira e última oficina do semestre, os alunos, reunidos na escola Infante Dom Henrique, apresentaram as fotografias que eles produziram durante a visita à USP e fizeram uma reflexão sobre as oficinas anteriores, retomando pontos centrais de suas discussões de maneira a buscar uma maior consolidação desses temas.

Já no segundo semestre, a tentativa foi de realizar uma atividade com os alunos do grêmio da escola em conjunto com os frequentadores da feira latino-americana que ocorre todos

os domingos na Praça Kantuta, também localizada no bairro do Canindé, em pareceria com o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) e a Associação Kantuta. Realizou-se uma intervenção de grafite na praça a fim de transformar seus muros brancos em uma real e simbólica apropriação desse espaço público.

No ano de 2011, o projeto passou a elaborar em conjunto com a escola o novo Projeto Político Pedagógico da instituição, o qual traria para o centro da escola o tema da diversidade, matriz comum entre os assuntos abordados pelo projeto, e a nova perspectiva da direção da escola acerca dos problemas enfrentados por ela.

Assim, com a participação do Educar Para o Mundo nesse novo contexto da escola, pensou-se na elaboração de um ciclo de formação da comunidade escolar, em conjunto com os próprios professores, a partir de temas geradores, bem como em um projeto de confecção de uma cartilha de Direitos Humanos pelos alunos dos Ciclos 1 e 2.

Para iniciar o ciclo de formação, no contexto da concepção freiriana de extensão comunicativa, escolheu-se o Círculo de Cultura, que se mostra mais que um mero instrumento metodológico para a relação com o interlocutor social. O Círculo de Cultura representa uma opção política pelo aprofundamento da consciência crítica de todos os sujeitos envolvidos na transformação da realidade, estabelecendo relações horizontais mediadas pelo diálogo. Com base nesse pressuposto, acordou-se com os professores que seriam feitos dois Círculos de Cultura no final de julho, tendo em vista a construção dos temas a serem tratados no curso de formação em Educação para os Direitos Humanos que se pretende estruturar. Assim, como resultados dos Círculos, foram escolhidos dois temas centrais sobre os quais as atividades do curso de formação deveriam tratar: *A questão da identidade, e Cidadania e direito à educação.*

Em relação à cartilha de Direitos Humanos, trata-se de um projeto elaborado pelo Educar Para o Mundo voltado para os alunos e professores da escola. Pretende-se, a partir de cinco direitos humanos (direito à identidade, à educação, à mobilidade,

ao lazer e à organização), estimular o interesse e o envolvimento tanto do corpo docente como do corpo discente para com o tema, a partir da reflexão, cooperação e respeito em grupo. Para tal, foram pensadas diferentes atividades lúdicas, nas quais os alunos são estimulados a vivenciar cada um desses direitos e significá-los a partir das suas próprias experiências. Essas diferentes visões sobre cada direito serão compiladas na Cartilha de Direitos Humanos, que se pretende um modelo para se trabalhar a questão dos direitos humanos dentro do ambiente escolar.

A articulação política externa: os movimentos de migrantes

O Educar Para o Mundo consolidou, no ano de 2009, sua atuação mais ampla com movimentos e organizações de imigrantes, uma vez que entende necessária para a *práxis* extensionista a relação com grupos politicamente organizados dentro da comunidade. Tal relação não só permite ampliar o rompimento dos muros da universidade, trazendo para dentro dela as demandas e disputas políticas e sociais dos interlocutores, como também possibilita que a própria instituição participe das disputas e reivindique essas demandas.

Primeiramente, elaborou-se o seminário Estatuto do Estrangeiro, em parceria com o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), o qual ocorreu em 2009 na Faculdade de Direito da USP, trazendo a discussão acerca da atual lei do estrangeiro e sua proposta de reformulação. Durante o seminário, que contou com o apoio e participação de diversas organizações e entidades governamentais, estudantes, migrantes, acadêmicos de diferentes áreas do Brasil e de outros países, defensores públicos e outros profissionais da área do Direito, o novo projeto de lei (PL) foi discutido intensamente. Grupos de trabalho relataram as discussões discriminando os déficits, incoerências e algumas vezes a inconstitucionalidade de cada artigo do PL. A troca de experiências e conhecimentos foi intensa: em uma mesma sala, migrantes compartilhavam sua vivência prática, materialização

e implicações daquela legislação, enquanto juristas traziam arcabouço técnico.

No segundo semestre de 2010, passamos a ser uma das entidades organizadoras do Fórum Social de São Paulo (FSSP), um processo de articulação de organizações e movimentos sociais da região metropolitana de São Paulo inspirado no Fórum Social Mundial. Dentro desse processo, o Educar Para o Mundo promoveu duas atividades autogestionadas do FSSP no ano de 2010: uma intervenção de grafite na Praça Kantuta em parceria com o grêmio estudantil da escola Infante Dom Henrique e um seminário sobre “Fronteiras do Direito à Educação: os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo”, com a participação de Giovanna Modé Magalhães, mestra em educação pela Faculdade de Educação da USP.

Ademais, a realização do debate “Os migrantes e a indústria de confecções em São Paulo”, que contou com a contribuição do sociólogo Carlos Freire da Silva, pautou o histórico e a atual situação do trabalho dos bolivianos na indústria de confecções em São Paulo. Discutiu-se que, no decorrer dos anos 90, com o crescimento do mercado de trabalho informal, imigrantes irregulares foram atraídos para trabalhos mal remunerados e sem rigor quanto às restrições trabalhistas. A intensificação do fluxo de imigrantes bolivianos para São Paulo, diretamente ligado às transformações do circuito das confecções e ao crescimento industrial durante o “milagre econômico”, tornou-os o maior grupo de imigrantes latinos da cidade após passar por diferentes etapas (Freire da Silva, 2009).

Outro evento realizado em 2011 pelo Educar Para o Mundo foi o seminário “Política brasileira para as migrações: interesse nacional vs. Direitos Humanos”, no qual Jobana Moya, representante da sociedade civil, grupo das mulheres, debateu com Paulo Sérgio de Almeida, presidente do Conselho Nacional de Imigração, as opiniões dos membros de diferentes setores envolvidos na questão dos imigrantes no Brasil, especialmente em relação à dificuldade da obtenção de documentos para cidadãos internacionais que chegam a nosso país.

Para além destes, o Educar Para o Mundo esteve presente em importantes eventos no Brasil e no mundo, buscando uma articulação mais ampla desses assuntos. Por exemplo, participou do X Congresso Iberoamericano de Extensión Universitária (Montevideo, Uruguai), do XII Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire (Porto Alegre, RS), onde apresentamos um artigo escrito pelo projeto; do Seminário Horizontes – Movimentos sociais e direitos humanos (Curitiba, PR); do Seminário Proext do Ministério da Cultura (São Paulo, SP); do Fórum Paulista de Extensão (São Carlos, SP); do Fórum Social Mundial das Migrações (Quito, Equador); e da Cúpula Social do Mercosul (Foz do Iguaçu, PR).

Articulação política interna: o Fórum de Extensão da USP

Romper com a barreira posta pela nossa formação especializada e dialogar com estudantes de diferentes campos do conhecimento é fundamental para uma extensão universitária que esteja dialogando com a realidade, já que a própria realidade não aparece em compartimentos de especialidades, mas sim em totalidades. O Fórum de Extensão da USP é um espaço em que diferentes núcleos de extensão se organizam dentro da universidade.

Além disso, para defender uma concepção comunicativa, freiriana, da extensão universitária, entende-se que é necessária uma organização política capaz de disputar o próprio conceito de extensão dentro da Universidade de São Paulo. A universidade ainda é um espaço restrito perante a burocracia universitária, professores, funcionários e alunos.

O grupo se reúne desde 2009 e promove diversos debates entre os próprios núcleos de extensão e entre os demais estudantes da USP. A última atuação do Fórum de Extensão ocorreu na Semana de Recepção dos Calouros de 2011 com a constituição da oficina “A Universidade e a produção de conhecimento”. Questionou-se o chamado conhecimento científico, comparando-o com outras maneiras de se produzir

conhecimento. Com o intuito de, ao mesmo tempo, divulgar a extensão universitária, a atividade problematizava um dos maiores pressupostos sobre a universidade, qual seja, a de que ela é a autoridade de um conhecimento neutro, correto e superior.

Atividades como essa, somadas aos encontros periódicos do Fórum de Extensão da USP, mostram as dificuldades do fazer extensão, ao mesmo tempo em que permitem vislumbrar possíveis soluções. Da mesma maneira, torna-se cada vez mais clara a necessidade de mudanças na estrutura universitária, que somente serão possíveis quando estivermos organizados, também como grupos de extensão, colocando-nos como agentes políticos dessa transformação.

Olhando para trás: uma reflexão sobre o percurso

Uma avaliação superficial do nosso projeto poderia concluir que ele foi extremamente bem sucedido no que tange a quantidade e abrangência das atividades realizadas. Em três anos de um projeto composto em sua maioria por estudantes de graduação, trabalhando voluntariamente, com recursos escassos e tempo disponível limitado, conseguimos conquistas substanciais para um projeto de extensão da USP. Para citar algumas delas: inserção e aceitação dentro de uma comunidade que nos era totalmente estranha, organização de debates visando pautar políticas públicas de imigração em nível federal, grandes intervenções artísticas com participação popular, participação em diversos congressos e eventos nacionais e internacionais, sem contar trazer para dentro da Universidade de São Paulo a discussão sobre as correntes migratórias recentes do país.

No entanto, se olharmos para os objetivos do projeto – definidos em 2009 – e para a concepção de extensão e de pesquisa-ação que julgamos adotar, veremos que nos desviamos da rota planejada, ou ao menos que nosso percurso foi mais tortuoso do que deveria ter sido. Seja por despreparo e falta de organização do grupo, seja pelas condições que enfrentamos no campo, nossas propostas iniciais (ainda, quiçá) não vingaram por completo.

Partindo dessa constatação serão expostos a seguir os objetivos iniciais do Educar para o Mundo. Comparando-os com a concepção de extensão que o grupo adotou, faremos um diagnóstico do que faltou para atingir de fato nossas expectativas. Na nossa visão os motivos do “sucesso incompleto” do projeto – pois como já afirmamos, muito foi feito – estão relacionados a três fatores principais: as deficiências na organização interna do grupo; os obstáculos encontrados na escola Infante Dom Henrique; e a insuficiente aproximação com os movimentos sociais organizados.

Os objetivos e a extensão que queremos

Os objetivos gerais e específicos do Educar para o Mundo enviados à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP no ato da inscrição no programa “Aprender com Cultura e Extensão” do período 2009/2010 são os seguintes:

Gerais

a) Qualificar a formação do graduando em Relações Internacionais, tornando-o apto para atuação de campo, desenvolvendo seu senso crítico, e outorgando densidade prática à sua concepção de direitos humanos;

b) Contribuir à educação para os direitos humanos, numa relação dialógica com a comunidade-alvo, tendo em perspectiva tanto a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários como a consecução da função social da universidade pública;

c) Desenvolver paulatinamente uma metodologia extensionista própria à área de Relações Internacionais, diferenciando-se das atividades práticas profissionais (tais como simulações) e contribuindo para a incorporação ao exercício da cidadania de elementos complexos, como a compreensão dos fenômenos internacionais e de sua tradução no cotidiano da população brasileira;

d) Estimular na comunidade-alvo e nos universitários envolvidos as competências necessárias à atuação em projetos de

cooperação internacional relativos à efetividade dos direitos humanos.

Específicos

a) Contribuir à organização de atividades de formação dos docentes da escola-alvo para tratamento de temas internacionais e de direitos humanos em sala de aula, com o apoio dos quadros da ANDHEP¹;

b) Participar da organização de atividades culturais da escola-alvo, envolvendo pais, alunos, professores, funcionários e lideranças comunitárias;

c) Estimular e prestar assessoria técnica à concepção de iniciativas para gestão da alteridade, além do combate à violência derivada da xenofobia, particularmente por meio da elaboração de projetos vinculados à efetividade dos direitos humanos e captação de recursos internacionais para sua implementação;

d) Aliar à atividade extensionista atividades de ensino e pesquisa, em especial por meio da criação de um grupo de estudos vinculado ao projeto, e de atividades de autoformação para campo, tanto básica como contínua, com o apoio da ANDHEP.

Com relação à extensão que adotamos, já foi dito na introdução deste artigo que ela se caracteriza por uma relação horizontal entre o saber acadêmico e popular, que busca estabelecer um diálogo democrático com nossos interlocutores com vistas não só a trocar conhecimentos entre universidade e sociedade, mas também contribuir para a emancipação das classes oprimidas. Em suma, nossa concepção bebe direto da fonte da teoria pedagógica e política freiriana.

Intimamente relacionada a essa perspectiva extensionista está a pesquisa participante, ou pesquisa-ação. Tal abordagem metodológica surge para colocar em xeque a postura do pesquisador neutro, desinteressado, que busca a legitimidade

¹ Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós Graduação, na qual contamos com colaboradores.

do saber científico congelando a realidade social e transformando os indivíduos em objetos estáticos para serem dissecados, examinados e classificados. Coloca o arquétipo do pesquisador positivista quando este se pergunta: para que serve este conhecimento que minha ciência acumula? A quem ele interessa? Em nome de quê estou fazendo isso (Brandão, 1981, p. 10)? Se toda a ciência é interessada, serve a alguém – ainda que nem os próprios cientistas o saibam – que seja do interesse das “classes-objeto” no sentido de sua emancipação. Que seja feita direcionada a ela, realizada junto a ela, e que retorne a ela.

Um caminho possível da pesquisa participante, que nutre e se alimenta da prática extensionista ao ponto de ser muito difícil dissociá-las, obedece às seguintes quatro etapas: “processo de inserção do pesquisador no campo, coleta da temática geradora do grupo com quem se trabalha, organização do material recolhido junto ao povo e devolução sistemática para discussão e debate” (Oliveira e Oliveira, 1981, p. 27). Assim, o projeto científico de pesquisa deveria ficar subordinado ao projeto político dos grupos populares (Brandão, 1981, p. 12).

Ainda que Brandão reconheça que, no que tange à pesquisa participante, “há muito mais experiências em processo do que teorias consagradas”, são estas as diretrizes que tentamos aplicar no Educar para o Mundo. A partir delas é que faremos nossa autocrítica.

Os objetivos e a extensão que fizemos

Faz parte de um projeto de extensão dito dialógico que os objetivos iniciais mudem de acordo com as exigências da prática². Não queremos condenar o projeto por não ter seguido à letra um documento gestado por alguns integrantes, e sim usar os objetivos como marcos de comparação.

² “Os objetivos da prática não podem estar de maneira nenhuma esquecidos nem separados das maneiras como se faz a prática.” (Freire, 1982).

É fácil falar do que deu certo: conseguimos com muito sucesso desenvolver o senso crítico dos integrantes do projeto e evoluímos muito em nossa atuação no campo, o que jamais teríamos conseguido ficando na sala de aula. Além disso, organizamos atividades culturais na escola-alvo e de formação dos docentes, estimulamos o combate à xenofobia e fizemos diversos estudos e formações na universidade sobre os temas que perpassam o universo do projeto (direitos humanos, imigração, exploração do trabalho etc.), trazendo a experiência adquirida em campo.

O que dizer, no entanto, sobre os pormenores que dão sentido crítico e emancipatório ao projeto? Conseguimos desenvolver uma metodologia extensionista própria, sólida, em relações internacionais? Os docentes da escola-alvo passaram a discutir direitos humanos com seus alunos em sala de aula? Engajamos com sucesso alunos, professores, pais e funcionários na luta pelos direitos humanos e no combate à discriminação contra os imigrantes? Eles estão habilitados a desenvolver projetos por si próprios neste sentido, buscando inclusive apoio de organizações internacionais?

Mais importante: estabelecemos, com a escola e com os diversos atores da comunidade a que tivemos acesso, uma relação horizontal, dialógica e emancipatória? Só até certo ponto.

Nosso diagnóstico é que estacionamos na primeira etapa da pesquisa participante, a da inserção do grupo no campo. Hoje nosso nome é conhecido por diversos atores da sociedade civil, do governo e da universidade. Estamos credenciados a trabalhar com a escola e com os imigrantes.

Quanto às outras etapas, chegamos a elas em certos momentos e de forma ainda pontual. Em algumas atividades coletamos os temas geradores junto aos interlocutores (e.g., oficina de animação e formação dos professores), em outras chegamos a organizar o material coletado (e.g.: discussões sobre espaço público em 2010). No entanto ainda não fomos bem sucedidos em percorrer as quatro etapas de uma pesquisa participante, calcados numa relação de diálogo democrático com nossos

interlocutores. A única exceção é a cartilha de direitos humanos iniciada em 2011, da qual trataremos mais adiante.

Vemos três motivos para o já mencionado sucesso incompleto do Educar para o Mundo: organização interna, obstáculos da escola Inf. D. Henrique, aproximação insuficiente com atores sociais.

Organização interna

O coletivo do Educar para o Mundo é organizado por autogestão. Não há hierarquias entre os membros e nossa coordenadora tem tanta voz nos rumos do projeto quanto qualquer outro integrante. As decisões são tomadas em plenárias semanais, onde também são formadas as comissões executivas para realizar as atividades propostas³. Reiterando: somos um grupo de estudantes de graduação que não recebe qualquer ajuda de custo para estar no projeto. A dedicação à extensão fica espremida entre aulas e estágios, provas e trabalhos. Essa é a realidade da maioria dos extensionistas na Universidade de São Paulo, cujo apoio à extensão universitária é talvez um dos mais limitados do país entre as universidades públicas.

Se no começo queríamos trazer os interlocutores do projeto para participar de nossas plenárias de formação e planejamento iniciais, alargando nossa abertura a eles, logo percebemos as dificuldades de se operacionalizar isso. Tendo nós mesmos tão pouco tempo disponível, a flexibilidade de horários era quase inexistente para atender às agendas de pessoas externas à universidade, que não só estavam distantes de nós, como tinham

³ Vale ressaltar que o processo para se chegar a esse formato foi longo. Pecamos muitas vezes pela falta de organização do grupo, que tentava a todo custo fazer o modelo de autogestão democrática funcionar. Quando superamos tanto a ultra romantização da autogestão como a recusa da burocratização, encontramos um meio termo funcional. Este modelo sempre foi uma das nossas principais bandeiras e, hoje, uma de nossas maiores conquistas.

outro “tempo” (trabalhavam ou estudavam o dia inteiro, cuidavam da família etc.). Ficou assim prejudicada a segunda etapa da pesquisa participante, da coleta dos temas geradores junto a nossos parceiros.

Essa distância e escassez de tempo foi um entrave crucial em nossas relações com a escola Inf. D. Henrique. Era difícil estar na escola nos horários de funcionamento e estava fora de cogitação trazer os professores para a USP, o que dificultou muito o diálogo com eles. Em outras palavras, nossas capacidades não estavam a par do desafio que seria lidar com a escola.

Obstáculos da escola

Foi no trabalho com a escola municipal Inf. D. Henrique que mais erramos, e foi também onde mais aprendemos. Cabe discorrer antes sobre como foi nossa entrada na escola, os problemas que ela – assim como a maioria das escolas públicas brasileiras – enfrenta, e por fim lançar nosso diagnóstico.

Para começo, a escolha desta escola foi arbitrária. A Inf. D. Henrique atendia dois dos nossos requisitos: se localizava na região de interesse (bairro Bom Retiro/Canindé) e tinha um número expressivo de alunos imigrantes. Contudo, no afã de iniciar o projeto, escolhemo-la por ser a primeira escola que nos acolheu, sem antes realizar um estudo maior das escolas da região, nos informar sobre projetos prévios e conversar com lideranças sobre aquela comunidade, como seria recomendável (Oliveira e Oliveira, 1981, p. 38). Fomos muito bem recebidos e logo começamos a ter reuniões com os professores.

Na primeira reunião entre equipe e professores, tivemos uma amostra do que enfrentaríamos pela frente. Alguns professores estavam entusiasmados com nossa chegada, a maioria parecia incomodada ou indiferente. Fora a perspectiva deles sobre a questão dos imigrantes na escola, o que de mais interessante surgiu foram comentários como “esperávamos que vocês fossem trazer uma fórmula mágica para resolver os problemas da escola”, ou “iremos receber certificados da USP por isso?”. Ou seja, logo

de saída sentimos a visão que a sociedade tem da universidade e de seus projetos de extensão, carregada de messianismo, mecanicismo e superioridade por parte de quem estende (Freire, 1977). Espera-se, a priori, que sejamos solucionadores de problemas, e não que pensemos e atuemos juntos para construir soluções.

Contudo foi outro comentário desta reunião que ilustrou com clareza explícita a crise que essa e tantas outras escolas vivem. Uma professora, ao comentar dos alunos bolivianos e comparar seu comportamento com o dos brasileiros, afirmou sem hesitar: na Bolívia os professores eram respeitados porque podiam bater nas crianças.

“A escola não serve para nada socialmente”, “a sensação no Brasil é de que o professor está sozinho, sem apoio, sem instrumentos de coerção e, portanto, sem autoridade”, “é preciso levantar a autoestima dos estudantes, que estão desmotivados”. Todos esses são trechos de comentários dos professores. E eles se encaixam como uma luva na análise de Regina Magalhães de Souza sobre a escola contemporânea, de que a crise na escola faz parte da crise de autoridade do mundo moderno (Souza, 2003).

A autora concorda com a filósofa Hannah Arendt em seu diagnóstico da crise de autoridade no mundo moderno. Souza afirma que tal crise, em que os adultos e educadores “não querem se responsabilizar pelo curso das coisas” (Souza, p. 26), provoca um esvaziamento das funções tradicionais. Na escola ela se traduz como ausência de projeto conciso de educação. Sem finalidade educativa, a regulação da organização escolar se torna a única função que a mantém de pé, agarrando-se a “regras e procedimentos arbitrários e inconstantes” (Souza, p. 42). Sem finalidade o professor perde autoridade e o magistério se torna profissão desprestigiada. Cai o professor, dessa forma, na afirmação de Brandão: educação vira sistema e o educador mero fiscal do ensino (Brandão, 1982, p. 77).

Em um contexto no qual a educação está dividida entre confrarias de especialistas e técnicos que não têm nenhum contato

com a prática cotidiana, e os educadores estão preocupados com o acúmulo imenso de tarefas repetitivas e o escasso salário no fim do mês (Brandão, p. 79), em que os “fiscais do ensino” estão compromissados quase somente com o conteúdo da sua disciplina e despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, em que os jovens estão “invisíveis” (Freitas, 2007), quais os limites da atuação de um projeto de extensão organizado como descrevemos acima?

Esbarramos em um interlocutor destituído de sentido pela crise da escola moderna (ou da escola pública brasileira). As atividades que apontamos no início do artigo aconteceram, mas nunca conseguimos estabelecer um diálogo horizontal sólido e duradouro com os professores. Nossos esforços eram recebidos com indiferença, protestos e algumas vezes com má vontade. Não tínhamos tempo disponível, recursos suficientes e preparação adequada para enfrentar tamanho desafio, o que frustrou bastante vários integrantes da equipe. Se nosso projeto deu certo até agora foi por conta principalmente dos alunos do colégio.

As intervenções artísticas que organizamos, as discussões sobre direitos humanos e imigração, oficinas sobre racismo, espaço público, identidade, grafiteagem, aconteceram por acolhimento dos alunos. Nossa atividade mais promissora, a cartilha dos direitos humanos, foi feita em colaboração direta com eles, e foi a que chegou mais próximo da extensão que queremos. Não é surpresa. A dimensão socializadora da escola se sustenta hoje na capacidade do próprio aluno de se movimentar dentro do sistema (Souza, 2003, p. 43). A relação entre equipe e alunos só não foi mais profícua porque eles não estavam politicamente organizados. O grêmio estudantil era demasiado fraco e por isso nossa comunicação tinha que ser mediada pelos professores.

Para além de todos os erros, frustrações e acertos em nosso trabalho na Inf. D. Henrique, aprendemos na prática que a extensão universitária não consegue se sustentar sem a contrapartida do interlocutor, da comunidade, do ator social. É tendo isso em mente que o Educar para o Mundo deve trabalhar

no futuro, seja com escolas seja com movimentos sociais organizados.

Os movimentos organizados

Em relação aos movimentos, há pouco a dizer, porque pouco foi tentado. Nossa relação com os movimentos de imigrantes, em geral, ficou na primeira etapa da inserção. Somos conhecidos pelos atores, mas nunca propusemos trabalhos de base concretos junto com eles.

Nossos principais interlocutores neste grupo são o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) e a Associação Cultural da Kantuta, que organiza a feira dominical dos imigrantes no centro. Através deles realizamos diversas atividades e eventos, como a intervenção artística na praça e os debates sobre o Estatuto do Estrangeiro que tramita no Congresso atualmente. Apesar da nossa relação próxima, ainda não foram pensadas ações conjuntas que envolvessem equipe do projeto e estas organizações. Temos que considerar ainda a imensa gama de organizações de imigrantes que existem na cidade de São Paulo, desde associações de trabalhadores da costura até grupos culturais que mantêm vivas as tradições nacionais da Bolívia no coração da capital paulista. Todos são parceiros em potencial, com projetos sólidos com os quais poderíamos dialogar. Pouco foi tentado porque ainda estávamos “presos” à escola.

A lição que aprendemos na escola deve ser aplicada a este grupo. Movimentos possuem em geral agendas e objetivos concretos, com os quais se pode estabelecer uma relação horizontal, crítica, dentro das concepções extensionistas em que acreditamos.

Conclusão

Este artigo buscou resumir todas as atividades em três anos de um projeto de extensão pioneiro, que se propõe a desenvolver extensão dialógica na área de relações internacionais. Além disso,

expusemos uma autocrítica, fruto da reflexão coletiva do grupo, do nosso percurso.

A conclusão que fica é que a extensão, enquanto via de mão dupla entre atores sociais e universidade, não pode prescindir da pesquisa participante. Somente assim a práxis freiriana, ou seja, a teoria unida à prática, será plenamente realizada. Não podemos nunca esquecer que somos cientistas em uma universidade pública, cuja função principal é a produção de conhecimento. Nossa especificidade é que cremos que este conhecimento deve ser socialmente relevante, direcionado à correção das injustiças da sociedade e construído em conjunto com seus atores.

Dessa forma, faz-se fundamental que tenhamos interlocutores organizados ativos, e não indivíduos passivos esperando por soluções prontas. Este é o limite de um projeto de extensão. Ele só se realiza plenamente quando há alguém no além-muros disposto a dialogar. Prova disso foi nosso insucesso com os professores da escola, por diversos motivos (alguns que escapam do nosso escopo, i.e. crise da escola moderna), e a promissora construção da cartilha junto aos alunos. Ela agora está em processo de sistematização e retornará aos alunos para que seja utilizada nesta e em outras escolas.

Por fim, tudo que fizemos não foi de forma alguma em vão. As atividades, debates, congressos, intervenções, palestras e oficinas serviram muito bem a seus propósitos e hoje temos uma visão muito mais profunda de direitos humanos e imigração do que a sala de aula poderia nos proporcionar. Contudo elas não podem ser nosso fim último, pois sem concretizar o diálogo democrático que tanto pregamos essas ações serão sempre pontuais, assistencialistas, e nunca extensão freiriana.

Bibliografia

- BENEVIDES, M. V. "Educação para a democracia". *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 38, p. 223-237, 2004.

- BRANDÃO, C. R. "Pesquisar-participar". In: BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Pesquisa Participante*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 9-17.
- _____. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. "Refletir, discutir, propor: as dimensões de militância intelectual que há no educador". In: BRANDÃO, C. R. (org.) *O educador: vida e morte*. São Paulo: Graal, 1982, p. 71-89.
- BRASIL. *Projeto de Lei 5655/2009*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>>. Acesso em: 08 ago. 2011.
- CANDAU, V. M. "Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença". *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, 2008.
- DINIZ, R. A. F. C. *Construindo o projeto político pedagógico dialógico*. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/12278/1/Projeto-Politico-Pedagogico/pagina1.html>>. Acesso em: 08 ago. 2011.
- FREIRE DA SILVA, C. "Precisa-se: bolivianos na indústria de confecção de São Paulo". *Travessia*. Jan./abr. 2009.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. "Educar. O sonho possível". In: BRANDÃO, Carlos R. (org.) *O educador: vida e morte*. São Paulo: Graal, 1982, p. 89-103.
- FREITAS, M. V. "A invisibilidade da juventude no PDE". *Correio Brasiliense, Caderno Gabarito*, Brasília, 28/10/2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=403:a>

invisibilidade-da-juventude&catid=57:artigos&Itemid=37>.
Acesso em: 20 mar. 2012.

MAGALHÃES, G. M. *Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo.

OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, M. "Pesquisa Social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la". In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Pesquisa Participante*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 17-34.

SOUZA, R. M. *Escola e Juventude: o aprender a aprender*. São Paulo: EDUC/Paulus, 2003.

TOMASEVISKY, K. T. *Observações gerais*, Comitê DESC, n.13, 1999.

CAMBIAR LA SOCIEDAD: INTERPRETACIONES, CONVICCIONES Y DESEOS DE JÓVENES ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS QUE HICIERON POLÍTICA DESPUÉS DE LA CRISIS EN ARGENTINA

*Gastón Kneeteman**

Resumen: Este trabajo da cuenta de algunas de las razones de un grupo de jóvenes, estudiantes de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, para comenzar la práctica política después de la crisis argentina de 2001-2002. Para esto, recorreremos las categorías de entendimiento que ellos aplicaron para percibir la acción política propia y la de los habitantes de la villa donde participaban. Por otro lado, cabe destacar que si bien se mencionará al movimiento piquetero, las asambleas y los partidos políticos tradicionales, estos son sólo insumos, no el eje central de la propuesta.

Palabras Clave: Participación Política; Jóvenes; Horizontalidad; Conciencia; Ciencias Sociales.

Abstract: This article describes some of the reasons of a group of young students from the Faculty of Social Sciences, at the University of Buenos Aires, that made them start a political activity after the Argentina crisis of 2001-2002. For this, we'll go through the categories of understanding that they used to perceive their own political action and the one of the people who lived in the shantytown where they participated. On the other hand, we want to highlight that, although picket movements, policy meetings and traditional political parties are mentioned in the study, these are only inputs, not the centerpiece of the proposal.

Keywords: Political Participation; Young; Horizontal; Conscience; Social Sciences.

* Sociólogo (Universidad Nacional de Buenos Aires) y doctorando en Antropología Social (Instituto de Altos Estudios Sociales – IDAES). Investigador del IIG y del Centro Cultural de la Cooperación. Correo electrónico: gkneeteman@yahoo.com.ar.

Introducción

Los ecos de la crisis económica y política de 2001 que produjo la salida del presidente De la Rúa, entre medio de cruentas represiones a las manifestaciones que se organizaban contra las medidas de su gobierno, dieron como resultado, tras la sucesión de 5 presidentes, la asunción del senador Eduardo Duhalde al frente del ejecutivo nacional.

Durante los siguientes meses se originaron o re-significaron diferentes modalidades de acción colectiva (algunas surgidas en diciembre de 2001, como las asambleas barriales y otras durante los años noventas, como las organizaciones piqueteras)¹ (Abal Medina, 2004). Esta segunda forma de organización tiene un antecedente en los años ochentas, donde existieron tomas colectivas de tierras en algunas zonas del conurbano bonaerense; en estas tomas de tierra, se apreciaban las primeras señales de un proceso de “desafiliación del mundo del trabajo” y de territorialización de la política (Ferraudi Curto, 2007)². Señales que fueron corroboradas durante los noventa, ante el incremento de la exclusión social.

Los primeros dirigentes que mostró el movimiento piquetero fueron “seleccionados” por su capital simbólico-cultural (Auyero, 2002). Lejos de tratarse de profesionales de la representación, estos nuevos líderes encomendados por las asambleas para presentar los reclamos ante las autoridades y de organizar las actividades (provisiones de mercaderías, relación con los medios de comunicación, reglas a cumplir en el lugar de protesta por parte de los manifestantes), así como el común de los integrantes de los cortes, no intentaban ir en contra de las autoridades estatuidas, sino, más bien, ser escuchados

¹ Cuando se habla de movimientos de desocupados, en todos los ámbitos del campo de lo social, se hace referencia directamente a los desocupados de los sectores populares. Y esto es, prácticamente, una convención.

² Para mayor desarrollo de estos temas ver: de Fara (1985) y Merklen (1991; 2001).

y reconocidos en sus derechos. Por otro lado, aunque la noción de “opinión pública” ya había tomado otras dimensiones en vastos sectores sociales³, es importante mencionar el “descubrimiento”, por parte de estos grupos, de los medios de comunicación como foco de presión política.

Si bien la primera experiencia piquetera, ocurrida en Neuquén, es trascendental a la hora de tener en cuenta como surgieron características importantes de las herramientas de lucha del movimiento⁴, el “fenómeno piquetero”, en el Gran Buenos Aires, fue tomando otras connotaciones respecto del sector social que representó en un principio. La heterogeneidad social que componía los sucesos acontecidos en Neuquén, a partir del 20 de junio de 1996, no es el panorama que se ha podido observar, desde el desembarco de dicha metodología, de lucha, en los centros urbanos de la Zona Metropolitana de Buenos Aires⁵, quizás la más fuertemente golpeada por la desocupación (Auyero, 2002).

³ En opinión de Oscar Landi (1985), la televisión representó a partir de la década del ochenta uno de los medios más eficaces para mostrar los actos partidarios; progresivamente otros actores lucharían a través de este medio por volver visibles los reclamos.

⁴ El primer proceso de lucha piquetera se desató con la cancelación del contrato previsto entre el Estado provincial neuquino y una multinacional canadiense. Dicho contrato había sido percibido por la población como una posibilidad cierta de incorporación de mano de obra desocupada producto de las privatizaciones (Auyero, 2002).

⁵ Cómo se verá más adelante, la labor de nuestros interlocutores se desarrolla en espacios amplios, sin una delimitación específica entre la Ciudad de Buenos Aires y los municipios vecinos que pertenecen a la Provincia homónima. Es por ello que nos referimos a la zona Metropolitana de Buenos Aires, que incluye: a la Ciudad de Buenos Aires y los municipios, que ubicados al nordeste de la Provincia de Buenos Aires, se aglomeran en rededor de la ciudad capital.

Atacados fuertemente por ciertos representantes “profesionales” con más recorrido en la arena política, los referentes⁶ de estas nuevas organizaciones se vieron denunciados de “espontaneísmo” y de tomar como forma de acción política recurrentes conductas del tipo “clientelares”. Deslegitimados en su actividad, por parte de algunos actores a cargo de la institucionalidad, fueron puestos en segundo plano a la hora de tomar decisiones pertinentes a los intereses del sector obrero desocupado⁷.

En el trabajo de campo, realizado entre 2005 y 2006, estos referentes manifestaron la imposibilidad de “romper” con cierta lógica de los sectores populares, aún con “sus métodos” y por lo tanto, esos métodos son los refrendados en las asambleas, sin que los referentes puedan “hacer nada”. Los mismos interesados son los que más duramente se “plantan” respecto del compañero

⁶ Referentes o referentes del movimiento: alude a las personas que protagonizaron, con sus discursos y acciones, la representación de sus compañeros del día a día, ante otras organizaciones políticas de cualquier índole.

⁷ En diciembre de 2002, en el Consejo Consultivo Provincial (órgano encargado de la distribución de planes asistenciales) encontramos sólo un representante de asociaciones de desocupados. El consejo de La Matanza contaba con 27 integrantes. Entre ellos se encontraban 3 representantes de asociaciones de desocupados. En Lanús no fue conformado y correspondía, hasta el momento en que contamos con datos, toda regulación a la gestión municipal. Moreno, por su parte, contaba con 9 integrantes, de los cuales ninguno pertenecía al movimiento de desocupados. Esto último se repite en Morón, donde el consejo está conformado por 32 referentes de distintas instituciones. Es importante destacar que si bien la representación era escasa en términos de instituciones estatales, como bien lo demuestra Ferraudi Curto, en el trabajo ya mencionado, las decisiones tomadas dentro de las organizaciones eran propias de los integrantes de los distintos movimientos e independientes en lo que a las definiciones refiere. Fuente: MTEySS.

que no frecuentó, en la cantidad debida, las diferentes medidas de protesta: *“los planes y otros beneficios como pueden ser bolsones de alimentos, zapatillas o materiales para la construcción, se ganan en la lucha. Por eso para mantenerlos se exige constancia en la lucha”*.

En cierta medida podríamos plantear que, al margen de constituir simbólicamente parte de la idiosincrasia piquetera de los excluidos que integran/ban cada asamblea, en parte, muchas de estas organizaciones se conforman como especies de cooperativas que procuran satisfacer materialmente a sus integrantes. Siguiendo la línea argumentativa de Gonzalo (nuestro más importante interlocutor) se puede analizar que una de las cosas que mostraron los movimientos de desocupados, en términos de representatividad, es que *“eran un sector desatendido por la indiferencia del resto de la sociedad, sin el apoyo de los medios de comunicación y que, a través de la lucha fue posicionándose como un sujeto”*. Lo que logró la organización de desocupados fue, precisamente, poner en el centro del debate a un sujeto social, el movimiento de trabajadores desocupados.

El propósito de este trabajo es dar cuenta de ciertas aristas de la organización de dicho movimiento: la participación de personas provenientes del ámbito universitario, en las asambleas piqueteras; más particularmente de algunos aspectos en su rol de referentes barriales. En sí, la labor gira en torno a las opiniones que este grupo en particular posee acerca del tipo de relaciones que se establecen entre los habitantes del barrio y los representantes de la política tradicional (punteros), sus apreciaciones acerca del grupo con el que participan en la política barrial, de qué manera observan la relación de vecindad entre los habitantes del barrio, cuáles son sus percepciones respecto de la relación que se establece entre ellos (que no viven en el barrio) y los participantes (que sí viven ahí), en definitiva sobre aquellas instancias que nuestros sujetos interpretan como relevantes en la conformación de la subjetividad de los sujetos que, pertenecientes a estos barrios populares optan por manifestarse políticamente en los distintos movimientos de desocupados.

El presente texto girará en torno a estudiantes de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (que no superaban los 25 años de edad), que desarrollaron su participación en el sur de la Ciudad homónima y los municipios vecinos de la Provincia de Buenos Aires. Para esto tendré en cuenta dos puntos centrales: por un lado, como decía anteriormente, estos grupos se redefinieron y cobraron importancia en la Zona Metropolitana. En segundo lugar, que la población estudiantil de dicha facultad está compuesta en su gran mayoría por estudiantes de dicha región⁸. No es un dato menor que gran parte de estos estudiantes de ciencias sociales que, con gran ahínco, se sumaban a la "militancia barrial" en el período inmediatamente anterior a la crisis y, mayormente, en el momento en que los días más álgidos de la misma habían pasado (19 y 20 de diciembre de 2001), provenían de realidades muy diversas. Pero, en gran medida, analizando el trabajo de sus padres se pueden relacionar con sectores medios y medios altos⁹.

⁸ Según el censo de estudiantes de 2000, la Facultad de Ciencias Sociales contaba con 16.692 estudiantes, de los cuales 10.637 residían en la Ciudad de Buenos Aires; 1.923 en el gran Buenos Aires Sur; 2.098 en gran Buenos Aires Oeste y 1.559 en el gran Buenos Aires Norte. Para el censo de 2004 y con posterioridad a la crisis de 2001 la matrícula de la misma unidad académica se había incrementado a un número de 25.346 estudiantes, de los cuales 15.828 residían en la ciudad de Buenos Aires; 2.556 en gran Buenos Aires Norte; 3.367 en gran Buenos Aires Oeste y 3.203 en gran Buenos Aires Sur. El lugar de residencia no implica lugar de origen de los estudiantes, pero sin embargo de todos los que desarrollaban participación política podemos encontrar una cierta concordancia entre sus espacios de participación y el espacio de residencia durante el ciclo lectivo.

⁹ Analizando el censo estudiantil de la UBA, realizado hacia finales de 2000, apenas un año antes del desenlace del gobierno de Fernando De la Rúa, del total de los alumnos de ciencias sociales (16.692) los padres de 1.090 alumnos eran trabajadores manuales sin calificación, 2.834 padres eran trabajadores administrativos, 247 obreros especializados, 2.613 empleados calificados, 608 jefes intermedios, 1863 profesionales

Momento de ayudar

Gonzalo, Antonio y Migue se conocieron en la Facultad de Ciencias Sociales. Los tres se encontraban realizando las primeras materias de la licenciatura en Sociología cuando, con otro grupo de compañeros, decidieron armar una agrupación estudiantil de “corte anarquista”¹⁰, hacia comienzos del año 2002. El primero y el segundo provenían de una familia de comerciantes capitalinos, mientras que el tercero era hijo natural de padres profesionales e hijastro de un importante industrial.

Marga (hija de un alto funcionario policial jubilado), quien también se incorpora a este grupo, describe la situación de esta manera: *“a partir de ese episodio (las protestas del 19 y 20 de diciembre) tomé conciencia que era momento de ayudar a los demás en el cambio de la sociedad”*. Casi de manera calcada, Migue comenta: *“al ver la gente afuera de mi casa revolviendo mi propia basura, me di cuenta que debía hacer algo para cambiar la sociedad”*.

Hacia el comienzo de la presente década, la mayoría de las agrupaciones estudiantiles que participaban políticamente en la facultad se encontraban, organizativamente, dentro partidos

universitarios y 722 gerentes, directores o dueños. En cuanto a las madres de estos estudiantes, 1.231 eran trabajadoras manuales, 3.018 empleadas administrativas, 1.545 obreras especializadas, 1.469 empleadas calificadas, 1.342 jefas intermedias, 2.367 profesionales universitarias y 2.896 gerentas, directoras o dueñas. Por otro lado, la situación laboral de los estudiantes en el período comprendido por los tres últimos censos (1996, 2000 y 2004) mantiene valores similares en la categoría “trabaja” con participaciones relativas que oscilan entre el 58,9 % y 58,2% en el período analizado. La población estudiantil que trabaja aumentó, entre 1996 y 2004, 7 puntos porcentuales.

¹⁰ El anarquismo en Argentina se encuentra organizado, primordialmente, en espacios de debate, análisis y difusión de ideas. Por lo tanto los ámbitos de participación de quienes se identifican con sus postulados se ciñe a conferencias, organización de bibliotecas barriales, centros de ediciones, etc.

de izquierdas, los cuales ya poseían una fracción “encargada” de la política “barrial” o “territorial”. Esto último les permitía sostener, dentro de la unidad académica, un discurso mayormente ligado a los intereses y quehaceres “propios” de la política universitaria. Si bien los ejes temáticos que se discutían en aulas y pasillos estaban relacionados, en gran medida, a la crisis que vivía el país, gran parte de los estudiantes que participaban activamente de las asambleas consideraban al centro de estudiantes como la meta. Dentro de esta lógica el objetivo era re-encarrilar, entre otras, la disputa presupuestaria¹¹. La preeminencia de los problemas domésticos, en la preponderancia de las agrupaciones políticas universitarias, obligó al grupo de reciente creación a buscar una línea de acción por fuera de la facultad, en la política territorial, ya que no poseían relación alguna con estructuras partidarias de ningún tipo.

Ideas

Antonio, que vivía a veinte cuadras de la villa de emergencia Santa Rita, les propone al resto de sus compañeros hacer tarea de apoyo escolar para niños estudiantes del primario en un bar cercano a la villa. La forma de publicitar la iniciativa fue a través de un participante de una asamblea barrial, que les propuso comunicar a los padres, que enviaban niños al comedor del grupo,

¹¹ Con la renuncia del presidente De la Rúa la Franja Morada, corriente universitaria de la Unión Cívica Radical perdió su incidencia en gran parte de las unidades académicas de la UBA; manteniendo su hegemonía solo en algunas de las facultades más tradicionales de la universidad: Derecho, Ciencias Económicas y Odontología. Por otro lado, en Ciencias Sociales, Filosofía y Letras, Ciencias Exactas lograron preeminencia las agrupaciones de izquierda (en sus diferentes fragmentos: leninistas, maoístas, trotskistas, etc.); solo la última de estas facultades contaba desde antes de diciembre de 2001 con centros de estudiantes de izquierda, las demás pertenecían a la UCR.

la nueva posibilidad de ayuda que estos jóvenes estaban brindando. Al cabo de dos meses, el dueño del bar les solicita que abandonen su local como lugar de encuentro para las clases de apoyo escolar. En ese momento, en parte por los lazos ya constituidos a lo largo de esos dos meses y, por otro lado, por la necesidad de la búsqueda de un espacio donde continuar su actividad, el grupo decide ingresar en la asamblea (piquetera).

Por otro lado, casi al mismo tiempo, como parte de las prácticas de intervención de la carrera de Trabajo Social, varios estudiantes de dicha disciplina ingresan, también, al comedor de la asamblea para desplegar actividades, generalmente relacionadas con las formas de desarrollar gestiones con el Estado en distintos temas, principalmente programas asistenciales.

Los estudiantes, de un lado y otro, ingresan a dos grupos que ya estaban dispuestos en el momento que comienzan a participar. Mientras que los estudiantes de Sociología estrechan contactos con el grupo que ya se encontraba al frente del comedor y que, por tanto, predominaba en la asamblea, los estudiantes de Trabajo Social, por otro lado, estrechan lazos con el grupo que disputaba el liderazgo. Mientras que ideológicamente, los primeros acusaban a los segundos de intransigentes y que “olvidaban” que en el medio de la disputa existían “vecinos con necesidades”; los segundos sostenían que el grupo predominante “entregaba” el comedor y la asamblea a la política del gobierno nacional y a los “punteros peronistas”.

Trabajos como el de Cecilia Ferraudi Curto (2007) han dado cuenta de la relación que estas situaciones, de internas en los grupos, tiene con el manejo de los recursos con que cuenta el conjunto. No será intención de mi trabajo ahondar en este tema, solo haré mención al mismo cuando esté relacionado con mi objetivo.

En este punto solo mencionaré que, a raíz de estas disputas, el grupo del comedor, como estaba compuesto al principio según los relatos, se había disuelto a mi llegada. Habiendo quedado al frente del mismo y de la asamblea el grupo que respondía a

Manuela y a María, en el cual se encontraban los estudiantes de sociología.

Manuela, que vivía en el barrio donde se encuentra emplazada Villa Rita, tenía recorrido dentro de la militancia anarquista y había abandonado, en cuarto año, sus estudios en Comunicación Social en la UBA. Al momento del trabajo de campo, Manuela tenía alrededor de 35 años; hacia fines de diciembre de 2001 se encontraba con graves problemas económicos pero había pertenecido, según su propia definición, al sector de "clase media". Era, para los participantes de la asamblea, la figura más destacada dentro del movimiento; es decir: la referente.

Gonzalo, como mencionara hace instantes, sostenía juntamente con sus compañeros que no había encontrado en la militancia universitaria los caminos que le permitieran canalizar la inquietud social de su participación política. En opinión de Gonzalo, el movimiento piquetero representaba la posibilidad de aunar discurso y acción.

María tenía larga trayectoria dentro del barrio y conocía exactamente la historia individual y familiar de la gran mayoría de los habitantes de la villa. María representaba para todos los presentes la voz más dura y firme dentro de la asamblea, era la encargada de organizar el comedor (en el local donde funciona la asamblea) y de repartir lo conseguido.

Los motivos de la participación

En general, Gonzalo me esperaba en la estación de trenes frente al Gran Parque de Juegos. Desde allí, nos dirigíamos a unas tierras a 200 metros de la villa, en estas tierras se llevaba adelante la siembra de verduras para el consumo del comedor y para repartir entre los integrantes de la asamblea. Gonzalo era (en ese momento) responsable de esa actividad entre otras. Era común que Gonzalo, Manuela y Migue rotaran su interacción con distintos grupos y personas allí presentes; preguntando por sus familias, por sus trabajos y por la marcha de algunas de las

actividades en las que se encontraban. Manuela, además, observaba los problemas no resueltos de índole personal y ofrecía soluciones alternativas y esbozaba, asimismo, respuestas que indicaban su ocupación para resolver tal o cual problema.

En mi primera asamblea el clima era de total fraternidad, hasta el inicio del debate. Al comenzar las deliberaciones María “tomó la rienda” e indicó que un par de personas, allí presente, no recibirían tal bolsón (de alimentos) por no haber asistido a los últimos cortes (de calles/rutas). Estas personas apenas se defendieron, mientras que otros integrantes se mostraron “más duros” con los “incumplidores”, de lo que después lo haría María. Manuela mantenía el silencio y observaba la situación, luego con tono conciliador explicó, a las personas que se quejaban por no recibir la comida y a quienes las increparon, que las pautas para acceder a estos beneficios fueron establecidas por todos en asamblea y que en definitiva era un tema resuelto. Agregó que ya se vería de qué manera se ayudaba, desde el comedor, a las personas que se estaban quedando sin “la bolsa”, pero que de ninguna forma se quebraría lo decidido en la asamblea.

Seguidamente, María volvió tomar la palabra y señaló a quienes no habían participado de las últimas acciones, recomendándoles que “participen para no pasar por la misma situación”.

Pasado esto, Migue exhortó a que se hiciera un informe de cada una de las comisiones y el estado de las actividades. Manuela, la primera en tomar la iniciativa, indicó el curso en que se encontraba la relación con las demás organizaciones piqueteras, cuales habían sido los planteos y cuestiones que les fueron propuestas (en una conferencia reciente) y expuso su opinión respecto de lo que sería conveniente contestar en la reunión general de la asamblea que los nucleaba, junto a otros actores del movimiento. Migue, por otro lado, daba cuenta de sus actividades en la parte de construcción y algunas cuestiones de “aprietes” que se había enterado, que Pérez (dirigente justicialista del barrio) propinó a algunos integrantes de la agrupación.

Malena, entre tanto, informaba la marcha de los grupos de géneros y alfabetización; refiriéndose a un “nosotros”, daba cuenta de cómo, estos grupos de trabajo, no lograban despertar el interés de la mayoría de los integrantes de la asamblea. Por este motivo, Manuela hacía uso de su retórica e indicaba, a los participantes, que hay ciertas cuestiones básicas que debían conocer para desempeñarse en la vida y para que “gente como Pérez no los siga *“utilizando”*”.

Luego, María informó ciertas cuestiones organizativas acerca de los horarios y las actividades del salón. Pasado esto, Gonzalo contó los resultados de las actividades productivas a su cargo, de la cantidad de dinero disponible en el fondo del movimiento y de cierta reunión que mantuvo con otro dirigente, del mismo movimiento de trabajadores desocupados, de otra sección.

La reunión terminó con el acuerdo de las medidas que se implementarían en un próximo plan de lucha (sobre este punto discutieron específica y particularmente Migue, Manuela, María, dos participantes de la asamblea y en alguna ocasión, sobre el final, Gonzalo).

La búsqueda de construcciones alternativas a la “política tradicional” se establecía, en opinión de las personas con las que hemos trabajado, en marcadas diferencias discursivas con el pasado. Estas diferencias encontraban, en algunos casos, complejidades crecientes a la hora de constituir, en la práctica, cambios significativos. En este sentido, según los referentes, siempre adentro de la organización se establece que, en la repartición de tareas, es tan necesario el trabajo del referente como el de las bases, sea desde “adentro” o desde “afuera”. Por lo general, manifestaron tratar de no hacer esta distinción¹². Esto se esbozaba,

¹² Adentro refiere, en palabras de mi informante, a aquellas personas que integraban la agrupación y que vivían en el barrio donde realizaban actividades políticas; afuera, por lo tanto, hacía referencia a aquellas personas que viviendo en otras zonas se desplazaban cotidianamente al barrio para realizar sus tareas militantes.

además, en la firmeza con la que remarcaban la importancia de no distinguir, dentro de la organización, quienes vivían efectivamente en el barrio y quienes se trasladaban todos los días hacia la zona, para hacer efectivo su compromiso político. En tal caso, existía una igualación en consonancia con las personas que habitaban la villa: *“Estamos todos en la misma”*. Esta sería una de las formas de medir la responsabilidad social de referente.

Las diferentes responsabilidades que asumían los actores eran descritas cómo una necesidad organizativa. En tal sentido, el rol de referente de grupo se convertía en importante, siendo que las personas asumían que los compromisos tenían que ver con un colectivo. Para los delegados, estas no eran responsabilidades individuales: *“entonces digamos, vos tomas una responsabilidad a nivel colectivo, hay gente que depende de lo que vos hagas y vos dependes, también, de esa gente. Es una cuestión recíproca”*.

En opinión de Gonzalo, como así también de Manuela y Migue, el referente se posicionaba como tal en cuanto a la práctica y al discurso. Es por esto que la adhesión ideológica

se va plasmando... en realidad, cuando la gente ingresa al movimiento, es como que hace un proceso pueden ser diferentes cosas, en general, la gente ingresa por una necesidad, por otra cosa no entra, digamos, no entra por una firmeza ideológica sobre algo. Entra porque necesita mercadería.

La participación primigenia, sustentada en la búsqueda de la resolución de una necesidad supone, en palabras de Gonzalo, que algunas de esas personas

después hacen un proceso y van entendiendo que el movimiento es algo más que eso, que \$150, más que un bolsón de mercadería. Además, de las cosas que puedan llegar a conseguir a nivel reivindicativo, van interiorizándose en el tema y se van formando de otra manera, en cuanto a responsabilidades, van haciendo ciertos pasos....

Esta expectativa suponía, para los referentes, que “los compañeros” tienen diferentes tiempos para “completar el proceso”... “Uno va acompañando ese proceso e incentivando a que se vaya la produciendo”.

De esta forma, Gonzalo desmarcaba las “posibles semejanzas” de las metodologías de los referentes piqueteros, en relación a aquella que él les adjudicaba a los “punteros justicialistas”. El proceso era considerar que, mientras se subsanaba el día a día de las personas, se “trabajaba sobre la conciencia” de los sujetos...

A veces la creación nace de la negación, en cierta manera, entonces: una de las negaciones que tienen es la negación del puntero político; otra de las negaciones que tiene, en este caso el movimiento, es la dependencia de otras estructuras. Entonces, lo que se intenta siempre, desde el vamos y desde el inicio del movimiento, es no tratar de reproducir esa lógica “punteril” de: te doy esto porque sos amigo, te doy esto porque necesito esto, ese utilitarismo en cierta forma que hace el puntero político.

Para nuestro informante, igualar las prácticas de su grupo con las prácticas “clientelares”, ligadas a la política tradicional, se correspondía con una visión externa que no entendía que, en realidad, el “movimientismo” lograba disipar los “vicios de las formas tradicionales”:

Como nosotros tratamos de manejanos de forma ensamblaria, horizontal, los criterios los ponemos entre todos, entonces, por ahí, para entregar un bolsón tenés un criterio que tenés que ir a una marcha. ¿Porque tenés que ir a una marcha? Y porque lo que se consigue, se consigue con la lucha.

Esta situación estaba relacionada, directamente, con lo que mencionáramos recientemente respecto a la “toma de conciencia” de los sujetos; ya que si las cosas que se consiguen se logran en la lucha, se espera que la persona logre “comprender” que:

organizándose y luchando se puede conseguir lo que se obtiene. En ese proceso se tienen ciertos gastos, para ir a buscar la mercadería, digamos, donde la vamos a buscar a Avellaneda, para pagar el flete necesitas tener plata... entonces entre todos....

Para Gonzalo, una de las instancias que más ejemplificaba las diferencias respecto de su grupo y los “representantes barriales de la política tradicional” estaba graficada con la delegación de responsabilidades a través de la asamblea; este mecanismo se consideraba imprescindible para generar compromiso en cada persona integrante del grupo. *“tratamos de manejar de forma asamblearia que los grupos de trabajo estén tratando de trasladar eso: que sea un grupo, que las decisiones sean colectivas y se tomen entre todos, o sea otra forma de trabajar, más digna en cierta forma”.*

La asamblea generaba, en la percepción de nuestro informante, un espacio de cierta fraternidad, de cierto compañerismo, donde lo que definían cómo “la estructura punteril” no existía. La relación que se supone cómo propia del puntero está referida a un núcleo más reducido: “el puntero y sus amigos”. De esta forma resultaba necesario, para los referentes del movimiento, plantear la “formación y reflexión” de los compañeros... *“Para que haya una comprensión de la realidad y una reflexión de su misma practica, que los vaya motivando y es lo que genera, después, multiplicar los referentes”.*

La horizontalidad era, según expresiones de Manuela y Gonzalo, una construcción del “día a día” y debe ejercitarse, más allá de la asamblea. Pero había una salvedad: *“vos no podes plantear una horizontalidad si no podes plantear, al mismo tiempo, una formación, o sea, cierta educación de los compañeros; si vos no tenés un manejo de información sobre algunas cosas no podes decidir”.* Nuestros interlocutores planteaban el concepto de “educación” cómo forma de “socialización” de los conocimientos; donde todas las personas, participantes de la asamblea, responsables de una esfera específica de actividades, debe informar los pormenores, permanentemente, al resto de los participantes para posibilitar la mejor decisión

conjunta. De esta manera, los participantes de la asamblea suponían que se frenaban las posturas individuales en las reuniones del movimiento ampliado, esto era así ya que se partía de la base de que todos los integrantes habían participado de las definiciones en igual medida.

Esta situación representaba un gran desafío para los referentes “acostumbrados y conocedores” que los “tiempos políticos” requieren, a veces, mayor celeridad. Según fuera expresado por Migue lo que se trataba de hacer, en el “movimiento ampliado”¹³, era: *“en los momentos en que se apresuran las definiciones sofrenar la decisión, para llevar, nuevamente, el problema a las bases”*.

Si bien este mecanismo era recurrente, también era usual que en estas reuniones, de revisión, se presentaran muy pocas voces en la discusión; generalmente serían aquellas personas con mayor preparación retórica las que dimitiera para ofrecer una alternativa que sería, o no, votada en unos pocos minutos.

De cualquier forma, la participación “masiva” que sustentaba cada una de las decisiones del grupo funcionaba, a ojos de Manuela, como un indicador más que válido para expresar que, en el ámbito de militancia, todos los participantes del movimiento se encontraban en un mismo nivel decisional. Desde esta mirada no existía, por tanto, una subestimación respecto de la “capacidad militante” de las bases. En todo caso se observaba, desde la óptica de los referentes, una especie de auto – subestimación por parte de *“la misma gente, de los mismo compañeros, porque creen que vos sos un iluminado y el resto, los que vos dirigís, una forma de rebaño amorfo y tonto al que vos manejas”*.

¹³ Se refería con esto a las reuniones que llevadas a cabo entre integrantes, de un mismo movimiento, cada uno de ellos ubicadas en distintos barrios populares.

¿El puntero o la conciencia propia?

Los referentes del movimiento sabían, a ciencia cierta, que muchos miembros de la asamblea recurrían, en reiteradas ocasiones, al “puntero justicialista” del barrio. Entendían esta conducta de los compañeros como producto de la necesidad de acceder a bienes, principalmente, relacionados con vivienda, alimentos y medicamentos. Esta situación implicaba un grave problema para el grupo, por todo lo que contrae políticamente: 1) el blanqueamiento de que existían instancias que el trabajo colectivo no podía resolver por falta de recursos los cuales, a través del Estado municipal, sí llegaban al “puntero”; 2) generaba confrontaciones entre los pares que comprendían y justificaban el acercamiento a estos canales de solución de carencias y quienes no lo observaban así, entre otros problemas.

Cabe agregar que si bien esta instancia no era “condenada” (por parte de los referentes “más importantes”) representaba, en sí, una muestra de “la falta de capacitación ideológica – política de los participantes de la asamblea”.

Si el movimiento, en algunas cosas, no te puede generar una solución... Hay compañeros que tienen una cierta formación que en su puta vida recurrirían al puntero, por lo tanto se “parten el lomo” para conseguirlo de otra forma. Ahora, hay compañeros sin esa formación que bueno... si tu chico necesita algo que... y la organización por ahí no llega a un cierto grado de desarrollo que te lo pueda conseguir y hay gente que vuelve a recurrir al puntero, es... ¡es inevitable!

Gonzalo me expresó, también, otras opiniones de integrantes de la asamblea que “recurrían al puntero sin desconocer” lo que él denominaba como la conducta “utilitarista” y “maniquea” de este tipo de mediadores.

De cualquier forma, Migue, Gonzalo y Manuela se definían contrarios a entender a estos mediadores barriales como una alternativa válida. Por otro lado, no eran ellos, precisamente,

quienes más enérgicamente “condenaban” al compañero que solicitaba ayuda al “puntero”. En todo caso eran quienes (como se dijo) llegado el momento “justificaban”, ante los compañeros “de base”, a quienes optaban por esa vía de resolución. Esto “era necesario” ya que integrantes de “las bases” fueron quienes, en varias oportunidades, mostraron mayor virulencia ante este tipo de situaciones. Como dijo Migue: *“No sé si recurriría al puntero, pero reconozco que hay que estar en el momento y en el lugar. Hay necesidades que son apremiantes, son cosas que las tenés que conseguir como sea, por ejemplo: cosas que tienen que ver con los chicos... Muchas veces se han dado ¿qué le vas a decir que no?”*.

La convicción sobre cómo se construía el trabajo grupal le permitía a Manuela establecer una relación directa sobre el proceso de “crecimiento” del compañero militante. En tal sentido, cuanto más consustanciada se encontraba una persona con la “causa social del conjunto”, más se alejaba de las prácticas que lo ligaban al “puntero” barrial. De esta manera, se presumía el acercamiento de un individuo a otros tipos de valores, cómo paso lógico que excedía las circunstancias del primer acercamiento a causa de la necesidad.

“Mucha de la gente que llega con nosotros, en principio, tuvo algún problema con Pérez. Uno puede responder esa necesidad. Hay gente que comprende de entrada, hay otros que no, dentro del movimiento vos después haces ese proceso. El clic está (en entender) lo que significa el movimiento además de que cuando ingresás satisfacés cierta necesidad. Claramente eso se da en una continuidad”.

Gonzalo me describió, detalladamente, esta instancia de compañeros que antes eran muy amigos del “puntero”, muy cercanos, a los cuales se les habría prometido cosas y, en muchos casos, esas promesas se les cumplieron; pero después de ingresar al movimiento, cambiaron su percepción respecto del mismo y se “integraron” completamente y

“ahora están agradecidos en cierta forma. Muchas veces, en el caso de una persona en especial, de una compañera. (Ella) Terminó dejando de lado toda su relación, de alguna forma, con el puntero y estando todo el día (para el movimiento) haciendo las mil cosas. Esa persona, por ahí, es un orgullo que haya hecho ese proceso, poder haber aportado aunque sea un cacho para provocar esas cosas”.

Referencias finales

El surgimiento de nuevos representantes, para actores que encontraban transformaciones de fondo en su ideario de vida, no fue más que la respuesta a los viejos organismos “representantes” del sector popular; la necesidad de comenzar a encontrar carriles para expresarse, después del abandono de las corporaciones tradicionales (Abal Medina, 2004). Lo que podríamos llamar “nuevas formas de representación política” no fue más que la organización, aunque inorgánica, después de la desorganización espasmódica.

Hoy en día, gran cantidad de estas agrupaciones han superado los intereses inmediatos para llevar adelante una lucha política más profunda. Sin embargo, esta situación ha originado innumerables problemas domésticos en los distintos integrantes del movimiento. Este punto no fue tratado a lo largo del trabajo ya que excede las posibilidades que me propuse. Sin embargo, cabe destacar que, sin renunciar a su característica de “movimiento territorial”, muchas agrupaciones integran, desde 2003, el proyecto político del movimiento Frente para la Victoria. Esta situación ha producido una reconfiguración significativa en las alianzas, o en todo caso escisiones, de estos grupos. En este sentido, esta situación se tradujo en el aumento de la cantidad de participantes para algunos grupos y la disminución de miembros en otros.

La asamblea, donde este trabajo se llevó adelante, hoy ya no existe como tal. Manuela todavía se encuentra realizando actividades en el comedor y forma parte del FOP, un grupo

activista que lucha por el derecho a la tierra y la vivienda. María, en tanto, sigue al frente de las actividades del comedor, además de “manejar” otros tipos de recursos (por ejemplo: materiales de construcción). Por otro lado, Pérez intermedia entre María y las autoridades locales para que ella pueda “conseguir cosas para los vecinos”: planes gubernamentales, subsidios, etc.

Algunos de los estudiantes de sociología han conformado un “grupo sindical de base”, relacionado con el trabajo precarizado de jóvenes capitalinos que integra tareas como, por ejemplo, las de *telemarketer*. Otros, en cambio, participan en agrupaciones barriales “periféricas” del Frente para la Victoria; como así también, de agrupaciones y partidos de izquierda o centro izquierda que tienen “matices” con el partido de gobierno o, directamente, se le oponen.

Si bien, en el recorrido de este trabajo, se pueden encontrar palabras, conceptos y prácticas que muestran cuantiosos indicios de la continuidad de una matriz de pensamiento signada por “la modernidad”, es también cierto que muchas de las personas que “militaban en el movimiento” intentaron establecer, tomando como base los preceptos de la horizontalidad política, el cuidado del medio ambiente y la economía social, la bases para una nueva concepción de los reclamos y los objetivos de la acción política de, al menos, los llamados sectores populares.

Me interesa mencionar, también, que en gran medida los referentes del movimiento fueron quienes mayor hincapié hicieron sobre estas intenciones de cambio, recientemente mencionadas; endilgando a la personalidad (y a la “cultura”) de los habitantes del barrio las acciones directamente relacionadas (o “heredadas”) con (“de”) las prácticas de los partidos políticos tradicionales de fines del siglo XX.

Aunque repetidas veces se mencionaron conceptos como: “*todos aprendemos y todos enseñamos; todos tenemos algo que aprender y algo que enseñar*”, indudablemente los referentes, desde su mayor recorrido en la educación formal o su experiencia en la militancia política, gremial u otra, consideraron tener algo muy importante que transmitir o sobre lo cual dar lección: Como ser *clase para sí*.

En el trasfondo de esta concepción subsiste la siguiente idea: las opciones electorales o las relaciones políticas de quienes tienen menos capitales económicos y, especialmente, menor nivel educativo formal están determinadas por la cooptación que hace la “clase política” a través de recursos materiales. Pese a las controversias sobre la relación lineal entre la distribución de recursos materiales y obtención de votos (Auyero, 2001), lo que se desprende del discurso de mis informantes es que algunos de los participantes de la asamblea parecieran ser menos “libres”, para elegir sus representantes o “para pensar políticamente”. En otras palabras: las decisiones electorales de estos sectores estarían determinadas por “otros”. Invirtiendo el razonamiento, el nivel educativo con el que cuentan los referentes les brindaría, desde su perspectiva, más herramientas para evaluar “la política”. Esto los excluye de cualquier intento de cooptación y los “protege” de cualquier determinación externa a sus decisiones individuales. En consecuencia su lugar de “más educados” les permite no sólo la existencia plena de una conciencia libre y soberana, sino también la posibilidad de experimentar y dirigir una democracia plural y horizontal.

Existe en esta opinión una herencia clara de los teóricos – o también los podríamos denominar ideólogos – de la democracia burguesa moderna que están impregnadas en su sentido común (y en el de las ciencias sociales)¹⁴. Es quizás Kant, dentro de esta corriente de pensamiento, el que ha expresado con mayor claridad la importancia que tendría la autonomía del individuo y el uso de la “razón” en la vida pública. En este sentido la *minoría de edad* estriba en la incapacidad de servirse del propio entendimiento, sin la dirección de otro.

[...] La mayoría de los hombres, a pesar de que la naturaleza los ha librado desde tiempo atrás de conducción ajena (naturaliter maiorenes),

¹⁴ Como por ejemplo: Rousseau, Hobbes, Locke y Kant.

permanecen con gusto bajo ella a lo largo de la vida, debido a la pereza y la cobardía. Por eso les es muy fácil a los otros erigirse en tutores [...] (Kant, 1941).

En Argentina, con el surgimiento del peronismo hacia mediados de la década del cuarenta, se construyeron cuantiosas tesis que bien se pueden relacionar a la idea kantiana a la que aludí¹⁵. Dichas tesis adjudicaban, exclusivamente, la adhesión de los sectores populares al partido naciente, producto de las condiciones demográficas, las formas de liderazgo, la distribución de bienes materiales, el contexto económico internacional, entre otros¹⁶.

Desde mi perspectiva, existe una clara afinidad entre lo que Kant entendió por dejarse conducir por otro o vivir en la minoría de edad y lo que los referentes entendían, al menos en ese momento, por estar cooptado políticamente por los *punteros* a través de prácticas clientelares.

Mi intención, al evidenciar esta semejanza, con el riesgo de cometer algunas arbitrariedades y saltos temporales, busca explicitar de una manera clara el centralismo de clase que impera en nuestros interlocutores al momento de imaginar las cualidades de la opinión y la participación política. Este razonamiento no

¹⁵ La intención de este escrito me impide profundizar sobre el tema, pero dentro de los trabajos más relevantes se encuentran los de Gino Germani (1973) y Juan José Sebreli (1983). Por otro lado, Federico Neiburg (1998) construye, en primer lugar, una sistematización de la posición de los intelectuales argentinos frente al peronismo; además, da cuenta del imaginario social de los sectores no peronistas, que dichos intelectuales coadyuvaron a crear. El hecho de que uno de los trabajos señeros en este rubro haya sido el de Germani, propulsor de la sociología en las universidades argentinas, no constituye, desde mi perspectiva, una linealidad con los estudiantes de sociología, protagonistas de este trabajo.

¹⁶ Para ver la relevancia simbólica e identitaria del peronismo y considerar otros elementos que incluyan la subjetividad de sus actores recomiendo, entre otros, los trabajos de Lucas Rubini (2001) y Daniel James (2010).

está aquí para confeccionar una denuncia a través de una condena moral, sino para comprender las causantes sociales del problema. En tal sentido, resulta relevante restituir ciertos debates en relación con nuestros colegas que han participado y participan de este tipo de experiencias, debates que nos inmiscuyen, a todos, como partícipes de las ciencias sociales. Es por esto que deberemos hacer algunas apreciaciones sobre la cercanía entre los presupuestos filosóficos y las representaciones de los referentes.

La sociología, como discurso fundante, ha denunciado este enfoque a partir del presupuesto, la explicación y la comprobación de que las acciones individuales nunca son tales, sino que las prácticas y pensamientos de los sujetos están determinados e influidos por el conjunto de relaciones sociales en las que están inmersos¹⁷. En otras palabras, para la sociología, las percepciones y categorías de pensamiento, que orientan las acciones de los sujetos, están condicionadas por el lugar que ocupan los individuos en el espacio social (Bourdieu, 1984). Desde esta perspectiva, es imposible pensar en la existencia de un ciudadano libre de ataduras ideológicas que pueda cumplir, al margen de su formación educativa, con el “supuesto” acto soberano de elección de sus representantes de una manera autónoma y neutral. Ya que cualquier acción y elección individual (en este caso electoral) está determinada por el conjunto de relaciones sociales en las que están inmersos los sujetos. En síntesis: esta cierta condición de inmunidad al poder que se adjudicaban los referentes, dada, entre otras cosas, por su formación educativa que los constituía en personas con conciencias “libres”, es producto, en términos de Durkheim, de que en nuestro carácter de seres sociales: “[...] somos víctimas de una ilusión que nos hace creer que hemos elaborado por nosotros mismos lo que se nos impone desde afuera [...]” (Durkheim, 1965). Dicho en otros

¹⁷ Dentro de los clásicos, Durkheim y Marx son los que más se han ocupado de explicar, de diferentes perspectivas el presupuesto de que la acción individual es un producto de determinaciones sociales.

términos, la idea de la existencia de un individuo reflexivo, autónomo, inmune a las estrategias de dominación política, que ejecuta acciones y decisiones independientes gracias a las herramientas que le brinda la formación, no es otra cosa que un efecto ideológico del que están, como cualquier actor social, presos.

Para finalizar, quiero destacar que mi intención, con este texto, no es desmerecer el esfuerzo de los compañeros que han intentado, e intentan, aportar lo que esté a su alcance para una sociedad más justa. Sin embargo, considero absolutamente necesario que, como parte del cambio, realicemos el esfuerzo de exponer(nos), para que cuando hablemos del otro sepamos qué hemos cargado en su mochila y cuanto de nuestros prejuicios subsisten, a pesar nuestro.

Bibliografía

- ABAL MEDINA, J. M. *La Muerte y la resurrección de la representación política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- AUYERO, J. *La Política de los Pobres. Las Prácticas Clientelistas del Peronismo*. Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL, 2001.
- _____. "La vida en un piquete. Bibliografía y protesta en el sur argentino". *Apuntes de Investigación del CECyP*, Buenos Aires, n. 8, pp. 20-55, Junio 2002.
- BOURDIEU, P. *La distinción*. Madrid: Taurus, 1984.
- DURKHEIM, E. *Las reglas del método sociológico*. Buenos Aires: Ediciones Schapire, 1965.
- FARA, L. "Luchas reivindicativas urbanas en su contexto autoritario. Los asentamientos de San Francisco Solano". In: JELIN (comp.). *Los Nuevos Movimientos Sociales*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

- FERRAUDI CURTO, M. C. "Cuando Vamos de Piqueteros: una aproximación crítica al concepto de identidad". *La Sociología Ahora*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- GERMANI, G. "El surgimiento del peronismo: el rol de los obreros y de los migrantes internos". *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, n. 51, pp. 435-488, 1973.
- HANDLER, R. "Fieldwork in Québec, Scholarly Reviews, and Anthropological Dialogues". In: BRETTELL, C. (ed.). *When they read what we write*. West Port: Bergin & Garvey, 1996.
- JAMES, D. *Resistencia e integración: El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- KANT, E. "¿Qué es la ilustración?". *Filosofía de la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1941.
- LANDI, O. *El discurso sobre lo posible. (La democracia y el realismo político)*. Buenos Aires: CEDES, 1985.
- MERKLEN, D. *Asentamientos de La Matanza. La terquedad de lo nuestro*. Buenos Aires: Catálogo, 1991.
- NEIBURG, F. *Los intelectuales y la invención del peronismo*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1998.
- RUBINICH, L. "Vida cotidiana y cultura política. Algunos usos de la palabra 'gorila'". *Apuntes de Investigación*, Buenos Aires, Año V, n. 7, pp. 103-124, 2001.
- SEBRELI, J. J. *Los deseos imaginarios del peronismo*. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1983.

Otras Fuentes

MTEySS: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social de la Nación: www.mteyss.gov.ar.

11881

Cambiar la sociedad: Interpretaciones,...

Universidad de Buenos Aires: Censo de estudiantes 1996, 2000 y
2004: <http://www.uba.ar/institucional/censos/estudiantes>.

“YO SOY DE LA CASA”. EL H. SENADO DE LA NACIÓN ARGENTINA: PRÁCTICAS Y DISCURSOS EN UNA “CASA POLÍTICA”

*Laura Marisa Ferreño**

Resumen: A partir de la categoría nativa de “casa” este trabajo explora las distintas perspectivas que los agentes de la Cámara de Senadores de la República Argentina manifiestan con relación a sus sentidos de pertenencia y a las lealtades personales que se generan dentro de la institución. Las fronteras identitarias constituyen tanto los límites espaciales como simbólicos que expresan las relaciones de fuerzas asimétricas entre los agentes. En el texto se analizan dos eventos específicos – la denuncia del pago de sobornos a Senadores Nacionales en el año 2000 y el rechazo de la Resolución 125/2008 – que permiten explicar desde el punto de vista de los actores las diversas maneras de percibir y resignificar los acontecimientos estudiados.

Palabras clave: casa; identidad; evento; crisis institucional; Senado.

Abstract: Discussing the native category “house”, this work explores the different perspectives that agents working at the Senate of Argentina express in relation to their sense of belonging, as well as to the personal loyalties generated within the institution. Identity boundaries are both spatial and symbolic; they express the asymmetrical power relations that exist between agents. In this article, two specific events are analyzed in order to explain how actors perceive and reinterpret them: the denunciation involving the payment of bribes to National Senators in 2000, and the rejection of the 125/2008 Resolution.

Keywords: home; identity; event; institutional crisis; Senate.

* Doctoranda en Antropología Social – Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES), Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). Posgrado en Gestión Cultural y Comunicación (FLACSO-sede Argentina). Egresada de la carrera de Historia de la Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA). Coordinadora del Observatorio de Ciudadanía Cultural y Profesora Adjunta de la materia Teorías de la Cultura, Universidad Nacional de Avellaneda (UNDAV). Asesora H. Senado de la Nación Argentina. Correo electrónico: lauraferrenio@gmail.com.

Introducción¹

Ciertas costumbres, en tanto acompañan a la historia de las instituciones y a la política, pueden ir de la mano y resignificarse. La mirada de la antropología brindó y brinda la posibilidad de aproximarse desde un enfoque diferente a los procesos políticos y a los aparatos estatales. Comprender los fenómenos sociales desde el punto de vista de los "nativos" supone bucear por los mismos espacios que los historiadores, los sociólogos y los científicos políticos, pero a partir de marcos lógicos alternativos.

Investigar los espacios cotidianos de la política y de las instituciones gubernamentales, nos permite introducirnos en un mundo donde los actores reproducen y generan reglas, valores, prácticas, y a la vez, empezar a constituir los contornos de "lo político" de manera flexible, fluida y dialogal. En una investigación etnográfica "*hacer política*" es explorar dominios contingentes (Rosato, 2009).

En el H. Senado de la Nación tanto los legisladores y los sindicalistas como el personal de la institución, interactúan en contextos donde a menudo se desafían las reglas de acuerdo al interlocutor ocasional, al estatus y al lugar que ocupan circunstancialmente unos y otros. Las prácticas cotidianas generan alegatos de validación de acciones y discursos donde los bloques partidarios, la burocracia administrativa y los gremios interactúan de acuerdo a los "vientos políticos", situación que se agudiza en períodos eleccionarios y de recambios de gestión.

Este trabajo se propone estudiar el sentido de pertenencia que los actores le otorgan a la categoría nativa de "casa". Se focalizará en dos eventos que podríamos considerar críticos (Das, 1996), ya que estas dos crisis surgidas dentro de la propia cámara demostraron cuán rápidamente pueden amenazar al sistema

¹ Una versión preliminar de este trabajo fue presentado en el X Congreso Argentino de Antropología Social.

político de la nación. Tanto la denuncia de pago de sobornos² para la sanción de la Ley 25.250 de Reforma Laboral³ en el año 2000, como el rechazo de la Resolución 125⁴ en el 2008, nos sirven de marco para analizar los distintos significados, proyecciones y adscripciones que le asignan los propios agentes a la noción nativa de “casa”.

Conceptos como el de amistades instrumentales de reciprocidad (Wolf, 1980) nos permiten explicar dentro de los espacios políticos e institucionales cómo, cuando este equilibrio de reciprocidad se rompe, la relación se torna desigual, apareciendo un vínculo basado en el patronazgo. Como para Wolf los grupos interpersonales suplementarios son los que permiten el funcionamiento de las grandes instituciones, los cambios internos

² Sobornar implica corromper a un funcionario con dádivas o dinero para obtener el fin buscado (sarcásticamente suele denominarse “comprar” una voluntad política).

³ Ley impulsada por el Poder Ejecutivo Nacional (PEN), por entonces en poder de la Alianza (coalición política integrada mayoritariamente por la unión Cívica radical – UCR- y el Frente País Solidario, FREPASO). En la Cámara de Senadores, el gobierno no contaba con una mayoría de legisladores para lograr la sanción de la ley. Por este motivo, recurrió al pago de sobornos que involucraron finalmente tanto a legisladores de la UCR como de la oposición (Partido Justicialista, PJ).

⁴ Mediante esta resolución se implementaban retenciones móviles a las exportaciones de girasol y soja. Como fue fuertemente resistida por las entidades patronales y los sectores ligados al campo, para descomprimir las tensiones sociales, la presidente Cristina Fernández de Kirchner envía la resolución al Congreso. La Cámara de Diputados la aprueba, pero en la Cámara de Senadores la votación queda empatada. Como establece el Reglamento interno de la Cámara – Decreto Resolución (DR) 1388/2002 y modificatorios- y la Constitución Nacional, en estos casos el Presidente de la Cámara (Vicepresidente de la Nación) debe emitir su voto para desempatar. Julio Cobos, compañero de fórmula de la presidenta, votó negativamente; la resolución, en consecuencia, no pudo sancionarse y se desató un vendaval político que repercutió tanto dentro como fuera de la institución.

dentro de estos grupos afectan a las instituciones. La supervivencia de redes informales basadas en padrinzgos, lealtades y confianza dentro de los organismos gubernamentales son una repuesta a las deficiencias de la formalización y obedecen a una lógica simbólica y cultural originada en el parentesco y la amistad dentro de un sistema igualitario (Lomnitz, 2001).

El trabajo de campo etnográfico prolongado, iniciado en el 2003, permitió a partir de la observación participante cotidiana ir descifrando los códigos propios de la institución. Asistir desde el año 2005 a las reuniones sindicales y a las asambleas que el gremio más importante convocaba; concurrir a eventos (2004-2011), a encuentros de parlamentarios del Mercosur (2004-2007) y a reuniones donde participaban los senadores (2004-2011); y, entrevistar durante cada período legislativo – desde el 2005 – alrededor de cincuenta personas entre dirigentes sindicalistas, personal de la “planta política”⁵, jerárquico⁶ y no jerárquico⁷, posibilitaron ir develando el universo parlamentario y descubrir que todos ellos, aunque con matices, se referenciaban dentro la categoría nativa de “casa”. Del mismo modo que Bezerra (1999) constatamos que las redes personales son la forma más eficiente de acceder a los informantes, ya que éstos son recelosos a los medios de trabajo de los antropólogos, pues lo asimilan con la prensa (el grabador, las anotaciones). Las entrevistas, entonces, se pudieron realizar cuando “parecían” darse por encuentros casuales, difícilmente cuando estuvieron pactadas.

El término de “casa política” es utilizado por los nativos para justificar ciertas anomalías (como el incumplimiento de la

⁵ Denominación que reciben las personas designadas para cumplir las funciones de Director General y Subdirector General, quienes cesan en sus funciones cuando la gestión o los senadores que los nombraron concluyen su mandato.

⁶ Funcionarios del organismo, designados como directores, subdirectores o jefes de departamento, con las categorías más altas (1, 2 y 3, respectivamente) con personal a cargo.

⁷ Personal designado en las categorías 4 a 14.

Ley 24.600, Estatuto y Escalafón para el Personal del Congreso de la Nación), en una institución donde la comunicación y los mecanismos utilizados para generar consenso, se transforman tanto en una referencia del mundo como en un riesgo. Los diversos actores (agentes⁸, funcionarios, legisladores, autoridades⁹ y gremialistas) ratifican su pertenencia a una “casa”, a la que ellos mismos otorgan como característica principal el estar atravesada por los vaivenes de la política. Es una *identificación* (Brubaker y Cooper, 2002) configurada a partir de procesos complejos, cuyas acciones no presuponen una igualdad interna grupal sino por el contrario una desigualdad constitutiva de las adscripciones dentro de la propia cámara. La identificación se produce así de acuerdo tanto a la posición que se ocupa dentro de una red relacional (el ámbito laboral, el partido político por el cual se accede al congreso), como a un atributo categorial (tener un contrato de locación de servicios y aspirar a acceder al personal de planta del organismo, por ejemplo); los “otros” a su vez, los identifican a partir de esas mismas nociones. La categoría nativa de “casa” expresa, consecuentemente, un entramado de relaciones

⁸ La Dirección de Administración del Personal del H. Senado denomina “agentes” a los empleados que forman parte de la institución. Los agentes pueden formar parte de la planta permanente (tienen estabilidad laboral más allá de la gestión o del mandato del legislador para quien se desempeñan) o de la planta transitoria (cesan en su trabajo al concluir las funciones de quien los nombró). Cada designación de personal establece la planta a la cual pertenece y el área, administrativa (la Dirección de Informática, por ejemplo) o parlamentaria (un senador) que solicita el pedido. Ver nota 4 y Decretos Presidenciales (DP). Para la información referida al H. Senado de la Nación consultar las fuentes citadas al final del artículo.

⁹ Se consideran autoridades de la cámara: el Presidente (Vicepresidente de la Nación), el Presidente Provisional, el Vicepresidente, los Vicepresidente 1° y 2°, el Secretario y Prosecretario de las áreas parlamentarias y administrativas y el Prosecretario de Coordinación Administrativa.

entretejidas a partir de lazos que atraviesan las filiaciones partidarias para arraigarse dentro de la institución a la cual el personal – jerárquico y no jerárquico – dice o siente pertenecer.

La identificación supone, por lo tanto, la especificación de quienes llevan a cabo la acción de especificar. Cuando comencé a acercarme por primera vez al Senado, durante los primeros meses, la necesidad de marcar nítidamente la frontera¹⁰ entre ellos y los extraños se manifestaba a partir de una afirmación reiterada *"yo soy de la casa"*. El tono despectivo del trato hacia el foráneo (Elias, 2000) evidenciaba el precio que el otro – el nuevo, el outsider – "pagaba" por su no pertenencia, al no comprender ciertas expresiones, ni ser portador de los saberes necesarios – tanto discursivos como formales – que le permitirían moverse con seguridad dentro de la institución (Abélès, 2001). Ser de la "casa" suponía conocer los espacios (todos partían del supuesto de que ello implicaba trabajar desde hacía muchos años en la institución), adoptar las formalidades protocolares y formar parte de la planta permanente (o al menos aspirar a ello).

Ser de la "casa" marcaba y marca una frontera, la frontera identitaria de la pertenencia.

La noción de "casa" para los agentes

Si la noción de "casa" supone un sentido de pertenencia ¿para todo el personal del Senado significa lo mismo? Cuando se le pregunta a los agentes con años en la institución que significa ser de la "casa", aparece la naturalización de la categoría y el desconcierto: "¿Cómo que qué entiendo por ser de la 'casa'? ¡Lo mismo que vos!". Las respuestas siempre hacen hincapié en un aspecto: formar parte de la cámara con una trayectoria personal cimentada a través de los años. El tiempo de permanencia establece una primera diferencia entre el adentro – pertenecer – y el afuera.

¹⁰ Para un estado de la cuestión de la categoría ver Grimson (2011).

Para DaMatta “casa” designa “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados... capazes de despertar emoções, reações [...]” (DaMatta, 1997, p. 15) y a la vez configura un espacio internamente heterogéneo marcado por relaciones de poder asimétricas que se definen en contraste u oposición con otros dominios como el espacio exterior. La casa es desde esta perspectiva un espacio moral.

Pareciera que esta “casa política” – como sarcásticamente la denominan los dirigentes gremiales y el personal – reproduce la lógica de una sociedad donde imperan las relaciones personales. En función del trabajo de campo efectuado se infiere que más allá de un discurso universal e igualitario que incluye a todas las personas, primarían la lealtad y las amistades dentro de la política. Como toda “casa” el Senado tiene “códigos”¹¹ basados en las lealtades individuales, reglas para los anfitriones y normas para las visitas. Así, si la “casa” implica preferencias, lealtades y compensaciones (DaMatta, 1997), se encuentra asimismo, políticamente alineada y supone una visión de la sociedad, traduce un mundo de preferencias, afinidades y ligazones.

Hacia el afuera la “casa” muestra un grupo de iguales y está sujeta a las normas vigentes por los sentidos de pertenencia que otorga, pero a su vez hacia adentro muestra jerarquías tales como senador-colaborador, funcionario-empleado, personal permanente-transitorio que generan distintas adscripciones. La “casa” es una metáfora, un espacio de trabajo donde el estado son los padres y los empleados sus hijos a quienes hay que proteger de los peligros externos “[...] e na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora” (DaMatta, 1997, p. 59).

¹¹ La palabra está entre comillas para destacar que se trata de normas no escritas, que no necesitan su verbalización porque se consideran presupuestos tácitos, que todo el personal conoce.

El prisma político también es moral. Los ritos oficiales¹² así como las ceremonias domésticas que abren la "casa" a la calle, transforman la morada en algo público. Durante su gestión como presidente de la cámara, Scioli¹³ siempre recordaba que el Senado es la "casa" de las provincias¹⁴ en Buenos Aires. Esta idea en la práctica permitía a los senadores realizar eventos durante los cuales se circulaba libremente por los espacios preestablecidos, funcionaban las reglas de la hospitalidad, pero cotidianamente la cámara quedaba restringida para aquellos de la "casa". Como en nuestro hogar, abrimos esporádicamente las puertas para una reunión o una fiesta pero luego la circulación se circunscribe a sus moradores.

"Casa" es, por lo tanto, un vocablo polifónico al cual cada actor de acuerdo al contexto en el cual se referencia, le da un acepción distinta. Esta polifonía se observa claramente en el trabajo de campo, a partir de la visión que el personal asume con respecto a la denuncias del pago de sobornos a algunos senadores en el año 2000¹⁵.

La "casa" no está en orden

Pasaban los meses y desde mi ingreso al H. Senado de la Nación la institución me resultaba un mundo ajeno y encriptado que no lograba descifrar. Rápidamente descubrí que el Congreso argentino estaba compuesto por dos cámaras – de Diputados y Senadores – que a pesar de formar parte del Poder Legislativo

¹² Los rituales suponen desde esta perspectiva un conjunto de acciones objetivas que a pesar de los cambios permiten controlar el tiempo, tornar el espacio significativo y preservar, asimismo, un cierto orden de las cosas.

¹³ Presidente del Senado durante el período 2003-2007.

¹⁴ Plural de provincia. Cada uno de los estados federales que conforman la República Argentina.

¹⁵ Para una breve síntesis de esta denuncia y su repercusión en los medios, consultar las fuentes citadas al final de este artículo.

semejaban más dos países vecinos y amigables que un “único” poder legislativo del estado nacional. Comprobé que pasar de una cámara a otra no era sencillo. A pesar de que el palacio se construyó como un único edificio para ambas cámaras, excepto en ocasiones especiales es muy difícil el paso internamente aún para los propios empleados.

Por entonces, lejos estaba de comprender los significados de cada una de las acciones cotidianas. Algunas actitudes sí llamaban la atención. Recuerdo que por entonces, si el personal de seguridad pedía a las personas que encontraban por los pasillos cercanos al recinto¹⁶ imprevisamente la credencial¹⁷ los días de sesiones en la cámara y no la portaban, debían retirarse del área. Este celo de “profesionalismo” ofendía terriblemente a los viejos empleados: “¿Qué le pasa a éste? ¿Cómo me la va a pedir a mí que soy de la “casa” y me conoce hace veinte años?”, sentenciaba ofuscado una tarde un informante a quien acompañaba. No comprendía el enojo hacia los empleados a cargo de la seguridad. Cuando les contestaba que solo estaban haciendo su trabajo, la respuesta que recibía era una mirada con cara de “ésta no entiende nada”. Tenían razón, no entendía nada. Pero de esas pequeñas y cotidianas escaramuzas supuestamente sin sentido entre distintas áreas – como seguridad, administrativa, parlamentaria, entre otras – me fui dando cuenta a través del tiempo con el trajinar del día a día.

Así, esa diferencia tajante entre quienes trabajaban en los despachos¹⁸ de los senadores y quienes no, separaba mundos muy distintos, según se desprendía de las entrevistas a los empleados. Así, los informantes afirmaban:

¹⁶ Hemiciclo donde se realizan las sesiones. Cada una de las cámaras tiene el propio. El del Senado es mucho más pequeño que el de Diputados, cuenta con las setenta y dos bancas de los senadores y el estrado para las autoridades.

¹⁷ Otorgada a todo agente cuando ingresa a la cámara.

¹⁸ Denominación de las oficinas de los senadores.

– "Vienen con suerte de martes a jueves – se quejaban a menudo – y les resulta más fácil acceder a ciertos privilegios que por ley no les corresponde. Los tipos trabajan unos años en un despacho y después antes de irse el senador les pide el pase a planta¹⁹. De golpe te caen estos paracaidistas con categorías altas que impiden la promoción de los que trabajamos en el sector".

Poco a poco iba descubriendo un complejo entramado de relaciones. En primer lugar, además de tener una misma obra social y el mismo sindicato, escasa o nula era la relación entre los agentes de las cámaras de diputados y senadores. En cuanto a adscripciones poco o nada significaba trabajar en el Congreso. Ante la pregunta "¿dónde trabajás?", la persona respondía que era empleada del Senado, de Diputados, de la Biblioteca, de la Imprenta (del Congreso de la Nación) o de la DAS (Dirección de Ayuda Social, que efectos prácticos es la obra social de los empleados).

Una tarde de 2003, recorriendo una muestra plástica montada en el Salón Azul²⁰, en una charla informal alguien me confió estar cansado de la burla de la justicia. Habían pasado tres años de la denuncia de los sobornos en el Senado²¹ y parecía que algunas cicatrices todavía no habían cerrado.

¹⁹ Los agentes ingresan como empleados transitorios para acompañar el mandato de los legisladores y la incorporación a la planta permanente según la ley 24.600, corresponde al personal que cumple funciones permanentes y debe figurar en el acto de designación (art. 4 de la ley). No obstante este requisito de la ley, algunos empleados de los legisladores obtienen el pase a la planta permanente a pedido de los senadores, de los bloques partidarios o de la Asociación del Personal Legislativo (APL), el gremio legislativo más poderoso.

²⁰ Salón que comunica ambas cámaras.

²¹ En alusión a la citación por parte de la justicia para declarar en la causa por cohecho, abierta ante la denuncia contra algunos senadores, por haber recibido dinero a cambio de votar afirmativamente la sanción de la Ley de Flexibilización Laboral, en el año 2000.

– “Nos hacen ir a declarar–sentenció mi interlocutor. Suponen que por tener una categoría alta sabemos algo. Pero nosotros no trabajamos en despachos, no tenemos relación con los senadores²² ni siquiera conocemos a la mayoría y cuando tenemos contacto es con algún empleado que llama para pedir algo. Si “ellos”²³ saben muy bien que por nuestro trabajo no tenemos nada que ver con las gestiones de turno ni con los senadores... a todos nos hacen las mismas preguntas... pero ¿qué vamos a saber nosotros si pasan semanas sin que ni siquiera pisemos el palacio²⁴?”.

El diálogo me retumbó durante mucho tiempo, me llamaba la atención la necesidad de esta persona de separar espacialmente las distintas áreas de la cámara. Esa distancia espacial establecía a la vez una distancia estructural (Evans Pritchard, 1992) asociada a quienes trabajan en el palacio²⁵.

También era llamativa su insistencia en relacionar categoría en el escalafón laboral, trabajar en un despacho y citación por parte de la justicia. Había una sensación de ensañamiento de los medios hacia el Senado – como institución – que no era validada por los informantes. De la observación participante y de las entrevistas se infería que para el personal, si bien era cierto que hubo casos aislados de corrupción, no lo diferenciaban de otros organismos estatales donde la prensa había denunciado también

²² Posteriormente descubrimos que siente cierto acoso por parte de la justicia por “portación de parentesco” en tanto familiar de un senador con mandato cumplido hace ya años. De ahí la necesidad de establecer las supuestas arbitrariedades con relación a quienes citan del juzgado y a quienes no.

²³ Hace mención a quienes conducen la investigación en el Poder Judicial.

²⁴ En referencia al edificio del Congreso Nacional.

²⁵ De hecho hay una puja por los despachos del palacio cuando los senadores asumen, ya que se presumen como símbolo de poder a diferencia del edificio anexo, aun cuando éstos puedan ser más grandes. Una observación similar efectúa Abélès (2001) con relación a la Asamblea francesa.

casos de corrupción²⁶. Para algunos empleados entrevistados no debía confundirse la cámara, con los senadores y sus colaboradores, "aves de paso que no pertenecían a la 'casa'". Esta era una visión compartida por muchos, un dato que formaba parte de un discurso que se repetía y no se debía soslayar.

A diferencia de las otras denuncias en los medios por "coimas" o "retornos"²⁷, este caso era distinto porque no involucraba solo a las autoridades, sino también a legisladores elegidos por los ciudadanos. Fundamentalmente despertaba mi interés la necesidad de los propios agentes de diferenciarse internamente frente a las acusaciones. Aparecía una y otra vez la "frontera" entre las áreas parlamentarias y administrativas, entre aquella signada por hacer política (Rosato, 2009) y ésta resignificada por quienes decían pertenecer a un espacio de trabajo no contaminado por la adscripción partidaria o personal.

Pero los contactos siempre son más estrechos de lo que parecen. En una entrevista, una empleada comentaba que había empezado a trabajar en 1983 con el retorno democrático, antes de que asumieran los legisladores y todavía las cámaras no habían sido separadas administrativamente²⁸ y seguían rigiéndose por la CAL²⁹.

²⁶ La denuncia del pago de sobrepagos en el denominado Proyecto Centenario para la informatización de 525 sucursales del Banco Nación, fue la más difundida antes de ésta involucrando al Senado.

²⁷ Tanto "coimas" como "retorno" son términos coloquiales y hacen referencia en Argentina al pago de sobornos. En el H. Senado de la Nación, coima, retorno y soborno designan indistintamente el dinero recibido por parte de los senadores para sancionar una ley. En nuestro trabajo, hace referencia al pago por emitir su voto afirmativamente para la sanción de la Ley de Flexibilización Laboral en el año 2000. En un contexto político similar en Brasil se lo denominaría "propina".

²⁸ Como lo habían estado presupuestaria y administrativamente antes del golpe de estado de 1976 y después del retorno democrático de 1983.

²⁹ Comisión de Asesoramiento Legislativo (CAL) creada por la dictadura militar.

– “Yo tenía como compañeros a tipos como Bielsa³⁰, que fijate con el tiempo donde llegó.

– ¿Te acordás de Chacho³¹? – recuerda otra empleada- ¿qué alegría cuando volvió? ¡Uno de la ‘casa’ que llegaba a vicepresidente! Y el tipo un gauchazo, un señor siempre. Cuando asumió se acordaba de todos nosotros, nos saludaba³² por el nombre, claro si cuando entramos éramos pocos y nos conocíamos todos. Él nunca dejó de pertenecer a la casa, hizo toda su carrera política pero nunca dejó de formar parte de la cámara, fue diputado pero con licencia por cargo de mayor jerarquía, recién renuncia para asumir como vice, porque si no, no podía”.

Con el tiempo fui descubriendo que la “casa” eran muchas “casas” y que pertenecer no era tan sencillo como supuse al ingresar en el 2003. Las adscripciones y los sentidos de pertenencia se sedimentaban con el tiempo, pero a la vez presumían de compartir ciertos códigos y lealtades dentro de una “casa política”, como los propios empleados y gremialistas la denominan.

Tal como en alguna ocasión me explicara un alto funcionario en alguna conversación circunstancial que tuvimos y luego me lo reiterara en muchas oportunidades: “*Acá tenés que llevarte bien con todos, entrás por un partido pero el salto y ascenso quizás te llega por otro. Esto es como la calesita, subimos y bajamos*³³ [...]”.

³⁰ Rafael Bielsa fue Ministro de Relaciones Exteriores (2003-2005) y Diputado Nacional (2005-2007) durante la presidencia de Néstor Kirchner.

³¹ Alude a Carlos “Chacho” Álvarez que asume como Vicepresidente de la Nación y Presidente del Senado en 1999 con el gobierno de la Alianza.

³² Cuando asume va a saludar al personal recorriendo las oficinas (Pontaquarto, 2005). Actitud que se repite con Cobos quien saluda a todo el personal tanto cuando asume como cuando concluye su mandato. Incluso Cobos les amasa pastas a los cocineros de la cámara antes de dejar su cargo.

³³ En referencia a que su destino está atado al del político a quien acompañan.

La naturalización de la noción "ser de la casa" conlleva naturalizar asimismo la acepción de "casa política" como un discurso que les permite justificar de acuerdo al contexto, el accionar de cada uno de los actores involucrados, incluso el gremial.

El personal no es el único expuesto a estas relaciones desiguales. La asimetría de los lazos entre los propios senadores emerge con la denuncia del pago de sobornos, como los ciudadanos comprobaron atónitos en el año 2000.

"Hubo algunos bol...³⁴ que quedaron afuera y hablaron"

Cuando comienzo mi trabajo de campo en el 2003, hacía tres años que la periodista María Fernanda Villosio denunció en el diario La Nación el pago de sobornos a senadores nacionales – con dinero proveniente de la SIDE³⁵ – para la sanción de la Ley de Flexibilización Laboral impulsada por el gobierno nacional. El reparto discrecional de los fondos llegó a los medios y a la justicia a través de un anónimo que relataba tan profusamente los detalles que el Presidente del Senado y Vicepresidente de la Nación Carlos "Chacho" Álvarez lo leyó en una sesión de la cámara. El escrito daba la impresión de ser un "pase de cuentas interno" cuyo objetivo al darlo a conocer a los medios masivos era inculpar a los senadores involucrados.

Como la propia periodista relató ante la justicia, después de que un senador arrepentido le comentara en off³⁶ sobre los sobornos "[...] *hubo un abroquelamiento político... se me cerraron todas*

³⁴ Bol... alude a "boludos" (en plural), expresión vulgar y grosera pero muy difundida en Argentina. Es un vocablo que se usa coloquialmente atravesando todas las clases sociales. En portugués su equivalente sería "tontos", "imbecis" o "lerdos" (en plural).

³⁵ Secretaría de Inteligencia del Estado.

³⁶ Del inglés *off the record*. Información sobre hechos políticos que los funcionarios – en este caso un legislador – comenta a la periodista preservando su identidad.

las fuentes del Senado...". Los detalles que tomaron estado público involucraban a autoridades de la SIDE, al entonces Ministro de Trabajo Alberto Flamarique (quien se hiciera famoso por el comentario "para los senadores tengo la BANELCO"³⁷ que se le atribuye³⁸ durante una cena con los líderes sindicales, opositores a este Proyecto de Ley de Reforma Laboral³⁹: Moyano, Ubaldini, Viviani y Palacios), a las autoridades del Senado, principalmente al Secretario Parlamentario Mario Pontaquarto, a los presidentes de los bloques de los dos partidos mayoritarios⁴⁰, a algunos senadores e incluso alcanzaba al propio Presidente de la República.

Para Lomnitz (2001) cuando la reciprocidad desaparece, la lealtad "se compra". En el caso analizado, lo que se compra es el voto del "otro" y aparece entonces el soborno. El cobro por parte de algunos senadores -la investigación de la justicia parece haberlo comprobado aunque el juicio aún no comenzó- dio lugar a una denuncia de cohecho. Su origen se debió al anónimo que circulaba por la cámara donde se relataba la "ruta del dinero" y las tarifas diferenciadas pactadas para algunos senadores de la oposición al gobierno (PJ). El enojo dentro de este bloque se decía que tuvo por entonces dos vertientes, aquellos que recibieron menos dinero y los que no recibieron nada.

Los senadores que en el año 2000 revelaron el reparto desigual de dinero ¿no estaban acaso – como sostenía Mauss (2009) – denunciando el quiebre de la reciprocidad entre los propios legisladores del mismo bloque? Como él mismo explica: "A través de esos dones, se establece la jerarquía entre jefes y vasallos, entre

³⁷ En alusión a una red de cajeros automáticos que opera en todo el territorio argentino.

³⁸ El sindicalista que le imputa la frase es Hugo Moyano.

³⁹ Con las reformas efectuadas en el Senado el 26 de abril fue aprobada finalmente por la Cámara de Diputados el 11 de mayo de 2000, convirtiéndose en la Ley 25.250.

⁴⁰ Los dos bloques más numerosos por sus miembros corresponden a los senadores provenientes del radicalismo (UCR) y del peronismo (PJ).

vasallos y subalternos. Dar es manifestar superioridad [...] aceptar sin devolver más es subordinarse [...]” (Maus, 2009, p. 245).

Tanto dentro de la institución como en el territorio en el cual legislador es elegido, los beneficios para los subordinados se negocian a cambio de lealtad y poder. Este tipo de reciprocidad perpetúa relaciones desiguales y la ineficiencia de la burocracia. Pontaquarto – el ex Secretario Parlamentario imputado en este escándalo como quien entregó el dinero a los senadores – comenta que en el Senado muchos agentes eran designados con categorías altas porque parte de su salario iba a los bolsillos de los senadores (Pontaquarto, 2005).

La causa de los sobornos todavía está abierta. La justicia imputó a Alberto Flamarique (Ministro de Trabajo de la Nación), a Fernando De Santibañes (Secretario de Inteligencia del Estado), a Fernando De la Rúa (Presidente de la Nación), a Mario Pontaquarto (Secretario Parlamentario del H. Senado)⁴¹, al Senador Nacional José Genoud⁴² (Presidente Provisional de la Cámara) y a los Senadores Nacionales Emilio Cantarero⁴³, Alberto Tell, Augusto Alasino, Remo Constanzo y Ricardo Branda.

La fecha para comenzar el juicio oral a los imputados acusados del delito de cohecho se había fijado para el 22 noviembre de 2011, pero se suspendió y en la actualidad todavía no hay una fecha estipulada para su inicio⁴⁴.

Casi ocho años después del escándalo por los sobornos en el Senado, nuevamente la institución volvía al centro de las noticias. Esta vez, a diferencia del 2000 el voto “no positivo” del Presidente de la Cámara – Julio Cobos – y el de los legisladores

⁴¹ Para un relato pormenorizado desde su ingreso al Senado hasta los pormenores de los “sobornos”, ver el libro de PONTAQUARTO (2005).

⁴² Se suicidó en el año 2008.

⁴³ Proceso suspendido por problemas de salud.

⁴⁴ El juicio no se inició en la fecha prevista porque Pontaquarto tenía otras causas abiertas ante la justicia y se decidió unificarlas.

fueron precedidos por importantes movilizaciones y cortes de ruta en todo el país.

La crisis que atravesó al país

La Resolución 125 mediante la cual se establecían retenciones móviles para las exportaciones de soja y girasol, determinó que en marzo de 2008 las asociaciones que nucleaban a los productores rurales – tanto grandes, medianos como pequeños – declaran un paro o *lock out* que se extendió por 129 días, durante los cuales la nación estuvo en vilo⁴⁵. Las entidades suspendieron el transporte y la exportación de granos y llevaron a cabo cortes de ruta en todo el país que afectaron seriamente la economía. La escalada de la presión social y la politización del tema llevaron a la modificación de la resolución original, pero como ésta no conformó a los sectores rurales, la Presidenta envió el proyecto de retenciones móviles y de compensaciones a los pequeños productores al Congreso Nacional para su sanción⁴⁶.

Pero lejos de descomprimir la tensión política, la presión del gobierno para la aprobación rápida del proyecto se trasladó a las cámaras. Esta situación exacerbó aún más el ánimo ciudadano. Aprobada en la Cámara de Diputados, se gira para su sanción al Senado. El termómetro político alcanzó su máxima expresión el 15 de julio de 2008 – el día anterior a la sesión en la cual los senadores debían votar el proyecto en el recinto- cuando dos actos multitudinarios y simultáneos a favor y en contra de las retenciones se llevaron a cabo en la ciudad de Buenos Aires.

Por aquellos días en el país no se hablaba más que “de la 125” y el Senado era una olla a presión. Transcurrían los primeros meses de gestión del gobierno nacional de Cristina Fernández de

⁴⁵ Para una breve síntesis del conflicto que involucró a la ciudadanía en todo el país durante cuatro meses consultar las fuentes citadas al final de este artículo.

⁴⁶ Irónicamente, siguiendo la sugerencia del Vicepresidente, la Presidenta envía el proyecto al Congreso como una forma de descomprimir la tensión.

Kirchner y una opinión pública crispada se movilizaba a favor y en contra del proyecto. Estos actos expresaban el empate que había en la cámara con respecto a la votación, al hacer el recuento de votos antes de la sesión.

Funcionarios cobistas reprochaban en aquellos días, en secreto y no tanto, que la Presidenta no había cumplido con lo pactado cuando se concretó la fórmula. También se quejaban de que en decisiones importantes Cobos no fuera informado ni tenido en cuenta. Estas actitudes de la Presidente y los funcionarios de su entorno, lo hicieron sentir a Cobos – según personas de su círculo íntimo – en un callejón sin salida donde creía traicionar a quienes lo habían acompañado a lo largo de todo el país, en el acuerdo entre un sector del radicalismo con el peronismo. En las entrevistas de entonces la sensación de deslealtad era moneda corriente entre sus funcionarios y la opinión de sus seres queridos a la hora de hacer el balance no fue menor. Por los pasillos se susurraba una palabra – “traición” – aquella que desde su propio partido (UCR) le recordaban a diario a Cobos luego que aceptara la vicepresidencia en la fórmula del Frente para la Victoria (PJ), y que ahora comenzaba a escucharse en los sectores peronistas cercanos al gobierno nacional del cual formaba parte. Su entorno, en cambio, hacía otro análisis de la realidad, ellos aseguraban que Cobos les había anticipado su decisión.

El “Julio”⁴⁷ les avisó

Y cumplió, ante el estupor del gobierno, la población y los empleados. Cumplió, votó “no positivo” e internamente igual que en el resto del país generó un alud de rumores. Cansado de sentirse “ninguneado”⁴⁸ y “traicionado”, Cobos reunió por

⁴⁷ Refiere a Julio Cobos, Presidente del Senado y Vicepresidente de la Nación, desde fines del 2007.

⁴⁸ Expresión coloquial que alude a no requerir las opiniones de una persona, cuando en la práctica correspondería por el estatus formal o informal que posee.

separado a los presidentes de los bloques mayoritarios y a su núcleo íntimo y les informó de su decisión la semana anterior a la sesión. Al solicitarles a los presidentes de bloque que llegaran a un acuerdo porque, si tenía que desempatar, según lo establece el artículo 57 de la Constitución Nacional, su voto no acompañaría el proyecto gubernamental ya que no estaba dispuesto a ir en contra de los intereses de quienes lo habían votado⁴⁹, aumentaron las presiones sobre los senadores.

Nadie se sintió ajeno a la cuestión, no hubo tímidos ni indecisos. Cada ciudadano había tomado partido. Cuando la Resolución 125 llegó a la cámara alta⁵⁰ para su debate, la presión sobre cada uno de senadores era muy fuerte. Como en años anteriores se rumoreó que había legisladores que habían recibido “retornos” para que se abstuvieran de votar o lo hicieran a favor del proyecto presidencial. El senador Rached en una entrevista reconoció haber recibido en su celular un mensaje de texto con la frase “pedí lo que quieras”.

Para entonces, la forma de sostener la pulseada desde la Casa Rosada⁵¹ con relación al conflicto y la exacerbación de la opinión pública, había distanciado a Cobos de la Presidenta, motivo que llevó al gobierno a pedirle al Presidente del Senado – Vicepresidente de la Nación – que se ausente del recinto para que asuma la presidencia el Presidente Provisional de la Cámara, el senador José Pampuro, miembro del Frente para la Victoria, partido de la Presidente la Nación, pero Cobos se negó.

⁴⁹ Esta decisión la manifestaron varios funcionarios cercanos a su entorno en los días previos.

⁵⁰ Denominación que suele utilizarse para referirse al Senado de la Nación.

⁵¹ Sede del Poder Ejecutivo Nacional donde se encuentran los despachos del Presidente y Vicepresidente de la Nación. Como el Vicepresidente es a su vez Presidente del Senado, su despacho diario está en el palacio del Congreso Nacional, y en la Casa Rosada trabajan los asesores del Vicepresidente que son los nexos cotidianos con la presidencia.

Recuerdo el impacto de las conversaciones los días previos a la votación cuando un funcionario de su entorno me dijo con total seguridad:

– El Julio no aprueba el manejo que se está haciendo desde el gobierno, el enfrentamiento social y la crispación innecesaria. Nadie lo consultó y ahora le piden que apoye. No respetaron lo acordado... él no gobernó⁵² así.

En esos instantes evoqué aquellos primeros días cuando Cobos asumiera en el Senado, las constantes idas y venidas de los funcionarios a la Casa Rosada. Fue un noviazgo que duró poco, demasiado poco para un gobierno de cuatro años.

En la "casa" en cambio no hubo espacio para analizar la situación, la traición se sintió y se la hicieron sentir a él y a su tropa⁵³, tanto los senadores como el personal vinculado con el partido en el gobierno (PJ). Las opiniones y discusiones encontradas continuaron vigentes mucho tiempo después de su voto y las relaciones con la Presidenta nunca se recompusieron.

Hacia más de dos años del "voto no positivo" de Cobos, cuando en octubre del 2010 la Presidenta de la Nación asimiló al vicepresidente Cobos a los "okupa"⁵⁴. Ese era un sentimiento compartido por muchos dentro de una "casa política" como el Senado.

⁵² Cuando asume como Vicepresidente de la Nación Cobos concluía su mandato como Gobernador de Mendoza.

⁵³ El término alude a las personas que el propio Cobos había designado en el Senado dentro de la planta política o como personal jerárquico.

⁵⁴ En Argentina, denominación que reciben los usurpadores de casas.

“Este tipo tiene que irse”⁵⁵

Esta expresión de un informante no daba lugar a dudas. Durante estos años las frases de los empleados acompañaron dentro de la “casa” la imagen que tenía el Presidente del Senado entre los ciudadanos y referenciaban sus adscripciones partidarias. Así, pasado el estupor de la votación para muchos (principalmente los peronistas) solo quedaba la renuncia decorosa, porque no podía usufructuar un cargo ocupado con votos que no eran propios. Para otros el vacío de poder que padeció desde entonces era el precio que pagaban quienes traicionaban a su partido y a sus principios (básicamente los radicales pero también algunos peronistas). Solo unos pocos opinaban que debía concluir su mandato porque los ciudadanos habían votado una fórmula y los votos – alegaban – no tenían dueño en las democracias modernas. Ésta era obviamente la visión de su “tropa”.

Quedó claro entonces que el ostracismo es tan o más duro fronteras adentro que fuera. Hasta el recambio de senadores de 2009 la soledad de sus funcionarios fue omnipresente, soledad que también se trasladó a los empleados administrativos de la “casa” que cumplían funciones dentro del organigrama de la presidencia. En parte, como consecuencia del alineamiento de la mayoría de los senadores al gobierno nacional, quienes se retiraban de los eventos cuando el vicepresidente llegaba, pero fundamentalmente, por las actitudes de los distintos actores dentro la “casa”. Apareció la sensación de fin de ciclo en una gestión que recién comenzaba. Las críticas se transformaron poco a poco en apatía.

El espacio que debió ocupar un juego político colapsado lo cooptaron los sindicatos, particularmente el gremio más

⁵⁵ La idea de la renuncia de Cobos estuvo presente tanto en las entrevistas realizadas a los empleados peronistas como radicales, ya que con posterioridad a su voto “no positivo”, el acercamiento de Cobos a la UCR sufrió una serie de vicisitudes, por el alto impacto de su imagen positiva entre la población, durante el segundo semestre del 2008 y el año 2009.

poderoso, la Asociación del Personal Legislativo (APL). El diálogo tuvo tres vértices: el Presidente de la Cámara, los bloques partidarios y los sindicatos. Así, se negociaron recategorizaciones para los agentes que formaban parte del personal no jerárquico en dos oportunidades, al comienzo de la gestión en diciembre de 2007 y en diciembre de 2010; se regularizó la situación mediante el pase a planta permanente de un porcentaje importante del personal transitorio con respecto a gestiones anteriores; una parte sustancial del personal contratado de las denominadas áreas no políticas (como las designaciones administrativas efectuadas por los senadores y por la propia gestión), pasaron a revestir como agentes de la planta transitoria; se crearon nuevas estructuras para distintas dependencias de la institución (entre ellas, las comisiones parlamentarias). Durante la gestión de Cobos, los logros obtenidos por las entidades sindicales y su mayor protagonismo son indiscutibles (Ferreño, 2011a). Su mayor capacidad de negociación y cuota de poder también.

La predisposición desde la presidencia de establecer un diálogo con los bloques partidarios y los sindicatos, fue mejorando paulatinamente la relación con algunos despachos y con las diversas direcciones de la institución. Asimismo, el incremento exponencial de la imagen positiva de Cobos y su reincorporación a la UCR redefinió las identidades -aún desde los sectores administrativos - a la histórica polarización radicales-peronistas.

Las consecuencias del voto de Cobos dentro de la cámara exteriorizaron que detrás de la lealtad y la confianza hay principios morales primarios culturales encarnados en instituciones que se sostienen a partir de una doble moralidad; podemos engañar al sistema pero hay un código de honor y un código de comportamiento que domina tanto las relaciones familiares, entre amigos y sociales como las actividades informales. Aquellos que violan esos códigos siempre son castigados, el castigo varía en cada sociedad, dentro de la política argentina quien viola las reglas no escritas es un "traidor".

Expresiones como “traición” u “okupa” vertidas hacia Julio Cobos – incluso por la propia presidenta- a partir de su voto negativo para la sanción de la Resolución 125/2008, nos permiten recurrir a algunas de las categorías que Lomnitz (2001) utiliza. Así, podríamos interpretar que Cobos adscribe o supone que imperan relaciones de intercambio recíprocas, mientras que desde la óptica de la contraparte no las hay; hay en cambio, para los “otros” – la Presidente, el partido peronista, la militancia y gran parte de la opinión pública- subordinación; en consecuencia, Cobos juzgó una relación horizontal, en tanto para los “otros” era vertical.

Conclusiones preliminares

A diferencia de otros estudios efectuados en ámbitos parlamentarios, mi trabajo de campo no comienza durante o inmediatamente después de un evento crítico⁵⁶. La elección de mi objeto de estudio parte del potencial que brindaba investigar la institución desde una mirada antropológica⁵⁷.

Las entrevistas demostraron que la perspectiva que cada agente tiene con respecto a eventos como los investigados, impregnaban la propia mirada política, que a veces resultaba difícil de discriminar de un padrinazgo que, aun cuando no se efectivizase en el presente, formaba parte de su impronta dentro de la institución. Atravesar esa delgada línea puede suponer de acuerdo a las circunstancias ciertos privilegios, pero también el riesgo de quedar a la “intemperie”.

Douglas (1998) considera que una institución funciona como tal cuando recibe el apoyo moral de sus miembros, quienes

⁵⁶ Ver por ejemplo, las etnografías sobre la Asamblea Francesa de Marc Abélès (2001) y la de Carla Costa Teixeira realizada sobre la cámara de diputados brasileña (1995, 1998).

⁵⁷ Agradezco la insistencia de Sabrina Frederic sobre la relevancia del tema y las posibilidades de estudiar el H. Senado.

a través del tiempo le otorgan una previsibilidad en el comportamiento que le permite transmitir escasa información sobre sí misma. Los dos eventos seleccionados manifiestan como rápidamente se aísla o aparte del organismo a quienes se tornan imprevisibles. Tanto el presidente Cobos – con su "voto no positivo" – como el Secretario Parlamentario y los senadores involucrados en la denuncia de cohecho, padecieron las consecuencias de su accionar dentro de la propia "casa".

Lomnitz (2001) plantea que son las propias contradicciones ideológicas de los sistemas formales las que fortalecen la fundamentación de las acciones de amistad y parentesco a expensas de la moralidad oficial. Como relata Pontaquarto, Secretario Parlamentario acusado de entregar a los senadores el dinero de los sobornos "[...] me suspendieron sin goce de haberes en tiempo record [...] cuando uno comienza a alejarse del poder empiezan a aparecer los enemigos" (Pontaquarto, 2005, p. 169, cursiva propia).

Como se expusiera en el informe de la comisión que investigó una denuncia de corrupción en el parlamento brasileño

nenhum corpo legislativo, em nenhum tempo, albergará apenas incorruptíveis, mas todo corpo legislativo, em qualquer parte do mundo e em qualquer tempo, deverá manter sua integridade, conforme determinarem as leis e os costumes [...] a fim de contribuir para o desmantelamento dos esquemas de corrupção no Estado (Costa Teixeira⁵⁸, 1995, p. 2).

Si las irregularidades pueden transformarse de sucesos parlamentarios en eventos políticos y como tales mediante la propia difusión de los propios legisladores y de los medios en eventos críticos, la misma mutación permite limitar el caso y convertirlo en un hecho aislado preservando así la imagen del Congreso (Costa Teixeira, 1998).

⁵⁸ Extraído del informe de la comisión mixta parlamentaria que investigó las denuncias de corrupción en 1994.

Sin embargo, todo cambia para no cambiar nada. El *“ser parte de la casa” es una “cultura que se porta”*. Si como plantea Abélès (2001), la apariencia no distingue a los miembros de la corporación parlamentaria, entonces ¿cómo se logra la diferenciación y estratificación de las personas dentro de la institución? *“Él que no es del lugar se nota por la actitud”*. Los legisladores se mueven y miran desde una posición distinta que el resto, la pose es física, los empleados se mueven con soltura y seguridad, conocen los distintos ámbitos, los códigos y la burocracia que le da vida y de la cual forman parte.

El microcosmos parlamentario nos permite observar cómo en un mundo basado en ritos protocolares donde las figuras estelares son encarnadas por los legisladores, tiene como alma del quehacer institucional a los asesores – verdaderos autores de los proyectos – y a los agentes del organismo.

En Argentina a estas funciones se accede por *“padrinazgo”*. Según Abélès en la Asamblea Nacional (la Cámara de Diputados en Francia), en cambio, son los administradores quienes constituyen un cuerpo de elite -seleccionados por concurso- que encarnan el espíritu del parlamento. Su carrera se da dentro de la Asamblea y su conocimiento de la legislación es indispensable. *El legislador se ve como emisario de un mensaje político y el administrador como un técnico porque no toma posición sobre los temas que estudia*. La pertenencia tan selecta la avalan los datos, con 577 diputados la Asamblea tiene 1282 agentes⁵⁹. El Senado argentino en cambio, con 72 senadores tiene 1858 agentes de planta permanente, 1553 empleados en su planta temporaria (que se supone concluyen su relación laboral al finalizar el mandato del legislador) y 257 contratos de locación de servicios, de personal que puede desempeñar sus funciones en las áreas administrativas, parlamentarias, en la presidencia, en los bloques partidarios o en los despachos⁶⁰.

⁵⁹ Abélès no discrimina si dentro de esa cifra también se encuentran los asesores y el personal contratado por cada legislador (Abélès, 2001).

⁶⁰ Datos consultados por internet el 10.06.2011.

Los administrativos franceses son considerados más expertos que los especialistas, y este capital lo hacen pesar. Pueden así en tanto funcionarios, ser celosamente independientes y neutrales políticamente porque *la excelencia es la excelencia con respecto a la casa donde sirven*. Ellos ven suceder a los legisladores pero están lejos de ser servidores del poder estable e identificable. *Las instituciones son perennes: los diputados pasan ¡los funcionarios quedan!* (Abélès, 2001).

La categoría "casa" para los agentes legislativos franceses supone una identificación y el hecho de formar parte de una elite. En cambio, aquí en Argentina "ser de la casa" implica portar una identidad y efectivizar cotidianamente la pertenencia a la institución donde los saberes que cuentan no son tanto disciplinarios y científicos sino por el contrario de permanencia en el tiempo, un espacio donde nos sentimos seguros, como en "casa".

Una persona no vive aislada, establece su identidad dentro de una comunidad determinada y esa identidad social se construye a partir de la idea de un lugar de origen, de las negociaciones que somos capaces de llevar a cabo y de las redes personales que establecemos. Así, *soy de la casa* implica un "nosotros" diferenciado de los otros: los transitorios, los contratados, los legisladores, los funcionarios de la gestión de turno. *Otros*, tratados como ave de paso – aún cuando todos sean conscientes que la mayoría no tiene esas intenciones –, ante quienes se toma recaudos de manera gentil (y no tanto) y se establece que "aquí mando yo aunque no posea títulos académicos, porque poseo los saberes necesarios para moverme dentro de la institución". Los otros, no tiene pertenencia porque se les niega a quienes no forman parte de un proceso histórico común, construido a través de los años de trabajo compartido, las injusticias sobrellevadas mancomunadamente y la sensación de ser parte de una etapa pasada y como tal "olvidados" por la institución, aunque no por eso dejen de ser *cobijados*.

Los ritos institucionales consagran siempre un orden establecido. La *investidura* (Bourdieu, 1985) de un senador, al dar

a conocer y reconocer, sanciona una diferencia aceptada por el investido y por los demás, ejerciendo así una eficacia simbólica en tanto transforma la persona que consagra al adoptar comportamientos acordes con su representación. Las personas aceptan esta nueva representación y adoptan, en consecuencia, comportamientos acordes a esta investidura.

Instituir una identidad – *pertenecer* – es un acto de comunicación que impone un nombre “*soy de la casa*”, es significar a alguien lo que es y cómo debe conducirse consecuentemente. *Transformarse en portavoz autorizado, implica hablar en nombre de un grupo, naturalizar la diferencia y transformarla en habitus* (Bourdieu, 2007), un reconocimiento universal de la autoridad y de la institución política a la que pertenecen o dicen pertenecer, expresados en el respeto o el tratamiento de acuerdo al título que las personas dicen que portan.

La originalidad del debate parlamentario es que éste es una “batalla” donde el discurso es un pretexto para manifestar las relaciones de fuerza a través de un ritual bien establecido que parece estimular la conflictividad: cubrir la voz del orador de turno, abandonar la sesión, marcan una asociación entre debate y combate y un estilo que últimamente, se trasladó también a los medios. Si en el recinto podemos percibir una teatralización donde los desbordes gestuales y retóricos llegan hasta el paroxismo, se puede entonces suponer que en el *hemiciclo hay una representación de los conflictos*. Pero esta representación no es un ritual vacío y de un formalismo hueco. El intercambio de opiniones, la deliberación pública y las sanciones de las leyes son inseparables de los intereses y de la configuración para los ciudadanos de las relaciones imperantes.

La cámara ejemplifica una “casa” donde las jerarquías reproducen relaciones de fuerzas desiguales y cambiantes – claramente influenciadas por los vientos políticos del momento – marcadas y delimitadas dentro de las distintas áreas laborales. DaMatta expresa el ejercicio de esta autoridad dentro de ámbitos relacionales signados por la lealtad, el parentesco y la amistad

mediante la sentencia "você sabe com quem está falando"⁶¹ (DaMatta, 1997).

Varias veces me interpelaron con esa frase, expresando según las situaciones pertenencia, soberbia o fanfarronería, pero la vez que más me impactó fue cuando simbolizó una amenaza "¿vos sabés con quién estás hablando?"

Bibliografía

ABÉLÈS, M. *Un ethnologue à l'Assemblée*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2001.

_____. (comp.). *Des anthropologues à l'OMC*. Paris: Éditions du CNRS, 2011.

BALANDIER, G. *Antropología política*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 2005.

BEZERRA, M. *Em nome das « bases »: Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BOURDIEU, P. *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

_____. *¿Qué significa hablar?* Madrid: Akal, 1985.

BRUBAKER, R.; COOPER, F. "Más allá de identidad". *Apuntes de investigación del CECYP*, Buenos Aires, n. 7, 2002.

⁶¹ Un interesante análisis a partir de esta frase citada por DaMatta, la encontramos en el ensayo de O'Donnell *¿Y a mí, qué me importa?* (1984). En este trabajo hay una aguda comparación de las características que asumen las relaciones entre los habitantes de dos grandes conglomerados urbanos de la región, uno en Brasil – Río de Janeiro- y otro en Argentina – Buenos Aires-. A partir de descripciones puntuales (como son los ejemplos de los mozos o los porteros de los edificios, por citar algunos de los casos que el autor ejemplifica), O'Donnell va profundizando gradualmente, los rasgos distintivos tanto del régimen político y el sistema democrático de ambos estados, como de las sociedades brasilera y argentina.

- COSTA TEIXEIRA, C. *A hora da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- _____. *Decoro parlamentar a legitimidade da esfera privada no mundo público*, Série Antropologia 176, Brasília, 1995.
- DAMATTA, R. *A Casa & A Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAS, V. *Critical Events. An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1996.
- DOUGLAS, M. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- ELÍAS, N. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERREÑO, L. "'Yo soy de la casa'. Identidad, prácticas y discurso en una 'casa política'". *Ponencia presentada en la IX Reunión de Antropología do Mercosul –RAM*, Curitiba, 2011a.
- _____. "'Yo soy de la casa'. El H. Senado de la Nación: Prácticas y discursos en una 'casa política'". *Ponencia presentada en el X Congreso Argentino de Antropología Social*, Buenos Aires, 2011b.
- GRIMSON, A. *Los límites de la cultura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.
- LOMNITZ, L. "Redes informales de intercambio en sistemas formales: un modelo teórico". *Redes sociales, cultura y poder. Ensayos de antropología latinoamericana*. Segunda reimpresión. México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Social – FLACSO, 2001.
- MAUSS, M. *Ensayo sobre el don. Razón y forma del cambio en las sociedades arcaicas*. Buenos Aires: Katz Editores, 2009.
- O'DONNELL, G. *¿Y a mí, qué me importa? Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1984.

- PONTAQUARTO, M. *El arrepentido. Cómo se hace política en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.
- ROSATO, A. "El hacer política: cotidianeidad y delimitación del dominio político". In: BOIVIN, M.; HEREDIA, B.; ROSATO, A. (comp.). *Política, instituciones y gobierno: abordajes y perspectivas antropológicas sobre el hacer política*. Serie Antropología Política y Económica. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, GIAPER (Grupo de Investigación en Antropología Política y Económica Regional), 2009.
- WEBER, M. *El político y el científico*. Buenos Aires: Ediciones Libertador, 2008.
- _____. *¿Qué es la burocracia?* Buenos Aires: Editorial Leviatán, 1991.
- WIEVIORKA, M. "¿Fin del multiculturalismo?". *Conferencia dictada en la sede del IDAES-UNSAM*, 18 de octubre de 2011.
- WOLF, E. "Relaciones de parentesco, de amistad y patronazgo en las sociedades complejas". In: BANTON, M. (comp.). *Antropología social de las sociedades complejas*. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

Fuentes

- ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina. En: <http://www.senado.gov.ar/web/interes/constitucion/senado.php>.
- DECRETOS PRESIDENCIALES 2/1991, 520/1995, 735/1996, 43/1997, 711/1997, 1047/1998, 727/1999, 1002/2002, 353/2005, 849/2006, 815/2007, 10/10, 467/2010, 974/2010, 975/2010, 977/2010, 978/2010, 979/2010, 69/2011. En <http://www.senado.gov.ar/web/acts/administrativa/decretos.php>.

H. CÁMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN. Comisión Especial Investigadora sobre Hechos Ilícitos Vinculados con el Lavado de Dinero. Sobornos en el Senado. En <http://www1.hcdn.gov.ar/curriculums/pdf/IV%208%20Sobornos.pdf>.

LEY 24.600. En Boletín Oficial 18/12/1995. Estatuto y Escalafón para el Personal del Congreso de la Nación. Reglamentación Ley 24.600.

MEMORIA Y BALANCE GENERAL, 2009-2010. ASOCIACIÓN DEL PERSONAL LEGISLATIVO. Buenos Aires, 2011.

REGLAMENTO DE LA CÁMARA DE SENADORES DE LA NACIÓN. Decreto Resolución 1388/2002 y modificatorios 198/2003, 194/2004 y 38/2008. Secretaría Parlamentaria-Dirección General de Publicaciones, Buenos Aires, 2008.

SENADO DE LA NACIÓN ARGENTINA. En www.senado.gov.ar.

Fuentes consultadas sobre los sobornos vinculados con la sanción de la Ley de Flexibilización Laboral:

Ámbito.com. En www.ambito.com/diario/aw_documentos/archivosdoc/.../id_doc_3758.doc.

BERMÚDEZ, N. *La prueba*. Capítulo 7 “Ensobradores y ensobrados”. En <http://www.voltairenet.org/Ensobradores-y-ensobrados>.

http://www.voltairenet.org/_Norberto-Bermudez_?lang=es.

DIARIO CLARÍN. Edición impresa del 30 de marzo de 2000.

http://www.clarin.com/politica/juicio-coimas-Senado-arrancaria-noviembre_0_487751433.html.

http://www.clarin.com/politica/Suspendieron-fecha-juicio-sobornos-Senado_0_595740458.html.

DIARIO EL PAÍS. En http://www.elpais.com/articulo/ultima/ARGENTINA/3000/noquis/Senado/argentino/elpepiult/20000718elpepiult_1/Tes. Ver artículo vinculado a la nómina del personal del Senado.

DIARIO LA NACIÓN. Artículo que dispara el escándalo y las posteriores investigaciones periodísticas. <http://www.lanacion.com.ar/30830-admitio-un-senador-haber-cobrado-coimas>.

<http://www.lanacion.com.ar/1054224-cobos-despidio-los-restos-de-genoud>.

DIARIO PÁGINA/12.

<http://www.pagina12.com.ar/2000/00-06/00-06-28/pag12.htm>.

<http://www.pagina12.com.ar/2000/00-10/00-10-07/pag03.htm>.

<http://www.pagina12.com.ar/2000/00-07/00-07-07/pag05.htm>.

<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-163456-2011-03-04.html>. Fallecimiento de Manolo Canals.

EL DÍA. Edición internet. En <http://www.eldia.com.ar/ediciones/20000820/elpais0.html>.

<http://www.eldia.com.ar/ediciones/20000820/elpais1.html>.

<http://www.eldia.com.ar/ediciones/20000820/elpais2.html>.

H. CÁMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN. Comisión Especial Investigadora sobre Hechos Ilícitos Vinculados con el Lavado de Dinero. Sobornos en el Senado. En <http://www1.hcdn.gov.ar/curriculums/pdf/IV%208%20Sobornos.pdf>.

LA PÁGINA DE TOMÁS ABRAHAM. Publicaciones. Política. En <http://www.tomasabraham.com.ar/politica/index.htm>.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS. Elevación a juicio. En <http://www.anticorruption.gov.ar/>

documentos/Elevaci%C3%B3n%20a%20juicio%20-%20Senado.pdf.

PARLAMENTARIO.COM. En <http://parlamentario.com/noticia-30684.html>.

PRENSA OBRERA. Semanario del Partido Obrero. En <http://archivo.po.org.ar/po/anteriores33.htm>.

TERRAGNO, R. "La Historia desde adentro". En <http://www.derechos.org/nizkor/corru/doc/terragno1.html>.

WEB PERSONAL DE GRACIELA OCAÑA. Información recopilada en su investigación http://www.gracielaocana.com.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=55.

Fuentes consultadas sobre el Decreto 125/2008:

DIARIO CLARIN. En <http://edant.clarin.com/diario/2008/07/19/elpais/p-01718247.htm>.

http://www.clarin.com/politica/UCR-Julio_Cobos_Elecciones_2011_0_458354393.html.

<http://edant.clarin.com/diario/2008/07/17/um/m-01717007.htm>.

DIARIO LA NACIÓN. En <http://www.lanacion.com.ar/1031390-derogaron-la-polemica-resolucion-125>.

<http://www.lanacion.com.ar/1022280-el-gobierno-envio-el-proyecto-de-las-retenciones-moviles-al-congreso>.

<http://www.lanacion.com.ar/1030670-tras-frenar-las-retenciones-en-el-senado-cobos-dijo-que-no-renunciara>.

DIARIO LOS ANDES. En <http://www.losandes.com.ar/notas/2008/7/17/politica-370083.asp>.

DIARIO MDZ ON LINE. En <http://www.mdzol.com/mdz/nota/58526>.

12221

"Yo soy de la casa". El H. Senado...

DIARIO PÁGINA/12. En <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/104962-33013-2008-05-27.html>.

<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-106229-2008-06-18.html>.

<http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-107291-2008-07-05.html>.

<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-155044-2010-10-15.html>.

DIARIO PERFIL. En http://www.perfil.com/contenidos/2008/06/17/noticia_0074.html.

TRADUÇÃO

APRESENTAÇÃO AO ENSAIO A TRAGÉDIA
DE HEINRICH VON KLEIST, DE GEORG LUKÁCS

*Manoela Hoffmann Oliveira**

O ensaio de Lukács ora traduzido é inédito em língua portuguesa e foi publicado originalmente na revista moscovita *Internationale Literatur* n. 8, em 1937¹. Trata-se de um texto exemplar de Lukács no que se refere ao modo como ele trabalha a crítica literária em um caso particular e à maneira como concebe o *realismo*, noção central em sua estética.

Talvez porque grande parte da obra lukacsiana ainda não esteja disponível em português ou talvez pela própria obscuridade que cerca Kleist, o fato é que um estudo essencial acerca de um autor invulgar permaneceu relativamente desconhecido em nosso meio acadêmico. Esse destino, porém, não é novidade nem no universo kleistiano nem no universo lukacsiano pós *Teoria do Romance* e *História e Consciência de Classe*. Nesse contexto, a presente tradução é ao mesmo tempo uma contribuição à descoberta da obra do grande escritor alemão e também da obra do filósofo húngaro, cujo ápice é atingido na *Estética* e na *Ontologia do Ser Social*.

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

¹ Foi posteriormente reunido a outros ensaios realizados entre 1935 e 1940 (à exceção do ensaio sobre Theodor Fontane, de 1950), no volume intitulado *Deutsche Realisten des 19. Jahrhunderts* [Realistas Alemães do Século XIX].

Bernd Wilhelm Heinrich von Kleist nasceu em 18 de outubro de 1777, na cidade prussiana de Frankfurt an der Oder, e suicidou-se em 11 de novembro de 1811, em Berlim. Em 2011, portanto, os 200 anos de sua morte foram lembrados em todo o mundo com diversas homenagens e eventos. Com a publicação do ensaio de Lukács, a revista *Ideias* rende também nossas deferências ao criador de *O Príncipe de Homburgo*.

Kleist foi contemporâneo, ainda que de geração posterior, de Wieland, Goethe, Schiller e dos irmãos Humboldt. Embora tenha servido ao exército prussiano durante alguns anos e assumido alguns postos burocráticos, notabilizou-se como um dos mais importantes dramaturgos e prosaístas alemães de todos os tempos, ainda que sua atividade como escritor tenha durado apenas 10 anos. Kleist começa a escrever em 1801, aos 24 anos de idade, e inicia a publicação de suas obras somente 5 anos antes de sua morte. Assim, o autor teve o triste destino dos artistas que só se tornam reconhecidos postumamente. Entre as obras kleistianas mais populares estão suas obras-primas (segundo Lukács) *A Bilha Quebrada* e *Michael Kohlhaas*, e ainda *Pentesileia* e *Sobre o Teatro de Marionetes*².

Os rastros da existência de Kleist são escassos, trata-se de um dos únicos escritores da história alemã cuja biografia não passa de um rascunho. Isso se deve, em parte, ao próprio Kleist. Muitos dos seus escritos foram por ele mesmo queimados; sua tragédia *Robert Guiskard*, por exemplo, foi destruída por ele em seu aniversário de 26 anos, durante uma crise criativa em Paris. Dessa obra que pereceu antes de ser terminada restou apenas um fragmento, publicado anos mais tarde por Kleist em seu jornal

² A primeira edição póstuma de suas obras foi organizada por Ludwig Tieck em 1821, contendo *A Batalha de Hermann* e *O Príncipe de Homburgo*. Desde então, outros volumes de obras ainda inéditas foram publicados. Escritos como o autobiográfico *História da minha alma* e um romance parecem, todavia, perdidos para sempre. Preparamos uma lista, que consta no fim desta apresentação, das principais obras de Kleist. As obras publicadas durante a vida de Kleist foram marcadas com um asterisco.

*Phöbus*³. Não obstante, ainda que os detalhes de sua vida e de seu destino trágico permaneçam, talvez para sempre, nas sombras, somos capazes de conhecer a fundo traços importantes de Kleist e de sua época por meio de seus contos, peças, fábulas, anedotas, poemas, cartas, escritos sobre arte, política, filosofia etc, como bem demonstra a análise lukacsiana.

Percebemos que a configuração artística de Kleist (especialmente seus motivos e caracteres) destaca-se de maneira muito veemente e original da de seus predecessores. Fato ainda mais digno de nota se considerarmos a excepcionalidade de tais predecessores e contemporâneos pelos quais, certamente, Kleist também se guiou. Sabemos que Kleist relacionou-se com o velho Wieland, o qual desde cedo se interessou por ele. As cartas de Kleist revelam ainda que ele era íntimo conhecedor de Goethe, leitor de *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*, *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, *Torquato Tasso*, sentindo-se muitas vezes refletido nas obras do grande mestre. “Com pouco exagero apenas, pode-se dizer: o jovem Kleist vive o que o jovem Goethe escreveu” (KLEIST citado em BREUER: 2009, p. 215), escreve o próprio Kleist, em 1799, a Wilhelmine von Zenge (que em 1800, secretamente, torna-se sua noiva).

Ao ler *Pentesileia*, Goethe relegou Kleist ao romantismo. O próprio Lukács intitula Kleist o maior poeta romântico (1953, p. 189). O “aristocrata extraviado” Kleist frequentava os círculos românticos e, politicamente, defendia posições adotadas pelos românticos. A atmosfera de sua literatura e seu miserável fim mostram também como ele movimentava-se em águas românticas. O mundo de Kleist é tempestuoso e confuso, tudo é envolto em contradições e névoas por meio da insegurança que abre abismos entre os indivíduos, que suprime a razão, que conduz ao medo e à contradição interior, dissolvidos e inexoravelmente amalgamados no homem e seu destino.

³ Em 1808. Kleist foi também publicista e fundou com colegas dois jornais, *Phöbus – ein Journal für die Kunst* [um jornal para a arte] (1808-1809) e *Berliner Abendblätter* (1810-1811), que vingaram por poucos meses.

Nas palavras de Thomas Mann, Kleist, porém, é tão “radical na devoção aos seus excêntricos objetos, até a loucura, até a histeria” (1982, p. 496), que não se detém nas fronteiras do romantismo. Estimando o talento daquele que para Lukács veio a ser o precursor do drama moderno da decadência burguesa, Thomas Mann comenta:

O desentendimento com Goethe, que pendia entre a humildade e o ódio, a corrosiva raiva de sua glória, o conflito até mesmo pessoal com aquele que nada quis saber dele trouxeram consigo o envenenamento da vida de Kleist /.../. Inteiramente sem sentido não é, porém, o seu sonho selvagem de arrancá-lo do trono (Idem, p. 510)⁴.

Ainda que Goethe e Schiller tenham orientado suas obras segundo os parâmetros dos antigos, somente Kleist alcançou, em seu *Guiskard*, “o estremeamento originário, o místico arrepio, o pavor sagrado da Grécia antiga” (Idem). Thomas Mann lembra que, para Wieland, “ali estava uma força determinada a preencher uma grande lacuna na literatura dramática alemã” (Idem, p. 501). Após ouvir de Kleist récitas de *Guiskard*, Wieland ficou tão

⁴ Goethe toma contato com Kleist por meio de Adam Müller, sobretudo nos anos 1807 e 1808 (DANKE, OTTO, 1998). O desentendimento entre ambos deu-se por ocasião da primeira representação (em Weimar, 1808) da peça kleistiana *A Bilha Quebrada*, que teve a honra de ser dirigida por Goethe. Kleist não estava presente no dia, o fato, porém, foi que a peça de um único ato foi dividida em três partes, com pausas, prejudicando completamente o bom entendimento do público e impedindo a aclamação de Kleist como grande dramaturgo em seu próprio tempo, como era almejado por ele. Kleist jamais se recuperou desse que foi para ele um duro golpe, nem jamais perdoou Goethe, inclusive o desafiando para um duelo. A favor de Goethe, a literatura especializada comenta que Adam Müller ofereceu uma imagem distorcida de Kleist como um romântico-cristão, fazendo com que Goethe guardasse falsas impressões do jovem poeta (BREUER, 2009).

entusiasmado que a impressão deixada em sua memória, como escreve a Wedekind tempos depois, foi esta:

Eu confesso ao senhor que fiquei espantando, e acredito que não é dizer demais quando lhe asseguro: Se os espíritos de Ésquilo, Sófocles e Shakespeare se reunissem para criar uma tragédia, ela seria a *Morte de Guiskard da Normandia* [*Tod des Guiskards des Normanns*], de Kleist, pressuposto o todo que corresponderia àquilo que ele me deixou ouvir naquela época (citado em STARNES, 1987, p. 126).

E não é só por seus dramas que Kleist é elogiado, seus contos também são muito apreciados. Thomas Mann, que considera a linguagem narrativa de Kleist algo absolutamente singular, eleva *Michael Kohlhaas* (a mais longa narrativa de Kleist) à posição de talvez a mais forte narrativa da literatura alemã de todos os tempos.

A tragédia, no entanto, foi a forma poética fundamental correspondente ao clima literário nos idos de 1800 e à atmosfera pessoal do poeta. Certos traços radicais do período, os quais constituem a própria individualidade de Kleist, desdobraram-se literariamente numa perspectiva que muito se fortaleceu artística e filosoficamente nas décadas subsequentes – com Nietzsche, por exemplo, para o qual Kleist é uma das “figuras-chave da mudança de cânone da literatura alemã” (citado em BREUER, 2009, p. 415), mudança que preparava o anticlassicismo.

É bastante simbólica, portanto, a crise existencial de Kleist logo no início de sua atividade literária, a denominada “crise kantiana”. Em seu ensaio, Lukács esclarece que “Kant exerce sobre ele efeito aniquilador precisamente ali onde, inequivocamente, realizou um trabalho progressista, ou seja, na destruição do conhecimento metafísico de Deus”. Nessa crise de raízes idealistas, o Deus destruído parecia ser, ironicamente, a personificação intangível e mais elevada do homem e da razão, o sustentáculo da visão de mundo kleistiana, e, por fim, seu laço com a própria vida, esta que somente pela certeza de um ser transcendente era

dotada de sentido e que se tornou, desde então, mais temida que ansiada por Kleist.

Surge assim um tipo de arte que “nada tem a ver com formação [*Bildung*], humanidade, bela linha, belo meio, idealidade, grecoísmo winckelmaniano, nem com poesia de ideais moralizantes”, ao contrário, é algo que pertence “à escuridão, ao subterrâneo, ao bárbaro-titânico” (MANN, 1982, p. 502), é a desistência dos ideais humanistas, é a desistência do homem. Esse sentimento de mundo precipitado pela realidade decadente fez com que a apresentação kleistiana do homem tenha sido mais complicada e dada a muitas interpretações, fazendo frente ao robusto tronco do humanismo ocidental ao qual pertencem os mais altos ideais da Grécia clássica, do Renascimento e do Iluminismo.

Na verdade, o que intriga em Kleist parece ser uma certa ambiguidade que ele mantém com o humanismo de seu tempo, a *Aufklärung* alemã. Posteriormente, Theodor Fontane, Heinrich Heine, Franz Kafka, Rainer Maria Rilke e tantos outros ilustres admiradores tão heterogêneos entre si demonstraram que o poder de irradiação de Kleist e a própria essência de sua obra vão além da unilateral perspectiva irracionalista moderna que se tornou tão apreciada nele.

Portanto, não se pode dizer, sem os devidos contrapesos, que Kleist foi anti-humanista, niilista ou romântico. Designar o rumo que sua obra tomou não é uma tarefa simples. O autor é tido como um caso particular que não pode ser facilmente identificado a uma ou outra tradição ou corrente literária, sendo tal pertencimento objeto de disputas. O núcleo da exposição de Lukács, que não por acaso está no volume sobre *realistas* alemães, é justamente o realce das diferentes tendências que convivem em Kleist.

Por meio da análise das obras kleistianas, em conjunto com um preciso delineamento das características-chave da personalidade, da época e da recepção do escritor principalmente nas primeiras décadas do século XX, Lukács desvenda o dramaturgo iniciante que não configurava qualquer fundo

humano-social para as paixões dos indivíduos ou, quando muito, assentava-o de modo meramente formal e abstrato, tanto quanto o poeta amadurecido, cuja arte revela não apenas os conteúdos e objetos sociais das paixões individuais, mas a colisão das potências sociais contraditórias.

Infelizmente, o realismo “trionfou” em poucos momentos na obra de Kleist. Para além de sua própria visão de mundo, outras razões históricas que atravessavam e ultrapassavam a individualidade do poeta, razões que residiam na Alemanha da época, determinaram indelevelmente a obra do artista: “O poder objetivo dessa realidade não foi forte e unívoco o suficiente para converter a tacanhez reacionária e o individualismo decadente de Kleist numa objetiva configuração total da realidade”, mas, “segundo os poucos casos em que a realidade, contra suas intenções, vicejou uma ‘vitória do realismo’, [foi] um dos mais notáveis realistas de toda a literatura alemã” (Lukács).

Lista das principais obras de Kleist:

Drama:

Die Familie Schroffenstein (1801- ?) Tragédia.

Der zerbrochne Krug (1802-1806) Comédia.

* *Amphitryon. Ein Lustspiel nach Molière* (1803? - 1807)

Comédia.

* *Penthesilea* (? - 1806/07) Tragédia.

Robert Guiskard, Herzog der Normänner (fragmento, 1802-?)

Tragédia.

* *Das Käthchen von Heilbronn* (1807-1810) Tragédia.

Die Hermannsschlacht (1808-1809) Tragédia.

Prinz Friedrich von Homburg (1809? - 1811?) Tragédia.

Prosa:

Michael Kohlhaas (1805? - 1810) Conto.

Die Marquise von O... (? - 1807) Conto.

* *Das Erdbeben in Chili* (1805/06 - 1807) Conto.

- * *Die Verlobung in St. Domingo* (1811) Conto.
Das Bettelweib von Locarno (publicado no *Berliner Abendblätter* em 1810) Conto.
Der Findling (1811) Novela.
Die heilige Cäcilie oder die Gewalt der Musik (1810) Conto.
Der Zweikampf (1811) Conto.
Über die allmähliche Verfertigung der Gedanken beim Reden (1805/06) Ensaio.
Über das Marionettentheater (publicado no *Berliner Abendblätter* em 1810) Ensaio.
Unwahrscheinliche Wahrhaftigkeiten (publicado anonimamente no *Berliner Abendblätter* em 1811) Conto.
Empfindungen vor Friedrichs Seelandschaft (publicado no *Berliner Abendblätter* em 1810) Ensaio.

Edições em língua portuguesa:

- A bilha quebrada*. Trad. Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2008.
Anfitrião: uma comédia segundo Molière. Trad. Aires Graça e Anabela Mendes. Lisboa: Cotovia, 1992.
Pentesileia. Trad. Rafael Gomes Filipe. Porto: Porto Ed., 2003.
O Príncipe de Homburgo. Trad. Goulart Nogueira. Lisboa: Ed. Contraponto, s. d. (Coleção Teatro de Bolso).
Michael Kohlhaas – O rebelde. Trad. Egipto Gonçalves. Lisboa: Antígona, 2004.
A Marquesa d'O... e outras estórias. Trad. Cláudia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
O Terremoto no Chile. Trad. José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 1985.
Sobre o teatro de Marionetas e outros escritos. Trad. José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2009.

Bibliografia

Breuer, Ingo (Org.). *Kleist-Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart-Weimar: J. B. Metzler, 2009.

Dahnke, Hans-Dietrich; Otto, Regine. *Personen, Sachen, Begriffe*. Stuttgart-Weimar: J. B. Metzler, 1998.

Lukács, Georg. *Deutsche Literatur in zwei Jahrhunderten*. Berlin: Luchterhand, Band 7, 1964.

_____. Vorwort (1950). In: *Deutsche Realisten des 19. Jahrhunderts*. Berlin: Aufbau-Verlag, 1953.

Mann, Thomas. *Leiden und Größe der Meister*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 1982.

Starnes, Thomas C. *Christoph Martin Wieland. Leben und Werk. Band 3 – Der Dekan des deutschen Parnasses. 1800-1813*. Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1987.

A TRAGÉDIA DE HEINRICH VON KLEIST*

Georg Lukács

Na Alemanha, a literatura moderna vincula-se a Kleist no mais estrito sentido: no sentido de seu decadente desenvolvimento tardio. Kleist vive e cria incompreendido por seus contemporâneos. Sua glória literária inicia relativamente tarde e culmina no período imperialista. Nessa época, ao menos nos círculos literários cultos, ele é o clássico mais popular, sendo percebido como especialmente atual. Sobretudo o drama kleistiano, em elevada medida, é tomado como modelo e suplanta cada vez mais fortemente o schilleriano. Gundolf, por sua vez, apresenta Kleist como o verdadeiro dramaturgo alemão; como um poeta que originariamente se torna dramaturgo por meio de seus instintos primordiais, e não como Lessing, Goethe ou Schiller, a partir de quaisquer complicados rodeios. Mais tarde, o fascismo reafirma essa avaliação. Com os fascistas, o dramaturgo Kleist torna-se o grande antípoda artístico [*gestalterisch*] do humanismo dramático de Goethe e Schiller, o Dionísio germânico entre os dramaturgos, com a ajuda de quem a razão humanista da dramática de Goethe e Schiller pode ser superada.

Essa linha de “atualização” tem determinadas raízes reais na personalidade de Kleist. Aqui, a escrita reacionária da história

* Traduzido de *Die Tragödie Heinrich von Kleists* (1936). In *Deutsche Realisten des 19. Jahrhunderts*. Berlin. Aufbau-Verlag, 1953. Copyright Ferenc Jánossy, 1951. Agradecemos aos herdeiros de Lukács pela gentil autorização desta publicação. A realização da tradução contou com o apoio do CNPq/DAAD e com a revisão técnica de Diego Baptista.

da literatura precisa de ainda menos deturpação, menos recalque, menos omissão que nas construções que querem fazer de Hölderlin ou Büchner, por exemplo, ascendentes das pretensões artísticas reacionárias.

No essencial, Franz Mehring julgou corretamente a personalidade de Kleist ao dizer de passagem, num comentário sobre Treitschke, que Kleist “permaneceu sua vida inteira um oficial prussiano da velha escola”. Mehring sublinha, com razão, o termo “permaneceu”. Ele nega, portanto, o que vários “salvadores” de Kleist de esquerda repetidamente tentaram: que Kleist, em algum momento, tenha-se situado numa oposição real à apodrecida Prússia de seu tempo.

Já na primeira constatação dos traços essenciais de Kleist, temos diante de nós uma drástica contradição: o tenente da antiga Prússia que se tornou, simultaneamente, precursor das tragédias modernas de paixões monomaníacas, da inescapável e desgraçada solidão do homem na sociedade capitalista, o precursor da moderna tragicomédia da histeria, o primeiro iniciador da barbarização dionisíaca da Antiguidade, da aniquilação do humanismo criado pela Antiguidade.

Essas contradições aprofundam-se numa observação mais aproximada de sua personalidade e de seu destino. Kleist representa da maneira mais severa a oposição romântica, com todas as suas tendências reacionárias, contra o humanismo clássico do período weimariano de Goethe e Schiller. Kleist permanece, porém, solitário e incompreendido na época que alçou ao topo, arbitrariamente, representantes medíocres do pensamento e sentimento românticos, do patriotismo tacanho em luta contra França etc. (Adam Müller, Fouqué etc.). Embora adote politicamente uma posição extremo-reacionária e a defenda publicamente com habilidade no *Berliner Abendblätter* (1810/II), Kleist chega a um isolamento completo também politicamente. Desavindo com sua família e desprezado por ela, elogiado de cima, com muitas reservas, pelos românticos (Arnim, Brentano etc.) ligados politicamente a ele de modo muito apático, Kleist morre

miseravelmente às vésperas do levante nacional para a “guerra de libertação”.

A morte de Kleist, um duplo suicídio com uma mulher decidida a morrer por causa de uma doença incurável, intensifica ainda esse caráter excêntrico de sua biografia. Tanto mais porque o duplo suicídio como saída desejada para as contradições insolúveis da vida teve sempre grande papel em Kleist. Há indícios, provenientes de diversos períodos de sua vida, de que o duplo suicídio só não se consumou antes pela ausência de um parceiro submisso. E até mesmo na carta de despedida a Marie von Kleist, amiga de confiança de seu último período, Kleist exprime francamente que só se tornou desleal a ela, só foi à morte com uma outra mulher porque ela, Marie, recusou sua proposta de morrerem juntos.

I

O inconsolável isolamento de todos os homens, a desesperante opacidade do mundo, de todos os acontecimentos no mundo: essa é a atmosfera da tragédia kleistiana na vida e na literatura. Sylvester von Schroffenstein, personagem [*Gestalt*] do primeiro drama de Kleist, talvez expresse esse sentimento do modo mais plástico:

Sou mesmo para você um enigma;
Não é verdade? Então, console-se, Deus para mim é
isso.

O próprio Kleist diz de modo bem similar numa carta posterior: “Não pode ser um espírito mau o que está no vértice do mundo; é meramente um espírito não compreendido!”

Por meio desse sentimento de vida [*Lebensgefühl*], a morte ganha uma forma ao mesmo aterrorizante e sedutora, ela é para Kleist e para os homens criados por ele um abismo sempre mais presente, que ao mesmo tempo atrai e paralisa o sangue. (Posteriormente, Poe e Baudelaire tornaram esse sentimento da

vida conhecido no mundo literário.) Em sua maioria, os efeitos cenicamente trágicos de Kleist relacionam-se à excepcional e expressiva configuração [*Gestaltung*] desse sentimento de vida. De uma tragédia de juventude que foi destruída ou permaneceu como fragmento, apenas uma cena tornou-se conhecida por meio de relatos de contemporâneos do autor: cavaleiros austríacos jogam dados antes da batalha de Sempach. Brincando, eles fazem a aposta de que quem lança preto, tombará na batalha. O primeiro lança preto; risadas gerais e brincadeiras; o segundo, igualmente, obriga ao escárnio, e, finalmente, quando todos haviam lançado preto, surge o terrível vaticínio daquela batalha em que os suíços destruíram o exército de cavaleiros. Tais cenas encontram-se, porém, em todas as tragédias de Kleist. Em *A Batalha de Hermann*, o comandante romano Varus é cercado pelos germânicos. Como intrépido romano, ele quer tomar suas contramedidas. Eis que, subitamente, aparece na floresta uma mandrágora germânica. Reproduzimos abaixo a atmosfera das partes decisivas desse diálogo:

Varus: De onde eu vim?

Mandrágora: Do nada, Quintilius Varus!...

Varus: Para onde eu vou?

Mandrágora: Para o nada, Quintilius Varus!...

Varus: Onde eu estou?...

Mandrágora: A dois passos do túmulo, Quintilius

Varus,

Petrificado entre nada e nada!

A configuração dos homens e seus destinos proveniente desse niilismo radical, dessa tensão entre o pavor da morte e a ânsia por ela, dessa mortal solidão dos homens, dessa separação abismal entre eles, fez a poesia de Kleist extraordinariamente “moderna” nas últimas décadas do mundo capitalista.

Como, entretanto, esse sentimento de mundo [*Weltgefühl*] decadente converge com o aristocratismo conservador de Kleist, com o fato de que ele permaneceu um oficial da velha Prússia?

Abstratamente, a questão parece insolúvel, pois esses polos opostos parecem repelir-se completamente. Porém, como em toda questão, a concretização mostra que na vida os opostos estão atados um ao outro. É uma experiência comum que até mesmo abalos muito profundos do sentimento de mundo, crises espirituais profundas que chegam às raízes do desespero, não têm necessariamente de abalar a posição do homem em sua base social herdada. Ora, se a crise assume de antemão esse caráter, vinculando *imediatamente* o destino puramente individual do homem à pergunta colorida religiosamente e metafisicamente exagerada pelo “sentido do mundo”, essa crise pode até mesmo agir em direção à consolidação e à conservação dos instintos sociais originais do homem. Assim também ocorreu com Kleist.

A vivência kleistiana fundamental da solidão é obviamente derivada da posição (por Kleist mesmo nunca compreendida) do homem na sociedade capitalista. É muito significativo que as descrições mais simples e plásticas que Kleist faz da solidão provenham dos tempos de sua estadia parisiense. São descrições da solidão do homem na metrópole. “Passamos uns pelos outros com frieza; serpentamos nas ruas por entre um amontoado de homens para os quais nada é mais indiferente que seus semelhantes; antes que apreendamos uma visão, ela é suplantada por outras dez; nisso, não nos ligamos a ninguém, ninguém se liga a nós; cumprimentamo-nos uns aos outros educadamente, mas o coração é aqui tão inútil quanto um pulmão sob a campana sem ar, e se, porventura, um sentimento escapa dele, esvai-se como um som de flauta no furacão”.

O conflito sentimental e intelectual com a realidade dessa solidão ocorre em Kleist de modo muito descontínuo e desigual. Todavia, à medida que algo dos fundamentos sociais dos seus sentimentos torna-se consciente para ele, essa consciência só fortalece seu ódio cego e raivoso contra tudo aquilo que é novo, contra o novo mundo da sociedade burguesa que se ergue também na Alemanha. Assim, com ódio, ele observa Paris, a Revolução Francesa, Napoleão, Fichte, Smith, Hardenberg etc. Contudo, esse ódio permanece vago, instintivo, sentimental. Ele nunca

extrapola o horizonte originário de Kleist, o horizonte da velha Prússia. Com o tempo esse ódio cristaliza, isso sim, seus laços já frouxos com a velha Prússia aristocrática e absolutista.

A pintora russa Lisaweta, na profunda e sutil novela de Thomas Mann, chama o artista decadente Tonio Kröger de “burguês extraviado”. Ela quer dizer com isso que todas as tendências de oposição decadente-refinadas afastam (nitidamente, na verdade) Tonio Kröger do burguês mediano; fazem ele parecer estranho, sinistro e até criminoso ao burguês mediano – e, mesmo assim, ele sempre regressa, infalivelmente, à burguesia. Com o mesmo direito, pode-se chamar Heinrich von Kleist de um aristocrata “extraviado” da antiga Prússia.

Esse extravio começou muito cedo em Kleist. Tornado oficial por tradição familiar, ele se sente deslocado no exército friedrichiano em decomposição. Nem guerra nem paz o satisfazem. Ele anseia por comunidade humana, por equilíbrio harmônico de seus instintos com uma visão de mundo. É evidente que aí ele tem de debater, em primeiro plano, com o Iluminismo. Nesse ponto, a influência de Rousseau é determinante para seu desenvolvimento. E é novamente muito característico para a “modernidade” de Kleist que ele seja um dos primeiros (pelo menos na Alemanha) a transmutar a crítica da cultura de Rousseau em uma convicta negação reacionária da sociedade burguesa. Evidentemente, como já vimos, de um modo especificamente alemão. Ora, de modo geral, a fraqueza característica do Iluminismo alemão é que ele despreza a grande crítica social dos franceses, cuja crítica ateísta da religião reconverte em “religião da razão”. Neste solo nasce o rousseauísmo de Kleist, no solo de um Iluminismo arrefecido, particularmente embotado crítico-socialmente. Isso tinha também fortes raízes no círculo aristocrático da Prússia de então; sabemos, por exemplo, que Voltaire e Helvetius constituíam a leitura principal Ulrike, irmã predileta de Kleist.

O debate com o Iluminismo, a tentativa de se forçar uma visão de mundo por meio de apaixonada e arbitraria apropriação da ciência, chega a um súbito desfecho em Kleist por meio da

afamada crise kantiana. A leitura de Kant (ou como pretende Ernst Cassirer, de Fichte) causa um súbito colapso dessas esperanças de Kleist. A essa crise reportam todas as tendências reacionárias e anti-humanistas da teoria literária fascista. Werner Däubel vê em Kant, por exemplo, seguindo o modelo de Paul Ernst, o grande entrave ideológico [*weltanschaulich*] de uma tragédia alemã. Kant estragou, segundo a concepção de Däubel, o Schiller trágico, e a crise-Kant de Kleist representa, portanto, a revolta dos saudáveis instintos germânicos contra esse corpo ocidental-racional estranho. (É muito lamentável que escritores antifascistas, por vezes, também tenham caído nesse constructo reacionário.)

É impossível expor aqui a questão-Kant em toda sua amplitude. Apenas com algumas palavras tem de ser indicado que o debate de Schiller com Kant move-se numa outra linha fundamentalmente diferente da de Kleist. Schiller procura superar o idealismo subjetivo de Kant numa direção idealista objetiva; como teórico, ele se torna um precursor de Hegel, como poeta – apesar de toda oposição das tendências criativas –, um aliado de Goethe. Para Kleist, os grandes problemas repletos de contradições da filosofia kantiana não desempenham absolutamente nenhum papel. Kant exerce sobre ele efeito aniquilador precisamente ali onde, inequivocamente, realizou um trabalho progressista, ou seja, na destruição do conhecimento metafísico de Deus – também em sua diluída forma teuto-iluminista. Antes desse período de crise, Kleist construía convenientemente para si uma visão de mundo cujo núcleo era um tipo de transmigração espiritual, a continuação do aperfeiçoamento humano-moral do indivíduo depois da morte. Essa visão de mundo esfacela-se no contato com Kant. Em suas cartas à noiva e à irmã, Kleist queixa-se do vazio e da desorientação assim surgidos: “O pensamento de que nós, aqui sobre a terra, da verdade nada, absolutamente nada sabemos, de que o que aqui chamamos verdade significa algo totalmente diferente depois da morte, e de que, conseqüentemente, o esforço é completamente inútil e estéril, esse pensamento abalou-me no santuário da minha alma”.

Trata-se da relação *imediate* do indivíduo Kleist com o universo, com Deus personificado. O próprio Kleist descreve os problemas típicos – trata-se disso nele – sempre com a maior sinceridade e com grande plasticidade. Logo após a crise kantiana, ele viaja com sua irmã para Paris. No caminho, acontece um acidente de carruagem do qual eles felizmente escapam. Kleist escreve sobre isso à noiva: “Portanto, em um zurro de asno pendia uma vida humana! E se [a vida] houvesse acabado, eu teria vivido *por isso*? Essa teria sido a intenção do criador nesta obscura e enigmática vida terrena? Isso que eu deveria aprender e realizar e nada mais – ? ... Quem pode saber por que o céu a prolongou?” Por conseguinte, é claro que a crise kantiana apenas estremeceu em Kleist um protestantismo (relação imediata da alma humana com Deus) algo alterado de modo iluminista.

Dessa crise surge, então, o niilismo radical que já conhecemos, a mistura kleistiana de pavor da morte e anseio por ela. É muito interessante observar como a estrutura fundamental da relação de Kleist com o mundo se reproduz, sempre de modo renovado, em todas essas crises. Isto é, a indagação pelo imediato e absoluto sentido de mundo do indivíduo Kleist tal como esse indivíduo existe naquele instante. Todos os elos intermediários, todas as mediações, em especial as sociais, são radicalmente apagadas pelo sentimento de Kleist. A transmutação de suas esperanças em desespero radical não altera as bases tacanho-religiosas de seu questionamento fundamental. Justamente esse tipo de crise espiritual tornou Kleist muito popular nos últimos tempos, no período em que o nível ideológico burguês atinge sua mais profunda decadência; justamente nesse período, aparecem como algo especialmente “profundo” semelhantes crises, as quais, subjetivamente, são percebidas de modo autêntico, mas, objetivamente, são infantis.

Com tudo isso, já temos diante de nós claros contornos do sentimento de mundo de Kleist. Vemos como ele estreita o problema do humanismo daquele tempo nos limites de numa psicologia monomaniaco-individual e como ele vivencia os assim resultantes problemas aparentes com pathos selvagem e fervor

religioso. A nota especial de seu desenvolvimento após a crise kantiana é que ele, então, passa a depreciar com todos os meios a razão, que a seus olhos não se adequa ao conhecimento essencial, isto é, ao conhecimento do sentido de mundo de sua própria individualidade. O combate à razão conduz a uma exaltação do sentimento inconsciente, do instinto, ao desprezo de toda consciência. “Todo primeiro movimento, todo involuntário é belo, e tudo é enviesado e bizarro tão logo se compreenda a si mesmo”.

O patético dessa hipertensão do sentimento em Kleist é, somente por isso, intensificado até a histeria, até a monomania, pois não se trata mais de um sentimento verdadeiramente ingênuo, de uma verdadeira certeza instintiva. Ele acredita que seus sentimentos estão constantemente ameaçados. Ele luta continuamente contra essa ameaça. Pois, agora, só o sentimento pode servir-lhe como bússola na vida, e ele percebe ininterruptamente, ainda que de maneira muito vaga, que esse sentimento não pode ser um guia confiável. “Não confunda meu sentimento”, diz o Hermann de Kleist quando se lhe exige uma decisão política. E todos os heróis de Kleist vivem – tais qual seu poeta – oniricamente fechados em si mesmos, um estado que os permite intensificar suas paixões no monomaniaco adentro, por assim dizer, no vácuo do Eu situado em si mesmo. Mas a vaga consciência do mundo exterior está sempre presente neles. Eles tremem incessantemente perante um despertar do sonho e sentem vagamente que um tal despertar é inevitável.

É exatamente, porém, nessa monomania patética e por meio dela que o “velho Adão” da aristocracia prussiana é mais vigorosamente conservado em Kleist. Certamente, seus traços decadentes têm efeitos cada vez mais sombrios sobre os pares medíocres, até mesmo sobre a irmã. Isso não impede, entretanto, que esses traços tornem-se em Kleist sempre mais fixos, mais retraídos, mais renitentes: como instintos pateticamente glorificados, tragicamente idealizados, de um aristocrata prussiano “extraviado”.

A derrocada da Prússia na Batalha de Jena (1806) penetra de repente nesse mundo sentimental associal de Kleist. Essa

derrocada desencadeia nele, como na maioria dos seus contemporâneos, uma importante crise. Na confusa época que se segue à preparação para a insurgência nacional contra a França napoleônica, emergem com força total os instintos política e socialmente reacionários de Kleist. A reação de Kleist aos acontecimentos é uma fúria obstinada contra todos os franceses, um nacionalismo cego de raiva. Ele sonha com atentados contra Napoleão. Com um sentimento arrebatadamente autêntico, escreve solenes poemas da revolta nos quais o povo alemão é exortado a trucidar os franceses como cães raivosos, como bestas infestas. Ele escreve *A Batalha de Hermann*, seu primeiro drama que tematicamente transcende a configuração das paixões subjetivas; o único drama alemão dessa época no qual o anseio de libertação dos alemães – apesar de todos os conteúdos reacionários – é configurado de maneira grandiosa. Ele afirma-se como publicista e se torna redator do *Berliner Abendblätter*. Aqui ele luta junto a todos os protagonistas da reação romântico-aristocrática – Armin, Brentano, Adam Müller etc. – contra os planos de reforma de Hardenberg. Faz de seu jornal um órgão da facção aristocrática contra as reformas de Stein, Scharnhorst e Gneisenau.

Essa tomada de posição de Kleist contra o partido prussiano da reforma, cuja contraditoriedade interna e ambivalência não poderiam ser analisadas no espaço deste ensaio, indica muito claramente sua tendência reacionária. Se os planos de Scharnhorst e Gneisenau foram em seu núcleo ainda muito contraditórios, ingênuos e utópicos, as reformas que impuseram, embora muito moderadas e comprometidas, forneceram, porém, a única possibilidade de formar um exército prussiano que mais tarde foi capaz de medir-se vitoriosamente com Napoleão. A política de Kleist e seus partidários teria inevitavelmente levado a uma nova Jena.

No entanto, visto do prisma do homem e do poeta Kleist, esse desenvolvimento é um grande passo adiante. Pela primeira vez, Kleist é tocado no âmago por problemas nacionais, gerais,

sociais. Pela primeira vez em sua vida, ele atua dentro de uma comunidade. O “extraviado” encontrou seu lar.

O encontro do lar deveria ser posto, certamente, de novo entre aspas. Para os autênticos aristocratas, Kleist permanece um literato degenerado. Para sua família, também. Quando Kleist visitou sua família após o fracasso do *Abendblätter*, escreve a Marie von Kleist sobre a impressão deixada pelo encontro dizendo que preferiria morrer dez vezes a vivenciar semelhante reunião novamente. Para o governo que sufocou a facção aristocrática do *Abendblätter* por meio de implacável manipulação da censura, o tenente reformado Kleist não passava de um peticionário impertinente. Para os aliados, um excêntrico esquisito. Os comentários de Arnim e Brentano sobre ele são muito reservados e evasivos; o elogio deles é escasso e mesclado a tão grandes ressalvas que isso repercute hoje de modo decididamente estranho frente a enorme supremacia literária de Kleist sobre ambos.

Kleist naufragou pública e privadamente. A Prússia aliou-se com Napoleão para a campanha russa. O partido da guerra contra Napoleão sofreu uma derrota.

Não se trata aqui de escolher o motivo principal dentre os muitos que levaram Kleist ao suicídio após essa derrocada. Cada um bastou para que sua vida ulterior lhe parecesse inviável.

Kleist morreu, porém, no ápice de sua maturidade poética. Seu último drama, *O Príncipe de Homburgo*, é um passo mais largo adiante na medida em que as paixões das pessoas não têm apenas – como em *A Batalha de Hermann* – um conteúdo e um objeto nacional e social. No último drama, Kleist configura pela primeira vez um conflito entre indivíduo e sociedade, um conflito das forças sociais contraditórias. Porém, seu aristocratismo prussiano aparece em sua maior nitidez justamente nesse apogeu dramático de seu desenvolvimento: o poder social objetivo que ele configura e exalta é o velho prussianismo.

II

Em sua psicologia, os dramas de Kleist e também suas novelas baseiam-se, sem exceção, na solidão solipsista das paixões humanas e, por consequência, na insuperável *desconfiança* que os homens de sua literatura sentem uns pelos outros. Que todas as obras de Kleist estejam repletas do anseio ardente, porém irrealizável, de romper os confins da solidão, de superar a *desconfiança*, só acentua de maneira ainda mais aguda esse estado, já que, em Kleist, esse anseio está necessariamente condenado ao fracasso. Correspondentes a esse fundamento psicológico são, no que se refere à ação [*handlungsmäßig*], os dramas e novelas de Kleist construídos sobre a base da fraude, do mal-entendido e do autoengano. O esquema do enredo [*Handlung*] é sempre o ininterrupto desmascaramento desses mal-entendidos, mas de um modo muito original e complicado. A saber, de maneira que cada desmascaramento faz ainda mais opaco o emaranhado dos mal-entendidos, que cada passo adiante torna sempre mais fechado o cipoal dos mal-entendidos e somente a catástrofe final – frequentemente de um modo súbito e direto – revela a verdadeira realidade.

A primeira obra de Kleist, *A Família Schroffenstein*, mostra todas essas tendências numa forma já claramente desenvolvida e artisticamente madura. Esse drama diferencia-se muito explicitamente de outras obras de estreia por mostrar artisticamente, sobretudo dramático-tecnicamente, uma extraordinária maturidade. A juventude do autor expressa-se tão-somente quando os específicos problemas kleistianos aparecem inteiramente desnudados, sem qualquer fundo humano-social, sem a tentativa de configurar uma base real para eles. O mundo medieval, a cavalaria, o conflito sangrento entre ambos os ramos da família Schroffenstein são assinalados de modo meramente convencional, são reduzidos ao mero tecnicamente necessário à ação.

Tematicamente, esse drama coloca-se muito perto do *Romeu e Julieta*, de Shakespeare. Mas justamente esse parentesco temático é bastante apropriado para iluminar a originalidade da concepção

kleistiana. A diferença sobressai já na condução da ação. Em Shakespeare, há um conflito sangrento real entre ambas as casas (Teobaldo mata Mercúrio; Romeu, Teobaldo), isto é, em relação real com o conflito familiar. Em Kleist, o assassinato que leva o enredo ao desfecho não é um verdadeiro resultado do conflito entre os ramos familiares, ao contrário, apenas é interpretado desse modo pelos envolvidos. A vingança de sangue que se passa antes em razão desse mal-entendido engendra então uma linha de mal-entendidos semelhantes que se esclarecem apenas no fim. Somente no desfecho os remanescentes chefes das famílias veem que se arruinaram mutuamente por nada, exterminaram reciprocamente seus filhos por nada. Em Shakespeare, além disso, trata-se de um conflito trágico entre a nova paixão humanista – o direito ao amor individual – e o barbarismo medieval da vingança de sangue. Em Kleist, trata-se da configuração da “predestinalidade” [*Schicksalshaftigkeit*] que se desenvolve partindo da intrincada linha de mal-entendidos.

Essa diferença fundamental reflete-se na psicologia dos protagonistas, dos amantes das famílias inimigas. O amor entre Romeu e Julieta é uma paixão eruptiva que arrasta tudo, que, considerada por si mesma, é absolutamente pura e aproblemática, que exclusivamente em razão do conflito social leva à tragédia. Kleist inocula a desconfiança geral mesma na psicologia dos amantes. Eles exigem um do outro, de modo autenticamente kleistiano, absoluta confiança, mas sua relação é ininterruptamente envolta em desconfiança recíproca. Em Shakespeare, surge a magistral atmosfera trágica: a paixão dos amantes varre os poderes destroços do feudalismo como uma purificante tempestade; a tragédia amorosa individual resulta – sem comentário enunciado – numa enorme perspectiva libertadora do desenvolvimento da humanidade. Em Kleist, ao contrário, surge uma atmosfera prenhe de tempestades, abafada e vaga, uma mistura de erupção de vagos sentimentos apaixonados com reflexões autodilacerantes, afiadas e exageradas.

Essa construção do enredo aproxima a primeira obra de Kleist da “tragédia de destino” muito em voga na época. Os

historiadores burgueses da literatura quebram a cabeça a respeito de quando e onde surgiu a tragédia de destino, se já se pode contar entre elas *A Noiva de Messina*, de Schiller. Quando se considera um pouco mais de perto o contexto ideológico da “tragédia de destino”, vê-se então de modo absolutamente claro a necessidade incompreendida e fetichista dos acontecimentos sociais no capitalismo nascente. No início do desenvolvimento capitalista, quando a representação religiosa primitivo-medieval da intervenção direta de um bondoso Deus criador no curso do mundo desmoronou, surgiu a mitologia calvinista da incognoscível predeterminação dos destinos humanos (predestinação), a mitologia do Deus oculto. No período de crise ideológica [*ideologisch*] em que Kleist viveu, essa concepção mitologizada do incompreensível curso do mundo recebe sua forma estética na chamada “tragédia de destino”.

A necessidade, sobretudo apenas humana, desse destino, caminhando cegamente, de modo aparentemente implacável, revela-se esteticamente como aparência enganadora. Hebbel escreve muito acertadamente sobre *A Noiva de Messina*: “Por que acontece tudo isso? O que é lavado com esse sangue? /.../ Pergunta-se em vão! Na peça, o destino joga cabra-cega com o homem”. Essa crítica de Hebbel acerta em cheio o drama kleistiano.

Apesar disso, seria errado, porém, julgar mecanicamente os vários “dramas de destino” desse período através de um esquema. Para Schiller, o tema do destino consistia em como a necessidade sócio-histórica enreda o homem em culpa sem sua vontade, até mesmo contra sua intenção. Por isso, no *Wallenstein*, ele pôde levar esse sentimento de mundo a uma expressão adequada, e apenas a configuração nuamente abstrata, abstraída do social, de *A Noiva de Messina* seguiu para tais consequências absurdas. Essa absurdidade, que em Schiller necessariamente se concentra apenas num episódico experimento, constitui o problema central da configuração romântica do tema do destino. Em Zacharias Werner – para tomar um dos mais significativos –, essa compleição do destino pura e simplesmente sem sentido e inconcebível é o único tema. Todas as mediações sócio-humanas

são apagadas, a necessidade do presente capitalista dissipa-se num “mundo” exagerado de maneira cego-fatalista. Propositadamente, os portadores do destino fatal representado são puras exterioridades (certas datas, certos objetos).

A concepção de Kleist difere tanto da de Schiller quanto da dos românticos, embora o fundamento social comum da concepção engendre também determinados traços estéticos comuns. Porque em Kleist, como vimos, a psicologia individual do homem é o elo de ligação para a efetividade do destino fatal. Justamente por meio dessa concepção, Kleist tornou-se o precursor dos dramas modernos em sentido estrito. O fatalismo que eventualmente domina nos dramas do último Strindberg tem uma estrutura muito similar, uma mistura artística muito semelhante de atormentada psicologia individual e fatalista mística do destino.

Os problemas dramáticos fundamentais da composição de *A Família Schrockenstein* formam também o esquema dos dramas posteriores de Kleist. Em toda parte somos confrontados com segredos fatais semelhantes. Isto é: com situações inexplicadas que se desenvolvem no sentido da confusão devido à desconfiança recíproca e insuperável dos homens e somente no trágico desfecho podem subitamente ser esclarecidas. Mas, porque domina em Kleist a plena unidade de seu sentimento de mundo entre essa condução da ação e a psicologia de suas personagens, porque, portanto, psicologia e condução da ação não somente se coordenam, mas se originam espontaneamente da mesma fonte de sentimentos, surge algo de orgânico e de original.

A composição dramática de Kleist está no polo diametralmente oposto ao modo de composição antigo. As chamadas “cenas de reconhecimento” clássicas, das quais fala Aristóteles e que também desempenham um grande papel na dramática shakespeariana, são sempre revelações de um nexó desconhecido, porém racional. O caminho no qual elas se entrecruzam leva da escuridão à claridade, da confusão à clareza, mesmo quando a luz final é a inclemente elucidação da contradição insolúvel. Contudo, nos gregos e em Shakespeare, essa insolubilidade é claramente configurada como encruzilhada

significativa do desenvolvimento histórico da humanidade. Por detrás de sua insolúvel contraditoriedade, insere-se a real contradição do progresso humano. Em Kleist, cada “cena de reconhecimento” somente se embrenha mais profundamente nas perturbações. Ela possibilita eliminar um mal-entendido entre os homens do drama, mas, ao mesmo tempo, cria um novo mal-entendido mais profundo e ainda mais fatídico. As “cenas de reconhecimento” não desvendam a dialética sócio-histórica do progresso, mas apenas o abismo espiritual que se abre sempre mais fundo entre os homens solitários do mundo kleistiano.

No curso do desenvolvimento de Kleist, os conflitos por ele configurados tornam-se sempre mais significativos, tanto externa quanto internamente. O peso humano das pessoas agentes [*handelnd*] aumenta continuamente, suas paixões são configuradas de modo mais forte, intenso, rico e múltiplo. Em seu grande fragmento *Guiskard*, Kleist procura dar uma expressão humana e historicamente significativa da sua concepção de destino. O destino que ameaça o líder normando Guiskard é: a peste. O “segredo” kleistiano no enredo do fragmento é que o próprio Guiskard adoece da peste, mas sua doença é mantida em rigoroso sigilo. Aqui, Kleist quis conferir à sua concepção de destino uma simplicidade, grandeza e generalidade antigas. Nas cenas introdutórias conservadas, ele atingiu de fato rara magnificência jamais havida comumente nele ou em todo o drama da época mais recente.

Pergunta-se, porém, se a luta vã de Kleist com esse tema, a qual, por fim, conduziu o poeta ao colapso, a uma tentativa de suicídio, à destruição do manuscrito inédito existente, não se relaciona com a essência do tema. Também no *Édipo* de Sófocles – o modelo evidente desse drama – domina a peste. Em Sófocles, todavia, relativamente à atmosfera e ao enredo, a peste é somente ponto de partida da ação, é apenas ensejo provocador da verdadeira tragédia de Édipo que se passa num plano completamente diferente. Em Kleist, entretanto, a doença é o verdadeiro antagonista do herói. E porque esse “opponente” não é um poder social, ele não pode corporificar-se num antagonista

pessoal, não pode condensar a ação dramática. Guiskard luta com um antagonista invisível, fantasmagórico.

A debilidade fundamental da visão de mundo kleistiana – que foi tomada como especial “profundidade” –, ou seja, a omissão de todas as mediações sociais, o confronto direto de homem e destino (isto é, de potências sociais mítico-fetichizadas impelidas ao associal), impossibilitou a configuração dramática dessa tragédia. A profunda indiferença do Kleist de então frente aos acontecimentos sócio-históricos de sua época manifesta-se em sua tentativa de suicídio depois que ele fracassou em *Guiskard*. Embora já naquela época ele tenha cismado de modo totalmente hostil com Napoleão, quer alistar-se como voluntário na sua frota expedicionária planejada contra a Inglaterra e sonha com uma ligação de sua morte ao grandioso naufrágio da frota napoleônica. Para Kleist, os acontecimentos históricos formam apenas um cenário de conteúdo indiferente ao seu destino puramente individual.

Os grandes dramas da paixão erótica que se seguem ao desastre de *Guiskard* (*Anfitrião*, *Pentesilea* e *Käthchen de Heilbronn*) prosseguem na mesma direção subjetivista. Nunca se encontra no centro do drama um conflito entre as forças sócio-históricas objetivas ou o conflito da paixão individual com tal força social objetiva. Ao contrário, a dialética interior de paixões puramente subjetivas e eróticas é impulsionada ao centro do drama de modo inteiramente consciente e radical.

Kleist, entretanto, evoluiu artisticamente de modo substancial desde *A Família Schroffenstein*, agora ele não pode mais se contentar com a ambiência meramente convencional do primeiro drama. Na verdade, em *Käthchen de Heilbronn*, o mundo da cavalaria medieval é também delineado com traços um tanto convencionais, mas aqui os elementos fantástico-fabulosos da psicologia e da condução da ação dão ao todo, mesmo assim, um outro colorido muito mais vivo do que o que havia no primeiro drama. Nos outros dois dramas eróticos, Kleist segue um caminho novo e repleto de conseqüências para o drama alemão. Para poder representar de modo realmente plástico as paixões individuais

completamente excêntricas, intensificadas até o monomaniaco, ele cria nesses dramas, como base e plano de fundo, um mundo social “próprio”, por ele mesmo inventado, oportunamente construído para finalidades específicas. Especialmente o estado das amazonas em *Pentesileia* é um tal mundo exótico: a paixão de Pentesileia não brota de um mundo determinado, como as paixões em Shakespeare e Goethe. A paixão de Pentesileia é o produto da alma fechada e solitária do isolado Kleist, do poeta que se isola encapsulado em si mesmo. E – totalmente ao contrário dos grandes poetas do passado – é então imputado a essa paixão um “meio social” a ela ajustado e dela “esclarecedor”.

Kleist só tem um precursor a esse respeito no drama alemão, precisamente *A Noiva de Messina*, de Schiller, obra em que foi apropriadamente construída, para os fins da concepção schilleriana de destino, uma mistura fantástica de Oriente, Antiguidade e Idade Média. No drama alemão posterior, essa forma artificial de ambientação sócio-histórica e essa engenhosa inversão da relação de sociedade e paixão desempenham um papel muito importante. Pense-se apenas em *Gyges e seu Anel*, de Hebbel, em *Libussa*, de Grillparzer etc. Entretanto, o efeito dessa forma de construção dramática vai muito além do âmbito mais estreito. Em Kleist, porém, esse modo de composição deriva do esforço em criar um contexto social para uma paixão completamente excêntrica. Com a propagação dos sentimentos decadentes por amplas camadas da burguesia, esse modo de estilização tornou-se em parte supérfluo, ao menos exteriormente. Ele pôde ser substituído porque os problemas internos de um meio realmente existente, constituído pelos excêntricos sentimentais mais estrepitosamente decadentes e artisticamente isolado da vida total da sociedade, foram exagerados no sentido dos grandes confrontos entre homem e destino. O mundo “especial” da excentricidade sentimental não é mais, portanto, construído e estilizado pelo artista, mas sim, passou a ser produzido pelo próprio capitalismo. Essa “proximidade da vida”, no entanto, existe apenas aparentemente. Pois tais círculos de excêntricos são ainda mais hermeticamente isolados dos grandes problemas da vida social

do que seus precursores artificialmente criados daquela época. Ali, trata-se ainda de verdadeiras questões vitais distorcidas de modo subjetivista; aqui, tudo se reduz a curiosas especificidades de *outsiders* que estão completamente apartados da vida social. Nesse sentido, dramas como *O Espírito da Terra* e *A Caixa de Pandora*, de Wedekind, são bisnetos modernos, obviamente pequenos e subalternos, desse período da dramática kleistiana.

Contudo, para além desse modo formal-composicional da construção dramática, *Anfitrião* e *Pentesileia* representam, ainda sob outro aspecto, uma guinada na história do drama alemão. Sua temática é retirada da Antiguidade, mas esses dramas modernizam a Antiguidade, *desumanizam-na*: inserem na Antiguidade a anarquia sentimental de uma nova barbárie nascente. Kleist é aqui o precursor daquelas tendências que atingiram seu clímax, teoricamente, em Nietzsche, e em termos prático-dramáticos, no período imperialista, aproximadamente na “*Elektra*”, de Hofmannsthal. (Talvez não seja preciso acentuar particularmente que o clímax, aqui, diz respeito à barbarização da Antiguidade e não ao sentido estético; esteticamente, Hofmannsthal está tão profundamente abaixo de Kleist que uma comparação ultrajaria a memória deste).

Também a esse respeito, *Pentesileia* é um produto típico dessa fase do desenvolvimento kleistiano, na medida em que Kleist acentua e sublinha aqui, do modo mais radical e mais consequente, o caráter puro e subjetivamente monomaniaco da paixão individual. *Pentesileia* e suas amazonas irrompem como um disparatado turbilhão no meio da guerra de Troia. Nem gregos nem troianos sabem a favor de quem ou contra quem as amazonas lutam. E dentro dessa luta colérica absurda, *Pentesileia* separa-se das amazonas; Aquiles, dos gregos. Eles representam sua tragédia de amor e ódio de amantes no vácuo do isolamento de seu povo, no vácuo da solidão e dos mal-entendidos recíprocos. O grandioso-grotesco desse drama repousa no fato de que um exército completo, com todos os seus carros de batalha, elefantes etc., desempenha o papel de mero adereço. A furiosa *Pentesileia* lança seu exército contra Aquiles de maneira semelhante àquela

com que o desesperado capitão em Strindberg arremessa a lâmpada contra sua mulher.

Kleist realça por repetidas vezes e de modo enérgico esse caráter puramente subjetivo da necessidade dramática comandante na peça. Pentesileia e as amazonas deveriam, por exemplo, fugir dos gregos:

Meroe: Era impossível para ela fugir?

Alta-Sacerdotisa: Impossível,

Porque nada do exterior, nenhum destino, a detém

Senão seu estulto coração –

Prothoe: Esse é seu destino!

Porque agora ambos os protagonistas estão isolados de seu meio e também um do outro pela paixão, já que ambos estão completamente enclausurados em sua monomania, a ação só pode reconstituir-se (de modo autenticamente kleistiano) na cadeia de grandes mal-entendidos. A derrotada Pentesileia vê-se como vitoriosa na luta com Aquiles, e baseado nisso, Aquiles está pronto para representar junto a ela a grande cena de amor. Quando esse logro é desmascarado e Pentesileia, furiosa, bufa pela vingança, Aquiles, cego de amor, acredita que o duelo com ela é apenas uma farsa que serve somente para cumprir as leis das amazonas, de modo a torná-lo, agora que está realmente vencido, o feliz esposo de Pentesileia. E, então, Aquiles cai nesse duelo. Pentesileia, despertada da embriaguez de sangue, comete suicídio.

O avivamento do sentimento patriótico em Kleist na época de sua luta contra a França napoleônica confere a seus dramas um novo caráter objetivo: eles já configuram significativas questões nacionais. Observa-se em Kleist, nesse período, um decisivo desenvolvimento ascendente. Embora *A Batalha de Hermann* seja ainda, no essencial, o drama kleistiano de velho tipo, a paixão do protagonista já contém um tema nacional objetivo: a libertação dos germanos do jugo dos romanos. O emaranhado dos mal-entendidos e enganos, a partir do qual, também aqui, a ação é estruturada, obtém, assim, um novo caráter: trata-se de uma consciente e astuciosa desorientação dos

romanos por Hermann, de uma cadeia dos enganos conspiratórios aplicada de modo bem-sucedido. Por isso, a desilusão trágica kleistiana deriva desses enganos apenas ocasionalmente. Somente no episódio Thusnelda-Ventidius ela constitui o centro. E é extraordinariamente significativo para a poesia de Kleist que aqui tenha havido uma premonição da tragédia homem-mulher hebbel-ibseniana: a revolta da mulher por ser tratada pelo homem amado como “coisa” (Hebbel) e a forma de manifestação da desilusão trágica – Thusnelda jogar Ventidius como refeição a um urso faminto – são o Kleist mais autêntico. Justamente em consequência do ódio nacionalista em que esse episódio amoroso é encenado, concentram-se aqui todas as contradições da poesia kleistiana: moderníssimos apuramento e dialética de sentimentos com a barbárie mais extrema e cruelmente requintada.

O Príncipe de Homburgo é o primeiro e único drama de Kleist com um conflito entre indivíduo e sociedade. A participação na obra de libertação nacional reflete-se aqui na evolução dramática quando Kleist, também nessas lutas, adere ao lado mais reacionário. Pois a questão dramática, o conflito de *O Príncipe de Homburgo*, está intimamente relacionada aos esforços dos reformadores prussianos, à tentativa de uma renovação interna da Prússia por meio do sentimento nacional despertado.

Contudo, justamente aqui se revelam as consequências poéticas do velho aristocratism prussiano de Kleist. A renovação do prussianismo por meio do sentimento não tem nele nenhum conteúdo objetivo-histórico, permanece uma revolta subjetivo-individualista e depois avulta-se em afirmação e exaltação subjetivo-individualista. As aspirações de Stein, Scharnhorst e Gneisenau traziam indubitavelmente consigo aquela mistura de “reação e regeneração” da qual fala Marx como a característica comum a todos os levantes contra a França napoleônica. Nesse sentido, seus planos de renovação da Prússia eram utópicos e cheios de contradição. Se Gneisenau escreve, porém, num memorando ao rei da Prússia: “a segurança do trono está fundada em poesia”, então ele sustenta com isso algo de político-

socialmente concreto: a autêntica e almejada exaltação nacional por meio de reformas, o fim da apatia que até então se encontrava a população diante do reinado absolutista.

Como sabemos, Kleist foi hostil a todas essas reformas. (Sua simpatia pessoal por Gneisenau em nada altera esse fato.) Por isso, ele pôde configurar somente a enrijecida velha Prússia como universo social. E de fato essa antiga Prússia, a Prússia do “grande príncipe eleitor”, afirma-se no drama não apenas como poder social, mas é glorificada no fim do drama exatamente como tal, como a velha Prússia, sem ter experimentado uma mudança.

Diante desse mundo está paixão meramente individual, encerrada em si mesma de modo solipsista, do príncipe de Homburgo. É muito característico para Kleist que a quebra da disciplina militar de seu herói, o conflito central do drama, seja em grande medida motivada individual-psicologicamente, mas não lhe seja conferida nenhum conteúdo objetivo-elementar. Primeiramente, ele nos apresenta o príncipe em estado sonâmbulo, em seguida, mostra como ele absolutamente não ouve as ordens expedidas para a batalha nem toma nenhum conhecimento dos planos. (É interessante notar que essa cena tem seus precursores em *Pentesileia*, tanto na heroína quanto em Aquiles.)

Nesse sentido, o conflito pode transcorrer exclusivamente na alma do próprio herói. De acordo com a concepção de Kleist, ele só pode terminar com o príncipe concebendo a absoluta necessidade da disciplina, avaliando a própria quebra de disciplina como crime contra o estado, como um crime pelo qual ele, segundo seu próprio julgamento, mereceu a morte.

Portanto, a velha Prússia triunfa inalterada sobre a revolta sentimental individualista. Na verdade, porém, Kleist está tão fortemente sob influência das correntes da época que, apesar de tudo, ele busca um equilíbrio. Mas, como os sentimentos de seu herói não têm conteúdo social, esse equilíbrio só pode ser eclético. A noiva do príncipe expressa claramente esse caráter eclético da solução kleistiana em seu diálogo com o príncipe eleitor visando a salvação de Homburgo:

A lei da guerra, que conheço bem, deve imperar,
Os belos sentimentos, todavia, também.

Por meio de uma semelhante concepção do conflito, apesar da brilhante dramaticidade de sua estrutura cênica, esse último e mais maduro drama de Kleist possui o caráter interno de um *romance de desenvolvimento* [*Entwicklungsroman*]. Seu objeto é a educação do príncipe de Homburgo: da exaltada anarquia de sentimentos até o prussianismo. Contudo, a dramaticidade interna da transição histórica daquela época que primeiramente possibilitou o surgimento desse drama não pôde ter aqui uma expressão verdadeiramente dramática, pois Kleist não compreendera a colisão das forças sociais antagônicas de seu tempo, e o que ele vivenciou disso pôde decantar apenas nessa forma essencialmente épica, romanesca.

Assim, pode também soar paradoxal, portanto, quando falamos de Kleist como supostamente o único, verdadeiro e “inato” dramaturgo alemão: o desenvolvimento do dramaturgo Kleist vai do novelístico (base de seus dramas anteriores) até o romanesco. A contradição em relação à concepção hoje dominante explica-se facilmente para o leitor se ele pondera que a atual teoria burguesa do drama despreza completamente aquilo que é essencial no drama – o choque das potências *sociais* antagônicas, das grandes oposições *históricas* – e acha que basta para o drama a dialética interna das potencializadas paixões individuais suficiente e energeticamente impelidas ao clímax, que, sim, isso é até mesmo uma forma “mais profunda” do trágico que o “somente” social.

Esses problemas só se manifestam com efetiva nitidez num dramaturgo tão excepcionalmente dotado como Kleist. À maioria de seus sucessores modernos falta aquele nível artístico somente equiparável ao dos dramaturgos realmente grandes do passado. Kleist, porém, é um dos mais fantásticos encenadores da literatura dramática mundial, além de cênico e sensível-intelectual artista do diálogo. Diálogos que de modo tão claro, conciso e concentrado iluminam feito um raio, a um só tempo, e levam adiante

complicadas situações entre os homens (como as réplicas à entrada de Guiskard ou às réplicas à emissão de senhas em *O Príncipe de Homburgo*) encontram-se apenas nos maiores dramaturgos.

Acresce a tudo isso a extraordinária capacidade criadora de caracteres de Kleist: ele domina de modo igualmente forte o grandioso e o encantador, o aterrorizante e o cômico, e com os mesmos simples, porém não triviais, meios da arte da caracterização. Para que se tornasse um novo Shakespeare, como esperava Wieland, faltou “apenas” a clareza da imagem do mundo e “apenas”, como decorrência necessária dessa clareza nos grandes poetas, a inclinação saudável e sensata para uma compreensão normal das paixões. Mas nesse “apenas” repousa um mundo inteiro. A Käthchen de Kleist, por exemplo, segundo sua constituição, é uma das mais simples e encantadoras personagens do drama alemão; quase chega à altura de Gretchen e Klärchen, de Goethe. Apenas pelo fato de Kleist conferir à bela força e capacidade de abnegação de Käthchen bases espirituais romântico-patológicas, em vez de normal-humanas, torna-a atrofiada e distorcida no acabamento.

Tais faltas de um Kleist mostram, primeiramente, onde residem os reais problemas da tragédia e do drama. A concepção kleistiana da paixão aproxima o drama da novela: um caso isolado muito agudo é radicalmente representado *em sua casualidade*. Na novela isso é absolutamente legítimo – precisamente aí, pois, deve ser evidenciado esse enorme papel do acaso na vida humana. No entanto, se o acontecimento configurado permanece no nível dessa casualidade (e Kleist ainda superexagera esse caráter individual acidental da psicologia e dos acontecimentos), a fim de ser elevado à altura do trágico sem configuração de sua necessidade objetiva, deve surgir inevitavelmente, então, algo de contraditório, de dissonante.

O drama kleistiano está longe, portanto, de indicar o grande caminho do drama moderno. Esse caminho vai de Shakespeare a *Boris Godunow*, de Puschkin, passando pelos experimentos de Goethe e Schiller; posteriormente, em consequência da decadência ideológica da classe burguesa, não teve sucessão digna. O drama

de Kleist, ao contrário, é um *atalho irracionalista* do drama, atalho que, como apontamos, justamente por isso torna-se exemplar para a dramática do período de decadência e obtém nele uma atrasada popularidade.

Pois a paixão individual encapsulada em si mesma rompe o vínculo orgânico entre o destino individual e a necessidade sócio-histórica. Com a ruptura desse vínculo, os fundamentos poéticos e ideológicos dos reais conflitos dramáticos são destruídos. A base do drama torna-se estreita e limitada, puramente individual e privada. Em Kleist, essa contradição é especialmente aguda, porque no curso de seu desenvolvimento ele aprendeu a objetivar com excepcional plasticidade, em cenas dramáticas, no diálogo dramático, os momentos fenomênicos exteriores das tragédias interiores. Como falta, porém, o grande conflito dramático, esses momentos não ganham uma vida histórica realmente viva. Somente em *O Príncipe de Homburgo* estão prenúncios, mas apenas prenúncios, de uma semelhante configuração dramático-histórica grande e geral de uma etapa do desenvolvimento da humanidade. As paixões kleistianas, porém, são paixões típicas dentro da sociedade burguesa. Sua dialética interna reflete conflitos típicos dos indivíduos da sociedade burguesa aparentemente transformados em “mônadas herméticas”.

Em tudo isso, Kleist – assim como o drama moderno em sentido estrito – vai fundo, porém, apenas psicologicamente; sócio-historicamente, permanece na forma fenomênica imediatamente dada desses conflitos, não configura aquelas forças sociais que produzem, em realidade, de modo inconsciente aos indivíduos, essa psicologia e seus conflitos. Portanto, Kleist é o primeiro dramaturgo significativo do século XIX que começa a *privatizar* o drama, essa forma por excelência social da literatura. Por isso, ele é o maior progenitor da dramática moderna em sentido estrito, modelo para a distorção e dissolução da forma dramática no período de decadência da literatura burguesa.

III

Em apenas duas ocasiões o poeta Kleist foi confrontado com conflitos que integraram as paixões por ele configuradas a contextos poderosos e gerais, os quais atrelaram as paixões individuais aos grandes âmbitos da historicidade: em *Michael Kohlhaas* e em *A Bilha Quebrada* [*Der zerbrochne Krug*]. É notável – e muito importante precisamente para o problema do Kleist trágico – que essas grandes obras-primas não sejam tragédias dramáticas, mas sim, novela e comédia.

Também em *Michael Kohlhaas* Kleist retrata uma paixão única que consome o homem inteiro e o leva à ruína. Porém, dessa vez, em primeiro lugar, essa paixão não nos é apresentada como dado psicológico acabado de um indivíduo excêntrico, pelo contrário, ela nasce e se desenvolve diante de nossos olhos e se eleva até o pathos furioso apenas paulatinamente. Em segundo lugar, o objeto dessa paixão é de antemão algo social. O comerciante de cavalos Kohlhaas tem seus animais apreendidos por um aristocrata. Ele reivindica apenas o direito que lhe é devido, e somente quando fracassam todos os meios de assegurar pacificamente esse direito é que ele se volta com raiva encarniçada contra a sociedade violenta e corrupta da aristocracia do século XVI. De saída, portanto, a paixão de Kohlhaas é razoável no sentido da grande poesia trágica – exatamente por causa de seu enraizamento social e não puramente individual.

O destino de Kohlhaas é absolutamente incomum e acima da média como todo autêntico destino trágico. Também a psicologia de Kohlhaas movimenta-se nos pináculos da tensão trágica e não mais na linha mediana. Porém, ela não é nunca patológica no sentido em que o são as paixões de Pentesileia ou Kätchen. Kohlhaas é um homem normal que aborda à sociedade com reivindicações muito modestas e comedidas. Que o não cumprimento dessas reivindicações e, em especial, o modo violento e corrupto com o qual a sociedade aristocrática o trata levem-no

ao furor da autoajuda, é prontamente elucidativo e compreensível para qualquer leitor.

O destino trágico de Kohlhaas integra-se, organicamente, à série das mais significativas poesias da modernidade: à série daquelas poesias que condenam a insolúvel dialética da justiça na sociedade burguesa, nas quais vem à tona, violentamente configurada, a irresolúvel contraditoriedade da legalidade da sociedade de classes. Este fato: que é típico para a sociedade de classes que o individual ou se submeta sem objeção à injustiça e ao desregramento das classes dominantes, ou se veja compelido, aos olhos da sociedade e certamente segundo suas próprias concepções morais, a tornar-se um criminoso.

Kleist retrata essa grande tragédia no quadro de uma representação excelente, e profundamente correta em termos históricos, da Alemanha no século XVI. Como político, Kleist foi aliado dos românticos mais reacionários. Ele alinhou-se politicamente à reacionária falsificação romântica da história, à transformação das relações feudais num harmônico idílio entre proprietário e servos, à idealização da Idade Média. O mundo medieval em dissolução em *Michael Kohlhaas* não tem em si, contudo, nada de um idílio social fouquetiano ou arnimiano. Kleist configura com impiedosa energia a criminosa crueza, a bárbara e ardilosa impostura dos aristocratas dessa época. Ele mostra como todas as autoridades e tribunais estão mancomunados com esses aristocratas, cujos crimes, corruptamente, acobertam e apoiam. Kleist, o criador [*Gestalter*], tem até mesmo uma intuição dos limites da liderança ideológica dessa época, dos limites de Lutero. Naturalmente, a influência da conversa com Lutero é decisiva para Kohlhaas. Mas isso é historicamente correto. Objetivamente, os aristocratas luteranos – apesar de todas as sentenças de Lutero – fazem o que eles bem entendem. Intimamente, o luteranismo não tem para eles nada de vinculante.

Assim surgiu uma significativa narrativa histórica; na qual deve ser ainda especialmente destacado que Kleist trilha caminhos inteiramente próprios nessa objetividade histórica. Kleist tem –

tal qual Walter Scott, posteriormente – apenas os dramas de juventude de Goethe como modelo. Só é lamentável que essa obra-prima tenha sido deformada por alguns ingredientes românticamente excêntricos de Kleist.

A história burguesa da literatura quer sempre igualar Kohlhaas aos heróis obcecados dos dramas de amor kleistianos. Como vimos, isso é completamente falso. Pode-se até mesmo dizer, inversamente, que a grandeza artística dessa novela relaciona-se estreitamente ao fato de que seu herói não se afeiçoa tão demoradamente ao coração de Kleist quanto Penthesileia ou Käthchen. Por isso, a paixão de Kohlhaas não se esgota no lirismo cênico, mas se integra, sem mais, com magistral concisão, ao quadro objetivo dos acontecimentos narrados. A magnífica perfeição foi alcançada justamente porque Kleist tomou o tema de Kohlhaas – o problema de Kohlhaas – claramente de modo menos direto, de modo menos lírico-trágico do que nas tragédias amorosas de seus heróis e heroínas; porque, para ele, havia aí mais de acontecimento objetivo que de vivência apaixonada, mais do visto que do sentido, mais reflexão da realidade do que expressão da sua própria interioridade. Essa discrepância mostra muito claramente a tragédia do poeta Kleist. Em frontal oposição aos maiores poetas da literatura mundial – cujo nível sua força criadora [*Gestaltungskraft*] artística às vezes atingiu –, ele está tanto mais próximo dos mais profundos problemas da realidade quanto menos envolvidas estão suas paixões, suas vivências mais íntimas, no reflexo justamente desses momentos da realidade. Suas vivências mais profundas não o levam – como em Goethe ou Puschkin – em direção ao cerne da realidade; ao contrário, elas afastam-no tanto mais desse cerne quanto mais profundamente pessoais elas são.

Esse nexos é ainda mais nítido em *A Bilha Quebrada*. Pela história de sua gênese, conhecemos certas motivações externas que conduziram Kleist à criação [*Gestaltung*] dessa comédia: por um lado, como conta o próprio Kleist, uma gravura que ele viu na Suíça; por outro, uma espécie de competição poética com alguns de seus colegas de então, escritores insignificantes. Sem

superestimar o significado desses ensejos, reconhecemos, contudo, que a comédia originou-se de um ânimo criativo bem diferente das violentas e torturantes erupções das tragédias líricas. Gundolf também vê que *A Bilha Quebrada* distingue-se da linha normal das criações kleistianas, ocupando um lugar especial na obra do poeta. Todavia, uma vez que Gundolf vê justamente a histórica barbárie de Kleist como o ponto de partida do drama germânico, ele reduz – consequentemente – o valor e o significado dessa primorosa comédia. Em *A Bilha Quebrada*, ele vê uma “obra isolada de virtuose, fruto inevitável do puro talento, como prova de sua capacidade técnica”; um “exercício estilístico sobre um objeto excêntrico /.../ Que interesse público estaria ligado ao curioso caso do ladino juiz que, valendo-se de toda sorte de subterfúgios, procura proteger-se ante uma vergonhosa descoberta?”

É claro que Gundolf subverte aqui todas as relações e todas as valorações objetivas. Porém, não se pode esquecer que Gundolf, à sua maneira, procede de modo bastante consequente e conduz radicalmente até o fim uma visão que é amplamente difundida em nossa teoria literária. Se (com Gundolf) enxergássemos na literatura apenas a *expressão* da individualidade do poeta ou (com a sociologia vulgar) víssemos apenas a expressão da psicologia de classe e não o reflexo da *realidade objetiva*, então Gundolf teria razão. Pois, como expressão da personalidade de Heinrich von Kleist, *A Bilha Quebrada* é de fato apenas um episódio, apenas uma experimentação de sua força criadora artística após o trágico fracasso na tentativa de configurar em *Guiskard* seu sentimento de mundo como tragédia do mais alto estilo e antes das grandes erupções líricas de sua paixão erótica em *Penthesileia* e *Kätchen de Heilbronn*. E não se pode absolutamente explicar *A Bilha Quebrada* fora da “psicologia de classe” do velho aristocrata prussiano Kleist.

Para a consideração marxista da literatura, é decisiva a relação entre a obra configurada e a realidade objetiva. E em *A Bilha Quebrada* temos diante de nós um magnífico painel da Prússia daqueles tempos, que – não importando se por razões políticas ou estéticas – apresenta-se como a Holanda patriarcal. Os traços holandeses são, porém, apenas secundários

e artisticamente decorativos. Tanto aqui quanto em *Michael Kohlhaas*, o essencial é a destruição artística do idílio romântico dos “bons velhos tempos”. A arbitrariedade da jurisdição patriarcal no campo, os maus-tratos dos camponeses pelas autoridades, a profunda desconfiança dos camponeses contra tudo que vem de “cima”, seu sentimento de que só podem se defender perante as autoridades por meio de suborno ou fraude, não importando se esse suborno ocorre por meio de dinheiro, presentes ou pela condescendência sexual – tudo isso resulta numa extraordinária imagem realista da Prússia camponesa da época. É muito interessante observar como aqui os motivos prediletos da configuração psicológica de Kleist possuem também um conteúdo social. A desconfiança kleistiana também desempenha importante papel na heroína dessa comédia. Sua desconfiança dirige-se, porém, contra as autoridades e também contra o “bom” auditor que desmascara o juiz da aldeia e conduz tudo à ordem no final. Seria muito injusto censurar Kleist por causa desse desfecho otimista. Aliás, apenas à base de uma ilusão, que se expressa nesse otimismo, pôde originar-se aqui uma comédia. Kleist, nesse ponto, partilha das ilusões de Molière e Gogol.

A Bilha Quebrada é a obra artisticamente mais bem acabada de Kleist. O gradual desembaraçamento do novelo que subjaz à situação dos mal-entendidos no final não é dissonante e perturbador como nas tragédias de Kleist, ao contrário, justamente isso confere a essa comédia um caráter maravilhosamente estruturado e uniformemente elevado.

Partindo desse aprimoramento, talvez seja instrutivo fazer um retrospecto da estrutura dos dramas kleistianos. Já destacamos seus fundamentos novelísticos. Se observarmos agora a condução da ação de modo mais preciso, poderemos constatar aí e na estrutura da ação algo de *cômico* em todos os dramas de Kleist. Recorde-se que seu drama patético-místico *Anfitrião* assumiu, quase sem alteração, a estrutura e a condução da ação da comédia de Molière. A mudança kleistiana consiste apenas na psicologia tragicamente aprofundada das personagens principais, na elevação de suas vivências eróticas ao místico. Também o fato

fundamental relativamente ao enredo de *Käthchen de Heilbronn*, a saber, que na realidade Käthchen não é filha de um simples artesão, mas sim do imperador, tem algo de cômico. Hebbel, um apaixonado defensor da glória poética de Kleist, em certo sentido um continuador da sua tradição dramática, repreendeu veementemente esse motivo e por causa dele rejeitou o drama, apesar de seus momentos isolados de beleza. Pois ele achava, com razão, que o verdadeiro drama consistiria na força humana do amor de Käthchen triunfar sobre os preconceitos feudais; por meio da declaração de que Käthchen é filha do rei, o drama enquanto drama é aniquilado. Isso é correto. É claro, contudo, que um semelhante motivo, um esclarecimento das confusões existentes por meio de um fato desconhecido dos envolvidos, pode muito bem servir de base a uma comédia.

Essa análise poderia ser efetuada em todos os dramas de Kleist. Em nossos comentários, remetemos somente à estrutura de *Pentesileia*. E é muito característico que Kleist tenha criado um enredo similar na novela *O Noivado em São Domingo*. Aqui, a insurreição dos negros e o massacre dos brancos formam o cenário da ação. Um branco refugia-se na casa de um negro que por acaso está ausente. Uma mestiça que aí vivia apaixonava-se pelo branco; o amor, como sempre ocorre em Kleist, é psicologicamente retratado de modo excepcional, com a dialética dos mal-entendidos e da desconfiança beirando o abismo trágico. O negro retorna. A mestiça quer salvar seu amado, mas ela emprega meios que reforçam a desconfiança dele contra ela. Por isso, ele atira nela, para, apenas diante de seu cadáver, sentir o autêntico remorso kleistiano, quando ele reconhece que com sua ajuda consegue a libertação. Partindo dessa novela, um contemporâneo muito medíocre de Kleist, Theodor Körner, fez uma comédia com "happy end". A comédia é ruim e Hebbel tem toda razão em desprezá-la por completo. Mas, para o problema que aqui nos interessa, é bastante característico que Körner tenha podido tomar de forma quase inalterada a condução da ação da novela de Kleist, tendo tão-somente de afastar e aplanar a psicologia da desconfiança para chegar a uma comédia.

Evidentemente, um erro que se repete de modo tão conseqüente na concepção não é casual na obra de um insigne poeta como Kleist. Sobretudo porque exatamente sua inclinação e seus recursos lírico-estáticos para encobrir a fraqueza objetiva de sua construção dramática tornaram-se muito importantes para o desenvolvimento do drama de meados do século XIX. Parece-me que esse tipo de construção dramática está intimamente relacionado àquela crise ideológica que adquire forma [*Gestalt*] em dramas significativos, pela primeira vez, em Kleist.

Para esses poetas mais recentes, trata-se do problema de que o trágico e o cômico deixam de ser categorias objetivas da realidade e se tornam, cada vez mais, perspectivas subjetivas de uma explicação dos fenômenos da vida. Essa subjetivização e relativização do trágico, ou do cômico, torna-se consciente nos escritores só relativamente tarde. Pode-se dizer que somente em Ibsen elas apresentam-se numa forma consciente, e dele continuam a surtir efeito em Strindberg e, especialmente, em Shaw. Kleist ainda toma seu sentimento subjetivamente trágico por algo absoluto. Porém, isso é apenas uma convicção fanática e não muda nada de essencial no fato objetivo de que nele o conflito trágico não se origina dos acontecimentos representados ou da desobstrução de suas raízes sócio-históricas. O antagonismo objetivo, que aqui se origina em consequência do questionamento dramático puramente individualista, associal e anistórico, repercute em toda parte no estilo da dramática kleistiana.

Trata-se aqui, mais uma vez, de uma tendência fundamental do drama na segunda metade do século XIX, cujo precursor mais importante é justamente Kleist. A progressiva perda do objetivamente trágico paralela à amplificação de uma vivência profunda e subjetiva do caráter trágico da personalidade no mundo burguês atual produz um estilo dramático peculiar. Resumindo: surge um *substituto cênico-lírico* para o objetivamente trágico, para o trágico relativamente à ação.

Em Ibsen ou Strindberg essa lírica trabalha com os valores de atmosfera [*Stimmungswert*] de detalhes do meio observados realisticamente, os quais são, porém, sempre estilizados cênico-

liricamente e superacentuados no que se refere a essa atmosfera trágica (ou tragicômica). Em Kleist, a atmosfera trágica cresce tão-somente desse cenicamente lírico, do resultado, por assim dizer, musical desses efeitos cênicos e líricos. É muito interessante e não de todo irrelevante que Nietzsche, em seu período antiwagneriano, tenha enxergado em *Pentesileia* um dos maiores precursores dos dramas musicais de Wagner. Ora, o extraordinário impacto internacional de Wagner repousa justamente no fato de que ele encontrou, do modo mais consequente, um tal substituto cênico-musical para o objetivamente dramático, objetivamente trágico perdido. É indubitável que a configuração psicológica do herói wagneriano relaciona-se intimamente à dramática de Kleist e Hebbel (bem como às tendências de desenvolvimento análogas no romance e na lírica franceses, com Flaubert e Baudelaire). Evidentemente, não podemos discutir aqui a problemática do drama musical wagneriano. Podemos apenas constatar, do ponto de vista do desenvolvimento do próprio drama, que em Wagner foi encontrada, por meio do cênico lirismo de atmosfera [*Stimmungslirik*], a forma artisticamente mais eficaz para a substituição do dramático no que se refere à ação. Que se trata, no caso, de uma tendência secular do desenvolvimento dramático, pode-se deduzir claramente do valor cênico de atmosfera da “técnica do *Leitmotiv*” em Ibsen e outros.

Em Kleist, evidentemente, todos esses problemas e contradições apresentam-se apenas em germe. Ao leitor da presente exposição torna-se claro, contudo, que a inviabilidade de se reelaborar *Pentesileia* como comédia ou tragicomédia deriva apenas de seu arrebatador pathos lírico. Lá onde Kleist, forçado pela forma novela, não deixa essa maquinaria lírica funcionar, aquele relativismo revela-se já muito mais claro e aparece nitidamente – na verdade, até mesmo o próprio Kleist aparece – quando ele toma quase inalterado, em *Anfitrião*, o enredo da comédia de Molière. A mística lírica de amor destaca os protagonistas da esfera do cômico ou do tragicômico da maneira já analisada. O enredo paralelo tomado de Molière e tornado ainda

mais grosseiro e popularesco por Kleist sublinha, porém, essa relatividade; ela expressa-se pontualmente clara em algumas réplicas de Sósia, o laçao de Anfitrião. Mercúrio disfarça-se de Sósia; Júpiter, de Anfitrião, e essa confusão conduz, na esfera da criadagem, a efeitos puramente cômicos e grosseiros, enquanto para os protagonistas resulta numa trágica mística amorosa. Depois de Sósia ter sido espancado por Mercúrio aparecido como Sósia – portanto, segundo sua imaginação, espancado por si mesmo ou por seu duplo, diz:

É assim. Como provém da minha boca,
é tolice, coisa indigna de se ouvir.
Mas se um grande a si mesmo se espancasse,
Aí se bradaria: milagre!

Kleist alcança aqui, de modo involuntário e inconsciente, uma autocrítica popular-realista de seus próprios dramas. Pois, entre os “grandes” desse drama, o “milagre é bradado”, efetivamente, pelo próprio Kleist. E nessa autocrítica realista, Kleist, inconscientemente, configura a crítica social popular dos fundamentos sociais de sua dramática: ele mostra, objetivamente e no que se refere ao sentimento, os falsos exagero e desvirtuamento nos “grandes”, os quais são arrancados da saudável vida em comum e vivenciam seus problemas individuais em hipertensão monomaniaco-mística.

Todas as obras de Kleist estão repletas de tais rupturas realistas. Remetemos apenas a alguns exemplos. Vimos que, em *A Batalha de Hermann*, Kleist não tratou a libertação da velha Alemanha como idílio. Acrescentamos ainda a ousada realística [*Realistik*] com a qual ele, segundo suas próprias palavras, fez da heroína nacional germânica Thusnelda “uma anta”. A ruptura mais significativa ocorre no último drama de Kleist, na famosa e muito criticada cena do pavor da morte de *O Príncipe de Homburgo*. Nessa obra, em que a intenção de Kleist foi a glorificação do velho prussianismo, por um lado, e a expressão da patologia

sonâmbula de seu herói, por outro, ele fornece uma imagem impressionantemente veraz e genuína, na verdade, tanto do pavor da morte quanto da superação moral interior dessa covardia momentânea. Com razão, Heine viu nessa cena um protesto significativo e humanamente autêntico contra o conceito convencional de herói prussiano.

O que se manifesta nos outros dramas somente em rupturas isoladas, isto é, a grande capacidade de Kleist para o realismo objetivo e crítico, a capacidade de refletir poeticamente a realidade de maneira rica e plástica, com brutal autenticidade e veracidade, ganha forma plena em suas obras primas, *Michael Kohlhaas* e *A Bilha Quebrada*. Essas obras significam, no velho aristocrata prussiano Kleist, aquela “vitória do realismo” [*Realismus*] sobre a qual falou Engels a respeito do realista [*Royalist*] Balzac.

Porém, uma tal “vitória do realismo” jamais é um milagre, ao contrário, ela tem seus pressupostos subjetivos e objetivos. Os pressupostos subjetivos são o talento e a honestidade do escritor, isto é, sua capacidade de captar e representar a realidade em toda sua complexidade e sua coragem de configurar aquele mundo que ele efetivamente viu assim como ele efetivamente o viu. Sobre o talento de Kleist não temos mais de falar aqui. Apenas com algumas palavras deve ainda ser frisada sua implacável honestidade subjetiva. Kleist, é verdade, lutou politicamente ao lado dos reacionários mais extremados, mas, por seu caráter, diferencia-se muito acentuada e vantajosamente da corja aventureira junto à qual lutou suas batalhas. Salta à vista, especialmente, o contraste humano-moral entre Kleist e Adam Müller, o amigo mais íntimo de seus últimos anos. Adam Müller participou da luta reacionária do *Abendblätter*. Mas, por um lado, ele zelou, sobretudo, por um favorecimento na corte vienense por intermédio de Gentz; por outro lado, temos uma petição dele ao presidente do ministério, Hardenberg, na qual ele propõe abrir um “jornal de oposição fiel ao governo” e ser recompensado por seus serviços leais. Ele realmente recebeu de Hardenberg uma pensão regular. Kleist, ao contrário, renunciou asperamente a

qualquer tentativa de suborno por parte do governo e foi à ruína material e moral em sua luta reacionária; subjetivamente, porém, arruinou-se como homem honesto.

Essa honestidade de Kleist é umas das condições subjetivas importantes para a “vitória do realismo” em suas obras-primas e em algumas parcelas de sua produção como um todo.

Que a “vitória do realismo” não perfaça o traço fundamental de toda sua produção poética, como Engels constata em Balzac, e Lenin, em Tolstoi (nos quais expressões da psicologia de classe reacionariamente estreitas formam apenas manchas solares), tem seu fundamento na Alemanha daqueles tempos. Balzac vivenciou a intensa série de alternância entre revolução e reação no desenvolvimento francês até 1848; Tolstoi, as contradições do desenvolvimento da Rússia camponesa de 1861 até 1905. Esses grandes desenvolvimentos revolucionários, esses pontos de viragem na progressão da sociedade fizeram de Balzac e Tolstoi grandes realistas. Na verdade, Kleist também vivencia, embora sob as mais confusas e miseráveis condições, um período de convulsão social, aquela transformação da Prússia sobre a qual Mehring, espirituosamente, disse que sua libertadora Queda da Bastilha fora a vergonhosa derrota de Jena. O poder objetivo dessa realidade não foi forte e unívoco o suficiente para converter a tacanhez reacionária e o individualismo decadente de Kleist numa objetiva configuração total [*Gesamtgestaltung*] da realidade. Por isso, suas obras-primas são também apenas casos isolados em sua obra.

Todavia, partir do reconhecimento dessas obras é mensurar a verdadeira tragédia de Heinrich von Kleist. Segundo sua “psicologia de classe”, um empedernido aristocrata prussiano. Segundo suas intenções poéticas, um poderoso precursor da maior parte das correntes decadentes da literatura burguesa posterior. Segundo os poucos casos em que a realidade, contra suas intenções, vicejou uma “vitória do realismo”, um dos mais notáveis realistas de toda a literatura alemã. Goethe, em virtude de sua saudável aversão a toda decadência, não gostava de Kleist, chama-o de um

“corpo bem intencionado por natureza, mas tomado de uma doença incurável”. A doença incurável residia na Alemanha da época, e para Kleist não havia, realmente, possibilidade de superá-la. Ele arruinou-se tragicamente pela miserabilidade da Alemanha, por seus próprios instintos reacionários e decadentes.

RESENHA

MARTINE, GEORGE (ED.) POPULAÇÃO E
SUSTENTABILIDADE NA ERA DAS MUDANÇAS
AMBIENTAIS GLOBAIS: CONTRIBUIÇÕES
PARA UMA AGENDA BRASILEIRA. BELO
HORIZONTE: ABEP, 2012. P. 319.

Maria Teresa Manfredo*

População e Sustentabilidade na Era das Mudanças Ambientais Globais é um livro que defende que é dever de estudiosos de diversas áreas pesquisar as múltiplas facetas das transformações climáticas, informando o público a respeito das causas e prováveis efeitos desse processo. Concebido pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), sob edição do demógrafo George Martine, reúne artigos que contemplam a temática da interação da dinâmica demográfica com processos de desenvolvimento e mudanças ambientais.

Especialistas de diferentes áreas, tanto de dentro quanto de fora da comunidade científica, participam do livro. Entre os autores estão – além do próprio editor e dos co-organizadores Ricardo Ojima, Alisson Barbieri e Roberto Luiz do Carmo – nomes como Haroldo Torres, Heloísa Soares de Moura Costa, Rubens Ricupero, Carlos Vainer, Roberto Luis Monte-Mor, Bernardo Lanza Queiroz, Márcia Castro, Suzana Cavenaghi, José Marcos Pinto da Cunha, dentre outros.

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: mtmanfredo@yahoo.com.br.

Os artigos estão divididos em quatro grupos temáticos: Demografia, economia e a sociedade sustentável; Cidades, culturas e mudanças climáticas; Avanços e desafios nas regiões de ocupação mais recente; As trilhas e os compromissos do futuro.

Em linhas gerais, são abordadas questões como a queda da fecundidade das mulheres brasileiras, o código florestal, a equidade de gêneros, a transição urbana, as implicações da construção a usina de Belo Monte, economia verde, saúde, desmatamento, planejamento urbano, comercialização da biodiversidade, dentre outros temas atuais. De acordo com o editor, estes seriam pontos geradores de impacto sobre os hábitos de vida produção e consumo e que, portanto, precisariam ser priorizados em qualquer debate ambiental.

De maneira mais específica, podemos mencionar, por exemplo, o artigo *Cultura do consumo e desenvolvimento na era de mudanças climáticas*, de autoria de George Martine, Haroldo Torres e Leonardo Mello. Nele, os autores destacam que a ideia de sustentabilidade exige mudanças de atitudes, de comportamento e de políticas que são difíceis de serem adotadas diante de um paradigma de desenvolvimento que propaga uma cultura de consumo.

Ao focarem o caso do Brasil, os autores elucidam que, do ponto de vista ambiental, nosso país representa um microcosmo do grande dilema que afeta a humanidade no século XXI. Na última década, graças a uma série de políticas macroeconômicas e sociais, tem-se conseguido aqui reduzir as taxas de pobreza e de desigualdade. O resultado positivo se refletiria mais visivelmente no aumento do consumo das chamadas classes C e D brasileiras.

Segundo Martine, Torres e Mello, o maior acesso a bens de consumo destas classes e a trajetória da redução da pobreza podem constituir tendências animadoras. Mas o crescimento de contingentes consumidores funda, de outro lado, uma ameaça ambiental. Estabelece-se, assim, uma difícil situação: negar o acesso a bens de conforto a um enorme segmento populacional historicamente excluído parece inaceitável; no outro extremo, a tarefa de redução do consumo de classes sociais mais abastadas

(que muitas vezes definem consumo como felicidade e qualidade de vida), parece impossível. Trata-se, assim, de um dilema civilizatório de grandes dimensões em que questões a respeito da cultura do consumo, da desigualdade social e da mudança ambiental se chocam.

Diversos artigos do livro tentam desmanchar consensos. Exemplo disso seria o de Eduardo Marandola intitulado *Quatro razões para não falar sobre desastres ambientais urbanos*, quando afirma que “a verdade é que os desastres como inundações e escorregamentos não são provocados pelos eventos climáticos, hidrometeorológicos para usar o termo mais preciso. Não se trata de eventos naturais, razão pela qual a expressão desastres naturais é no mínimo imprecisa. A causa deles é a forma das cidades, que são completamente despreparadas para enfrentar nosso clima.” (p. 154). Marandola busca, assim, reforçar que os chamados desastres naturais são, antes de tudo, desastres causados pela ação humana.

O artigo *Equidade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos: implicações para a sustentabilidade e a erradicação da pobreza*, de Suzana Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves, também quebra opiniões ingênuas no que diz respeito a este tema, quando reforça que os problemas ambientais ou o círculo macroeconômico que gera a situação de pobreza não podem ser restringidos a um mero problema de crescimento populacional.

Assim, considerar o que diz o senso comum (por exemplo, que as mulheres pobres são as grandes culpadas pelo crescimento da população pobre e, logo, pela degradação ambiental), ou mesmo desconsiderar o debate sobre e direitos sexuais e reprodutivos em decisões sobre sustentabilidade ambiental é permanecer reproduzindo desigualdades de gênero.

Continuar repetindo este tipo de discurso menos reflexivo seria fazer recair

sobre as mulheres o dever de regular a fecundidade e limitar o tamanho da prole para atender à nova lógica das demandas do sistema econômico, quando

o Estado não oferece adequadamente os meios para efetivar a autodeterminação reprodutiva e possibilitar uma vida sexual livre, prazerosa e sem doenças sexualmente transmissíveis. (p. 296).

Num balanço geral, a maioria dos artigos do livro enfatiza que a consideração dos processos demográficos fica muitas vezes relegada ao destaque do notável crescimento populacional, em números absolutos (exemplo disso seria o imenso destaque que foi dado pela mídia mundial sobre a chegada aos sete bilhões de habitantes no planeta – alerta Martine, na apresentação da obra). Os autores convergem na opinião de que a dinâmica demográfica é bem mais complexa do que uma questão de crescimento populacional.

No que diz respeito aos processos ambientais, os autores destacam que a carência de discussões mais complexas para tratar da relação entre fatores populacionais e aquecimento global disseminaria teorias que banalizam a complexa dinâmica entre seres humanos, tecnologia, desenvolvimento econômico e as mudanças climáticas. Popularizam-se, desse modo, considerações simplificadas de que se reduzirmos o ritmo de crescimento demográfico, também diminuiremos os impactos das mudanças ambientais. Os autores do livro em questão alertam, portanto, que é preciso considerar os aspectos demográficos como um todo (e não apenas o volume ou crescimento populacional). Neste sentido, transformações nos padrões e hábitos de vida contemporâneos, a chamada transição urbana, independentemente do aumento ou não do número de pessoas no globo, implicaria o aumento do volume de emissões de gases de efeito estufa, por exemplo.

Com artigos diversificados que tratam de diferentes temas dentro da interação da dinâmica demográfica com processos de desenvolvimento e mudanças ambientais, podemos apontar que um dos méritos do livro é a existência de uma coerência de posicionamentos. Tal feito se torna ainda mais notável se considerarmos que essa coerência é difícil de ser atingida quando

se trata de um volume que reúne autores de diversas áreas, buscando derrubar inúmeros consensos em torno do tema central.

Entretanto, assim como toda virtude pode trazer consigo algo de exagero, vale observar que o livro não contempla a pluralidade de posicionamentos. Em outras palavras, apesar de não se pretender negar a importância de *População e Sustentabilidade na Era das Mudanças Ambientais Globais*, talvez a carência de visões mais radicais e, quiçá, utópicas em torno do tema central seja seu ponto frágil. Por exemplo, em nenhum momento aparece a visão de que para enfrentar os conflitos em torno dos problemas climáticos – e a crise ecológica em geral – é preciso uma mudança radical e estrutural da sociedade que altere de maneira marcante os hábitos de consumo, o modo de produção e nossa visão do que seja a natureza e o meio ambiente.

Por fim, outro mérito do livro é a busca em estabelecer diversos diálogos. A demografia brasileira vem se dedicando, há pelo menos vinte anos, a analisar as relações entre dinâmica populacional, processos de desenvolvimento e meio ambiente. Contudo, e conforme o próprio editor do livro reforça, a difusão destes trabalhos tem sido pequena fora do meio acadêmico. Assim, a promoção de debates que relacionem a problemática ambiental global com a problemática ambiental local, ou busque aproximar a academia do grande público, o saber demográfico das questões ambientais mais atuais é sempre um esforço importante e válido.

ENTREVISTA

OS CAMINHOS DE MICHAEL LÖWY: DE PARIS AO ECOSSOCIALISMO

*Antonio Carlos Dias Junior**

A ideia de entrevistar Michael Löwy, intelectual marxista nascido no Brasil e radicado na França desde 1969, ocorreu por ocasião de minha estadia em Paris, local em que estive por algum tempo, sob sua orientação, para pesquisar os arquivos de Raymond Aron, autor sobre o qual preparo uma tese e que foi uma das figuras de destaque do pensamento liberal francês no século XX. Minha curiosidade inicial era a de tentar entender a efervescente atmosfera intelectual parisiense à época da chegada de Löwy, meados da década de 1960, na qual estava inserido de maneira tão profunda o autor objeto de meu estudo. Isso do ponto de vista de um pensador (à época ainda estudante) brasileiro e marxista militante. E que havia sido, afinal de contas, aluno de Aron na Sorbonne.

A entrevista, contudo, como veremos, estendeu-se muito além desta curiosidade inicial. Os assuntos abordados, baseados nas experiências pessoais, na militância e no pensamento de Löwy, refletem boa parte daquilo que lia a seu respeito e que iria comprovar empiricamente durante o pequeno período em que convivemos. Gostaria de relatar, especificamente, alguns dos aspectos da personalidade do entrevistado que, a meu ver,

* Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Email: acdiasjr@gmail.com.

exemplificam pontos importantes discutidos na entrevista. Começemos pelo pedido que fiz, estando eu ainda no Brasil, sem conhecê-lo (a não ser pelos livros), a respeito da orientação. Na condição de mais um doutorando brasileiro, entrei em contato temendo uma negativa, sobretudo tendo em vista o autor que estudava. As posições teóricas e políticas assumidas por Aron, afinal, em nada têm a ver com a teoria e a militância socialista de Löwy.

Daí minha primeira surpresa. Sempre atencioso, aceitou a orientação, mesmo que meu objeto de estudo fosse a sociologia de um pensador que havia sido seu professor e com o qual jamais concordou. Löwy sequer questionou sobre o tipo de tese que estava em andamento, isto é, se eu daria a ela uma orientação marxista ou se o estudo seria crítico, visto tratar de um autor assumidamente liberal. Simplesmente aceitou orientar, e disse que seria um prazer fazê-lo.

A situação descrita revela claramente traços de sua conduta intelectual: o antidogmatismo e o papel central que reserva ao estudo – crítico – dos autores importantes, mesmo que não concordemos ideologicamente com eles. Como premissa epistemológica, Max Weber representa, no conjunto da obra de Löwy, o exemplo desta *empatia distanciada*.

Outra agradável surpresa foi a cordialidade e a rapidez com as quais respondia às demandas, minhas e de outros alunos brasileiros sob sua orientação. Além de nos receber em seu apartamento, local em que a entrevista foi realizada e que configura hábito incomum na França, gostava mais de ouvir que de falar. Embora, evidentemente, tivesse colocações a fazer, parecia mais interessado nos argumentos dos interlocutores. Lucien Goldmann, seu mestre repetidamente evocado durante a conversa, não teria feito diferente.

Para não me estender nos exemplos sobre sua conduta, posso dizer que meu curto convívio com Löwy, que agora compartilho de alguma forma nas linhas que seguem, foi algo substancialmente maior que minhas expectativas iniciais. Muito mais importante, penso, que o entendimento da atmosfera intelectual na qual produziu Raymond Aron, ou que o rico relato da relação pessoal do

entrevistado com Goldmann e com diversos outros intelectuais, tais como Sartre, Gurvitch, Marcuse ou Bourdieu (ou ainda aqueles que Löwy tão bem estudou, Marx, Lukács, Guevara, Benjamim, Bloch, dentre outros). Refiro-me ao seu exemplo como indicativo da possibilidade de mantermos vivos – na prática – os compromissos intelectuais e políticos que assumimos.

A crítica aguda ao capitalismo, a opção pelo socialismo, a luta em favor dos despossuídos, bem como as tomadas de posição que reforçam a necessidade de uma ecologia socialista (ecossocialismo), são alguns dos outros assuntos abordados que refletem esse compromisso ativo.

ANTONIO CARLOS: *Professor, o senhor se formou em Ciências Sociais na USP e, após exercer por um pequeno período atividades profissionais no Brasil, decidiu vir para a França, em 1961, com o propósito de fazer uma tese de doutoramento sobre o jovem Marx, sob a orientação de Lucien Goldmann. Poderia nos falar um pouco sobre o contexto desta decisão e sobre sua chegada a Paris?*

MICHAEL LÖWY: Minha vinda se deu em função do meu entusiasmo pela obra de Lucien Goldmann e do meu interesse de muitos anos pela cultura de Paris e pela história das revoluções na França, de modo que a ideia de vir estudar na França, em Paris, e com Lucien Goldmann, era muito atrativa. Consegui uma bolsa e vim. O jovem Marx me interessava já há alguns anos, e eu já havia escrito um artigo, que saiu na Revista Brasileira. Paris, por tudo isso, parecia-me o lugar ideal para fazer meus estudos.

ANTONIO CARLOS: *Em que medida o marxismo “desdogmatizado”, segundo suas próprias palavras, de Goldmann serviu de contraponto, ou de inflexão, ao militante socialista cuja base teórica e militante marxista remontava a Rosa Luxemburgo?*

MICHAEL LÖWY: Para mim isso não era contraditório, já que a minha formação marxista foi também bastante heterodoxa,

sempre fora dos marcos do marxismo dominante no Brasil, que era do stalinismo e do partidão; além disso, de Rosa Luxemburgo para Lucien Goldmann há certas afinidades. Agora, concordo que a descoberta da obra de Lucien Goldmann me abriu vários horizontes, várias portas e janelas. Descobrir o autor a partir do livro Ciências Humanas e Filosofia foi um verdadeiro salto qualitativo. Não via nada disso como contraditório tendo em vista o meu engajamento militante.

ANTONIO CARLOS: *O contato com Goldmann já havia sido feito no Brasil?*

MICHAEL LÖWY: Se bem me lembro, o contato se deu aqui em Paris.

ANTONIO CARLOS: *Houve algum questionamento prévio por parte dele em relação ao marxismo, ou à sua leitura do marxismo?*

MICHAEL LÖWY: Não houve nenhum questionamento deste tipo. Logo que cheguei fui encontrá-lo, e ele me aceitou como doutorando. Foi uma relação de trabalho amistosa, e Goldmann acompanhou os primeiros capítulos da tese com comentários e críticas.

ANTONIO CARLOS: *Ele mantinha um relacionamento estreito com seus alunos e orientandos ou seguia a tradição francesa em que alunos e professores mantêm uma relação estritamente formal e acadêmica?*

MICHAEL LÖWY: Não era a relação típica do professor francês, mas também não era imediatamente uma relação pessoal; era alguma coisa entre os dois. Ele me recebia em sua casa, mas, sobretudo no começo, as relações se baseavam apenas no trabalho. Depois, pouco a pouco, começamos a discutir outros assuntos, como a política na França, ampliando assim nosso relacionamento.

ANTONIO CARLOS: *Outro aspecto bastante típico do rito acadêmico francês é o tom abertamente crítico que os orientadores de tese costumam*

imprimir aos candidatos em plena sala de defesa. Parece-me que o próprio Goldmann criticou a tese central do seu trabalho. Como isso ocorreu e como estava composta sua banca?

MICHAEL LÖWY: Não me lembro de todos os membros de minha banca de defesa. Havia, além de Goldmann, dos que me lembro, Ernest Labrousse, especialista da Revolução francesa, e Jacques Droz, especialista da história da Alemanha. Goldmann fez sua crítica na hora, e não era sobre um detalhe, mas sobre o tema principal da tese. Ele disse que achou a tese muito boa, que era obviamente inspirada no método dele, mas duvidava da tese principal do trabalho, a saber, que o pensamento de Marx era a expressão da consciência de classe possível (conceito lukacsiano adotado por Goldmann) do proletariado nascente na época. Goldmann dizia: mas será que o proletariado já existia na época ou ainda eram os artesãos? Será que Marx não era a expressão de uma burguesia de esquerda, democrática? Obviamente não estávamos de acordo. Mais tarde ele escreveu um ensaio a propósito de Marx onde menciona isso, e dedica um parágrafo à discussão. Disse que um aluno, Michel Löwy, havia tentado convencê-lo, mas deixa em aberto a questão. Ele termina a discussão com um ponto de interrogação, o que era típico de sua atitude. Goldmann deixava os alunos seguirem seu caminho mesmo que não estivesse de acordo, e tampouco afirmava certezas absolutas.

ANTONIO CARLOS: *O senhor já esperava esse posicionamento crítico de Goldmann na defesa?*

MICHAEL LÖWY: Esperava e não esperava. Na realidade, foi uma pequena surpresa, mas como no final a banca me deu a melhor nota, ficou tudo certo.

ANTONIO CARLOS: *Essa parece ser uma particularidade bem francesa. Raymond Aron não fez diferente com Alain Touraine, que era seu orientando. Touraine comenta que Aron teria aterrorizado não somente*

a ele, mas a toda a sala de defesa com sua arguição. Aron admite, com certo tom de culpa retrospectiva, esse aspecto em suas memórias.

MICHAEL LÖWY: De fato, este é um comportamento comum por aqui.

ANTONIO CARLOS: *Na década de 60 o senhor assistiu a alguns cursos, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e na Sorbonne, de professores como o próprio Touraine, Althusser, Marcuse, Aron, entre outros. Poderia falar um pouco sobre os cursos e os professores? Algum lhe marcou em particular?*

MICHAEL LÖWY: Bem, não guardo na memória todos os cursos que frequentei, mas fiz o curso de filosofia do Jean Hyppolite sobre o Hegel, o de Gurvitch, que era um personagem bastante impressionante – não tanto pelo conteúdo dos cursos, mas por sua personalidade. De Aron me lembro bem. Ele era um excelente professor, bastante pedagógico, pensamento claro e bastante sutil; o curso dele sobre Marx me impressionou bastante pela sua objetividade, já que não era baseado numa polêmica antimarxista barata, e ele buscava reconstituir toda a riqueza do pensamento de Marx.

ANTONIO CARLOS: *Então Aron era bom professor, ainda que “insuficientemente marxista”, como o senhor mesmo já apontou? Eu acompanhei as transcrições destes cursos e também li os originais manuscritos, e pude ver a ascese com a qual ele preparava suas aulas.*

MICHAEL LÖWY: Era assim mesmo. Aliás, eu me lembro de ter formado, com alguns outros estudantes latino-americanos, uma espécie de, digamos, pequeno comitê de resistência para criticar o Aron do ponto de vista marxista.

ANTONIO CARLOS: *Ele tomou conhecimento disso?*

MICHAEL LÖWY: Não, era apenas entre nós. Nós nos reuníamos para discutir as aulas dele, mas nada de extraordinário.

ANTONIO CARLOS: *A crítica deste pequeno comitê centrava-se, então, no Aron professor, pedagógico, conhecedor de Marx – ainda que não marxista –, ou vocês também levavam em conta a produção dele como jornalista no Figaro?*

MICHAEL LÖWY: Nós sabíamos que ele escrevia no *Figaro*, mas não o líamos. Nós líamos apenas seus livros de sociologia, embora o identificássemos claramente como um pensador de direita, *gaullista*. Daí a surpresa em vê-lo tratar Marx em suas aulas de maneira isenta. Nossa ideia, na verdade, era a seguinte: sabemos que Aron é de direita e sabemos que ele faz de conta que apresenta Marx de maneira objetiva para, no fundo, passar de contrabando sua ideologia. Nossa tarefa era, portanto, desmascará-lo e tentar mostrar esses momentos em que ele passava, digamos, sub-repticiamente, seu direitismo.

ANTONIO CARLOS: *Qual a impressão geral sobre a Sorbonne da década de 1960? Aron, por exemplo, que conhecia bem as universidades americanas e inglesas, e que havia sido eleito para a Sorbonne na década anterior, dizia que seu sentimento em relação à velha Sorbonne era de decrepitude, de decadência, sobretudo o aspecto físico da instituição. Ele cita em suas memórias o fato, como exemplo, de que algumas das poltronas da Sorbonne haviam sido adquiridas do mercado de pulgas.*

MICHAEL LÖWY: A minha impressão não foi essa, absolutamente. Para mim foi descobrir um mundo formidável, muito diferente do Brasil.

ANTONIO CARLOS: *A comparação com a USP foi inevitável?*

MICHAEL LÖWY: Certamente. Em primeiro lugar as classes de sociologia na USP nunca tinham mais de trinta alunos, e lá nós entrávamos num anfiteatro com mais de trezentos, o que pedagogicamente era um problema, mas para mim era muito divertido. E não eram poltronas, eram bancos extremamente desconfortáveis, e assim são até hoje. Não sei se eram comprados

no mercado de pulgas, mas a gente não se importava com isso, uma vez que estar na Sorbonne, com séculos de história, era o que nos animava. Havia também uma efervescência cultural e política muito grande, estávamos no começo dos anos sessenta, de maneira que jamais tivemos qualquer sentimento de decadência ou decrepitude na Sorbonne. O sentimento era o de estar em um lugar histórico e de ter o privilégio de estar lá participando da vida política dos estudantes.

ANTONIO CARLOS: *A intelectualidade marxista parisiense desta época foi marcada pela grande disputa entre as diversas leituras da obra de Marx, como a vertente existencialista e a estruturalista. De que maneira o senhor sentiu essa disputa?*

MICHAEL LÖWY: Sim, é verdade. Estamos falando entre 1961 e 1964, e Althusser ainda não havia aparecido como teórico reconhecido, mas já tinha escrito alguns ensaios sobre o jovem Marx, que até eram interessantes. Lembro-me que alguns alunos brasileiros, amigos meus, preferiam frequentar os seminários do Althusser, e outros os seminários do Goldmann e dos professores por ele convidados, nesta época Herbert Marcuse. Já se começava a desenhar, portanto, a seguinte distinção: de um lado Althusser e de outro Marcuse-Goldmann. Sartre era uma referência, mas ele não era professor e não tinha propriamente uma escola. O panorama era um pouco esse, mas víamos, sobretudo, os não-marxistas, como o Gurvitch e o Aron. Haviam alguns marxistas do Partido Comunista, além de Lefebvre, Goldmann e Marcuse, que eram marxistas heterodoxos. Também Althusser, então bem menos conhecido e ainda restrito a um pequeno círculo. Ele se tornaria uma referência apenas a partir de 1965, com a publicação de *Pour Marx*, mas aí eu já não estava mais na França.

ANTONIO CARLOS: *E o papel de Sartre nesse contexto?*

MICHAEL LÖWY: Sem dúvida todos da esquerda crítica nutriam grande admiração por Sartre, pelo seu compromisso com o terceiro

mundo, com Cuba, com a Argélia, enfim, sua crítica anticolonialista. Lembro-me de ter ouvido uma conferência dele radicalmente anticolonialista, sobre o Fanon se não estou enganado. Aliás, encontrei-me com Sartre no Brasil, em 1960. Havia uma pequena delegação de trotskistas para recebê-lo em São Paulo, composta pelos irmãos Fausto (Ruy e Boris) e por mim, que queria conhecer Sartre. Embora não fosse propriamente um trotskysta, eu mantinha boas relações com eles. Conversamos bastante com ele. Simone de Beauvoir diz em suas memórias que Sartre havia sido recebido por uma “delegação” de trotskystas composta por um dirigente, outro que era a base e um dissidente! (risos)

ANTONIO CARLOS: *Descrição precisa!*

MICHAEL LÖWY: Sim, toda uma delegação completa! Bom, depois ele foi falar em Araraquara, eu estava lá também. A certa altura Sartre pediu para que alguém do público falasse algo sobre as lutas camponesas da região, e ninguém estava informado, afora eu. Começaram a me dar cutucadas, para que assumisse a palavra. Falei então sobre a luta dos camponeses de Santa Fé do Sul. Pude vê-lo tomando nota sobre o que eu dizia. Nós tivemos, portanto, dois encontros no Brasil. Em Paris, nos anos 60, não cheguei a vê-lo. Sartre representava, enfim, uma referência, mas não no sentido de haver uma escola sartriana entre os alunos, não ao menos pelo que me lembro.

ANTONIO CARLOS: *Em 1968 o senhor não estava mais em Paris. De que maneira acompanhou, estando em Israel, os acontecimentos de maio?*

MICHAEL LÖWY: Eu acompanhava pela imprensa e por pessoas que me visitavam e que me informavam sobre os acontecimentos. Em suma, acompanhei tudo de longe.

ANTONIO CARLOS: *Imagino que recebia com júbilo as notícias vindas de Paris.*

MICHAEL LÖWY: Certamente!

ANTONIO CARLOS: *Não houve então um envolvimento mais direto com os acontecimentos?*

MICHAEL LÖWY: Não. Quando passei por Paris, em julho de 68, tudo já havia acabado.

ANTONIO CARLOS: *Posição curiosa foi a de Aron, que se arvorou como um dos principais defensores dos professores, qualificando as manifestações como “pequenos carnavais”, ao mesmo tempo em que criticava de maneira veemente, em seus artigos e editoriais no Figaro, todo o sistema de ensino superior francês, sobretudo o sistema de agrégation que, segundo ele, preparava os melhores professores para os liceus e não para as universidades, além do poder absoluto dos mandarins em suas respectivas cátedras universitárias. Nem mesmo Paul Nizan, antigo amigo de agrégation, foi poupado, já que Aron considerava seu Les Chiens de Garde extremamente injusto com os antigos mestres.*

MICHAEL LÖWY: É evidente que Aron, dentre outros intelectuais de direita, tinha uma visão que eu chamaria de modernizadora, oriunda da visão *gaullista* segundo a qual era preciso reconstruir a França, um pouco seguindo o exemplo americano.

ANTONIO CARLOS: *A chamada posição atlantista do pós-guerra.*

MICHAEL LÖWY: Atlantista e modernizadora. Havia essa ideia de que a universidade era anacrônica e que o poder dos mandarins refletia toda essa ordem atrasada de coisas; daí a necessidade burguesa de modernizar as instituições. O movimento estudantil, no entanto, não estava preocupado com essas questões. Questionava-se o governo, o regime *gaullista*, o capitalismo e o autoritarismo exercido

pelos professores, dentre outros questionamentos. Então esse anticapitalismo, esse antigaullismo e esse antiautoritarismo eram demais para o Aron, muito indigestos para alguém como ele. Tudo isso nada tinha a ver com os projetos modernizadores que foram, aliás, realizados posteriormente. Depois do maio de 68, quando a direita retomou as rédeas na França, eles trataram de modernizar a universidade aos moldes burgueses, para que nada disso voltasse a ocorrer. Não só a modernizaram como a dividiram em mil pedaços, pois a Sorbonne era como a fábrica da Renault, que aglutinava milhares de operários, um verdadeiro caldo de cultura concentrado e um fermento político revolucionário. O próprio prédio da Sorbonne foi dividido em cinco universidades diferentes, outras foram para a periferia. Deram para os esquerdistas um espaço perto do bosque de Vincennes, onde Judas perdeu as botas, o mais afastado possível de Paris.

ANTONIO CARLOS: *Um projeto acima de tudo político, portanto.*

MICHAEL LÖWY: Modernizador e político no sentido de desarticular a velha estrutura da universidade, na tentativa de que o maio de 68 jamais se repetisse novamente. Os mandarins permaneceram, evidentemente, em Paris, e os jovens professores – uma geração bem de esquerda – foram “gentilmente” empurrados a Vincennes. Foi, nesse aspecto, uma jogada inteligente do governo.

ANTONIO CARLOS: *No caso, do governo de Valérie Giscard D’Estaing.*

MICHAEL LÖWY: Isso mesmo. Eu participei diretamente desse movimento quando voltei a Paris em 1969, e fui direto a Vincennes, onde trabalhei como assistente de Nicos Poulantzas, no departamento de sociologia, até ser admitido no CNRS em 1977.

ANTONIO CARLOS: *O senhor descreveu a sua entrada para o CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), como quase um “milagre”,*

pois lá a preferência era dada aos projetos que privilegiavam o fato social estudado de maneira empírica, ao passo que o seu projeto de entrada era eminentemente teórico. O perfil ideal dos pesquisadores para o CNRS ainda é esse?

MICHAEL LÖWY: Acho que ainda é, quer dizer, há uma predominância de projetos empíricos, projetos de estudo de campo, o que é normal, pois a sociologia francesa – e a ciência social de uma forma geral – sempre foi uma área com essa vertente empírica muito forte, ainda que sempre tenha havido um espaço para a sociologia teórica. Consegui aproveitar esse nicho, que é minoritário, mas existia como continua existindo.

ANTONIO CARLOS: *Pierre Bourdieu talvez tenha sido um dos intelectuais franceses que mais bem conseguiu explorar esses dois nichos.*

MICHAEL LÖWY: O Bourdieu misturou bem os dois campos, pois fazia trabalhos empíricos e também trabalhos teóricos; ele fez essa ponte entre os dois.

ANTONIO CARLOS: *Qual a sua impressão sobre a obra e o legado de Bourdieu?*

MICHAEL LÖWY: Veja, eu tenho mais simpatia pelo Bourdieu como pessoa, política e socialmente engajado, do que propriamente por sua sociologia, que eu acho, primeiramente, eclética – já que ele mistura Marx, Weber e Durkheim, mas ao mesmo tempo também reducionista. A tese dos campos – campo religioso, campo econômico, campo político – é interessante, mas acaba ficando um pouco...

ANTONIO CARLOS: *Normativa?*

MICHAEL LÖWY: Muito normativa e com uma clara tendência reducionista. Por exemplo, quando Bourdieu tenta explicar o comportamento dos escritores dizendo que eles estão lutando por

suas posições no campo literário, ele se torna reducionista e não leva em conta o que Goldmann chama de visão do mundo, isto é, a relação da cultura com as classes sociais, com a política etc. Comparando as visões de Goldmann e de Bourdieu se vê claramente os limites de sua colocação. Mas, como disse, o Bourdieu que me impressionou foi aquele que teve coragem de se jogar na arena política e de apoiar os movimentos sociais. Foi, aliás, nesse contexto, que eu o conheci pessoalmente. Bourdieu me convidou para um de seus seminários, para falar sobre a teologia da libertação. Depois da minha conferência tomamos juntos um café e ele me disse que foi através da minha exposição que passou a entender o que era a teologia da libertação. Mantivemos uma relação simpática, de modo que eu aprecio mais sua figura como intelectual comprometido que a sua sociologia propriamente dita.

ANTONIO CARLOS: *Ele foi assistente de Aron na Sorbonne em 1960 e ambos mantiveram uma relação íntima de amizade até romperem, em 68. Aron dizia, nesse sentido, identificar em Bourdieu um talento teórico precoce, bem como uma incontestável inventiva sociológica, embora também apontasse esse caráter às vezes excessivamente normativo de sua sociologia. Ainda em relação ao sistema universitário, qual a sua opinião sobre o atual ensino superior francês? Diversos indicadores mostram, anos após ano, acentuada queda de produtividade tendo em vista as universidades norte-americanas e inglesas. Dá para estabelecer algum termo comparativo entre o atual modelo e as décadas anteriores?*

MICHAEL LÖWY: Para começar, esses critérios e esses indicadores são muito discutíveis. Em segundo lugar, é preciso distinguir as ciências exatas das ciências sociais. Acho que no campo das ciências sociais, culturais e históricas a universidade francesa continua produzindo coisas muito interessantes. Boa parte do que se produz nos Estados Unidos e em outros países é inspirado na French Theory, então eu penso que a França continua tendo como característica uma grande criatividade nesses campos. Agora, o problema que eu vejo, e é isso que me preocupada na

universidade francesa, é o processo que vem sendo realizado nos últimos anos, a partir dos acordos de Bolonha, de precarização do trabalho dos professores e de gestão burocrática das universidades, o que eles chamam de autonomia, mas que representa, no fundo, uma mistificação. Apesar de toda essa reforma dos últimos anos, que, aliás, suscitou grandes protestos de alunos e professores, a universidade francesa continua sendo um espaço importante de criação intelectual e de discussão aberta e crítica, com os seus limites, claro. Em resumo, a França ainda é um país em que o ensino é público e gratuito, o que não é o caso nem nos Estados Unidos, nem na Inglaterra e nem em muitos outros países. Essa é uma conquista preciosa que ainda é mantida.

ANTONIO CARLOS: *Voltando um pouco ao campo teórico, o senhor refletiu sobre a trajetória de diversos autores, de Che Guevara a Walter Benjamin, passando por G. Lukács e E. Bloch. Acredito que todo intelectual, ao refletir sobre a obra de determinado autor, se coloca a questão do limite, ou da medida ideal, entre a explicação da obra pelo contexto social em que ela foi produzida, de acordo com a tradição manheimiana da sociologia do conhecimento, e uma análise mais imanente dos textos, na tentativa de capturar o essencial do autor através apenas da lógica de sua produção. Qual posição o senhor assume em seus trabalhos?*

MICHAEL LÖWY: Eu procuro combinar as duas visões, como no método de Lucien Goldmann. Ele analisou, por exemplo, a estrutura interna do pensamento de Pascal, mas também o contexto histórico em que ele viveu, a França do século XVII, o *jansenismo*, a nobreza togada; enfim, tudo aquilo que ele mostra em *Le Dieu caché*. Portanto, a análise interna da obra e a análise do contexto histórico, social e cultural são igualmente indispensáveis. Dito isso, há uma terceira dimensão que, para mim, é tão importante como estas outras duas. Refiro-me à atualidade do texto, que vai além da análise interna e do contexto histórico. Deixa eu te dar um exemplo. No meu trabalho sobre Walter Benjamin, quando analiso suas teses sobre o conceito de história, procuro entender internamente o que ele quis dizer em

cada frase, para daí poder correlacionar essa análise com suas demais obras; isso é uma análise interna. Depois, estabeleço uma análise do contexto histórico, que é muito concreto. Temos a Europa de 1940 em um momento trágico: o nazismo triunfante e a União Soviética que parecia trair o antinazismo. Entretanto, o que eu procuro mostrar é que esse texto de Walter Benjamin tem um significado que vai bem além do contexto cultural judaico-alemão e do contexto histórico do ano 1940. Trata-se de um texto que nos ajuda, por exemplo, a entender a América Latina de hoje. Eu busco vários exemplos da América Latina exatamente para mostrar sua amplitude e significado – que são universais e atuais e que vão muito além do contexto específico em que foi escrito.

ANTONIO CARLOS: *O senhor se refere à posteridade da obra?*

MICHAEL LÖWY: Mais do que a posteridade da obra, que são as diversas leituras do texto no curso dos anos. Neste caso, não é que as pessoas apenas leram Walter Benjamin, mas sim o fato de que há coisas na América Latina que Walter Benjamin nos ajuda a entender. As teses do autor nos auxiliam no entendimento da teologia da libertação, embora os teólogos da libertação não tenham lido Walter Benjamin. Isso eu considero a atualidade do texto e sua universalidade, o que também é válido para os demais autores que eu trabalhei.

ANTONIO CARLOS: *Outro aspecto epistemológico importante diz respeito à natureza crítica do estudo quando o objeto é um autor, ou o seu pensamento. Refiro-me à linha tênue que separa, em termos weberianos, a empatia pelo objeto e o necessário distanciamento crítico. Nesse sentido, é possível elaborar uma boa reflexão que seja apenas crítica, sem que haja nenhum tipo de empatia pelo objeto estudado?*

MICHAEL LÖWY: Considero isso possível. Escrevi sobre autores com os quais tenho empatia, como Guevara, Lukács, Goldmann, Benjamin, entre outros. Obviamente isso ajuda, mas há também

um distanciamento, já que nesse ou naquele ponto posso não estar de acordo com eles. Da mesma forma, também posso escrever sobre aqueles autores com os quais tenho uma grande antipatia, como o ensaio que escrevi sobre Henry Ford, o homem dos automóveis, autor do *Judeu internacional*, panfleto antisemita de 1921, da predileção de Hitler, que pode ser claramente considerado como o precursor do nazismo. Obviamente é o tipo de sujeito pelo qual não tenho nenhuma empatia, mas tratei de fazer o estudo para entender a estrutura interna do texto, a novidade dele em relação à literatura antisemita tradicional e a influência particular que teve na Alemanha. Isso tudo de maneira objetiva, mas sem nenhuma empatia.

ANTONIO CARLOS: *Neste caso, ao que me parece, uma clara antipatia! E aqueles autores que não nos trazem sentimento algum? Devemos também estudá-los?*

MICHAEL LÖWY: *Aí sim se torna mais difícil, pois geralmente estudamos autores pelos quais temos simpatia, ou outros por clara discordância. Geralmente prefiro estudar aqueles com os quais simpatizo. No momento, escrevo sobre alguém que já venho trabalhando há vários anos, Max Weber. Trata-se de um autor que me atrai muito e com o qual não tenho empatia filosófica ou política alguma, uma vez que ele era um conservador, um burguês. No entanto, tampouco tenho por ele antipatia, pois o considero um grande pensador com intuições muito profundas. É uma relação diferente, de interesse, ou mesmo certa fascinação, o que não significa uma adesão, uma vez que sua visão mundo e de política, obviamente, não são as minhas.*

ANTONIO CARLOS: *Há casos em que a história de vida de um determinado autor é mais importante que sua própria obra ou esta deve ser sempre o principal referencial?*

MICHAEL LÖWY: *Eu penso que a obra é sempre o principal referencial. Lucien Goldmann era muito extremo nesse ponto. Ele achava que a biografia de um autor não tem o menor interesse.*

ANTONIO CARLOS: *Interesse algum?*

MICHAEL LÖWY: Muito pouco, embora, na prática, ele mesmo não respeitasse essa regra. Como disse, ao analisar Pascal, Goldmann introduz alguns elementos biográficos, embora tivesse grande resistência a tais elementos. Eu, ao contrário, acho que a biografia é útil desde que usada para entender a obra, que é sempre mais importante. Claro que você pode fazer um trabalho biográfico, mas no meu caso o objeto sempre foi a teoria.

ANTONIO CARLOS: *Estava pensando na trajetória singular de alguns dos “judeus heterodoxos” que o senhor estudou, como Walter Benjamin e Hanna Arendt, personagens cujas histórias de vida são tão ricas que fica quase impossível não as considerar.*

MICHAEL LÖWY: Não há dúvida, mas não se pode reduzir o personagem à sua biografia. Como disse anteriormente, as teses de Benjamin correspondem a um momento histórico muito concreto e dramático, que o levaria ao suicídio, mas o texto possui um significado muito mais amplo que sua dimensão geográfica ou temporal.

ANTONIO CARLOS: *Agora uma curiosidade pessoal. Como é, para um intelectual que fez diversos estudos sobre vários autores, ser assunto, ainda em vida, de tese e de curiosidade científica? Como é estar do outro lado da barricada?*

MICHAEL LÖWY: Primeiramente é preciso dizer que não há muitas pessoas que trabalham ou que trabalharam minha obra.

ANTONIO CARLOS: *Eu conheço algumas delas, como meu colega de pós-graduação em sociologia na Unicamp, o Fábio Mascaro Querido.*

MICHAEL LÖWY: Sim. Considero muito interessante o trabalho dele, e o auxilio como posso. Eu me divirto, e isso não me coloca qualquer problema em particular.

ANTONIO CARLOS: *Alguma vaidade?*

MICHAEL LÖWY: Afinal, somos todos vaidosos, não é verdade? É agradável ser objeto de estudo, mas respeito a autonomia do estudante, que vai escolher aquilo que lhe parece importante e que vai interpretar minha obra à sua maneira – o que pode não coincidir com o que eu penso. Enfim, cada um tem o direito de fazer o seu trabalho como bem entende.

ANTONIO CARLOS: *Eu passei por uma situação semelhante quando fiz minha dissertação de mestrado sobre a obra de Ralf Dahrendorf, à época ainda vivo, em 2007 (ele viria a falecer em 2009). Não que eu tivesse contato direto com ele, mas ficava curioso às vezes em saber o que ele diria de minhas interpretações. Curiosidade essa que, convenhamos, boa parte dos pesquisadores não pode sanar, já que não se pode dialogar com os mortos.*

MICHAEL LÖWY: Muito obrigado! De minha parte, embora ainda viva, procuro não interferir. (risos)

ANTONIO CARLOS: *O senhor comentou comigo, em outra conversa, que costuma guardar, até de maneira ascética, seus papéis, manuscritos, anotações etc. Isso é apenas um hábito, que já foi “denunciado” por amigos seus (como o Roberto Schwarz), ou teria a ver com facilitar a consulta dos possíveis pesquisadores, como foi o seu próprio caso nos arquivos pessoais do Lukács?*

MICHAEL LÖWY: Fundamentalmente é para meu próprio uso, já que sempre me refiro às coisas que escrevi antes, ou seja, é uma forma organizada que tenho para entender o meu próprio itinerário.

ANTONIO CARLOS: *Diria que os futuros pesquisadores agradecerão por esse bom costume. Gostaria que o senhor comentasse um pouco sobre suas pesquisas atuais, além do estudo em curso sobre Max Weber. Sabemos que realiza também um trabalho militante ativo. De que maneira o marxismo articula suas preocupações intelectuais e sua militância?*

MICHAEL LÖWY: De fato meu trabalho de pesquisa no próximo período ainda será sobre Max Weber. Vou reunir meus ensaios sobre o autor e vou publicá-los em livro no ano que vem. Isso não tem uma relação direta com a minha atividade política, exceto obviamente no sentido de que vou dar à interpretação da obra de Max Weber, enfatizando a crítica ao capitalismo. Já o meu engajamento político é anticapitalista e, sobretudo nos últimos anos, gira em torno da questão ecológica e do ecossocialismo. Minha atividade e meus escritos políticos vão, portanto, nesse sentido. Publiquei recentemente, inclusive, um livro sobre o ecossocialismo. Minhas pesquisas teóricas sobre Max Weber e minhas preocupações de cunho propriamente político, que são atividades diferentes – inclusive no estilo –, comunicam-se de alguma maneira tendo como ponto comum central a crítica ao capitalismo.

ANTONIO CARLOS: *O senhor vê algo na obra de Weber que diga respeito às questões ecológicas?*

MICHAEL LÖWY: Por tudo o que li e pelo que eu saiba, não. O que me interessa em Weber é seu diagnóstico sobre a civilização capitalista industrial, que é bastante crítico, mas não é a crítica de Marx. Justamente não me interessa somente comparar os dois autores, Weber e Marx, mas também fazer aparecer essa crítica de Weber que ficou enterrada, uma vez que a maior parte dos seus comentaristas ou é antimarxista ou é composta por marxistas que querem simplesmente desmistificá-lo, e não aproveitam a riqueza de sua reflexão.

ANTONIO CARLOS: *A sociologia clássica tem então pouco a dizer sobre as questões ecológicas?*

MICHAEL LÖWY: São raros os sociólogos que se interessam pela questão, há um grande atraso... Entre as exceções, Philippe Corcuff na França.

ANTONIO CARLOS: *De que forma a temática do ecossocialismo se configurou e se tornou central em suas reflexões, sobretudo tendo em*

vista que o senhor é um dos poucos intelectuais de sua geração que finalmente incorporou a questão ecológica ao pensamento crítico?

MICHAEL LÖWY: Já há bastante tempo a questão ecológica me preocupa, mas quando tomei consciência da ameaça do aquecimento global, me dei conta de que é uma questão central para qualquer projeto de transformação social. Um socialismo não ecológico não está à altura dos desafios do século 21, e uma ecologia não socialista é incapaz de enfrentar o sistema. O ecosocialismo é a união dialética do programa socialista marxista e da crítica ecológica do produtivismo.

ANTONIO CARLOS: *Como o senhor avalia o direcionamento político-institucional recente para a questão ecológica – conferências, legislação ambiental, partidos, “empresas-verde” etc.?*

MICHAEL LÖWY: No melhor dos casos ilusão, no pior, mistificação. Trata-se de pintar de verde o “business as usual” do sistema. As conferências – Copenhague, Cancun, Rio – não deram em nada, não só pela má vontade dos vários governos representados, mas porque qualquer solução autêntica entra em contradição com o capitalismo. O problema é sistêmico e a solução, antissistêmica.

ANTONIO CARLOS: *E as mobilizações na sociedade civil nesse contexto?*

MICHAEL LÖWY: A mobilização, não da “sociedade civil” em geral, mas dos movimentos sociais, indígenas, camponeses, ecológicos etc., é a única esperança. As grandes manifestações de Copenhague – “mudemos o sistema não o clima” – ou a Conferência dos Povos de Cochabamba apontam o caminho para tentar mudar as coisas. Mas alguns governos na América Latina têm tomado iniciativas interessantes, como o Parque Yasuni no Equador: deixar o petróleo em baixo da terra em troca de uma indenização dos países do norte.

NORMAS PARA COLABORAÇÃO

Artigos: tema livre

- máximo de 40.800 caracteres com espaços;
- resumo e "abstract": até 640 caracteres com espaços antes do texto;
- até cinco palavras-chave e "keywords";
- entrelinhas: 1,5;
- fonte: times new roman;
- o(a) autor(a) deve mandar o material para *ideias@unicamp.br*, em MSWord versão de compartilhamento 1997-2003 (*.doc). Arquivos "*.docx" não serão aceitos;
- nos textos devem estar esclarecidos os objetivos, métodos, resultados e desenvolvimento da argumentação, assim como bibliografia pertinente ao tema e objeto;
- Os textos fora das normas estabelecidas não serão aceitos.

Traduções

- serão aceitas traduções de artigos e capítulos de livros. As propostas serão avaliadas considerando sua pertinência acadêmica e o domínio do tradutor sobre o autor ou artigo traduzido;
- as propostas de traduções devem estar acompanhadas de autorização do autor ou da editora responsável pela publicação do texto original.

Resenhas:

Máximo de 7.140 caracteres com espaços times new roman 12, entrelinhas 1,5, parágrafo justificado. As obras a serem resenhadas não podem ultrapassar 3 anos de publicação.

- As propostas de publicações devem ser inéditas.
- As referências bibliográficas não devem ser consideradas notas de rodapé. Assim, elas serão inseridas no final do artigo.

- As fontes de citações ou remissões a obras devem ser feitas no corpo do texto, entre parênteses, colocando-se o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), data e página(s) onde se encontram as citações. Exemplos: (Romano, 1996); (Gurgel, 1997, p. 17); (Vieira e Lopes, 1994). No caso de haver mais de uma obra do mesmo autor com a mesma data, pedimos identificá-las tanto na citação quanto na bibliografia com o acréscimo de letras em minúsculo. Exemplo: (Said, 2007a) ou (Said, 2007b, p. 35) no caso de:
SAID, E. W. 2007a. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras.
_____. 2007b. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- No rodapé devem constar apenas as notas propriamente ditas.
- Pede-se aos(as) autores(as) que não mandem nota de fim de texto.

Com relação aos (as) autores (as):

Devem mandar junto ao email declaração contendo nome completo, filiação institucional, e nível universitário (graduação, ou graduando, ou mestrado, ou mestrando, ou doutorado, ou doutorando, etc.).

Pede-se, por gentileza, que mandem em arquivo anexo. Pede-se ainda que não tenha nenhuma informação sobre o autor no corpo do texto, deixando-as limitadas a declaração solicitada.

Com relação aos procedimentos de publicação:

O ato da submissão implica em consentimento para publicação e conhecimento pleno das regras. As publicações são de caráter voluntário e não-remunerado, todo material será submetido a parecer anônimo, em caso de aceite e recusa os autores serão comunicados e receberão os devidos pareceres. A publicação dos artigos aprovados estará, contudo, condicionada a aspectos editoriais e ao orçamento da *Revista Idéias*.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
IDÉIAS ANO 3(5), NOVA SÉRIE
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
13081– 970 – Campinas – São Paulo – Brasil

Tel.: Publicações (19) 3521.1603
Tel. / Fax: Livraria: (19) 3521.1604
<http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes>
pub_ifch@unicamp.br
www.facebook.com/pubifch

